

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

GRIMALDO CARNEIRO ZACHARIADHES

DIÁLOGO, MODERNIZAÇÃO E CONFLITO

Uma Biografia do Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela

ORIENTADOR: Dr. AMÉRICO OSCAR GUICHARD FREIRE

Rio de Janeiro, março de 2018

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

Zachariadhes, Grimaldo Carneiro

Diálogo, modernização e conflito: uma biografia do cardeal Dom Avelar Brandão
Vilela / Grimaldo Carneiro Zachariadhes. – 2018.
258 f.

Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa
de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Américo Oscar Guichard Freire.

Inclui bibliografia.

1. Vilela, Avelar Brandão, 1912-1986. 2. Igreja católica – Clero – Brasil –
Atividades políticas. 3. Brasil – História – 1964-1985. I. Freire, Américo. II.
Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-
Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 922.2

GRIMALDO CARNEIRO ZACHARIADHES

**"DIÁLOGO, MODERNIZAÇÃO E CONFLITO. UMA BIOGRAFIA DO CARDEAL DOM
AVELAR BRANDÃO VILELA".**

dissertação apresentado(a) ao Curso de Doutorado em História, Política e Bens
Culturais do(a) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do
Brasil para obtenção do grau de Doutor(a) em História, Política e Bens Culturais .

Data da defesa: 13/03/2017

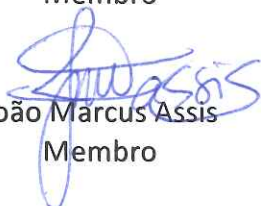
ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA



Americo Oscar Guichard Freire
Orientador(a)



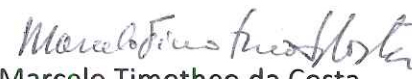
Rodrigo Patto Sá Motta
Membro



João Marcus Assis
Membro



Christiane Jalles de Paula
Membro



Marcelo Timotheo da Costa
Membro

“O passado não é livre. Nenhuma sociedade o abandona a si mesmo. É regido, administrado, conservado, explicado, narrado, comemorado ou odiado. Seja que se celebre ou se oculte, segue sendo um desafio fundamental do presente”. (Régine Robin)

“pero si la verdad escandaliza, dejemos que se produzca el escándalo antes que renunciar a la verdad” (Gregório Magno)

AGRADECIMENTOS

O processo de construção de uma tese é longo. São anos de dedicação. Leituras que parecem intermináveis, viagens cansativas, noites perdidas na escrita que as vezes teima em não comparecer. Momentos solitários. Mas, a presença de pessoas queridas ajuda-nos a vencer as etapas que vão aparecendo. Apoio com palavras, com ações ou apenas emprestando os ouvidos as queixas e frustrações do doutorando. Nestes momentos, é bom lembrar o que dizia o compositor Gonzaguinha: “E é tão bonito quando a gente entende / Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá / E é tão bonito quando a gente sente / Que nunca está sozinho por mais que pense estar”.

São tantas pessoas a quem tenho que agradecer depois desta tese concluída. Conhecidos e anônimos que atravessaram a minha vida e que deixaram suas marcas neste trabalho. Vou nomear alguns. De antemão peço perdão pelas omissões que venham ocorrer. Com todos e todas divido os pontos fortes deste trabalho. Apesar de parecer desnecessário dizer, insisto em lembrar que todos os erros são de exclusividade do autor.

Meu primeiro e maior agradecimento é à minha família. Nela me construir e reconstruir inúmeras vezes. Sem exagero, certamente não teria conseguido terminar esta obra e, tantas outras que fiz durante a vida, sem a ajuda deles. Agradeço ao meu pai, Grimaldo, de quem além do nome herdei características físicas e de temperamento e a minha mãe, Maria Conceição, que sempre foi, e sempre será, a minha maior influência. Não teria como descrever a importância de vocês na minha vida.

Tenho a sorte de ter uma irmã e um irmão. A caçulinha Raquel, que serve para rejuvenescer esta pobre alma e ao meu irmão, Ronaldo, a quem me ensina muito nos nossos eternos debates, muito obrigado. A vida teria sido ainda muito mais difícil, um fardo diria, se não tivesse o amor de Eulla Vanessa para me reconfortar.

Amizade vence distância, ausência e tudo mais. Entre as minhas grandes amigas sempre estarão Adriana Martins dos Santos e Andreia Santos Silva. O professor Joviniano Neto é um grande mestre que muito me ensina. Desde que eu comecei a morar no Rio de Janeiro encontrei algumas almas piedosas para me consolar. Tenho que destacar os nomes de Charles Matos, Lidiane Albino, Adelaide Magalhães Rosa, Rejane Margarit, Simone Lopes de Barros, Clerli Teixeira, e o casal vinte, Ana Christina Tavares e Fernando Torres, que sempre deram guarida a este baiano perdido na cidade maravilhosa.

Durante as minhas pesquisas, apesar de vivermos em um ambiente de concorrência desmedida, encontrei pessoas que tiveram a generosidade de me ajudar e me cederam parte de seus acervos que enriqueceram esta tese. Sérgio de Sá, do museu do Sertão de Petrolina, me presenteou com a coleção do jornal *O Farol* digitalizada por ele mesmo. O Professor da Universidade Estadual de Pernambuco, Moises Diniz de Almeida, me deu algumas entrevistas e discursos de D. Avelar do seu acervo particular, inclusive em áudio. O professor e reverendo Adriano Portela em um ato de grande gentileza me ofertou documentos que ele utilizou na sua biografia sobre D. Avelar.

Aos colegas, professores e funcionários do CPDOC agradeço pela paciência e presteza comigo. Meus colegas Fabrício Souza Gomes e Angélica do Carmo Coitinho se transformaram em grandes amigos. A professora Luciana Heyman e o professor Alexandre Moreli me ajudaram muito quando precisei. A todos muito obrigado!!

Ao meu orientador Américo Freire, sou muito grato pela confiança, apoio e rigor nas correções dos rascunhos desta tese. A relação de amizade que construímos é um dos melhores resultados deste doutorado. Quero agradecer aos comentários da banca examinadora da qualificação, Dulce Pandoffi e Christiane Jalles, e da banca de defesa, formada pelos professores Marcelo Thimóteo, João Marcus, Rodrigo Patto e Christiane Jalles aos quais agradeço por terem aceitado o convite e pelas contribuições.

Nas minhas constantes idas aos arquivos da Igreja Católica e da Ditadura Militar tenho que destacar a importância de várias instituições que além de preservarem um tesouro histórico, se mostraram solícitas com este pesquisador, apoiando para o desenvolvimento do conhecimento histórico. Aos funcionários do LEV/UCSAL, que apesar de ser um grupo diminuto, se desdobram e conseguem oferecer um serviço excelente. Ao Arquivo Nacional, através do projeto Memórias Reveladas, e seus dedicados funcionários, é uma referência na preservação e divulgação dos arquivos dos órgãos de Informação da Ditadura Militar. Os funcionários do CELAM e do CEBITEPAL foram de uma simpatia indescritível com este brasileiro quando ele estava perdido em Bogotá.

O período do meu estágio no exterior, realizado na Colômbia, contei com o apoio imprescindível da CAPES, com uma bolsa, que me permitiu ter acesso a uma documentação importante sobre a história da Igreja na América Latina. Tive o privilégio de ser orientado pelo professor José Guillermo Ortiz da Universidade de Santo Tomás de Aquino. Além de meu orientador, me apresentou a história e os encantos da Colômbia. O contato com sua bela família me fez sentir como se estivesse em casa. Agradeço a Núbia,

Sara Luna, Johan Sebastián, Maria e Zaíra. Também agradeço a Carolina Buitrago e ao professor Tito Perez. A todos os professores do Doutorado em Educação da Universidade de Santo Tomás de Aquino, meu muito obrigado.

Todos e todas vocês fizeram desta tese algo melhor. E para finalizar estes agradecimentos peço ajuda as palavras do compositor: “E aprendi que se depende sempre / De tanta, muita, diferente gente / Toda pessoa sempre é as marcas / Das lições diárias de outras tantas pessoas”.

RESUMO

Esta tese é uma biografia do Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela (1912-1986). Este prelado se destacou no cenário religioso e político do Brasil e da América Latina durante a segunda metade do século XX. O arcebispo atuou muito tempo durante uma Ditadura Militar (1964-1985). Mesmo neste momento de radicalização, ele procurou dialogar com os vários setores da sociedade e da Igreja Católica se tornando um moderador dos conflitos sociais e políticos. Ele também estimulou as mudanças que a Igreja Católica estava passando durante a década de 1950, que foram legitimadas pelo Concílio Ecumênico do Vaticano II (1962-1965). D. Avelar foi um importante bispo modernizador latino-americano e presidiu a II Conferência Episcopal Latino Americana, em 1968, que marcou a história da Igreja Católica Latino-americana.

ABSTRACT

This thesis is a biography of Cardinal Don Avelar Brandão Vilela (b.1912 - d. 1986). This prelate stood out in the religious and political stages of Brazil and Latin America during middle and late 20th century. The archbishop was active during Brazilian Military Dictatorship (1964-1985). Even in this radicalization period, he managed to dialogue with many sections of society and Catholic Church, becoming a moderator of social and political conflicts. He also stimulated the changes that Catholic Church was passing through during 1950's; these changes were legitimated by Second Vatican Ecumenical Council (1962-1965). D. Avelar was an important Latin American moderniser bishop and presided the Conference of Latin American Bishops, held in 1968, that marked Latin American Catholic Church history.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
APRESENTAÇÃO.....	27
 CAPÍTULO 1 – DE VIÇOSA A PETROLINA: UM BISPO EM FORMAÇÃO.....	 32
• O “capeta” foi ser seminarista	
• O padre de Dom José	
• O “Bispo Menino”	
• A Guerra de Exu	
 CAPÍTULO 2 – O ARCEBISPO EM TEMPOS DE DESENVOLVIMENTO E AGGIORNAMENTO	 65
• “O Piauí existe!”	
• Humanizar e Evangelizar	
• O bispo do desenvolvimento	
• I Congresso Eucarístico do Piauí (1960)	
• Uma Janela que se abre em Roma	
 CAPÍTULO 3 – O ARCEBISPO EM TEMPOS DE REPRESSÃO E AUTORITARISMO	 95
• O Governo Jango e as Reformas de Base: apoio e resistência	
• O Golpe em nome de Deus	
• Reflexos do Golpe no Piauí	
• D. Avelar: acomodação e autonomia	
• Bipartite: Uma tentativa de canal de diálogo	
 CAPÍTULO 4 – D. AVELAR: PRIMAZ DO BRASIL E CARDEAL DA IGREJA	 129
• Bahia: Desenvolvimento e exclusão	
• D. Eugênio: Modernização e intransigência	
• A chegada de D. Avelar à arquidiocese de Salvador	
• O bispo do diálogo	
 CAPÍTULO 5 – O CARDEAL NA BAHIA DE TODOS OS CONFLITOS	 160
• Bahia: modernização, negociação e autoritarismo	
• Igreja Católica e luta armada na Bahia	
• O diálogo sob suspeita	

- D. Avelar e a Distensão “lenta, gradual e segura”
- A Autoridade Moral

**CAPÍTULO 6 – DOM AVELAR NO CELAM E A IIª CONFERÊNCIA
EPISCOPAL LATINO-AMERICANA201**

- Do Concílio Plenário Latino-Americano à Criação do CELAM em 1955
- CELAM – A colegialidade do episcopado latino-americano
- Os preparativos da II Conferência Episcopal Latino-Americana
- “Novo Pentecoste” - A II Conferência Episcopal Latino-Americana
- Últimas palavras

**À GUISA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA VIDA NÃO CABE EM UMA
TESE232**

LISTA DOS ARQUIVOS241

LISTA DOS ENTREVISTADOS.....242

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....243

INTRODUÇÃO

Esta tese é uma biografia do Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela (1912-1986). O interesse na vida do prelado se deu, inicialmente, nas minhas pesquisas do mestrado. Naquela ocasião, como na maioria dos estudos sobre o período ditatorial, eu estava me debruçando sobre o chamado “clero progressista”, aquele que resistiu à Ditadura Militar (1964-1985). Meu objeto era mais precisamente o CEAS – Centro de Estudos e Ação Social, uma instituição ligada à Companhia de Jesus, fundada em Salvador, capital da Bahia. Esse Centro foi um dos principais locais de oposição à Ditadura no estado. Essa instituição congregava os católicos de oposição e as esquerdas em geral. O CEAS, apesar de ser da Companhia de Jesus, foi composto também por vários marxistas. Além disso, os jesuítas que trabalhavam na instituição promoveram um diálogo fecundo com o marxismo.¹

A minha atenção à atuação religiosa e política do arcebispo foi despertada quando pesquisando no arquivo do Centro Social, eu encontrei vários documentos dele repreendendo a instituição. Ele discordava de muitos pontos do CEAS e chegou, em um certo momento, a afirmar que a entidade “não aceitava a orientação oficial da Igreja” pelas suas posições políticas. Entretanto, o interessante era que, apesar disso, a memória dos integrantes do CEAS era extremamente favorável do arcebispo. Todos os membros da instituição sempre destacaram a importância de D. Avelar para que o Centro Social nunca fosse invadido pelos militares. Também ressaltavam a liberdade que ele dava à instituição, apesar de discordar dela.

A partir daí, comecei a prestar maior atenção a atuação do arcebispo na Bahia e procurei descobrir qual a memória produzida sobre ele pelos personagens fora da Igreja Católica. Nessa perspectiva, o que me intrigava era que apesar de D. Avelar ser próximo dos militares chegando a celebrar missas no “aniversário da Revolução” e outras datas comemorativas, receber honrarias da Ditadura e também ser próximo do Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, ele era estimado pelos antigos prisioneiros políticos, membros dos partidos comunistas, políticos do MDB e pelo clero progressista no estado.

Ao me aprofundar na vida dele antes de chegar a Salvador, como arcebispo de Teresina e bispo de Petrolina, me impressionei pela importância que esse prelado teve

¹ A dissertação foi defendida com o título “CEAS: Jesuítas e a Questão Social durante a Ditadura Militar”, pelo Programa de História Social da UFBA, em 2007. Uma versão ampliada da dissertação foi publicada, em 2009, pela EDUFBA: “Jesuítas e o Apostolado Social durante a Ditadura Militar: A atuação do CEAS”.

nessas dioceses. Como ele conseguiu construir obras e deixar sementes que florescem até hoje. Também foi muito interessante constatar as transformações que o religioso passou em sua personalidade, forma de ver e atuar na sociedade, desde que era seminarista e depois padre em Sergipe. Percebi que narrar a vida de D. Avelar era contar a história da Igreja Católica, desses estados onde ele trabalhou, da Ditadura Militar, do Governo de Juscelino Kubitschek, da política brasileira. Em suma, era contar e entender um pouco da história do Brasil. E podemos ampliar o alcance da sua influência já que ele chegou a ser presidente do CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano e da importantíssima II Conferência Episcopal de Medellín (1968), deixando assim suas marcas na história da Igreja Católica latino-americana.

Entretanto, sua experiência de vida e de Igreja trazia a marca registrada do Nordeste brasileiro, do sertão ao litoral, como foi bem percebido por dois autores que definem Dom Avelar como “um bispo do Brasil-Nordeste” (PORTELA e SANTOS, 2012). O alagoano, de Viçosa, fez toda sua trajetória eclesial nesta região: padre em Aracajú (1935-1946), bispo de Petrolina (1946-1955), arcebispo de Teresina (1955-1971) e, por fim, arcebispo e Cardeal de Salvador (1971-1986).

Na memória construída pelos que conviveram com o arcebispo, ele é definido como o “bispo do diálogo”. Na documentação guardada no seu acervo e de outras instituições, nas pesquisas em periódicos e nas entrevistas, pude compreender o porquê desta alcunha. O arcebispo procurou sempre dialogar com os vários setores políticos e religiosos. Mesmo quando discordava de suas posições, isso não o impedia de procurar estabelecer contatos. Ele achava que essa era a forma do bispo trabalhar no mundo moderno. A partir dessa constatação, percebi que estava diante de um arcebispo extremamente hábil politicamente, que precisava ser mais bem compreendido.

D. Avelar Brandão exerceu boa parte de seu governo episcopal em um momento extremamente delicado, em que o país vivia sob um regime de exceção, a Ditadura Militar (1964-1985). Mesmo neste momento de radicalização política, como no Regime dos militares, D. Avelar procurava manter o diálogo com o Governo e com as oposições. Ele procurava trabalhar como um moderador dos conflitos sociais e políticos.

O arcebispo se tornou vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e presidiu o CELAM, em um momento em que a Igreja Católica estava passando por profundas transformações internas, que instaurou conflitos entre setores da própria instituição religiosa, a partir da década de 1960. Alguns grupos católicos queriam uma Igreja mais profética, mais comprometida com as questões sociais e outros grupos

defendiam uma posição mais tradicional ou se preocupavam com a partidarização da Igreja. Nesse momento turbulento, ele procurou atuar de forma a evitar rupturas dentro da instituição. D. Avelar tentava administrar os conflitos, pois assim ele entendia ser a função do bispo, do Pastor:

Um grupo entende que a palavra do Pastor deve ser exclusivamente de cunho espiritual [...] outro grupo defende a tese de que a missão profética do Pastor deve necessariamente conter denúncias e fazer acusações abertas e até violentas. Para uma corrente de sociólogos e de teólogos, o Pastor deve exatamente conduzir as ideias na esteira de suas convicções políticas e filosóficas.

Para outros, a palavra do Pastor deve ser revolucionária e dirigida para a ação concreta de transformação radical das estruturas.

Assim, cada cabeça, cada sentença.

No meio de toda essa efervescência de sentimento encontra-se o Pastor.²

Considerações Teórico-Metodológicas

Durante muito tempo os estudos sobre a Ditadura Militar estiveram presos em uma linha de raciocínio dicotômica que dividia os personagens que viveram o período entre dois lados opostos: “resistência x apoio” ou “oposição x colaboração”. Quem não estava de um lado estaria necessariamente no outro. Esse modelo de análise começou a ser questionado por estudos recentes que perceberam que essa divisão não dava conta de explicar a dinâmica da sociedade durante o período ditatorial³.

Para Denise Rollemberg e Samantha Quadrato, o problema das análises tradicionais sobre a Ditadura Militar é de não terem “compreendido os regimes autoritários e as ditaduras como produto social”. Por isso, é necessária uma historiografia que dê lugar “a um quadro mais complexo e fino das muitas relações possíveis das sociedades com os regimes autoritários e ditatoriais”. Para as autoras, nessas novas análises precisam captar as *ambivalências* que revelam as atitudes humanas, estranhas aos maniqueísmos da historiografia tradicional (ROLLEMBERG e QUADRATO, 2010, p.11-12).

O historiador Bruno Groppo lembra que é comum nos estudos sobre períodos autoritários, em países que tiveram um passado traumático recente, como invasões por potências estrangeiras ou instalações de Ditaduras, ocorrer o “mito da resistência”. Por esse prisma, quase todo mundo procurou de alguma forma resistir. É uma forma que a

² “Páscoa: Presença, Luta e Esperança de Liberação”. *Mensagem do Pastor* 17-04-73.

³ Dentre outros, ver: (REIS FILHO, 2002), (MOTTA, 2014), (ROLLEMBERG e QUADRATO, 2010) e (CORDEIRO, 2012)

sociedade procura de reconciliar-se com o seu passado, tendendo a ocultar o consenso que permeia os regimes autoritários. Devido a isso, se procura criar uma história maniqueísta onde existiam apenas dois lados. Sendo que a maior parte da população esteve sempre do lado “do bem”, ou seja, “da resistência”. Apesar de compreensível essa posição, Groppo alerta: “em todos os casos, todavia, o passado é relido à luz de novos parâmetros. A releitura seletiva do passado traumático lidera a criação de novos mitos, que o descrevem não como foi realmente, mas como se desejava que ele fosse”. (GROPPO, 2015, p.11-29)

Em alguns trabalhos mais recentes, procura-se demonstrar que as pessoas tiveram atuações muito mais complexas do que apenas o binômio resistir e apoiar. Existia uma gama variada de atitudes que ia desde o apoio incondicional, apatia, hesitação; até a resistência, conciliação, negociação e acomodação. O professor Rodrigo Patto Mota, no seu estudo sobre as universidades brasileiras, descreve bem esta complexidade de ações quando analisa as atitudes dos docentes, servidores, reitores e diretores universitários durante a Ditadura:

Para os dirigentes e demais membros da comunidade universitária, entre os dois polos, resistência ou adesão, havia possibilidades intermediárias. Muitos procuraram maneiras de se acomodar ao novo sistema de poder, sem que isso significasse, a seus olhos, qualquer compromisso com a ditadura. Pessoas que não desejavam aderir, por não partilhar os valores dominantes, mas que também não tinham intenção de resistir frontalmente ao Estado autoritário – por medo da punição ou por achar inútil –, buscaram estratégias de conviver com ele, inclusive como forma de reduzir os efeitos da repressão. Desse ponto de vista, tratava-se de explorar possibilidades abertas pelo próprio regime militar para atenuar o autoritarismo, aproveitando as “brechas” disponíveis, sobretudo as oferecidas por paradoxos e contradições da ditadura (MOTA, 2014, p.209).

A postura de D. Avelar Brandão Vilela, de certa forma, se enquadra próxima desta linha de raciocínio. Seus atos não são compreensíveis por uma análise restrita “de apoio ou resistência” ao Regime. Muitas vezes ele tinha posicionamentos que aparentemente reforçavam as duas posições antagônicas. Em 1979, ele celebrou uma missa em comemoração da “revolução de 1964”, e neste mesmo ano, permitiu que fosse celebrada a missa pelos “mortos e desaparecidos políticos” na arquidiocese de Salvador, que causou um impacto extremamente negativo nos setores do Governo.

Em 1964, D. Avelar não apoiou a instalação do Golpe de 31 de março. Mas, quando a nova ordem política se instalou, ele teve que *negociar* com os militares se

ajustando ao novo Regime. Entretanto, sempre buscou ter uma autonomia frente à Ditadura. D. Avelar esteve próximo aos opositores do Regime, buscando interceder por eles, conseguindo proteger muitos da repressão.⁴

Nos estudos sobre a Igreja Católica no Brasil durante a Ditadura, as análises acadêmicas tradicionais geralmente se prenderam em uma linha de raciocínio dicotômica também: Existia o “bispo resistente” ou “progressista”, aquele prelado que contrapôs o tempo todo aos militares, esteve do lado da oposição contra o autoritarismo. Não tergiversou e não procurou dialogar com a Ditadura. Enquanto, os Bispos que celebravam missas para os militares, procuravam diálogo com o Governo, eram tidos como “Bispos Conservadores” e estariam do lado da Ditadura.

Na maioria das vezes a ideia do “Bispo resistente”, como acima referido, não passa de uma caricatura. O problema desta visão maniqueísta é que não percebem, que sem negar o papel de oposição dos prelados ao Regime, até muitos dos chamados “Bispos Progressistas” procuraram de alguma forma, ou em certos momentos, o diálogo com setores do Governo, mesmo que isso seja omitido das suas biografias ou de trabalhos sobre eles. Entretanto, perceber isso não significa que eles estavam prestando um apoio ao Regime.

O arcebispo D. Helder Câmara, que era visto como um dos principais opositores público do Regime, em vários momentos, procurou estabelecer contatos com o Governo. Logo depois da consumação do Golpe, ele em uma reunião privada com o Marechal Castelo Branco, foi felicitar o militar pela “Revolução” e lembrar que os bispos tinham apoiado o Movimento de 31 de março de 1964, mas pedia também que acabasse com a repressão aos membros da Igreja.⁵ Em suas cartas pessoais, em maio de 1964, o arcebispo contente dizia que “a Igreja em Concílio, [e] o Brasil de [Humberto] Castelo Branco bem [que] estão merecendo um novenário especial” (CÂMARA, 2009a, p. 60-61.)

⁴ O termo “negociação” que utilizo é parecido com o de “acomodação” empregado por Rodrigo Patto (2014) nos seus estudos sobre as Universidades brasileiras. Ao utilizar, em muitos momentos, o termo negociação quero enfatizar mais a questão da “autonomia” que D. Avelar sempre procurou ter aos militares. Devemos lembrar que o arcebispo era uma autoridade eclesiástica e se comportava como tal frente o Governo. Como membro de uma Instituição internacional, a Igreja Católica, permitia a ele ter um maior espaço de “autonomia” do que os integrantes das Universidades. A Ditadura poderia demitir um Reitor, expulsar um aluno da Universidade, mas não poderia fazer isso contra um membro da Igreja Católica. Contra o clero só poderia ser tomada atitudes mais extremas como prisão ou expulsão, mas de todo modo ele continuaria fazendo parte da Igreja.

⁵ Entrevista com D. Waldyr Calheiros (03-10-11). D. Waldyr informou que participou da reunião a convite de D. Helder, enquanto ele ainda era bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, antes de sua transferência para a diocese de Volta Redonda.

Não obstante os conflitos que ele teve com os militares durante o Governo de Castelo Branco pela repressão a setores católicos, isso não o impediu que fosse ao presidente Militar pedir que mantivesse o apoio da Presidência da República à viagem de ida e volta dos bispos a Roma, para o Concílio Vaticano II, quando o Governo Federal cedia um avião. (BEOZZO, 2001, p.38). Mesmo depois de, em 1970, D. Helder corajosamente ter denunciado as torturas promovidas pelo Governo brasileiro na França; ele permitiu que seu nome fosse utilizado em um boletim da CNBB, em 1972, em homenagem aos eventos cívicos-militares promovidos pela Ditadura nas festas do Sesquicentenário⁶.

Não era incomum, na época, que os “Bispos Resistentes” procurassem estabelecer diálogos e contatos com setores da Ditadura, sem que com isso fosse percebido por eles como um apoio ao Regime. Os militares também tentavam em várias ocasiões cooptá-los, realizando alguns dos seus pedidos. Podemos entender esta busca da manutenção de algum nível de diálogo pelos prelados, como uma forma de tentar diminuir a repressão, justamente estabelecendo contatos com setores da Ditadura mais moderados e assim ter uma forma de procurar proteção aos setores católicos e não acabar com os trabalhos apostólicos realizados pela Igreja, alguns até com suporte financeiro do Estado. Mas, esta procura de contatos não queria dizer um “apoio” ao Regime e muito menos que isso fossem os calar.

D. Avelar sempre procurou estabelecer contatos com os militares e uma forma de fazer isso era a celebração das missas em eventos públicos. Sobre esta postura, para Daniel Aarão Reis Filho (2011, p.153): “O prelado circula entre os militares e os civis que apoiam a ditadura, celebra missas comemorativas e não deixa de legitimar, com sua presença e orações, o regime instaurado.” Esta postura de ver as celebrações de bispos como uma “legitimação” da Ditadura deve ser problematizada.

Por exemplo, em 1974, os Órgãos de Informação da Ditadura louvavam a repercussão positiva da celebração da Páscoa dos militares pelo Cardeal D. Paulo Evaristo Arns na imprensa. Eles comemoravam a foto estampada em primeira página no *Jornal do Brasil* com D. Paulo e o General Ednardo D’Ávila Melo, comandante do 2º Exército,

⁶ “Mensagem representativa da Comissão da CNBB no Sesquicentenário da CNBB” 1/09/1972. A assinatura de D. Helder neste documento foi lembrada nas reuniões da Bipartite e para o bispo D. Luciano, D. Helder ao assinar o documento, em que subscrevia a tese da colaboração entre Igreja e Governo, se prejudicava no exterior pela imagem que ele tinha no cenário internacional de oposição ao Governo Militar. “Relatório Especial do Grupo Bipartite, sobre problemas surgidos na área Igreja x Governo, referente à participação do clero nas comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil” (Ago/Set 1972). (ACM / CPDOC-FGV)

em São Paulo.⁷ O Cardeal de São Paulo mesmo em outros momentos tinha celebrado missas para os militares em eventos cívicos como no Sesquicentenário. É impossível que D. Paulo visse esses seus atos como uma legitimação do Regime que ele tanto denunciava. E setores da Ditadura mesmo vendo D. Paulo como um adversário, tentava de alguma forma estabelecer um diálogo com ele. Entendo esses artifícios como uma *negociação* entre essas autoridades eclesiásticas e setores do Governo cada um com interesses próprios.

A procura de diálogo com a Ditadura foi tentada por vários setores do episcopado brasileiro (SERBIN, 2001). Não podemos analisar a relação destes prelados por um viés simplista de apoio ou adesão. Devemos ter em conta que, entre os extremos de prelados opositores e apoiadores incondicionais da Ditadura Militar, centenas de bispos, sem procurar entrar em choque definitivo com o Governo, comandaram suas dioceses tendo que dialogar, divergir, resistir e criar estratégias de atuação em um período em que as garantias democráticas estavam suspensas.

A partir da década de 1950, a Igreja Católica passou por um processo de transformação intensa. A Igreja procurou se atualizar e ter uma nova forma de lidar com o mundo moderno. A instituição se viu envolvida nos conflitos políticos e sociais da época e como resultado emergiu vários setores dentro dela que defendiam novas formas de atuação política e religiosa. Mas, também existiam setores que viam essas mudanças como algo negativo e lutaram contra elas.

Essas mudanças ocorridas na Igreja Católica tiveram muito interesse na produção acadêmica e jornalística. Entretanto, uma análise maniqueísta preponderou também nesses estudos, inclusive naqueles que buscavam compreender o episcopado. Dividia-se os bispos fundamentalmente entre “progressistas” e “conservadores”. Os termos eram muito utilizados na imprensa, entre os intelectuais e acadêmicos e pelos próprios membros da Igreja. Mas, como o uso dos termos foi banalizado e reproduzidos levando em conta a militância política da época, acabou obscurecendo o entendimento daqueles personagens históricos, perdendo assim muito do seu valor epistemológico.

⁷ “Diálogo do Governo com a Igreja”. Serviço Nacional de Informações – Agência do Rio de Janeiro. AC_ACE_81009_74 (Arquivo Nacional). A edição do *Jornal do Brasil* que estampava a foto era do dia 23 Agosto de 1974 e tem como manchete “Ednardo louva entrosamento com a Igreja”.

Geralmente, eram taxados como “conservadores” aqueles prelados que não fizeram uma oposição pública à Ditadura Militar e/ou que durante a década de 1970 fizeram uma oposição à Teologia da Libertação e a Esquerda Católica. Como o termo é aceito sem muita crítica, os estudos costumam colocar bispos com forma de agir muito diferentes enquadrados no mesmo conceito. Por isso, são definidos como “conservadores” arcebispos que têm forma de ver a Igreja no mundo e de agir sobre ele totalmente diferentes como D. Vicente Scherer e D. Eugênio Sales⁸.

Além disso, a dicotomia “progressista” e “conservador”, pode ter até alguma validade quando nos referimos às questões políticas e sociais da época. Entretanto, em relação às questões morais e comportamentais, muitos dos chamados bispos progressistas tinham a mesma posição tradicional que os chamados conservadores. Por exemplo, em 1977, a aprovação da Emenda que instituía o Divórcio na Constituição do país contou com a oposição de D. Avelar Brandão, D. Paulo Evaristo Arns, D. Vicente Scherer, D. Eugênio Sales, D. Aloisio Lorscheider, D. José Newton e D. Fernando Gomes. Bispos tidos como conservadores e progressistas se uniam contrários à instituição do Divórcio no Brasil. (ALMEIDA, 2010)

Dividir os vários grupos que surgiram, a partir da década de 1950, em apenas “conservadores” e “progressistas” é fruto de um pensamento militante que percebe a Igreja e a sociedade por uma linha dicotômica e que foi apropriado por alguns trabalhos acadêmicos sem muita problematização e acabam escondendo a diversidade de grupos existentes.

A obra que melhor trabalha os conceitos dos grupos dentro da Igreja que foram sendo criados durante o meado do século passado continua sendo o de Scott Mainwaring, *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. Em sua análise ele identifica os seguintes grupos mais representativos que emergiram das transformações ocorridas a partir da década de 1950: Tradicionalistas, modernizadores conservadores, Reformistas e por último a Igreja Popular ou Progressista.⁹

Assim ele define os reformistas:

Os reformistas aceitaram a secularização como inevitável e acreditavam que ela traria algumas consequências positivas. Eram menos

⁸ D. Eugênio Sales foi um dos mais importantes bispos modernizadores da Igreja Católica, principalmente durante as décadas de 1950 e 1960, mas como buscou ter uma relação muito próxima da Ditadura e foi um ferrenho adversário da Teologia da Libertação quase sempre é definido como um bispo conservador.

⁹ Poderíamos colocar outros grupos católicos, mas que não tinham grande força política apesar de poderem ter uma grande visibilidade como os Integristas: àqueles grupos que se opuseram à modernidade representada pelo Concílio Vaticano II.

antiprotetantes e mais anticomunistas do que seus predecessores e mais preocupados com a Justiça Social e com a comunidade. Os reformistas acreditavam que a mudança política era necessária para criar uma sociedade mais justa, mas rejeitavam as transformações radicais. Eram mais democráticos nas práticas eclesiais, dando mais autonomia aos grupos leigos. Estimulavam várias reformas eclesiais, inclusive na liturgia e no catecismo, e davam mais atenção ao trabalho com as massas do que seus predecessores (MAINWARING, 1989, p.66)

D. Avelar pode ser destacado como um bispo reformista ou modernizador.¹⁰ Até o pensamento militante tinha dificuldade de taxá-lo como conservador, apesar de algumas vezes ele ser chamado assim, pois apesar de ele procurar sempre o diálogo com a Ditadura, teve muitos problemas com os militares, e mesmo que fizesse muitas observações à Teologia da Libertação, ele não encampou a perseguição a estes setores. Por isso, que a definição mais comum a ser dada a D. Avelar era de “moderado”. Ele aceitava o termo e se auto definia como tal, desde que isso não significasse uma forma de dizer que ele não se posicionava. Pois, essa era uma crítica muito usada contra ele.

O arcebispo, nos conflitos envolvendo a Ditadura ou dentro da Igreja Católica, procurava buscar sempre a conciliação, criar um consenso. Ele via a ruptura como a pior forma para resolver os conflitos. Por atuar de forma cautelosa, o prelado era visto de uma forma simplista por alguns personagens, típico de análise caricatural feita a figuras que procuram atuar pelo Centro.

D. Avelar, em muitos momentos, foi criticado por ser um arcebispo que não assumia uma posição, pois mesmo que ele não apoiasse a Ditadura, não fazia críticas públicas aos militares. Essa cobrança ao arcebispo vinha, geralmente, de membros da Esquerda Católica. Em um momento histórico radicalizado como a Ditadura, não se conseguia ver que a atuação pelo Centro do arcebispo, já era por si uma posição. Essa observação também é válida para sua relação de manter contatos com os setores mais tradicionais da Igreja e com os chamados progressistas.

O controvertido bispo de Cuernavaca, do México, monsenhor Sérgio Mendez Arceo dizia que D. Avelar era “centrista e homem sem posições”¹¹. O jornalista e um dos mais conhecidos estudiosos da Igreja Católica, Márcio Moreira Alves, em um texto em que analisa os Cardeais brasileiros na década de 70, define assim os prelados:

¹⁰ Durante a tese eu usei os termos “modernizador” e “reformista” como sinônimos. O único ponto que a definição proposta por Mainwaring não encaixaria no perfil de D. Avelar era que ele nunca foi um ferrenho anticomunista apesar de discordar frontalmente do comunismo. Quando já era arcebispo em Salvador atuou em favor dos comunistas presos pelo Regime, apesar de discordar de suas ideias.

¹¹ “Bispo fará crítica no Sermão”. *O Estado de São Paulo*, 10/01/1978

Infelizmente, três dos cardeais em funcionamento - há um aposentado- tendem para a direita. Dom Vicente Scherer de Porto Alegre, é um reacionário sincero, Eugênio Sales, do Rio de Janeiro, é que [é um] oportunista autoritário, e **Avelar Brandão, da Bahia, embora seja sensível e inteligente, é diplomata demais para engajar-se numa causa.** (Grifo meu) ¹²

Esta forma caricatural de ver D. Avelar Brandão, como aquele que fica em cima do muro, que não se posiciona, era comum para aqueles que esperavam dele uma posição que se acreditava que ele deveria tomar. A postura do arcebispo de querer dialogar com os militares e os seus opositores causava estranhamento, e era visto como hesitação.

Esta tese, ao estudar a vida de D. Avelar, demonstrará a importância dos bispos reformistas para as mudanças na Igreja Católica, enquanto geralmente os trabalhos sobre Igreja tendem a destacar a importância da chamada Igreja Popular ou progressista. E acabam omitindo a importância daqueles prelados para a mudança da Igreja. Isto, particularmente, ficará claro no capítulo que se dedica ao estudo da Conferência de Medellín, que apesar de ser uma conferência comandada pelos bispos modernizadores geralmente é associada aos bispos tidos como progressistas.

A biografia, um gênero historiográfico por excelência, retornou a ter força nos estudos históricos pelo menos desde a década de 1980, depois de relegada a segundo plano pelos *Annales*. Para eles, os historiadores tinham que se preocupar em estudar as estruturas que explicavam as ações dos homens e mulheres. Somente o entendimento das estruturas de longa duração seriam capazes de recuperar os grandes movimentos das sociedades em suas regularidades e permanências, escapando à superficialidade dos fatos. O domínio econômico-social era o eixo de observação predileto dos historiadores.

O retorno da atenção dos historiadores à biografia, no entanto, pretende não repetir o estilo da biografia clássica do século XIX, em que o homem era o Senhor da História, determinava suas ações independentemente dos condicionantes estruturais. Para Alexandre Avelar (2010, p.158), a biografia atual procura: “demonstrar as tensões existentes entre a ação humana e as estruturas sociais, colocando o personagem e seu meio numa relação dialética e assegurando à História o caráter de um processo com sujeito.”

¹² “O Despertar da Revolução Brasileira”, Márcio Moreira Alves. Texto mimeografado. S/d. p16. Serviço Nacional de Informações – Agência Central. ASP_ACE_9616_81 (Arquivo Nacional)

Como bem lembrou Bento Schimdt, os historiadores que buscam trabalhar com a biografia hoje procuram colocar o indivíduo no contexto social mais amplo:

Hoje, pelo contrário, um número significativo de historiadores procura pensar a articulação entre as trajetórias individuais examinadas e os contextos nos quais estas se realizaram como uma via de mão dupla, sem cair nem no individualismo exacerbado (como nas biografias tradicionais, do tipo "a vida dos grandes vultos"), nem na determinação estrutural estrita (como nas análises marxistas ortodoxas). (SCHMIDT, 1997, p.15)

A biografia tem que trabalhar sempre com a dualidade. Seja entre a ação individual/coletiva, liberdade/determinismo, estrutura/indivíduo: “Neste último caso, aponta-se para a manutenção, no indivíduo, de componentes subjetivos sociais e ligados ao grupo onde ele vive, ou, inversamente, a busca do que é extremamente único e pessoal dentre um aparato mais vasto de representações da memória, internalizadas a partir da sociedade.” (MONTAGNER, 2007, p.241)

Aos historiadores que constroem uma biografia tem de levar em conta o risco apontado por Pierre Bourdieu, o que ele chamou de “Ilusão biográfica”. Ao narrar a vida de um personagem tem de ter cuidado de não contar como se ela constituísse “um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto”. (BOURDIEU, 1996, p. 184) O enredo de uma vida não é uma trajetória retilínea em direção a um fim determinado que já se manifestava desde os momentos mais remotos da infância do personagem.

Esta tese é uma biografia de uma autoridade da Igreja Católica. Neste trabalho não pretendo ver a história pelos olhos de D. Avelar, mas sim perceber a *tensão* desse indivíduo e as estruturas sociais. D. Avelar é visto aqui como um protagonista da sua história, mas não “Senhor do Destino”, no sentido de que os seus objetivos ou interesses fossem realizados porque assim ele o queria. D. Avelar teve que se adequar a momentos históricos das quais não tinha controle. A história tem sua força e dinâmica que independe do arcebispo, mas ele sempre atuou conforme os seus ditames. Perceberemos o que há de individual e coletivo no arcebispo, em um processo dialético e tenso como a vida de qualquer ser humano, dos grandes homens e das grandes mulheres até os menores.

Discussão Bibliográfica

Existe uma considerável bibliografia que aborda a temática “Igreja e Política” e que tenta dar conta das transformações pelas quais passou a Igreja Católica brasileira e analisa o seu confronto com o Estado durante o Regime Militar.¹³ Há também uma grande quantidade de obras acadêmicas que abordam os bispos daquele período, mas esses trabalhos se preocuparam fundamentalmente com os chamados bispos progressistas. Bispos tais como D. Helder Câmara¹⁴, D. Paulo Evaristo Arns¹⁵, D. Pedro Casaldáliga¹⁶, D. Fernando Gomes¹⁷, D. Waldyr Calheiros¹⁸ e outros, tiveram suas vidas analisadas por diversas óticas em livros, artigos, dissertações e teses. Mas, aqueles bispos que não fizeram uma oposição pública aos militares, durante muito tempo não foram objetos da atenção de pesquisadores. Taxados como “conservadores”, eles foram relegados ao silêncio.

Isso começou parcialmente a mudar com o trabalho do brasilianista Kenneth Serbin, *Diálogos na Sombra*, onde ele estuda a *Bipartite*, um canal de diálogo secreto entre o episcopado e os militares. Apesar dele se preocupar principalmente com as reuniões da *Bipartite*, Serbin acabou fazendo o resgate da figura do ex-arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Sales, demonstrando que mesmo os bispos taxados como conservadores e que dialogavam com os militares não eram apenas meros capachos da ditadura. Nos bastidores, eles dialogavam e até, em algumas ocasiões, entravam em choque com o Governo. E no caso de D. Eugênio, segundo o livro, ele teve uma atuação importante na proteção de refugiados políticos (SERBIN, 2011).

D. Avelar Brandão Vilela não fez uma oposição declarada à Ditadura Militar, e por isso, durante muito tempo, foi esquecido pela historiografia. Ele não se enquadrava no modelo do “bispo resistente”. Ele só é citado pontualmente nos principais livros sobre a temática da atuação da Igreja Católica durante a Ditadura, que sempre se refere ao seu estilo moderado e dele tentar manter um diálogo com o Governo. (BRUNEAU, 1976, p.346; ALVES, 1978 p.209, MAINWARING, 1986, p.113 e SERBIN, 2001, p.311-314)

¹³ Dentre outros, ver Márcio Moreira Alves, (1979), Thomas Bruneau (1974), Scott Mainwaring (1989) e Kenneth Serbin (2001).

¹⁴ D. Helder Câmara foi o bispo que mais possuiu obras a seu respeito publicadas. Dentre muitos, ver: Marcos de Castro (1978); Marcos Cirano (1983); Nelson Piletti e Walter Praxedes (1997).

¹⁵ Ver Evanize Sydow e Marilda Ferri (1999); Ricardo Carvalho (2013)

¹⁶ Ver Benjamin Forcano *et al.* (2008); Mairon Valerio (2007)

¹⁷ Ver Lindsay Borges (2011); Teresinha Duarte (2003)

¹⁸ Ver Célia Maria Leite Costa, Dulce Pandolfi e Kenneth Serbin (2001)

Este silenciamento é recorrente a outros bispos considerados moderados ou conservadores, que a despeito de sua importância dentro da Igreja Católica, não tiveram trabalhos acadêmicos que procurassem analisá-los.¹⁹ Bispos tais como D. Agnelo Rossi, D. Jaime Câmara, D. Luciano Duarte, D. Geraldo Proença Sigaud e o próprio D. Eugênio Sales não mereceram até hoje um trabalho específico sobre a sua atuação.²⁰ Com a distância temporal do período ditatorial, começam a aparecer trabalhos que pretendem resgatar a história de setores católicos conservadores.²¹

A bibliografia sobre D. Avelar Brandão é ainda escassa e não consegue dar conta da sua importância no cenário político, social e religioso brasileiro. Existem algumas publicações feitas por pessoas próximas a ele (ARQUIDIOCESE..., 1985 e LIMA, 1989). Obras que tem um tom mais apologético. Existem alguns trabalhos memorialísticos de membros das esquerdas que em algum momento tocam na figura de D. Avelar, sempre destacando a sua importância como defensor dos direitos humanos (JOSÉ, 2000; GUEDES e MENDONÇA, 2006 e DANTAS, 2006). Estes trabalhos são importantes para percebermos como o prelado é estimado na memória dos setores opositores à Ditadura, mesmo que ele tenha estado muito próximo dos militares. Os generais Ernesto Geisel (D'ARAUJO e CASTRO, 1997) e Antônio Carlos Muricy²² em suas memórias citam o arcebispo, colocando-o como um modelo de Pastor.

Foram defendidas no mestrado da Universidade Federal do Piauí (UFPI), dissertações que abordam aspectos de D. Avelar quando era arcebispo de Teresina.²³ Trabalhos de grande relevância que tentam analisar traços do arcebispado de D. Avelar, no Piauí, com um cunho mais analítico, mais acadêmico. Foram lançados dois trabalhos em Salvador a respeito do arcebispo (PORTELA e SANTOS, 2012; SOUZA, 2016). Sobre o bispado de D. Avelar na diocese de Petrolina não encontrei nenhum trabalho. Do período em que foi padre em Aracajú, ele aparece esporadicamente citado nos trabalhos que abordam o primeiro bispo de Aracajú, D. José Dom José Thomas Gomes da Silva (1873-1948), que ordenou D. Avelar e influenciou bastante a geração de seminaristas que

¹⁹ Quando me refiro a ausência de obras sobre os chamados “bispos conservadores”, estou falando de trabalhos acadêmicos a respeito destes personagens, pois como é comum dentro da Igreja Católica, existem vários livros sobre cada um deles feitos pelas próprias arquidioceses ou por pessoas próximas a eles. Naturalmente esta literatura tem um caráter mais laudatório.

²⁰ Em 2012, foi defendida uma dissertação, em História, na UNISINOS sobre o arcebispo D. Vicente Scherer. (KASPER, 2012)

²¹ Uma tese que aborda o grupo católico integrista Tradição, Família e Propriedade - TFP (ZANOTTO, 2007) e um livro que estuda a atuação do intelectual católico Gustavo Corção na imprensa. (PAULA, 2015)

²² MURICY, Antônio Carlos da Silva. Antônio Carlos Muricy I (depoimento, 1981). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. dat.

²³ (CARVALHO, 2007; ARAÚJO, 2008; PEREIRA, 2008 e CARVALHO, 2010).

ele fez parte, tanto que eles são conhecidos como os “padres de D. José” (BARRETO, 2009). Por fim, tem mais um trabalho de um escritor Alagoano, que teve o apoio da Instituição Teotônio Vilela pertencente aos familiares do Cardeal (VASCONCELOS FILHO, 2012).

Arquivos e Fontes – Metodologia

Para tentar melhor compreender o arcebispo tive que recorrer a vários olhares diferentes. Por isso, esta tese é ancorada na diversidade de acervos. Pela importância política e religiosa de D. Avelar e por ele ter atuado em quatro estados diferentes e ter sido presidente do CELAM, isso me obrigou a procurar realizar uma pesquisa mais ampla possível em vários estados e fora do país.

Um dos acervos principais neste projeto e que possibilitou o começo deste trabalho é o arquivo particular de D. Avelar Brandão Vilela que está depositado no Laboratório Reitor Eugênio Veiga, na Universidade Católica de Salvador (LEV/UCSAL). O acervo do arcebispo é imenso e variado. Tem cartas, fotos, documentos manuscritos, datilografados, jornais, entre muitos outros. Nele está guardado a documentação desde quando ele era apenas um seminarista, em Aracajú.

Destaco dentro deste acervo as cartas e telegramas trocados com autoridades militares e religiosas. É um tipo de documentação que abre uma janela para vermos negociações, pedidos e conflitos que ocorriam escondido da opinião pública. Neste acervo podemos perceber como D. Avelar negociava com os militares e políticos, e como, a todo momento, tentou evitar uma ruptura entre a Igreja e o Governo. Outra documentação muito interessante é a troca de correspondências entre o arcebispo e o Vaticano.

Uma coleção de acervos fundamental neste projeto são os arquivos dos órgãos de Informação da Ditadura que estão preservados no Arquivo Nacional. Esta documentação é imensa, constando milhões de documentos. Com a abertura destes arquivos, muitos pesquisadores estão trabalhando neles. Com relação ao estudo da Igreja dois trabalhos se destacam no uso desta documentação (SERBIN, 2011 e BEZERRA, 2014). Entretanto, eles trabalham sem procurar as peculiaridades entre os órgãos de Informação da Ditadura, tratando-os de forma homogênea.

A rede de Sistemas de Informação da Ditadura era ampla e bem heterogênea formada por vários órgãos (SNI, CIE, CISA, CENIMAR e outros). Precisamos ainda de

trabalhos acadêmicos que procurem entender a lógica do trabalho desses órgãos cada um com suas peculiaridades. Apesar da dificuldade de se trabalhar com uma produção de documentos tão ampla, durante as minhas pesquisas, encontrei uma certa coerência nas visões sobre o arcebispo a depender do órgão que produziu a documentação e do momento histórico.

O principal órgão de Informação da Ditadura era o Serviço Nacional de Informações (SNI). Ele era formado por agências regionais que cobriam todo o país. Duas agências do SNI - Bahia e Ceará²⁴ - eram as que estiveram mais próximas do arcebispo. Estes órgãos acompanhavam mais de perto a vida do arcebispo. Podemos perceber diferenças da visão do prelado dependendo do órgão de Informação que produziu o documento e do período.

Quando D. Avelar passou a comandar a arquidiocese de Salvador, a partir de 1971, ele manteve uma ótima convivência com as elites baianas, porém ele não se relacionava bem com o Governo Federal e o presidente Emílio Garrastazu Médici. Isso acabava se refletindo nos documentos dos órgãos de Informação. Na documentação do SNI da Bahia encontramos uma análise mais objetiva e respeitosa do Arcebispo, enquanto nos órgãos de Informação de outros estados ou das Forças Armadas predominava uma posição mais hostil neste momento.²⁵ Talvez quem melhor tenha definido o arcebispo foi justamente um agente da agência baiana do SNI:

DOM AVELAR BRANDÃO VILELA, Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, é uma autoridade eclesiástica bastante solicitada pela imprensa, e não se nega a opinar sobre qualquer assunto. **A depender da ocasião ou do assunto, comporta-se como um reacionário, um moderado ou um progressista.** Em suas declarações, preocupa-se com o bom senso e responsabilidade do cargo que exerce (GRIFO MEU)²⁶

Com apoio de uma bolsa sanduíche da CAPES, pude viajar até a Colômbia para pesquisar nos arquivos do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e no Centro

²⁴ A regional do SNI – Bahia era responsável pelos estados da Bahia e Sergipe e a regional do Ceará era responsável pelos estados do Maranhão, Piauí, além do Ceará.

²⁵ Isto não quer dizer que não exista documentos de orientação diferentes sobre o arcebispo no arquivo do mesmo órgão. Mas, independentemente disso dá para perceber uma maior preponderância de uma visão sobre ele em um órgão. Além disso, não se pode esquecer que havia uma troca de documentação muito intensa entre os vários organismos de Informação também.

²⁶ ATIVIDADES DE GRUPOS RELIGIOSOS - 4.6. 30 de abril de 1982. Serviço Nacional de Informações – agência Salvador. ASV_ACE_3357_82. (Arquivo Nacional).

Bíblico, Teológico y Pastoral para América Latina (CEBITEPAL). Tive acesso a uma documentação inédita sobre D. Avelar Brandão Vilela e sobre a Igreja Católica brasileira. Nos arquivos dessas instituições, pude comprovar a importância de D. Avelar e de outros bispos reformistas no processo de modernização do CELAM e na preparação da IIª Conferência Episcopal em Medellín, em 1968.

Pesquisei também em vários outros arquivos que constam relacionados no final desta tese. Entrevistei 44 pessoas para este trabalho. Para tentar formular uma visão mais completa do arcebispo, foram entrevistados religiosos considerados progressistas e conservadores das arquidioceses por onde ele trabalhou. Da mesma forma entrevistei leigos católicos. Procurei entrevistar militantes de esquerda e políticos sem ligação com a Igreja Católica para ver a imagem produzida por estes setores sobre o Cardeal. Entrevistei também pastores protestantes e os maçons para falar do contato deles com D. Avelar. Por fim, entrevistei alguns dos principais bispos do período da Ditadura. Procurei entrevistar prelados com orientações políticas diferentes e que tiveram contato com D. Avelar para confrontar as opiniões.

Nas entrevistas e, também, na maior parte da produção bibliográfica atual sobre o prelado, está sendo construída uma “memória da resistência” sobre o arcebispo. Se procura destacar a posição de D. Avelar como defensor dos direitos humanos e a sua posição de apoio às esquerdas. Entretanto, acabam ocultando que o arcebispo procurava manter contatos também com os militares. Na entrevista com o padre Renzo Rossi, sacerdote que teve uma atuação importante com os presos políticos, e que era próximo de D. Avelar, o padre teimou com o autor desta tese de que o arcebispo nunca tinha celebrado missa para os militares.²⁷ Inconscientemente ou não, para estes setores, atualmente, é difícil aceitar a proximidade de D. Avelar com a Ditadura. D. Avelar Brandão sempre esteve próximo ao poder, desde que ele era um simples padre em Aracajú. Se, é errado vermos o arcebispo como um apoiador do Regime militar, tampouco é correto colocá-lo como um opositor aos militares. Como este trabalho tentará mostrar sua prática é mais complexa do que isso.

²⁷ Entrevista com Padre Renzo Rossi (06-08-10).

APRESENTAÇÃO

Era uma quinta-feira, 7 de setembro de 1972, comemoração da Independência do Brasil, a bela cidade de Salvador amanheceu com um clima agradável e temperatura máxima de 28°. A população tomava as ruas vestida de verde e amarelo para assistir ao desfile militar. Era um dia de comemorações cívicas. O arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, D. Avelar Brandão Vilela, e mais dezenas de políticos e militares, também festejavam a Independência do Brasil. As autoridades civis, militares e religiosas assistiam, em um palanque, o desfile militar que ocorria no Centenário, bairro nobre da capital baiana. No final da tarde, o evento teve o clímax na Catedral de Salvador, no bairro histórico do Pelourinho, onde o arcebispo ministrou ofício religioso cujo o destaque era o “Te Deum do Sesquicentenário”.¹

Como fazia em quase todos os anos, D. Avelar comparecia àquele acontecimento cívico nacional de muito bom grado. Sempre procurou manter as relações mais cordiais possíveis com os governantes civis ou militares. Naquele ano, os festejos desta data foram especiais. O país estava celebrando os 150 anos da sua independência. As comemorações do Sesquicentenário foram um grande evento da Ditadura Militar e ocorreram nos vários estados da Federação, despertando o patriotismo e o orgulho de ser brasileiro, além de ser uma vitrine para as conquistas do Governo do general Emilio Garrastazu Médici.

A festa do Sesquicentenário estendeu por quase o ano de 1972 inteiro. Congressos, desfiles, festejos e até uma copa entre seleções de futebol de vários países em sua comemoração foram marcados. Uma urna com os restos mortais de D. Pedro I foi transladada de Portugal para o Brasil para repousar eternamente em berço esplêndido no parque da Independência, em São Paulo. Antes de chegar ao seu destino final, os restos mortais do imperador passaram por vários estados recebendo a visita de milhares de pessoas. Naquele momento, o país vivia o auge do Milagre Brasileiro e um crescimento econômico poucas vezes visto em nossa história. O desenvolvimento do país era notório. O Brasil modernizava-se rapidamente. O Regime Militar tentava construir uma imagem de um novo país, de uma grande potência e os brasileiros foram convidados a festejar estas conquistas. Grande parte da população aderiu exultante “por expectativas de

¹ Para as informações do desfile foram consultados o Jornal *A Tarde* 7-9-15 e 8-9-15 e *Jornal da Bahia* 7-09-15

ascensão social e pelo entusiasmado sentimento de *construção do futuro*, do *Brasil potência*.” (CORDEIRO, 2012, p.6) Os festejos eram a representação máxima do orgulho de que muitos estavam sentindo naquele momento. O Brasil era o país do futuro que começava a se realizar no presente. Essa era a face pública, dourada, que o Regime apresentava.² Nessa ocasião, D. Avelar fora agraciado com o diploma do Sesquicentenário da Independência do Brasil, acompanhado de três medalhas (ARQUIDIOCESE..., 1985, p.126).

Nesse mesmo ano, pouco mais de três meses depois, o arcebispo, no dia 23 de dezembro, um sábado de sol abrasador típico do dezembro de Salvador, comparecia à Penitenciária Lemos de Brito, em um bairro distante do centro da capital baiana, em Mata Escura, região cercada pela Mata Atlântica, para celebrar uma missa natalina para os presos políticos. Coincidentemente, neste mesmo dia, Tristão de Athayde, pseudônimo do intelectual católico Alceu Amoroso Lima, publicava em sua coluna no *Jornal da Bahia* um apelo insistindo na Anistia aos prisioneiros políticos.³

Essa era a outra face da moeda deste país potência que se projetava para o futuro. Entretanto, essa era uma face censurada, que não poderia aparecer nos jornais, nem na televisão e que o Regime negava existir. Eram os Anos de Chumbo (1969-1974), o período mais autoritário da Ditadura. Momento, em que qualquer ato de discordância ao Governo, por mais inofensivo que parecesse, poderia ser visto como um atentado ao país e enquadrado na draconiana Lei de Segurança Nacional. Contudo, o arcebispo não estava lá apenas para esta celebração, ele tinha uma outra função sacerdotal: iria ministrar o casamento de um prisioneiro político na penitenciária. O noivo era nada menos que Theodomiro Romeiro.

Theodomiro Romeiro dos Santos era membro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). No dia 27 de outubro de 1970, depois de uma emboscada em que foi preso junto com um outro companheiro, matou o sargento da Aeronáutica Valder Xavier de Lima com um tiro na nuca para ajudar a um dos membros de sua organização a fugir. Esse acontecimento tomou uma grande proporção nos jornais baianos, afinal o “terrorismo” também tinha chegado à capital baiana e além de tudo assassinado um

² Para os preparativos das comemorações do Sesquicentenário e a adesão popular ao evento ver (CORDEIRO, 2012). A Tese de ALMEIDA (2009) analisa também as comemorações com uma ênfase um pouco diferente.

³ Tristão de Athayde, “Novo Apelo à Anistia”, *Jornal da Bahia*, 23-12-1972, p.4.

militar. Esse caso teve ampla repercussão também na imprensa nacional, pois a punição aplicada a ele foi a pena de morte. Mesmo em plena Ditadura uma campanha de reação à aplicação da pena capital ocorreu liderada pela Igreja Católica.⁴ Theodomiro era visto como um dos principais adversários do Regime Militar, ele representava a cara do inimigo armado da Ditadura, o terrorista que queria destruir o país.

Uma mineira de apenas 23 anos, chamada Maria da Conceição Gontijo, era a noiva de Theodomiro. Ela tinha conhecido o futuro marido na penitenciária enquanto visitava o cunhado Renato Godinho Navarro que também era prisioneiro político para saber de notícias e para levar informações e bilhetinhos escondidos. Renato Godinho era esposo de sua irmã, Maria Helena Teixeira de Lacerda, presa política que cumpria pena no forte Santo Antônio. Os dois se apaixonaram e resolveram se casar. Ela foi ao seu pároco pedindo que celebrasse o seu casamento, mas ele se negou ao saber quem era o noivo. Sem mais ter a quem pedir, ela só tinha agora o próprio arcebispo de Salvador. Era de comentário geral na cidade que o prelado deixava a sua porta aberta para todos. Então, ela tomou coragem e decidida foi falar com o arcebispo para ser o celebrante do seu matrimônio. D. Avelar ouviu com atenção a sua solicitação, mas primeiramente pediu que refletisse bem sobre a sua decisão, já que ela era bem jovem e iria casar com um homem que tinha sido condenado a prisão perpétua. A pena de Theodomiro Romeiro já tinha sido comutada. Diante da assertiva da moça, D. Avelar aceitou celebrar a união.⁵

Logo após a missa de celebrações natalinas de 1972, D. Avelar pediu a autorização ao diretor da penitenciária para utilizar a capela da Lemos de Brito para a celebração do casamento de Maria Conceição com Theodomiro Romeiro. Entretanto, foi negado. O diretor do presídio alegou que a capela estava em reforma.⁶ O arcebispo não aceitou a negativa e perguntou aos próprios presos em qual lugar ele poderia realizar a união religiosa. O único espaço disponível foi um porão e “nesta ocasião, o arcebispo celebrou o casamento religioso do preso Theodomiro Romeiro dos Santos, assassino do sargento

⁴ Sobre a condenação de Theodomiro a pena capital ver MOREIRA (2007). Para saber da reação de segmentos da sociedade brasileira à aplicação da Pena de Morte, principalmente da Igreja Católica e a repercussão na imprensa baiana do assassinato do sargento da Aeronáutica e do seu julgamento ver: CARVALHO NETO (2014).

⁵ Entrevista com Maria da Conceição Gontijo 04-12-15.

⁶ *Documento de Informações nº 073/21/ASV/SNI/73.D. Avelar Brandão Viela – casamento do terrorista Theodomiro Romeiro dos Santos*. Serviço Nacional de informações – agência Salvador. 30-04-1973. BR_AN_BSB_AA3_DTI_DTR_0097 Serviço Nacional de Informações – Agência Central. ARQUIVO NACIONAL

da Aeronáutica, com Maria da Conceição Gontijo”.⁷ A União dos cônjuges teve os presos políticos e os guardas como testemunhas.

Os órgãos de informação da Ditadura foram pegos de surpresa:

No dia 22 dez de 72, quando em visita ao presídio acima citado, o arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, D. Avelar Brandão Vilela, celebrou solenemente o casamento religioso de THEODOMIRO com MARIA DA CONCEIÇÃO, enlace esse que em tais circunstâncias não pode ter validade para efeitos civis. Acresce dizer que tal concessão ao condenado THEODOMIRO traz consigo inconveniente óbvios à guarda e vigilância particular que sua periculosidade requer.⁸

Em um mesmo ano D. Avelar prestigiava dois personagens opostos de uma mesma história. Celebrava junto com os militares os seus feitos e atendia ao clamor dos que se opunham à Ditadura. Mais do que fatos isolados, esses atos refletem bem a sua pastoral. Esta era a sua forma de agir. Transitava entre grupos políticos opostos deixando a porta aberta para todos. Em um tempo de extremos e radicalizações, ele procurava trilhar o caminho do meio e ser o denominador comum. Como ele sempre costumava dizer: “Os radicalismos têm propostas, mas não posso aceitá-las na íntegra. Tiro o que é bom de um lado e de outro.”⁹

Mesmo em um Regime de Exceção, e talvez mais por isso mesmo, ele achava que a moderação tinha que ser a sua forma de agir e o diálogo, a solução para desobstruir os conflitos entre os opostos. A Igreja tinha de ser um espaço aberto para todos, e ele, como bispo, tinha que através das relações políticas que mantinha procurar contornar os problemas que apareciam sempre evitando uma ruptura. Por isso, manteve contatos com os militares, políticos da ARENA, os Governos federal, estadual e municipal, mas também com os presos políticos, os marxistas, políticos do MDB, sindicatos, Movimentos Sociais e outros personagens e entidades de esquerda. Na sua agenda incluiu espaço para o diálogo com os protestantes e os maçons.

Em um período que se caracterizava por uma grande radicalização, em que se procurava rotular os personagens da época sempre por antípodas: Apoio x resistência ou

⁷ *Casamento de Terrorista realizado por D. Avelar*. Ministério da Aeronáutica. Comando Costeiro. Quartel general 2ª seção. 22-01-1973. AC_ACE_53680_73. Serviço Nacional de Informações – Agência Central. Arquivo Nacional

⁸ *Informação nº 254. Maria da Conceição Gontijo Lacerda*. Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. CIE. 19-03-1973. AC_ACE_54959_73. Serviço Nacional de Informações – Agência Central. Arquivo Nacional

⁹ “Não sou oposição, sou Pastor”. *Istoé*, 23 jun. 1982, p. 85.

progressista x conservador. O arcebispo não vestia tão facilmente essas carapuças nos forçando a repensar os modelos que criamos para analisar quem viveu o período da Ditadura Militar. O mesmo arcebispo que em várias ocasiões será homenageado pela Ditadura, será homenageado também pelos seus opositores. O presidente-general Ernesto Geisel considerava D. Avelar um exemplo de Pastor a ser seguido (GASPARI, 2003, p.361). Já um ex-militante lembra que D. Avelar “era um solidário amigo dos presos políticos” (JOSÉ, 2006, p.12). Ao mesmo tempo que mantinha ótimas relações com o Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, recebendo várias críticas por esta postura das esquerdas e de setores da Igreja Católica, apoiou uma greve de policiais militares na qual o Governador e a 6ª Região Militar tinham mandado reprimir. Como ele mesmo expressou: “A convivência [com o Governo] não significa nenhuma vinculação, muito menos submissão”.¹⁰

Quando questionei a Theodomiro Romeiro o porquê dele ter aderido a uma opção tão extrema como a luta armada, uma das causas que ele respondeu foi: “o radicalismo que havia naquela época, não havia meio termo, ou sujeito aderiu à ditadura ou combatia”¹¹. Entretanto, contrariando este diagnóstico, foi justamente assim que D. Avelar se posicionou politicamente durante toda a Ditadura Militar: ele não aderiu aos militares nem os combateu *stricto senso*. Atuava nas brechas e procurava criar consensos em momentos de radicalismos. Ele era o meio-termo em tempos sem meio-termo. E como será demonstrado neste trabalho, apesar dos vários conflitos que se envolveu, se mostrou um arcebispo hábil politicamente, transitando, com certa desenvoltura, em campos políticos opostos. Durante a maior parte de sua longa carreira episcopal, D. Avelar procurou trabalhar no Centro e fez do diálogo e moderação suas maiores armas.

¹⁰ *Jornal do Brasil* 12/09/78

¹¹ Entrevista com Theodomiro Romeiro dos Santos 25-08-15.

CAPÍTULO I

DE VIÇOSA A PETROLINA: UM BISPO EM FORMAÇÃO

O “capeta” foi ser seminarista

Era 13 de junho de 1912, dia de Santo Antônio de Pádua, um dos santos mais queridos do Nordeste do Brasil, conhecido como o santo casamenteiro. A cidade agropecuária de Viçosa, no estado de Alagoas, com um pouco mais de 30 mil habitantes, estava animada pelas comemorações que davam início às festas juninas. Neste dia festivo, dona Isabel Brandão Vilela, mais conhecida como dona *Bilinha*, casada com um primo, o dono do engenho Mata Verde, Elias Brandão Vilela, de alcunha *Capitão Sinhô*, trazia ao mundo o seu sexto filho. Como era comum na época, a linhagem era numerosa e ela ainda seria mãe mais 4 vezes completando uma prole de 10 filhos divididos igualmente entre 5 homens e 5 mulheres. Como combinado entre os pais, *Capitão sinhô* escolheria o nome dos meninos, enquanto Dona *Bilinha* escolheria o das meninas. E nesse dia nasceu um garoto. O pai resolveu batizá-lo com o nome de Avelar Brandão Vilela. (VASCONCELOS FILHO, 2012, p.19-31)

A família do menino Avelar era de tradicionais senhores de Engenho. O seu avô paterno, José Aprígio Vilela, foi um famoso proprietário que fez fortuna e marcou a história da cidade. O seu pai herdou o engenho Mata Verde, mas nunca se mostrou muito ligado ao trabalho com a terra como seu genitor. Apesar de não ter feito uma carreira de nível superior, amava ler os livros e jornais que chegavam da capital Maceió. Passava horas na rede lendo. Senhor Elias achava que a vida na agricultura não dava futuro, e por isso não queria que seus filhos seguissem o mesmo caminho. Assim que completassem uma certa idade mandava-os estudar fora da cidade para não seguir a sina do pai. Queria ver os filhos “doutores”.

Viçosa era uma cidade pequena na zona de mata alagoana. A região é cortada pelo Rio Paraíba e seus afluentes. O relevo é muito acidentado, com serras e vales, por isso, no passado, a região foi escolhida pelos negros que fugiam dos engenhos para abrigar parte do quilombo dos Palmares. A economia estava em forte desenvolvimento e era centrada na criação de gado e no plantio de cana-de-açúcar. Era uma das cidades mais importantes do estado de Alagoas. As famílias Brandão e Vilela eram duas das mais

tradicionais da localidade. Entretanto tinham reconhecimentos diferentes. Os Brandão tinham fama de sisudos e os Vilela de pândegos. Havia um ditado popular que dizia “onde tem zabumba, cachaça e mulher, tem Vilela”. Talvez seja por isso que o menino Avelar sempre se apresentaria como Brandão, enquanto o irmão Teotônio, como Vilela. (ALVES, 1983, p.33).

Aquela geração familiar que fazia parte Avelar seria ilustre para Alagoas e para o Brasil. Além de sair um futuro Cardeal e um Senador da República, Teotônio Vilela; o primogênito da família, José Aloisio Brandão Vilela, foi um reconhecido folclorista alagoano, autor de vários livros sobre o assunto e membro da Academia Alagoana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.¹ Um primo muito próximo da família, Theotônio Vilela Brandão, conhecido como Théo Brandão, grande amigo de Teotônio Vilela, foi um outro expoente no estado. O intelectual mais respeitado da família. Médico, folclorista e professor universitário, também foi membro da Academia Alagoana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, e autor de importantes trabalhos sobre o folclore em Alagoas, tornando-se uma referência até hoje nos estudos sobre a temática.²

Todos os filhos da família Brandão Vilela começavam a aprender o ABC e a tabuada com a mãe. Ela cobrava as lições enquanto costurava. Eles já iam para a escola com algum conhecimento básico. A primeira professora fora de casa do menino Avelar foi dona Eufrosina Maria Silva que, segundo ele, “plantou no meu espírito que então se abria, curioso e tímido, para os apelos da vida intelectual, as primeiras sementes do saber”. Depois ele teria como professor, o baiano João Domingues Moreira, proprietário do Ginásio Viçosense a quem, segundo ele, o “preparou com esmero para iniciar o curso de ensino médio, no seminário de Maceió.” Por ter sido sempre um ótimo aluno, Avelar Brandão não sentiu “sua vibrante régua disciplinar e sua respeitável palmatória sempre tão temidas”.³

O professor João Domingues também trazia boas lembranças de Avelar Brandão. Como relatou, o menino “era vivo, robusto de corpo e de talento, nas sabatinas e nas rixas escolares tundava os companheiros.” Segundo ele, nas matérias estudadas em sua escola

¹ “José Aloisio, Alma do povo”. *Jornal de Alagoas*, 10-09-1976

² http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=1. Acesso em 03-01-2018

³ D. Avelar Brandão Vilela “Das ‘primeiras letras’ às letras acadêmicas”. 1973 (LEV/UCSAL)

- português, francês, inglês, história do Brasil, história universal, geografia, matemática, ciências físicas e naturais – “Avelar passou por elas galhardamente”. E ainda concluiu: “como vi que o menino tinha asas aquilinas para se arremessar pelas alturas infinitas, procurava sempre saber notícias dele. Eram ótimas”. (VASCONCELOS FILHO, 2012, p.27)

Descontando os arroubos do professor que foram proferidos depois que Avelar já era um bispo, de fato o menino era um ótimo aluno, gostava de aprender. Esforçava-se para se destacar. Tinha personalidade forte. Neste momento já era enfatizada a vaidade do garoto que queria ser sempre o melhor aluno. Esse é um pecado capital que ele carregaria durante toda a vida. Além disso era um menino que adorava andar a cavalo, brincar, jogar bola, gamão. O garoto Avelar era muito traquino, como lembrou seu irmão Teotônio Vilela: “eu era o contrário do Avelar, que era um capeta (...) o Avelar pintava o raio, inventava cores e tal, aquela trapalhada”. (VILELA, s/d, p.12).

Teotônio Vilela falava do irmão Avelar com respeito e admiração. O respeito não era só filial com o irmão mais velho. Avelar sempre foi a maior influência da família no menino e depois no homem, Teotônio, a quem ele pedia conselhos. Mesmo depois de adulto, tratava-o com deferência. Quando D. Avelar ia visitá-lo em sua casa, ele não fumava e nem bebia. Aliás, ele largou o vício justamente no mesmo ano que o seu irmão se tornou Cardeal. (MARCHI, 2017, p.108) Sua primeira viagem internacional foi justamente para ver D. Avelar tornar-se Cardeal, e ele fez questão de relatar isso na tribuna do Senado com toda a emoção que poderia descrever:

De súbito, é pronunciado o nome de Avelar, que se aproxima de Paulo VI, recebe a imposição do barrete cardinalício. Eis o Cardeal Vilela, filho de Elias e Isabel, nascido no município de Viçosa de Alagoas. Senti o coração comprimir-se, como num estrangulador afago íntimo, para depois dilatar-se, tal qual um balão de sopro nos lábios de criança (...) o menino de engenho que comigo cresceu no universo de Engenho Mata Verde (...) nossa imaginação e nosso ardente viver repousavam unicamente no engenho. Dali saiu Avelar para o seminário e eu para o colégio (...) Nos braços do meu irmão e amigo, as palavras não diziam nada: éramos duas crianças chorando de alegria e paz. (ANAIS DO SENADO, 1973, p. 202-203)

Avelar, sempre que visitava Teotônio, ficava horas jogando gamão e conversando sobre todo tipo de assunto. Uma das conversas mais difíceis do *menestrel de Alagoas* com o irmão foi quando ele tentou explicar, o porquê, em 1977, votaria a favor da Emenda constitucional que instituiria o divórcio no Brasil. Ele queria a permissão de D. Avelar que era categoricamente contrário a esta Emenda. Depois de um debate difícil, os irmãos

se entenderam. Como em um teatro de faz de conta, D. Avelar fingia que liberava Teotônio para votar de acordo com sua consciência e Teotônio fingia que precisava dessa aprovação. (MARCHI, 2017, p.109-110)

O menino Avelar Brandão viveu em um ambiente familiar católico. Foi batizado, crismado e fez a primeira comunhão na mesma paróquia de Viçosa, pelo Monsenhor Cândido Machado, o padre Machadinho, como era conhecido. O pai não gostava de religião, para ele era coisa de mulher. Gostava menos ainda dos padres. Não entendia para que eles serviam. Ficavam sem fazer nada vivendo das rendas dos que trabalhavam. Pensamento corrente em muitas pessoas da região. A religião entrava na casa através de dona Isabel: “Se meu pai não era um homem fervoroso na prática religiosa, minha mãe, em compensação, vivia, respirava e transmitia os valores cristãos”, recordaria Avelar Brandão.⁴ Dona *Bilinha* era uma católica fervorosa. Encontrava na sua fé a explicação para a vida, sempre estava em contato com os seus santos de devoção. Como lembrou Teotônio Vilela: “Minha mãe, Isabel, era extremamente religiosa, santamente religiosa, e nós a chamávamos de Santa Isabel. (...) eu me lembro que via minha mãe no oratório que ela fez para o santinho dela, ajoelhada, rezando, de madrugada.” (VILELA, s/d, p.11)

Havia também uma tradição religiosa muito forte na família de Avelar. Um primo distante dele foi o primeiro bispo de Alagoas, Dom Antônio Brandão; um tio-avô materno, o padre Loureiro, tinha sido vigário em Viçosa e um tio materno, Eloy Brandão, também era padre. Era natural que vocações religiosas pudessem florir naquele ambiente: “Minha vocação foi espontânea, e surgiu desde a infância. Minha mãe foi um exemplo de piedade sincera e de fé ardente e pura”, e como recorda: “De outro lado, havia também uma tradição de família. Ao longo de minha vida de criança e de jovem, não pensei em outra coisa. O ideal de ser padre me acompanhou sempre, tranquilamente” (LIMA, 1989, p.55).

Mas, para concretizar essa sua vocação, ele primeiro teria que enfrentar a resistência do seu pai que quando soube da notícia não gostou nem um pouco: “Quem lhe meteu isso na cabeça? Que função tem padre? Eu não entendo... para que padre?” (LIMA, 1989, p. 57). Mas, o menino se mostrou decidido na sua vontade, além disso recebeu o apoio da mãe e do meio-irmão do senhor Elias, Manoel Brandão Vilela, a quem ele respeitava muito. Não seria a primeira e nem a última vez que *Capitão Sinhô* perderia um

⁴ Dom Avelar Brandão Vilela. Resposta do Questionário Entrevista para a “Manchete”. (LEV/UCSAL)

filho seu para a Igreja. Antes de Avelar, a sua filha Nair Brandão Vilela, a contragosto do pai, entrou no noviciado das Irmãs da Caridade, no Rio de Janeiro. Muito tempo depois, a filha Francisca Brandão Vilela se tornaria monja beneditina em Pernambuco.

Em março de 1925, acompanhado pelo tio e padrinho Manuel Brandão Vilela, D. Avelar entrava no Seminário Menor de Nossa Senhora da Assunção, em Maceió. Esse seminário tinha algo de especial para o menino já que tinha sido fundado pelo seu parente D. Antônio Manuel Brandão, falecido em 1910. Começava uma nova etapa da sua vida. Como regra do Seminário, a sua roupa foi queimada quando recebeu a batina. Agora ele era seminarista. Um outro garoto contemporâneo de D. Avelar, Medeiros Neto, lembrava esse momento: “o menino Avelar era chorão, demasiadamente saudosos da casa grande do engenho de seus avós e pais.” E concluía: “ele era manso, silente, tranquilo, como se refletisse o açúcar da sua vida adocicada, desde que nasceu senhorial”.⁵

A Igreja Católica brasileira adentrou o século XX passando por um momento muito delicado. Com a instauração da República, em 15 de novembro de 1889, e o fim do padroado, ela teve de reorganizar-se para enfrentar os novos tempos. Com a promulgação da Constituição em 1891, sob forte influência positivista, a Igreja Católica viu-se alijada do poder. Para Thomas Bruneau (1974, p. 64-68), o Governo Provisório e depois a Constituição “promulgaram leis que refletiam uma deliberada desconsideração para com a religião e a Igreja”.⁶ Vendo-se então sem a proteção do Estado e sem o seu financiamento, e estruturalmente deficitária, a Igreja teve que se reinventar. Porém, a hierarquia eclesiástica procurou ajustar-se à nova conjuntura política, esforçando-se para não entrar em conflito com o novo Governo.

Se, por um lado, a Igreja Católica brasileira se viu privada dos privilégios que desfrutava no Império; por outro, passava a ter um maior contato com o Vaticano. A Cúria Romana, desde a segunda metade do século XIX, estava buscando uma maior centralização das Igrejas nacionais ao seu poder. O Vaticano esforçou-se para fortalecer a Igreja brasileira e procurou ajudar na sua reestruturação, incentivando a vinda de várias ordens religiosas para o Brasil a fim de suprir a carência de padres no país. Também

⁵ NETO, Medeiros. “Menino de Viçosa”. *O Dominical*, Teresina, 10 de janeiro de 1965, p. 5.

⁶ Em 7 de janeiro de 1890, o Governo Provisório acabou com o padroado. A constituição que não foi declarada “em nome de Deus” confirmou a separação entre Estado e Igreja. Assegurou às confissões religiosas direito de culto e liberdade de crença; a partir daquele momento, apenas os casamentos civis seriam reconhecidos oficialmente e os cemitérios foram secularizados. O ensino religioso foi banido das escolas públicas e o clero, privado de direitos políticos.

começou a ampliar o número de dioceses para um melhor trabalho pastoral e procurou incentivar a formação de um clero mais em sintonia com o modelo de sacerdócio que o Vaticano queria.

Desde o século XIX, a Igreja Católica tinha iniciado um processo de reforma no clero. Desejava mudar a imagem construída do padre com família e pouco afeito as questões eclesiais quanto às mundanas. Sua preocupação recaiu nos seminários e na seleção dos novos candidatos ao sacerdócio. Estes, regidos por severa disciplina, destinavam-se a moldar um novo tipo de padre: virtuoso, obediente e celibatário. Tinha como modelo os seminários europeus e seu tipo de educação. A partir do século XX, foram criados dezenas de seminários que educaram milhares de homens e tornaram-se uma das mais importantes instituições educacionais do Brasil. (SERBIN, 2008, p. 11) Foi nesse modelo de seminário que o menino Avelar começou a estudar em Maceió.

Avelar Brandão Vilela, garoto inteligente, um ótimo aluno, vindo de uma família tradicional, estava predestinado ao sucesso na carreira eclesial é o que narra os biógrafos oficiais e oficiosos do arcebispo. Mas como ele descobriria logo, a vida tem seus dissabores. O livro *Vida e obra de D. Avelar Cardeal Brandão Vilela* escrito por Aristides Fraga Lima, é obra fundamental para entender a vida de Dom Avelar, pelo que ela revela e também pelo que ela omite. Aristides Fraga tinha sido aluno de D. Avelar no seminário, é natural que a obra procure engrandecer a posição do seu mestre. Entretanto, D. Avelar foi professor dele no seminário de Aracajú e não no de Maceió. Esta mudança de seminários entre dioceses diferentes é tratada de forma marginal no livro. Em um momento, a obra deixa escapar uma conversa aparentemente sem sentido, quando afirma que “alguém” perguntou a D. Avelar se não teve “vontade de abandonar a carreira sacerdotal” e Avelar respondeu: “ – Não. Jamais. Resolvi mudar de Seminário” (LIMA, 1989, p.57).

Entretanto, essa mudança de seminário é algo pouco explorada pelos biógrafos próximos do arcebispo e Dom Avelar nunca falou abertamente sobre o assunto, sobre os motivos. Nessa obra, ele apenas afirma que resolveu mudar de seminário e ponto final. Mudar de Seminário não era tão simples assim, não era como trocar de batina. Esta omissão revela muito mais do que pode parecer à primeira vista. Para montar o quebra-cabeça as falas do deputado Luís de Medeiros Neto e do padre Luis Sarmiento, que foram seminaristas contemporâneos a D. Avelar, em Maceió, são fundamentais.

Medeiros Neto além da carreira eclesiástica tornou-se interventor Federal durante o Estado Novo (1937-1945) e deputado constituinte em 1946. Sobre a relação com D. Avelar, no Seminário de Maceió, ele se gabava: “Sem falsa modéstia, aprez-me memorizar que éramos nós dois os mais estudiosos da classe e concorrentes de notas por matérias. Os graus de promoção e aproveitamento, até a terceira série, sempre nos foram de efetivas disputas das melhores colocações”. Medeiros Neto transferiu-se provisoriamente no terceiro ano ginasial para o Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus para completar os estudos, em Aracaju, e depois retornaria a Maceió: “Surpreendi-me quando ao regressar das férias de 1930, tomara conhecimento de que meu colega Avelar também se transferira para o Seminário, que Dom José Gomes fundara para os filhos de seus diocesanos.”⁷

O quebra-cabeça completa-se com a fala do padre Luís Sarmento que lembra de D. Avelar, que era o prefeito do Seminário (geralmente o “prefeito” era um bom aluno que supervisionava os outros alunos, uma espécie de vigia dos superiores), como um garoto “tímido e ensimesmado” que vivia muito na capela e “quem não o encontrava ali é porque estava na banca preparando as lições ou estudando português. Era muito estudioso e prefeito da primeira divisão.” Continua o padre Sarmento: “Tinha algo de enérgico, mas sempre muito diplomata. Nunca foi de levar casos à Reitoria ou fazer queixas a ninguém. Ele resolvia tudo sozinho.”. Entretanto, no ano de 1929, antes do fim do período letivo, Avelar Brandão fez críticas a respeito dos sermões do diretor espiritual da casa, o cônego Luiz Barbosa, a colegas do seminário. E foi parar no ouvido do Reitor:

Ah, rapaz! Não prestou. O assunto rendeu e foi levado ao reitor, que na época era o cônego Antônio Tobias. E este, com aquele seu gênio às vezes explosivo, chamou à Reitoria o Avelar para que repetisse o que tinha feito. E ele confirmou: - Eu disse e acho que as pregações do cônego Luís são muito enjoadas a cansativas. Pronto! Foi a espoleta! Levou um carão danado e chegou a ser aconselhado a deixar o Seminário. Naquela noite, quando eu voltava da banca, encontrei o Avelar chorando, sozinho, de joelhos, na capela. Depois ele saiu de férias e nunca mais voltou ao Seminário. Soubemos que ele estava cursando Filosofia em Aracaju. Do imprevisto, quase que deixava de ser padre. É fato, que, para continuar, muito trabalharam os cônegos Cícero Vasconcellos e Antônio Valente. Eles tiveram o cuidado de contornar as coisas e mudar o rapazinho.⁸

⁷ NETO, Medeiros. “Menino de Viçosa”. *O Dominical*, Teresina, 10 janeiro de 1965, p. 5.

⁸ SARMENTO, Padre Luis. “Nosso cardeal quase não se ordenava padre”. Maceió. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 8 de abril de 1973.

Esse episódio deve ter marcado demais o ser humano Avelar, justamente por ele nunca ter abordado publicamente o caso e também pela memória oficial da Igreja Católica sobre o arcebispo ter tratado de esconder.⁹ Acredito que muito que o marcou foi o fato de ser um seminário simbólico para ele e para sua família, pois foi fundado por um parente dele. Ele certamente só não foi expulso – e apenas transferido para uma outra diocese – por ser de uma família abastada e de forte tradição religiosa. Não podemos ver no seminarista Avelar, aquele bispo diplomata, conhecido por ser habilidoso nas negociações que ele se tornaria depois. A sua afronta ao Reitor do Seminário demonstrava isso. Nesse momento, ele era apenas um jovem inteligente, vaidoso, polemista, obstinado, que queria desde muito cedo ser padre.

Se o jovem Avelar Brandão, que era um grande leitor da Bíblia, gostasse de ler os Evangelhos de Mateus (6:34), deveria ter se reconfortado com as palavras sábias do Evangelista: “Não vos inquieteis, pois, pelo dia de amanhã, porque o dia de amanhã cuidará de si mesmo. Basta a cada dia o seu mal.” A sua ida a Aracajú faria com ele conhecesse o religioso que seria o mais importante em sua vida: o bispo D. José Thomaz Gomes.

O padre de Dom José

Do século XVI até o final do Império brasileiro em 1889, o Brasil só tinha criado 12 dioceses. A partir da República, o Vaticano intensificou a criação de dioceses para uma melhor forma de trabalhar da Igreja local. Quando chegou em 1930, o país já teria 82 dioceses (HOORNAERT, 1973, p.117-138). Como observou Sérgio Miceli, nas criações destas dioceses se percebiam também que existia uma tendência da Igreja de seguir o modelo republicano de organização do Estado. Ou seja, descentralizar a administração para estar mais próximo dos fiéis e das elites governamentais locais. O autor fala de uma “estadualização” do poder eclesiástico, isto é, cada estado teria sua própria diocese. (MICELI, 1988, p. 59-60).

Seguindo essa estratégia, foi que, em 3 de janeiro de 1910, o Papa Pio X criou a diocese de Aracajú através da Bula *Divina Disponente Clementi*, desmembrando-a da

⁹ No livro organizado pela Arquidiocese de Salvador, *Dom Avelar Brandão Vilela. Meio-século de pregação* (1985, p.14-15) que homenageia os 50 anos de ordenação de D. Avelar Brandão Vilela, esta mudança de seminário é descrita de forma natural, como se fosse apenas uma etapa da sua vida: “Aos 13 anos incompletos, em março de 1925, foi levado por seu tio e padrinho, dr. Manoel Brandão Vilela até as portas do Seminário de Nossa Senhora da Assunção, em Maceió, onde iniciou sua vida de seminarista, fazendo ali todos os cursos do Seminário Menor, passando, a seguir, para o Seminário Sagrado Coração de Jesus de Aracaju”. Entretanto, atualmente o clero nos trabalhos sobre D. Avelar, já trabalha com este conflito que tanto marcou o arcebispo (PINTO, 2012, p.20-21)

arquidiocese de São Salvador da Bahia. Esta nova diocese abrangia todo o estado de Sergipe e compreendia 34 paróquias. A partir de 1920, ela faria parte da Província Eclesiástica de Alagoas sendo sufragânea à arquidiocese de Maceió. (MORAIS, 2014, p.69-75). Para ser o primeiro bispo de Aracajú foi designado Dom José Thomaz Gomes da Silva (1911-1948).

O potiguar José Thomaz Gonzaga nasceu em 4 de agosto de 1873, ingressando no seminário da Paraíba em 1892. Foi ordenado padre pelo arcebispo Dom Adauto Aurélio de Miranda, um importante bispo Romanizador do século XIX. O, então, padre José Thomaz destacou-se pelo empenho que tinha nas visitas pastorais no interior da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Mesmo com a dificuldade de locomoção pelo interior, em caminhos tortuosos e sobre lombo de cavalos, ele pregava com entusiasmo e por isso era muito famoso na região, acredita-se que, devido a isso, ele foi chamado para ser bispo de Aracajú. (MORAIS, 2014, p.78-79).

Dom José Thomaz chegava a Aracajú, em 1911, para pôr em prática um programa mínimo de realizações esperado de todos os prelados das novas dioceses: “Esse projeto-padrão de investimentos incluía a edificação do palácio episcopal, a criação do seminário diocesano, a construção ou reforma da Catedral, a fundação de estabelecimentos de ensino e de jornais e/ou periódicos” (MICELI, 1988, p.141-142). Mesmo com todas as dificuldades financeiras que D. José encontrou na diocese de Aracajú,¹⁰ ele conseguiu implementar este projeto com muita eficiência.

Assim que chegou em Aracajú uma das primeiras preocupações do bispo era a criação do seu Seminário. Ele utilizou então um subterfúgio. Tinha sido aprovada pelo governo estadual uma ajuda de cem mil réis para a diocese construir o palácio arquiépiscopal. D. José Thomaz preferiu construir o seu seminário com esse dinheiro, e moraria em um quarto dentro do seminário. Assim ele teria a habitação do bispo e seu seminário. Além de ficar mais fácil sua vigilância dos seminaristas e professores. Em 1913, foi criado o Seminário Sagrado Coração de Jesus. (BARRETO, 2012, p. 46-52)

No Seminário oferecia-se os cursos Menor e Maior. O curso Maior era considerado de nível Superior, por isso alguns dos seus ex-alunos se tornaram professores nas instituições educacionais de Sergipe. Como na época não existiam ainda faculdades,

¹⁰ A própria Nunciatura Apostólica reconhecia que a diocese de Aracajú dispunha de “recursos escassos”. (VIEIRA, 2016, p.89)

nem Universidades na região, Raylane Barreto (2012, p.97) em seu importante trabalho sobre esse Seminário, lembra “que a primeira leva de intelectuais sergipanos, de nível superior, formados em Sergipe, foram formados e habilitados no Seminário Sagrado Coração de Jesus”.

Dom José Thomas marcou a Igreja Católica em Sergipe e fez do seu Seminário uma grande referência de ensino no estado. D. José foi um grande formador de padres e de bispos. Ordenou dezenas de sacerdotes que tiveram uma grande atuação na sociedade sergipana, tornando-se uma elite intelectual no estado. A influência dele era tamanha no clero que estes padres ficaram conhecidos como os “padres de Dom José”:

Seu seminário foi, durante aquilatados anos, o principal centro de estudos de Sergipe, dele saindo não apenas sacerdotes de Cristo, pastores do rebanho católico, mas também homens de boas e apuradas letras, muitos deles de admirável formação clássica. O ensino público, no Ateneu Sergipense e na Escola Normal Rui Barbosa, sempre contou com a colaboração de padres ilustres que se tornaram também mestres da Universidade Federal de Sergipe. Muitos e muitos deles trabalharam na imprensa do Estado, tomaram assento na Academia Sergipana de Letras, figuraram entre os pesquisadores do nosso passado, integrando o quadro social do nosso Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (...) A história sergipana sem dúvida alguma, no século que vivemos, seria bem mais pobre no seu desenvolvimento cultural e em sua projeção histórica sem os padres do Seminário [de] D. José Tomas ¹¹

É nesse período que chegaria o jovem Avelar Brandão Vilela, prestes a completar 18 anos, transferido de Alagoas para tornar-se mais um padre de D. José. Avelar se identificou imediatamente ao novo Seminário. A sua disciplina e inteligência o destacava como um dos melhores alunos. Enturmou-se rapidamente com os outros seminaristas e mais uma vez foi escolhido prefeito espiritual. Fez uma amizade duradoura com o padre Mário de Miranda Vilas Boas, que era diretor espiritual do Seminário, e tinha uma atuação importantíssima na sociedade sergipana e, mais tarde, seria ordenado bispo de Garanhuns (1938-1944), em Pernambuco, e depois arcebispo de Belém do Pará (1944-1956).

Pelas lembranças dos seus colegas de seminários, Avelar era um ótimo aluno e um excelente colega. Ah e um grande zagueiro nas partidas de futebol, esporte que ele amava e que sempre levou esta paixão consigo. O padre Avelar lia muito, escrevia sermões e poesias. Dentro do religioso Avelar Brandão Vilela existia um poeta que durante toda sua vida se manifestaria em versos. O Monsenhor José Moreno de Sant’Ana

¹¹ CALASANS, José. “Os padres de D. José”. *A Tarde*, Salvador, 23-10-1985, p. 6.

relembrando esse período da vida dele com Avelar Brandão no seminário afirma que “Avelar fazia lindas poesias e produzia belos discursos”.¹²

No Seminário, D. Avelar lia São Tomás de Aquino, Santo Agostinho, as obras do jesuíta Leonel Franca, padre Santana, Petro Gasparri e de outros autores católicos. Era amante da escolástica de São Tomás. Ele também continuava um jovem vaidoso e que tinha um certo gosto para polemizar, falava mais com o coração e carregava nas palavras, principalmente, quando queria valorizar os pensadores da Igreja. Segundo ele, a filosofia de São Tomás de Aquino era mais sólida que “a teoria do famoso Kant, que não é mais que uma grande alucinação dum gênio, contendo em germe o cepticismo absoluto, o idealismo, o niilismo e o panteísmo” (Apud, Barreto, 2012, p.83). Esta sua verve enfática também se manifestava quando se tratava da obra de Machado de Assis: “Se desaparecessem todas as obras literárias do Brasil, e ficassem só as de Machado de Assis, a Literatura brasileira estaria de pé (...) Machado de Assis vale uma literatura” (Apud LIMA, 1989, p.61)

Se entendermos o seminarista Avelar Brandão, como o seminarista Avelar Brandão e não como o bispo que ele viria a ser, fica mais fácil de compreendê-lo. Avelar era aquilo que ele poderia ser naquele momento com as experiências de vida dele e sua personalidade. Ele também era filho do seu momento histórico. Sobre sua verve polemista, era algo muito comum na época. Nos jornais, católicos e não católicos, enfrentavam-se em polêmicas sobre qualquer assunto. Avelar defendia as posições da Igreja com firmeza e até uma certa arrogância como tantos outros religiosos. Em 1935, recém ordenado padre, quando Menotti del Picchia afirmava que na sociedade capitalista o sentido evangélico da caridade tinha esvaziado-se, isso mereceu do padre Avelar uma dura resposta: “Basta! O Sr. Menotti já falou demais sobre a caridade, entretanto, segundo me parece, não sabe ainda o que seja, realmente, a caridade. Falar muito nem sempre é sinônimo de ter conhecimento da matéria que se discute”¹³.

¹² SANT’ANA, José Moreno de “Dom Avelar sempre brilhou” (LEV/UCSAL)

¹³ “Caridade, arcaísmo”. A *Cruzada*, Aracaju, 11 ago. 1935, n. 26, p. 1. Se compararmos as afirmações de Avelar Brandão Vilela com a de outro padre nordestino, Hélder Câmara, no mesmo período, elas soam até pueris. O padre Helder defendia, neste momento, a violência contra os inimigos da Igreja: “Violentos seremos, não o negamos, contra os inimigos de Deus (...) a nossa violência é a violência que Cristo nos ensinou, varrendo os vendilhões do templo (...) Somos, por substância, francos, corajosos, ferimos de frente, sem ódios, sem rancor, como se cura um cancro, cauterizando-o” (PILETTI e PRAXEDES, 1997, p.140)

No período que ele esteve no Seminário, foi de fundamental importância para Avelar Brandão ter integrado a Academia Literária São Tomás de Aquino (ASTA), uma instituição cultural, criada e mantida pelos seminaristas. Nesse ambiente ocorriam debates, palestras e reuniões entre os seminaristas e convidados. (BARRETO, 2012, p.107-118) Nela Avelar Brandão permaneceu de 1931 a 1933 e chegou a defender uma tese sobre Eloquência Sagrada. Foi nesse espaço que o seminarista desenvolveu algo que marcaria para sempre sua vida: a oratória. No futuro, o bispo Avelar, será reconhecido como um dos maiores oradores sacros do Brasil.

Antes da entrada dele na Academia São Tomás de Aquino, Avelar era descrito como uma pessoa tímida, de fala mansa. Seria nas reuniões dessa Academia que ele começaria a aperfeiçoar toda a sua verve retórica, que ele, a partir daí, evoluiria cada dia mais. Esculpia as palavras como um artista, alternando o timbre da voz em sintonia com os gestos parcimoniosos. Como ele mesmo sentenciou: “o homem que não souber se comunicar, enfrentará uma muralha e não poderá se entender” (VASCONCELOS FILHO, 2012, p.32) Ele sentia que para pregar a palavra de Deus, não adiantava falar a língua dos homens, era necessário está próximo da língua dos anjos.

Entretanto, a questão de maior relevância foi que assim que chegou no Seminário Sagrado Coração de Jesus, o seminarista Avelar foi “adotado” pelo bispo D. José Thomaz. Ele viu na inteligência, na disciplina e na responsabilidade do rapaz aquilo que ele imaginava ser importante em um sacerdote. Imediatamente, o jovem Avelar exerceria várias funções no Seminário e fora dele a pedido do seu prelado. A partir daí, Avelar Brandão cresceria rapidamente dentro da estrutura da Igreja Católica.

A Ordem Maior do Seminário de D. José foi fechada por determinação da Nunciatura por irregularidades. Os seminaristas, inclusive Avelar, foram concluir o curso de Teologia no seminário arquiépiscopal de Olinda, em Pernambuco, em 1933. Mas, o bispo tinha uma atenção especial a Avelar e sempre manteve o contato com ele. Ainda antes de se tornar presbítero, Avelar se tornaria secretário geral do bispado de Aracajú, trabalhando diretamente com o prelado. Com a anuência do bispo pediu autorização a Sagrada Congregação para os Sacramentos, para ser ordenado padre com 23 anos, ou seja,

um ano a menos do que a norma canônica, o que foi aprovado¹⁴. Em documento para a diocese de Aracajú, o diácono Avelar deixou registrado o seu juramento a Igreja:

Ao aproximar-se a Sagrada Ordenação e depois de séria reflexão diante de Deus, testifico, sob juramento, que não sou impelido a receber esta Sagrada Ordem por nenhuma coação ou violência nem por qualquer temor, mas que a desejo, espontaneamente, e a quero de vontade sincera e firme, porquanto experimento e sinto realmente ser chamado por Deus.

Declaro conhecer plenamente todos os ônus e demais encargos provenientes do santo presbiterato que ardentemente quero e proponho, firmemente, receber de livre e espontânea vontade, prometendo guarda-los, diligentissimamente, com o auxílio de Deus, que não me faltará no decurso de toda minha vida. Principalmente, afirmo conhecer, em todo o seu alcance, a lei do celibato e, irrevogavelmente, me determino, com a proteção divina, a cumpri-la de boa vontade e a observá-la, integralmente, até a morte.

Finalmente prometo, com toda a sinceridade, obedecer sempre, com animo totalmente submisso, segundo as normas dos sagrados cânones, a tudo quanto me for ordenado pelos superiores e de mim (sic) exigir a disciplina da Igreja, disposto a dar exemplo de virtudes, já por palavras, já por obras.

Aracajú, 23 de outubro de 1935.

Diácono Avelar Brandão Vilela¹⁵



¹⁴ Em carta para o pai demonstrava toda a emoção que carregava no peito por esta antecipação da ordenação: “Está bem perto o dia em que se realizarão meus ideais. Minha satisfação é incomensurável! Não esperava que fosse tão já minha sagrada ordenação. Julgava mesmo que não viesse mais, este ano, a dispensa de idade.”. Carta de Avelar Brandão Vilela ao pai. 13-10-1935 (LEV/UCSAL)

¹⁵ Pasta do padre Avelar Brandão. Ano 1935. Arquivo da Cúria da Arquidiocese de Aracajú

O padre Avelar Brandão Vilela, o “padre de D. José”, ao lado do bispo D. José Thomaz Gomes. (ARQUIDIOCESE DE SALVADOR, 1985, p. 17)

Em 27 de outubro de 1935, dia de Cristo Rei, pelas mãos de Dom José Gomes, ordenava-se o agora padre Avelar Brandão Vilela. Como era de costume, a primeira missa do novo padre, chamada de missa nova, foi realizada em sua cidade natal, Viçosa. A cidade parou para receber o padre Avelar. As autoridades municipais, os jornalistas e a população esperava-o e participaram da festa. Isso dava um sinal do prestígio e da força que a Igreja Católica tinha principalmente nas pequenas cidades.¹⁶

Preciso destacar uma história que faz parte do anedotário que cerca a vida de Avelar Brandão nesse momento. É repetido nos trabalhos sobre ele e pelas pessoas próximas ao arcebispo, que seria uma tentativa de interdição do Reitor do Seminário Sagrado Coração de Jesus à sua ordenação. Diferentemente do caso de Maceió, esta suposta tentativa de interdição é lembrada por todos, inclusive pela memória oficial da Igreja. Abaixo a versão do acaso apresentada no livro *Folclore Político* sobre história ocorridas em Sergipe:

Dom José Tomás Gomes da Silva foi o primeiro bispo de Sergipe e deixou fama de grande sabedoria política. Era conhecido como o bispo fazedor de bispos. Um dia, Monsenhor Miguel, reitor do seminário de Aracajú, lhe apresentou os nomes dos seminaristas que iam receber as Ordens Sacerdotais

- E o Avelar?

- O Avelar não tem vocação para padre. É polemista, vaidoso, não tem vocação.

- Mas tem vocação para bispo. E como ninguém pode ser bispo sem [ser] padre, vamos ordená-lo. (NERY, 2002, p. 530)

Essa história é repetida ao vento, com algumas diferenças a depender de quem conta. Se, de fato, o Reitor tinha feito este veto a Avelar não deveria ter feito na ordenação. Em 1935, o Avelar já era secretário do bispo e todos sabiam da estima que o seminarista tinha para D. José. Dificilmente o Reitor teria esta ousadia. Acredito que se ocorreu algo parecido, pode ter sido assim que Avelar foi transferido de Maceió para Aracajú, devido, talvez, pelo Reitor saber da história da transferência do seminarista e isso pode ter gerado alguma resistência por parte dele.

¹⁶ Programma (sic) das festa em homenagem ao Rvmo Padre Avellar (sic) Brandão Villela (sic). (LEV/UCSAL)

Desde a década de 20, a Igreja Católica brasileira tinha iniciado um movimento para renovar sua presença na sociedade e com isso aumentar a sua influência perante o Estado, começando o processo denominado de Restauração¹⁷. A instituição procurou revitalizar sua presença na sociedade. D. Leme, que até 1942, ano de sua morte, foi o bispo brasileiro mais influente, liderou esse movimento destinado a defender os interesses da Igreja na vida política nacional e ampliar sua influência na sociedade. Em 1921, foi fundado o Centro D. Vital pelo sergipano Jackson de Figueiredo, que foi um instrumento eficaz de divulgação dos ideais católicos através de sua revista *A Ordem*. Também foram estimuladas várias associações católicas, como as Ligas Católicas, as Congregações Marianas, os Apostolados da Oração, os Círculos Operários, entre outras, que reuniram milhares de integrantes. Em 1935, foi criada a Ação Católica Brasileira (ACB), que era um apostolado leigo de grande influência no campo social e político. O jesuíta Leonel Franca, pensador católico influente no período, desempenhou um papel destacado nas lutas desenvolvidas pelos setores católicos no campo do ensino e da educação superior.

A hierarquia católica procurou construir uma aliança com o Estado para ganhar vantagens que tinha perdido com o advento da República. O episcopado “exigia um retorno a um passado de privilégios, sem os impedimentos impostos à Igreja pelo Império”. (DELLA CAVA, 1975, p. 11) Essa aliança com o Estado foi concretizada com a Revolução de 30. Segundo Riolando Azzi, o governo de Getúlio Vargas apresentava-se para a sociedade e para o clero com o intuito de criar uma nova ordem política e social. Então, ficava claro para os líderes do episcopado que “era chegado o momento de lutar para que a nova ordem a ser implantada pela Segunda República fosse de caráter nitidamente cristão”. E a hierarquia congregou-se ao redor de uma grande ideia: “mudar a ordem constitucional do país”. (AZZI, 1978, p. 48) Em 1932, foi criada a Liga Eleitoral Católica (LEC) com o objetivo de apoiar os candidatos que se comprometessem a defender os interesses católicos na Assembleia Constituinte (1933). A Constituição de 1934 foi uma clara vitória da Igreja Católica, que demonstrava assim a sua força.¹⁸

¹⁷ “A partir dos anos 20 a hierarquia católica do Brasil, através dos seus líderes mais expressivos, passou a preocupar-se em afirmar o prestígio da Igreja na sociedade [...] Atuando de modo especial junto às lideranças do país, no campo político, militar e até mesmo intelectual [...] Essa fase da Igreja que se inicia a partir da década de 1920-1930 pode ser adequadamente designada como Restauração Católica”. (AZZI, 1979, p. 69)

¹⁸ Na Constituição de 1934, a separação entre o Estado e a Igreja permanecia, porém, do seu prefácio consta o nome de Deus. Os religiosos podiam votar a partir de então, o casamento religioso foi reconhecido pela lei, a assistência espiritual às organizações militares passou a ser permitida, o Estado podia subvencionar as escolas católicas, além de o ensino religioso nas escolas públicas ser permitido.

O padre Avelar Brandão iniciou seu ministério sacerdotal envolvendo-se em múltiplas atividades pastorais e sociais. Ele permaneceu morando no Seminário trabalhando como professor e agora também como Diretor Espiritual dos seminaristas. O seu aluno Aristides Fraga, descreveu assim o professor Avelar: “homem sério, sisudo, de olhar penetrante, de pouco sorriso, que sabia muito literatura e tinha uma linguagem como eu ainda não vira.”. Segundo ele, o presbítero Avelar era aquele tipo de professor “sisudo que nós, alunos, temíamos”. Entretanto, como Diretor Espiritual parecia uma outra pessoa, portava-se como um amigo, um pai para os seminaristas, aconselhando e ajudando os alunos. (LIMA, 1989, p. 80-81)

O padre Avelar foi Capelão da Igreja de São Salvador no centro da cidade. Suas missas eram muito procuradas e o padre demorava-se nas confissões e nos encontros. Nesse ambiente tinha contato com a elite Sergipana. Atarefado, ele sempre esquecia de comer, tendo que constantemente alguém levar um reforçado desjejum para ele. Sua oratória já começava a se destacar pela cidade e ele se tornou “o orador excelso nas solenidades e festas religiosas” em Aracajú. (MACHADO, 1999, p.87)

O Estado de Sergipe, como vários outros estados da União, sofria com o problema educacional. Por não ter Curso Superior, além do Seminário, tinha um déficit enorme de profissionais habilitados para o magistério. Por isso, muitos padres eram chamados pelo Governo para ministrar nas escolas estaduais, o que também aconteceu com o padre Avelar Brandão. Ele foi professor de Português, literatura luso-brasileira e de psicologia no Colégio Estadual de Sergipe, o Atheneu Sergipense.

O padre Avelar foi fundador e Assistente Eclesiástico da Ação Católica, entidade da qual devotou muita atenção. A Ação Católica era para ser o braço leigo da Igreja na sociedade.¹⁹ Segundo o padre Avelar Brandão: “a Ação Católica sinceramente deseja a restauração cristã da sociedade, da família e das pessoas. Quer ser o fermento transformador da massa social. Quer contribuir para a implantação da ideia e da vida cristãs no meio do mundo que, dia por dia, vai perdendo a marca sacral do Evangelho”.²⁰ Nas questões sociais, o padre Avelar era tão conservador quanto a maioria da Igreja Católica naquele momento. Via os problemas da sociedade por uma questão moralizante ou por uma falta de religiosidade, por isso ela precisava ser “recristianizada”. O problema

¹⁹ Relatório apresentado pela Juventude Feminina Católica diocesana, por ocasião do encerramento de suas atividades Apostólicas, desde sua instalação até dezembro de 1945. (LEV/UCSAL)

²⁰ “Quando chegar esse dia”. Pe. Avelar Brandão Vilela. ITE, DOCETE

não estaria nas estruturas e sim no egoísmo dos homens e mulheres.²¹ O padre Avelar percebia a modernidade como algo negativo.

Se nas questões sociais o padre Avelar era tradicional como quase toda a Igreja, nesse momento, ele já era um modernizador nas questões litúrgicas e experimentava novidades que marcaram a sociedade Sergipana na época. Ele deu apoio ao movimento litúrgico nascente no Brasil. Ele organizou, em 1939, a Primeira Semana Catequética de Aracajú tendo como objetivo popularizar modernos métodos no ensino do catecismo. Celebrando pela primeira vez em Sergipe as missas dialogadas e explicadas para melhor participação dos fiéis. O padre Avelar já carregava a preocupação da mensagem da Igreja chegar até a população.²² (ARQUIDIOCESE...1985, p.16)

O sacerdote Avelar teve que se desdobrar em várias outras atividades. Ele era assistente eclesialístico da seção de Aracajú do Centro Dom Vital, da obra das Vocações sacerdotais e da Liga Eleitoral Católica. Ele mesmo se queixava que estava assoberbado de trabalhos com onze encargos. Entretanto seu prestígio na Igreja Católica local e na sociedade sergipana só crescia.

Em 1939, aos 27 anos, com apenas 4 anos de sacerdócio, foi elevado a Cônego e assim integrava o Colegiado que assessorava o Bispo na direção da Diocese e nas decisões do Pastor. Seu envolvimento em várias atividades lhe dava prestígio. Ele nunca administrou uma paróquia o que tornava mais livre para se envolver em todas estas atividades. Tinha galgado rapidamente posições na Igreja sergipana. Isso ocorreu devido, além de suas qualidades pessoais, também por ser muito querido e respeitado pelo bispo local.

Em 13 de junho 1946, na data de seu natalício, com 11 anos de ministério sacerdotal em Aracajú e completado naquele dia 34 anos, ele foi nomeado bispo na diocese de Petrolina, em Pernambuco. Foi um espanto para muitos, principalmente pela idade tenra do jovem Avelar. Recebeu a alcunha de “Bispo menino”. Os católicos de Sergipe sentiram emoções contraditórias. Ao mesmo tempo em que se alegraram pela

²¹ Esta visão das questões sociais era a visão hegemônica da Igreja Católica brasileira neste momento. Já trabalhei isso em: (ZACHARIADHES, 2010, p.121-131)

²² A inovação da celebração das missas dialogadas pelo padre Avelar tem de ser destacada, ainda mais, que neste mesmo ano, o I Concílio Plenário Brasileiro, no Rio de Janeiro, não aprovaria a celebração das missas dialogadas. (BANDEIRA, 2000, p.54)

ascensão ao episcopado do padre Avelar, ficavam tristes pela partida do tão estimado sacerdote.

Sua cidade-natal fez festa pelo primeiro bispo de Viçosa. Avelar não se continha de emoção. Seu querido professor João Domingues não media as palavras para elogiar o seu pupilo: “Em breve o púlpito brasileiro irá deslumbrar mais uma vez com um sol de primeira grandeza: Bispo Avelar Brandão Vilela” (Apud LIMA, 1989, p.94). Mas, Avelar sabia a quem deveria agradecer em primeira mão: “Por fim devo beijar com a alma, exmo. Sr. Bispo, as vossas mãos, venerandos de Pastor e de Pai. Bendigo e bendirei para sempre aquele momento da minha vida em que a Providência Divina permitiu que meus pés pisasse a terra hospitaleira e generosa de Sergipe.”²³

O padre Avelar teve uma experiência muito rica em Aracajú e aprendeu como comandava-se uma diocese pela proximidade que tinha do bispo. Aliás, D. Avelar levaria para sempre um pouco de D. José Thomaz em si. É de se notar, também, que a partir da década de 1940, o ímpeto polemista do padre Avelar tinha arrefecido. As falas dele já eram menos exageradas, como esperava-se de um sacerdote. O padre Avelar que deixava Sergipe já era um sacerdote em mutação, menos polemista. Mas, seria no sertão pernambucano, nas águas do rio São Francisco, que ele passaria por um novo batismo e aprenderia a ser bispo.

O “bispo menino”

A diocese de Petrolina foi criada, em 30 de novembro de 1923, pelo Papa Pio XI, desmembrada da diocese de Pesqueira, para facilitar a evangelização no alto sertão de Pernambuco. A extensão geográfica desta nova diocese era imensa, 31.547,40 quilômetros quadrados, situando-se no extremo oeste de Pernambuco. A diocese tinha cerca de 16.942 habitantes de acordo com o censo de 1920. (CAVALCANTE, 2004, p 4-7) O agora bispo D. Avelar encontraria uma região totalmente diferente das verdes paisagens de Viçosa onde nasceu, ou da zona litorânea de Aracajú onde se fez padre. Ele se faria bispo no alto sertão pernambucano à beira do Rio São Francisco.

O primeiro bispo da diocese de Petrolina foi D. Antonio Maria Malan (1923-1931). O prelado esforçou-se para dotar a nova diocese de uma estrutura básica para poder realizar sua ação evangelizadora como esperado pelo Vaticano. Ele atraiu religiosos e

²³ ITE, *DOCETE*. Boletim da Juventude Feminina Católica. Ano II, nº 9. 25-08-1946.

religiosas, inclusive estrangeiros, para trabalharem na região. Conseguiu estruturar com eficiência sua diocese. Construiu o palácio arquiiepiscopal, o Seminário Sagrado Coração e fundou o Ginásio D. Bosco. Ele também ergueu uma imponente Catedral no estilo neogótico, e com vitrais franceses, na cidade de Petrolina. Essa Catedral que era vista como uma joia no sertão, contrastava com a pobreza dos sertanejos. Wilson Barros de Araújo quando foi morar em Petrolina, na década de 50, diz que a primeira impressão foi de assombro com o tamanho da Catedral com relação ao seu entorno.²⁴ Era a maior construção da região. O próprio D. Avelar impressionou-se fortemente com a imponência da catedral, como ele registrou décadas depois, em um poema:

Antes de tudo, veio Petrolina,
Pequena e pobre, em 46,
Mas rica de gente boa
Que mereceu receber como coroa,
Uma belíssima Catedral,
Nascida, em magnífica manhã,
Do coração ardente do 1º bispo
Dom Antônio Malan.²⁵

Depois de D. Antonio Malan assumiu a diocese D. Idílio José Soares (1933-1943), que teve uma atuação mais voltada para a assistência aos pobres, criando, por exemplo, a Liga do Menino Jesus que tinha como objetivo ajudar os mais necessitados. A participação leiga continuava, ainda, bem tímida e sua comunicação com os fiéis não era bem realizada. D. Idílio deixou Petrolina para assumir a diocese de Santos, em São Paulo. Como afirma o historiador da diocese de Petrolina, o padre Francisco José P. Cavalcante (2004, p.15): “o caráter discreto, reservado de D. Idílio é substituído pela elegância principesca, o vigor intelectual e oratório, a simpatia e habilidades diplomáticas do alagoano Avelar Brandão Vilela”.

A diocese de Petrolina ficou sem bispo por três anos depois da saída de D. Idílio, estando sob os cuidados do Vigário Geral Mons. Ângelo Sampaio. Avelar Brandão não sabia muita coisa sobre a diocese que iria assumir, como ele afirmou em uma carta para a Ação Católica de Aracajú: “Não conheço o meio para onde a providência me vai conduzir, mas sei que é pobre e difícil.” (VILELA, 1946, p.113). Ele chegou, em meio, a

²⁴ Entrevista com Wilson Barros de Araújo (28-08-15)

²⁵ Poema manuscrito de Dom Avelar Brandão “40 anos”. 12-11-1986. Pasta Dom Avelar Cardeal Brandão Vilela. Caixa 3 (LEV/UCSAL)

uma grande festa na cidade que parou para receber seu terceiro bispo.²⁶ D. Avelar assumiu com o lema episcopal *De Plenitudine Christi* (Da plenitude de Cristo). Ele já tinha uma noção de como governar sua diocese, herdado um pouco da atuação de D. José Thomas e da sua forma de ver a atuação da Igreja:

SER BISPO

Ser Bispo não é, como se presume erroneamente, fechar-se entre as cortinas de um palácio, indiferente à vida que vai passando lá fora, cheia de inquietação e de dor.

Ser Bispo não é ensimesmar-se na plenitude dos formalismos difíceis de romper.

Ser Bispo é, pelo contrário, exercer uma verdadeira missão de paternidade espiritual.

É colocar o coração e a inteligência, a liberdade, todas as energias do espírito e do corpo, com prudência, é certo, mas com solicitude, a serviço da diocese que lhe foi confiada!²⁷

De fato, o jovem bispo não se fechou no seu palácio episcopal e uma das primeiras ações foi percorrer todas as paróquias da sua diocese em visitas pastorais, até às mais longínquas, para manter contato com os fiéis e o seu clero. Em sua forma de ver, o bispo tinha de estar onde seus fiéis estavam, pois era necessário renovar o sentido paroquial da vida cristã e “fortalecer os quadros fundamentais da diocese, onde o Bispo, os párocos e os fiéis devem estar unidos ‘como as cordas à lira’”. (PINTO, 2012, p.39)

Como ele mesmo tinha avisado, deslocaria toda sua energia para envolver-se nos problemas de sua diocese. E nesse momento, já começava a se formar uma característica marcante do bispado de Avelar Brandão, que ele apenas ampliaria com o tempo. Não existia problema em sua diocese na qual ele não se envolveria. Nada estava fora do alcance de ação do Bispo. Qualquer questão, que ele achasse relevante para o povo e para a Igreja, mereceria a sua atenção. Em Petrolina, ela já deixaria essa marca que se intensificaria ainda mais nas futuras dioceses.

O jovem bispo para conseguir um melhor trabalho pastoral, incentivou a participação do laicato, especialmente da Ação Católica. Antes de D. Avelar, a Igreja de Petrolina deixava pouco espaço de autonomia para o trabalho dos leigos, centralizando todas as ações no clero, e mais especificamente no bispo. Até a Ação Católica tinha pouca

²⁶ Programa e Convite da Recepção do exmo. Snr. Dom Avelar Brandão Vilela. Bispo de Petrolina. 14 a 17 de Dezembro de 1946 (LEV/UCSAL) e “A cidade recebeu, hoje, sob intensa vibração cívica-religiosa, o seu terceiro Bispo, s. excia. Revma. D. Avelar Brandão Vilela”. Jornal *O Farol*, Petrolina, 14-12-1946, p.1.

²⁷ Carta Pastoral de Saudação aos diocesanos de Petrolina (Excertos). 25 de julho de 1946. Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. (LEV / UCSAL)

liberdade de atuação. Com D. Avelar Brandão, a Ação Católica teria uma maior autonomia, como ele mesmo tinha afirmado assim que assumiu a sua diocese: “Os militantes da Ação Católica, longe de ser peças mecânicas de uma máquina, devem ser formados numa escola de responsabilidades (...) com direitos de apresentar planos, programas e sugestões, inspirados na própria realidade social de que fazem parte”.²⁸

D. Avelar estimulou uma maior autonomia desse organismo católico, mas ainda a via por um viés tradicional, de conversão da sociedade e não de ação nela para transformá-la. Para ele, “a vida da Ação Católica, portanto, é na, na sua mais alta expressão, a vida sacrificial e sacramental da Igreja”²⁹. A Ação Católica diocesana foi dividida em órgãos específicos de atuação social, sendo criados departamentos diocesanos de Ação Católica: Departamentos de Vocações sacerdotais; Ensino de religião; Educação e cultura; Ação Social; Imprensa, Rádio e Informação; Cinema e Teatro; Defesa da Fé e da Moral e Liga Eleitoral Católica. Uma outra preocupação do novo arcebispo foi o de inaugurar um jornal da diocese, criado, em 1947, intitulado *O Cristo Rei*.³⁰

Os bispos que antecederam D. Avelar procuraram proporcionar uma maior educação religiosa para os fiéis da diocese, mas com um clero exíguo isso não ocorreria ao contento. D. Avelar também tinha essa preocupação, mas reproduzia o discurso tradicional da Igreja na relação com a religiosidade do sertanejo. Assim que assumiu o governo da sua diocese, ele se queixava: “infelizmente, por falta de uma formação autenticamente cristã, o espírito popular, (sem excluir as elites sociais) ficou eivado de múltiplas deformações religiosas que chegam até, pelo menos algumas delas, ao ridículo e grotesco” (Apud PINTO, 2012, p.43). A religiosidade sertaneja, formada pelo regime da diáspora e pela realidade dura do povo, pela ausência do clero, era visto como “ridícula e grotesca” pelo seu bispo. Essa opinião sobre a religiosidade do sertanejo mostrava a visão limitada de D. Avelar com relação ao catolicismo popular, uma característica da Igreja brasileira naquele momento.

Desde o final do século XIX, a Igreja Católica brasileira começou a defender um catolicismo mais romanizado, mais oficial que entrou em choque com o catolicismo popular em suas mais diversas formas. Esse conflito era fruto de preconceitos arraigados

²⁸ Carta Pastoral de Saudação aos diocesanos de Petrolina (Excertos). 25 de julho de 1946. Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. (LEV / UCSAL)

²⁹ Carta Pastoral de Saudação aos diocesanos de Petrolina (Excertos). 25 de julho de 1946. Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. (LEV / UCSAL)

³⁰ Livro Tombo. p.119, 120, 121. (Arquivo da Cúria da Diocese de Petrolina).

no clero. A Igreja via agora no catolicismo popular, um fruto da ignorância religiosa do povo. A instituição eclesiástica achava que o povo tinha que mudar e não ela. Essa atitude fez com que as camadas populares se afastassem ainda mais da Igreja.

Entretanto, é importante destacar que apesar dessa visão do bispo Avelar, ele teve uma prática de compreensão com o sertanejo e evitou confrontos desnecessários que dificultassem o diálogo com eles, diferentemente do que aconteceu em várias outras dioceses no Brasil, em que a Igreja local tentou controlar ou extirpar devoções populares e entrou em contenda com os fiéis. Com isso, D. Avelar evitou qualquer conflito mais sério dentro de sua diocese e conseguiu ampliar sua influência nas camadas populares.

Avelar Brandão idealizou, organizou e realizou um Congresso Eucarístico para comemorar os 25 anos de fundação da diocese de Petrolina entre 6 e 10 de outubro de 1948. Este evento se tornou um dos marcos da sua ação Pastoral na região. É considerado o maior movimento religioso e social da cidade até os dias atuais. O número de visitantes que a cidade recebeu foi nunca antes imaginado. Os paroquianos tiveram que disponibilizar espaços em suas casas para servir de acolhimento para o número de pessoas que compareceram ao evento, junto com o Ginásio Dom Bosco. A Igreja teve que providenciar alimentação, camas extras para tantas pessoas, que contou com o apoio providencial da cidade de Juazeiro.³¹ Bispos de outras dioceses vieram ao evento no Sertão. O Congresso Nacional contribuiu com cem mil cruzeiros ao evento religioso (Cr\$ 100.000,00)³². O Governador do Estado de Pernambuco e secretários de vários estados nordestinos compareceram ao Congresso Eucarístico. Esse evento já demonstrava o grande poder de organização e liderança que o jovem bispo tinha em sua diocese e também sua influência crescente na região nordestina.³³

Na diocese de Petrolina, o bispo D. Avelar começou a passar por uma mudança fundamental em sua forma de ver e agir com relação às questões sociais. Enquanto era padre em Aracajú, ele entendia lidar com as questões sociais, ainda por uma questão moralizante, caritativa, conservadora, típica da Igreja Católica. Ele queria lutar por uma cristianização da sociedade. Em Petrolina, aos poucos, começou a deslocar o eixo. Se

³¹ Livro Tombo. p.128 e 129. (Arquivo da Cúria da Diocese de Petrolina).

³²

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5C353AEBC881463262B2B5D4B2345280.proposicoesWeb2?codteor=1227805&filename=Dossie+-PL+789/1948+CF Acesso em 10-01-2018

³³ “1º Congresso Eucarístico diocesano de Petrolina” Jornal *O Farol*. Petrolina, 23-10-1948, p.1.

quando ele assumiu a diocese, a sua questão proeminente ainda era de cristianizar a sociedade, ele, com o tempo, percebeu que também era necessário agir na realidade social, procurar alterá-la. A sociedade não tinha que ser apenas cristianizada, ela tinha que ser reformada. D. Avelar queria converter a sociedade, sem perceber, aos poucos, foi sendo convertido por ela ao se envolver nos conflitos políticos e sociais do seu tempo.

A miséria na diocese de Petrolina marcou bastante D. Avelar: “Fui para Petrolina numa época em que aquela região era muito difícil, abandonada e muito seca. A Diocese plantada no sertão mais duro, mais profundo, mais cheio de problemas que jamais imaginava”.³⁴ Além disso havia o problema sério da seca: “Vivi três secas, daquelas que matam jumento. Conheço a seca por experiência vivida, não pela literatura, não pela intuição. Pude verificar como a seca nestas regiões constitui um eterno desafio, que para nós é o mistério da iniquidade, um pecado” (ARQUIDIOCESE...,1985, p.19)

Essa realidade que D. Avelar encontrou na sua diocese mexeu com ele, e faria com que se preocupasse mais em envolver-se com as questões sociais e tentar resolver os problemas da população. Entretanto, não podemos ver isso como algo inexorável. D. Avelar poderia ter reagido de várias maneiras. Vários outros bispos governavam dioceses extremamente pobres e não passaram por essas mudanças como ocorreu com D. Avelar Brandão. Isso só foi possível porque ele era sensível a esses problemas e também se deixou influenciar pelas mudanças que estavam ocorrendo a nível nacional. Na década de 1950, a sociedade brasileira estava passando por transformações aceleradas principalmente durante o Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Desde o final da IIª Guerra Mundial, mudanças profundas estavam ocorrendo na Igreja Católica a nível internacional e nacional. A Igreja brasileira, na década de 50, começava a se reestruturar para enfrentar os novos tempos. Um fato que merece destaque foi a criação da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1952) que serviu para articular o episcopado e tornou-se um importante agente político da Igreja. A CNBB tornaria-se um polo de impulsão reformista dentro do episcopado. (INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL, 2003)

Nesse momento, alguns bispos nordestinos experimentaram inovações no sentido de reformar a sociedade e de lidar com as questões sociais. Bispos como D. Eugênio Sales, D. Fernando Gomes e D. Avelar Brandão inovaram e procuraram uma nova forma

³⁴Voz do Paraná, 26 de setembro de 1976, p. 6.

de atuar na sociedade brasileira e enfrentar o problema crônico da pobreza na região, procurando apoio do Governo Federal.

D. Avelar Brandão tomou iniciativas experimentais que marcaram Petrolina com relação a problemática rural, especialmente na questão da irrigação. D. Avelar percebeu que os camponeses só plantavam na chamada vazante do Rio São Francisco. O rio enchia e quando as águas desciam, era plantado alguma coisa. E também eles utilizavam técnicas e instrumentos rudimentares e, por isso, a produção de alimentos era escassa, como ele lembrou: “aquilo era muito pouco. Era preciso fazer com que aquela terra produzisse mais. E aí só através da irrigação”.

Em 1953, em parceria com o Ministério da Agricultura, a diocese de Petrolina adquiria um Posto de Colonização. Esta foi uma iniciativa pioneira de irrigação às margens do Rio São Francisco, sob a orientação do agrônomo Hugo Schmidt. A diocese conseguiu alguns motores e instalou nos lotes pertencentes aos Ribeirinhos: “Depois de seis meses, eles viam que em pleno verão era possível ter uma plantação e frutos, resultado daquele trabalho realizado.”³⁵

Com o objetivo de ampliar a iniciativa do Posto de Colonização, foram realizadas, durante o governo de D. Avelar, duas Semanas Ruralistas em 1953 e 1954. Essas Semanas ruralistas atraíram agricultores e criadores de todo sertão pernambucano para refletir o aprimoramento das técnicas de aproveitamento da Terra e da criação dos animais. A diocese conseguiu trazer muitos técnicos de fora, o que era um acontecimento para a localidade. Um importante político pernambucano, Honório de Queiroz Rocha, lembrava desta experiência pioneira da diocese de Petrolina:

O olhar do Pastor se volta, também, para o homem na sua vida de trabalho no campo, no amanho da terra, no trato com problemas da pecuária. Tudo é atividade humana e a tudo deve estar presente a igreja petrolinense, dando, mais uma vez, insofismável de seu pioneirismo.

Era necessário agir nesse sentido.

E a ação se fez sentir na realização das semanas ruralistas. Eram movimentos já provados em outras regiões do Brasil, mas desconhecidos entre nós.

Nova arregimentação do povo.

Os jovens, os agricultores, os comerciantes, os criadores, as donas de casa, todos sem exceção eram convocados e tinham participação.

Conferências, aulas, palestras, sessões plenárias, demonstrações no campo (granja de Manoel Cantarelli), tratamento das doenças dos rebanhos, trato das culturas, indústrias rurais caseiras, tudo o que se possa imaginar que pudesse melhorar os conhecimentos da população, inclusive técnicas de irrigação.

³⁵ *Voz do Paraná*, 26 de setembro de 1976.

Beneméritos semanas ruralistas! Gente de fora, do Rio de Janeiro, do Ministério da Agricultura, do Banco do Nordeste, da Secretaria de Agricultura e da secretaria de Educação de Pernambuco. Aulas práticas, teóricas. A semente plantada. Uma consciência que despertava para uma realidade nova, do rio, da terra, da água, do solo, da técnica. Eram passos certos. Com rumo determinado. Uma verdadeira madrugada de antecipações. (...)

Em Petrolina instala-se, no Posto de Colonização, o primeiro conjunto de irrigação por aspersão.

Tudo isso demonstra, meus senhores, que todo esse movimento patrocinado pela diocese, comandado por Dom Avelar, e participado pela comunidade, despertou a consciência de todos nós para os caminhos da irrigação de que se beneficia, hoje, grande parte do Vale do São Francisco. (ROCHA, 2006, p.211-212)³⁶

D. Avelar tornou-se uma liderança regional e criou várias iniciativas em consonância com o Governo Federal. Ele via a relação da Igreja com os governantes algo natural e necessário para poder realizar as atividades da diocese, por isso, procurou manter uma boa relação com os governantes tanto a nível municipal, como estadual e Federal. Recebia, como de costume da época, as grandes personalidades que chegavam a Petrolina, a exemplo da visita do ministro da Educação e Saúde Pública, Clemente Mariani, em 1949. Para o bispo, a Igreja e Governo tinham um objetivo terreno comum: A melhoria de vida da população.



Avelar Brandão Vilela; Clemente Mariani (1º plano, ambos de óculos). (CMA / CPDOC-FGV)

³⁶ Atualmente as cidades de Juazeiro e Petrolina, do Vale do São Francisco, são os maiores exportadores de frutas do país. Em pleno sertão se produz manga e uva. Tudo isso é possível devido a irrigação que utiliza o rio São Francisco. Esta realidade atual, não deixa de dá mais relevância ao pioneirismo da diocese de Petrolina. Sobre o assunto, ver: http://www.cnpma.embrapa.br/projetos/prod_int/regiaosf.html Acesso em 11-01-2018.

Entretanto sua relação com os políticos era baseada em um projeto comum. A Igreja buscava apoio no Governo para conseguir atingir os seus objetivos, o que naquela época, tanto a Igreja quanto o Governo viam como partilhado. Para a Igreja era importante o apoio do Governo para a realização do seu programa de ações, para o Governo era importante o apoio da Igreja. Mas, esta relação era percebida de uma forma independente pelo bispo D. Avelar. Em 1948, ele definiu sua relação com os Governos, atitude que levaria para todas as outras dioceses que chefiasse:

Cooperar com o Governo ou aceitar-lhe a cooperação em favor do interesse coletivo é compreensível e, até certo ponto, necessário. Mas fique bem patente, no ânimo de todos, a verdade de que a cooperação, em tais momentos, para fins honestos e superiores, não significa identificação, muito menos subordinação e menos ainda subserviência” (sublinhados no original).³⁷

A Guerra de Exu

O bispo D. Avelar Brandão tornou-se uma figura de grande importância na região como podemos perceber ao pesquisar no principal jornal de Petrolina, *O Farol*. O periódico reproduz a imagem de um bispo comprometido com a região e sempre destaca a sua liderança: “Desde então a presença de Dom Avelar Brandão Vilela entre nós é sempre um fato de notável significação social. Há, na personalidade desse ilustre varão da Igreja, algo de extraordinariamente valoroso”³⁸ O bispo conseguiu alcançar um grande respeito pelos vários segmentos sociais da região. Ao retornar de uma viagem feita a Roma, o jornal recebia D. Avelar com a seguinte manchete: “Vibrações de regozijo da cidade pelo retorno do seu grande Bispo”.³⁹

O bispo Avelar procurou manter uma relação muito próxima do povo. Ele procurava sempre que possível ir em todas as paróquias, mesmo, as mais pobres e distantes. Diferentemente dos bispos anteriores, ele trazia os populares para próximo dele. Em datas religiosas ou cívicas almoçava com os operários e lavradores ou convidava-os ao palácio episcopal. Mas, procurava manter também uma ótima relação com as elites

³⁷ Carta Pastoral de Saudação aos diocesanos de Petrolina (Excertos). 25 de julho de 1946. Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. (LEV / UCSAL)

³⁸ “O terceiro bispo de Petrolina”. Petrolina. Jornal *O Farol*. 7-02-1948, p.1.

³⁹ “Vibrações de regozijo da cidade pelo retorno do seu grande Bispo”. Petrolina. Jornal *O Farol*. 30-11-1950, p.1.

locais como a que ele manteve com a família Coelho, uma das oligarquias mais poderosas e longevas de Pernambuco. Durante o seu episcopado, a relação sempre foi muito harmoniosa entre eles.

Depois que D. Avelar saiu da diocese, a família que tem raízes em Petrolina, prosperou mais ainda. Clementino Coelho, conhecido como Coronel Quelê, figura lendária do sertão nordestino, é considerado um dos responsáveis pela industrialização da cidade. Desta família saíram políticos importantes que governaram Pernambuco. Se alinharam automaticamente à Ditadura Militar (1964-1985) e um filho do coronel Quelê foi indicado como Governador do estado, o político Nilo Coelho (1967-1971). A relação da família com a política adentrou o século XXI, com mais um integrante do clã, Fernando Bezerra Coelho, nomeado ministro da Integração Nacional pela presidente Dilma Rousseff, em 2012.⁴⁰

Um acontecimento marcaria o período de D. Avelar como bispo de Petrolina. Um caso que serviria para mitificar o prelado para os moradores da região. Uma história real que de tão trágica parece fantasia: A “Guerra de Exu”. Um conflito político de grande magnitude, em uma pequena cidade pernambucana, região fronteira com o Ceará. Esse caso é representativo da extrema violência da região, que estava sobre a disputa de coronéis. Um acontecimento que parece mais um enredo de um filme de faroeste, em que existem famílias rivais em guerra, só que, ao invés de um justiceiro armado com um revólver Colt 45 ou com uma Winchester 73, quem tentaria ajudar a resolver o conflito seria um bispo armado apenas de sua palavra e autoridade espiritual.

Na história de Pernambuco (e do Brasil) sempre houve lutas entre famílias em torno do poder. E a mais famosa, e uma das mais longeva, opôs as famílias dos Alencar aos do Sampaio na cidade de Exu. Os Alencar foram um dos primeiros povoadores da cidade no século XVIII. Desta família, é proveniente Bárbara de Alencar, heroína da revolução de 1817 e da Confederação do Equador⁴¹. O tronco dos Alencar estendeu suas raízes pelo Ceará e deles descendem o escritor José de Alencar, o ex-presidente Humberto

⁴⁰ Sobre a história da família Coelho e sua permanência no poder até os dias atuais, ver: (SANTOS, 2002; AQUINO, 2011 e SOUZA, 2001).

⁴¹ Ela é considerada a primeira prisioneira política da história do Brasil. “História apaga rosto de primeira presa política do Brasil”. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u17895.shtml>. Acesso em 12-01-2018.

Alencar Castelo Branco e o ex-Governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar.⁴² A família era proprietária de grandes partes das terras de Exu e região próxima.

Os Sampaio chegaram no início do século XX, dedicando-se especialmente ao comércio. Também era uma família imensa que teve um dos seus membros, Cid Sampaio, como Governador de Pernambuco (1959-1963). As duas famílias já eram adversárias, mas com a queda do Regime de Vargas, em 1945, a disputa pelo poder começou a se acirrar e tomar tons trágicos. Com os novos partidos criados, os Sampaio entraram para o Partido Social Democrático (PSD) e os Alencar para a União Democrática Nacional (UDN). Apesar de vários casamentos entre membros da família, nada serviu para diminuir a disputa entre eles e a Guerra de Exu se iniciaria em um Domingo de Ramos, em 10 de abril de 1949.

O motivo que desencadeou o conflito anunciado é difícil de se saber de fato, pois são versões diversas, que informam desde traição conjugal até um bate-boca em uma rádio difusora ocorrida no sábado anterior. Mas, o fato foi que às 7:00h da manhã, com as pessoas chegando para a Missa do domingo, depois de uma discussão aparentemente banal, começou um conflito armado e os dois chefes da família foram mortos no mesmo dia: Romão Sampaio Filho, o coronel Romãozinho, e o coronel Cincinato Sete de Alencar. Ainda teve uma outra vítima da família Alencar, que foi o filho de Cincinato, Francisco Sete de Alencar, que foi atingido por uma bala e ficou parálítico pelo resto da vida. Outros moradores da cidade foram feridos, inclusive o prefeito de Exu.

A cidade simplesmente parou. As famílias choravam os seus mortos com sede de vingança. Os moradores de Exu trancaram-se em casa, o comércio fechou. A tensão espalhou-se pelas cidades próximas. Todos esperando o banho de sangue que ocorreria, paradoxalmente, durante a Semana Santa que estava próxima a chegar, só que desta vez haveria mortos sem direito a ressurreição. Quando a notícia chegou a Petrolina, D. Avelar

⁴² Uma relação de parentesco pouco conhecida unia o primeiro presidente da Ditadura Militar, o General Castelo Branco, com um dos primeiros cassados pela Ditadura, o Governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Foi por ambos fazerem parte, mesmo que distante, do mesmo tronco familiar, que o General receberia uma carta de Antoliano Alencar pedindo clemência para Miguel Arraes baseado na relação de parentesco: “Nunca tive, não tenho e Deus me livre de ter tendências comunistas. Espírito conservador, feliz herança de nossos ancestrais que guardo e conservo como joia de valor inestimável, aqui estou perante o cidadão Humberto de Alencar Castelo Branco pedindo que interceda a favor de Miguel Arraes de Alencar, para que se conserve intacta a lealdade e a coragem com que sempre agiram os Alencar de uns para os outros (...) Não peço a defesa de Miguel político, homem de Estado, mas a defesa da raça Alencar no Brasil de que V. Exa. é a expressão mais legítima” In: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tristeza-e-medo-ainda-acompanham-a-velha-exu-que-gonzagao-pacificou,1084782> . Acesso em 12-01-2018

tomou uma atitude corajosa. Ele foi pessoalmente para Exu tentar resolver a contenda. O bispo não poderia se furtar a tentar mediar esse conflito.

Ele justificou a sua ida para Exu: “Estava em ambiente muito tenso e minha intenção era desarmar os espíritos para evitar uma possível atitude de vingança imediata” (FONTES, 2015, p. 55). A presença do bispo na cidade animou o Governo do Estado e a imprensa pernambucana para a tentativa de uma solução para o caso: “Em Exu, permanece no momento o bispo de Petrolina, Dom Avelar Brandão”.⁴³ É difícil saber como D. Avelar agiu, pela ausência de fontes confiáveis, mas, sua ação de fato foi fundamental na construção de um armistício junto com o vigário da cidade padre Mariano. As famílias talvez chorando a dor da perda dos dois líderes, aceitaram o acordo de paz proposto pelo bispo. Dom Avelar deu sua versão ao fato para um jornal da época:

Logo que tive conhecimento dos fatos e de sua extensão dolorosa, compreendido que meu dever seria partir a procura das famílias enlutadas. E estou aqui desde o dia 12 (...) fiz o que pude em benefício de todos, apesar de já haver encontrado os ânimos mais calmos, menos tumultuosos. O Golpe foi duro demais. Caíram prostrados os chefes de famílias da mais alta expressão social, homens moderados, segundo me informaram, a repreender os elementos mais exaltados de suas respectivas facções partidárias.

Acontecimentos assim costumam alterar a fisionomia das pequenas cidades de maneira imprevistas e impressionante.⁴⁴

O Governador de Pernambuco mandou um telegrama agradecendo a ação providencial de D. Avelar: “Apresso-me [em] exaltar, agradecer, relevantes [e] inestimáveis serviços prestados [para] nobre causa”.⁴⁵ Os deputados estaduais também se mostraram gratos e manifestaram: “a vossa excelência reverendíssima todo o nosso aplauso e agradecimento por sua apostolar intervenção nos acontecimentos do Exu, no sentido de restabelecer a pacificação no seio da comunidade sertaneja profundamente ferida”.⁴⁶ Entretanto, apesar da alegria momentânea, o próprio bispo sabia que era uma trégua temporária: “tratava-se de evitar o pior já que a reconciliação plena não era possível”. (FONTES, 2015, p. 55)

O armistício construído pelo bispo Avelar entre as famílias durou sete anos, mas voltaria com todo fogo na década de 60 e daí por diante não parou mais. Houve vítimas

⁴³ “Continuam em liberdade os assassinos do chefe udenista”. *Diário de Pernambuco*, 21 de abril de 1949, p.3

⁴⁴ “Exu ainda não está pacificada”. *Diário de Pernambuco*, 15 de maio de 1949, p.7

⁴⁵ *Diário de Pernambuco*, 20 de abril de 1949, p.4

⁴⁶ “Da bancada da coligação ao Bispo de Petrolina”. *Jornal Pequeno*. Recife. 23 de abril de 1949,

no Recife, no Crato e no Rio de Janeiro, numa demonstração de que a rixa não tinha fronteiras. Segundo alguns cálculos chegaram a mais de 40 vítimas de ambos os lados, sem contar os feridos.⁴⁷ O filho mais ilustre da cidade de Exu, Luiz Gonzaga, o rei do Baião, gravou até a música *O rio Brígida* para homenagear o rio que passava na sua cidade e aproveitou para abordar a violência em sua terra Natal.

O Rio Brígida
Nasce lá no pé da serra
Na Fazenda Gameleira
De seu Chico Alencar
E vai descendo
Vai rolando devagar
Chega em Novo Exu
E com licença eu vou cantar.

Em Novo Exu
Ele chora e sai rezando
Vendo gente se matando
Briga de irmão com irmão
Tem jeito não
Que isso é coisa de cacique
E vai chegando
Em São João do Araripe

Em 16 de janeiro de 1979, o *Globo Repórter Documento*, levou ao ar uma reportagem impressionante sobre o caso: *Exu, Uma Tragédia Sertaneja*. Esse programa retratou a briga das famílias Sampaio e Alencar de forma realista e dura. Teve a direção do prestigiado diretor Eduardo Coutinho. Vários membros das duas famílias foram entrevistados. Alguns familiares traziam no corpo marcas de balas, inclusive Francisco Sette Alencar que tinha ficado paralisado em 1949, e que, aparece no vídeo deitado em uma cama de frente a uma porta, sabendo das notícias do mundo apenas pelo rádio. Nos depoimentos dos integrantes da família durante a reportagem ficava claro que o conflito ainda não tinha terminado e que mortes ainda voltariam a ocorrer. Na maior rede de Televisão do país, membros das duas famílias ameaçavam-se para todo o Brasil assistir.⁴⁸

⁴⁷ Em várias fontes, encontramos números diferentes de mortes nesta Guerra. Eu utilizo o número de mortos que consta no livro *Império dos Rifles* de Francisco Robério Saraiva Fontes (2015, p.11), que talvez seja o trabalho mais bem documentado sobre este conflito.

⁴⁸ Parte da reportagem encontramos no site da memória da Emissora: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/globo-reporter/decada-de-1970.htm> Para acessar a reportagem completa, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=qeVq46R9WQQ> Acesso em 12-01-18.

O Conflito adentrou a década de 1980 ainda com mortes de integrantes de cada família ocorrendo. Como dizia o ditado: “Os Alencar de um lado, do outro os Sampaio, a morte no meio”. (FONTES, 2015, p.21) Mais uma vez, D. Avelar, agora já como Cardeal, foi chamado para tentar construir um armistício, junto com o cantor Luiz Gonzaga. O então Governador de Pernambuco, Marco Maciel (1979-1982), informou que: “tive em Gonzaga e Dom Avelar Brandão fiéis aliados, sem o que não teria obtido êxito na delicada e importante missão de solver o terrível conflito. Deixei o Governo com Exu em paz”. (MACIEL, 2000, p.6)

O rei do Baião, que sempre tentou acabar com a rixa entre as duas famílias, ficou muito agradecido a articulação de Dom Avelar na construção de uma trégua definitiva, que fez uma música em sua homenagem, intitulada *Emissário do Amor*, que não chegou a ser gravada.

Deus mandou, Deus mandou emissário do amor
Mandou dom Avelar
Anima gente, Dom Avelar chegou...
Veio ensinar a pacificação. Veio ensinar que foi Deus que nos criou
E a nós todos nos fez irmãos.

O nosso Exu agora vai mudar
Não vai ter tiro, nem mais morte não
Dos foguetes agora a pipocar
Vai ser os tiros do seu sertão
(FONTES, 2015, p. 335)

Apesar da atuação importantíssima de D. Avelar e do cantor Luiz Gonzaga para tentar resolver o conflito, ele só terminou, de fato, quando o Estado começou a ter uma presença mais decisiva no caso a partir dos Anos 80. Também com o tempo estas rixas começaram a perder o sentido para as novas Gerações, como bem explica o historiador Frederico Pernambucano de Mello: “Essas lutas de famílias morrem por exaustão. Não é um candeeiro que alguém chega e apaga. Morre porque acabou o querosene. Aí vem uma nova geração, que não vê mais sentido naquilo.”⁴⁹

O conflito de Exu, iniciado em 1949, e a atuação do bispo D. Avelar serviu para aumentar o prestígio dele na região. A partir deste momento, começava a se construir a imagem do moderador, do bispo do diálogo. Quando, em 1949, ainda estudante, Francisco Pinto, que viria a se tornar um grande político de oposição durante a Ditadura

⁴⁹ <http://lampiaoaceso.blogspot.com.br/2012/11/aproveitando-o-ensejo-do-filme.html>. Acesso em 12-01-2018.

Militar, foi visitar a cidade de Juazeiro, na Bahia, cidade-irmã de Petrolina, separadas pelo rio São Francisco e unidas por uma ponte, ele soube: “Ali, ouvimos, repetidas vezes, a informação de que, em Petrolina, havia um Bispo que era um dínamo e um santo. Sempre desejamos conhecer alguém com a aura de santidade e a oportunidade era excepcional. Bastava atravessar o Rio S. Francisco.”⁵⁰

Em 5 de novembro de 1955, o grande prestígio de D. Avelar já se fazia sentir fora do sertão e fez com que o Vaticano o nomeasse arcebispo de Teresina no Piauí. Quando os fiéis de Petrolina souberam da nomeação de Avelar para outro lugar não quiseram aceitar. Criaram o “Movimento Pró Permanência de D. Avelar” e mandaram um documento para a Nunciatura discordando da saída do prelado e pedindo que ele continuasse. A Nunciatura não voltaria atrás, no entanto fez um paliativo, que foi de manter D. Avelar como Administrador Apostólico de Petrolina, até a chegada do próximo bispo.⁵¹ No Arquivo da Cúria da diocese de Petrolina, D. Avelar fez uma avaliação do seu período na região:

Dez anos se passaram! Durante esse tempo, procurei identificar-me com a terra e os seus problemas, com o povo e os seus anseios e sofrimentos! (...)

Procurei viver bem com todas as classes sociais, vendo sempre, na heterogeneidade de seus vários aspectos, a unidade de um princípio superior!

Estive com os ricos e procurei servir aos pobres! (...)

Independência e espírito de reconciliação!

Jamais vi fechar-se uma porta, sem que admitisse a possibilidade de vê-la reaberta!

Alimentei, sempre, o desejo de atender aos compromissos da dignidade, dentro dos postulados do Evangelho!

Em matéria de política, sempre estive longe de suas competições partidárias!

Procurei conviver com todos os homens, no plano municipal, estadual e federal, com discrição e frequência, mas sem sacrifício de minha função episcopal! Nunca me deixei arrastar pela tempestade de suas paixões vertiginosas!

Do contrário: Tentei amortece-las, amainá-las! (...)

Empenhei-me na árdua tarefa da recuperação da terra e do homem!⁵²

O bispo que sairia do Sertão, com 43 anos de idade, talvez reconhecesse pouco do religioso que tinha chegado de Aracajú, apesar de existir um elo claro entre eles. Avelar agora era um homem que via no diálogo e na moderação forma mais práticas de atuação episcopal. Não era mais um polemista, era um pacificador. As questões sociais

⁵⁰ DEPUTADO FEDERAL MDB PELA BAHIA - FRANCISCO PINTO. Serviço Nacional de Informações – Agência Salvador. AC_ACE_65623_74_001 (Arquivo Nacional)

⁵¹ “Do núncio Apostólico aos diocesanos de Petrolina”. Jornal *O Farol*, 14-04-1956, p.1

⁵² Livro Tombo, p.161 e 162. (Arquivo da Diocese de Petrolina).

mereceriam sempre atenção especial do bispo a partir daquele instante. D. Avelar iria a Teresina já com uma forma mais ou menos definida de trabalho. Ele ainda iria amadurecer muito e assimilar inovações do período, só que agora à beira dos rios Parnaíba e Poti.

CAPÍTULO II

O ARCEBISPO EM TEMPOS DE DESENVOLVIMENTO E *AGGIORNAMENTO*

“O Piauí Existe!”

Dom Avelar Brandão assumiria o arcebispado de Teresina no dia 5 de maio de 1956. Políticos, militares, o clero e uma multidão o aguardavam. O jornal *Dominical* tinha conclamado: “Católicos de Teresina, preparai uma recepção condigna ao nosso arcebispo, testemunhando de público a sua fé jamais desmentida!”¹ E os católicos atenderam. D. Avelar, mesmo antes da sua posse, já era muito aguardado pela população, como podemos ver na coluna do professor Cunha e Silva, que afirmava que os piauienses precisavam de um homem que, com o seu prestígio moral, autoridade, inteligência e talento “como D. Avelar”, fosse um “exemplo de espírito progressista e lidere a campanha de assistência social em Teresina”, pois esta é:

uma das importantes tarefas que espero para ser desempenhada por D. Avelar Brandão em nossa terra, terra de milhares de casebres de palha e de centenas de indigentes, muitos dos quais menores de ambos os sexos, que perambulam pelas ruas e praças, de dia e de noite, pedindo esmolas; terra onde a prostituição floresceu à custa mais da pobreza do meio e do desamparo moral e espiritual; terra pobre, sem indústrias e sem deslumbramentos arquitetônicos dos centros adiantados, e por isso constituída por um proletariado muito pobre e humilhado ao lado de reduzido número de capitalistas e ricos de vistas curtas.²

Nesse discurso podemos perceber duas coisas: primeiro descreve uma terra pobre, cheia de problemas sociais, desanimada com seu presente e futuro. Era assim que a maioria da população do Estado vivia aquele momento. E também que as realizações de D. Avelar, em Petrolina, já tinham se espalhado pelo Nordeste e chegado a Teresina, o que o fazia ser muito aguardado, como se fosse uma espécie de Salvador Pátria ou um novo Messias. O povo do Piauí “esperava que Dom Avelar empreendesse as mesmas benesses sociais que havia empreendido, na sua antiga residência episcopal.” (PEREIRA, 2008, p.81)

¹ O *DOMINICAL*. Teresina, 29 abr. 1956, p. 1

² E SILVA, Cunha. “O novo arcebispo”. Jornal *O Dia*. Teresina, 29 abr 1956, p.2-4.

Durante a primeira metade do século XX, a economia do Piauí teve sua base associada à exportação de produtos extrativos, representados pela borracha de maniçoba, babaçu e principalmente a carnaúba. Entre as décadas de 1920 a meado da década de 1940, a cera de carnaúba teve grande importância no desenvolvimento do estado, tornando-se o principal produto de exportação do Piauí. Surgiu daí uma oligarquia rica e poderosa. A exploração dos carnaubais, por ser uma atividade que absorvia muita mão de obra, ocupava a maior parte das populações locais.

Entretanto no período áureo do produto, o Governo Estadual não investiu o ganho com a exploração da cera de carnaúba em serviços mínimos para a população do Estado. No setor de saúde, a grande maioria da população não recebia qualquer tipo de assistência social. O setor educacional público tinha um alcance muito limitado e de baixa qualidade. Existia também poucas escolas particulares. Não houve um investimento em qualificação de mão de obra. Para José Luis Lopes de Araújo (2008, p.203): “Parecia até que o dispêndio do Governo, na área produtora de cera, reduzia-se a manter funcionários burocráticos para a arrecadação dos impostos decorrentes das transações comerciais.”

A partir do final da IIª Guerra Mundial, em 1945, o preço da carnaúba começou a cair vertiginosamente, afetando de forma dramática a economia do Estado. Com serviços públicos precários e com a economia em retrocesso, ocorreu um colapso nas finanças do Governo. A população ainda foi mais castigada durante a década de 1950, pois o estado passou por calamidades naturais muito intensas, que aprofundaram a situação de penúria na zona rural, fazendo com que fossem buscar refúgio nas principais cidades como Parnaíba e a capital Teresina, as quais não tinham nenhuma condição para receber aquele contingente de pessoas.

A capital do estado não tinha infraestrutura digna para a população. Teresina era reproduzida pelos jornais do Estado como a “cidade da falta”, pois faltava saneamento básico, faltava uma grande companhia telefônica, faltava escola e uma universidade, faltava inclusive energia elétrica regular para suprir a demanda da cidade. (CARVALHO, 2011, p.84). A miséria era gritante no estado. O próprio D. Avelar assombrou-se com uma cena quando chegou: “Nunca imaginava ver crianças misturadas com porcos e cachorros”.³

Pelos idos dos anos de 1950, o Piauí possuía 1.046.669 habitantes, 84% dos quais viviam na zona rural (MENDES, 2003, p.175). Para cada quatro habitantes, três não

³ “O Renovador e o Diplomata”. *Revista Veja*, 7/2/1973, p. 50

sabiam ler nem escrever: “Rural e analfabeto, era também, no final dos anos 1950, o Estado com menor renda *per capita* do País.” (OLIVEIRA, 2016, p.174). O grave problema da mortalidade infantil no estado foi registrado no *poema brasileiro*, de 1962, do maranhense Ferreira Gullar, expoente do Centro Popular de Cultura (CPC):

No Piauí de cada 100 crianças que nascem
78 morrem antes de completar 8 anos de idade.

No Piauí
de cada 100 crianças que nascem
78 morrem antes de completar 8 anos de idade.

No Piauí
de cada 100 crianças
que nascem
78 morrem
antes
de completar
8 anos de idade.

antes de completar 8 anos de idade
antes de completar 8 anos de idade
antes de completar 8 anos de idade
antes de completar 8 anos de idade. (GULLAR, 2010, p. 70)

A década de 50 foi um momento de investimento crescente no Nordeste pelo Governo Federal, principalmente no Governo Juscelino Kubitscheck. Investimentos patrocinados pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, hoje BNDES), criado em 20 de junho de 1952, e também, no mesmo ano, em 19 de julho, foi criado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Grandes projetos para alavancar a região foram patrocinados na Bahia, Pernambuco, Alagoas e Paraíba.⁴ Mas, na contramão dessa tendência, “o Piauí permaneceu alheio aos novos rumos que aos poucos eram delineados para a economia nordestina” (MENDES, 2003, p.187). Por falta de uma organização e de um projeto mais bem delineado das elites locais, o Estado não era incluído nos grandes investimentos que ocorriam no momento. D. Avelar usava uma metáfora que ficou muito representativa da época:

Reinava aquele estado de desânimo. Ninguém acreditava em ninguém. As coisas começavam, mas não terminavam. O Piauí, eu comparava sempre a uma espécie de estação onde o trem do Nordeste, saindo da Bahia e percorrendo os Estados, quando lá chegava, não tinha mais o que deixar. Já

⁴ http://www.inad.com.br/publicacao/arquivos/20120730143856p_sudene_50_anos.pdf. Acesso em 17-01-2018.

tinha ficado no meio do caminho por onde passavam os vagões do trem.
(ARQUIDIOCESE, 1985, p. 23)

Em uma reunião, dentre várias que ocorreram na década de 1950, do episcopado nordestino para buscar apoio financeiro aos seus respectivos estados, D. Avelar fez um desabafo durante as negociações em um Encontro da Igreja com o Governo Federal. Geralmente, os acordos entre o episcopado e a União privilegiavam os principais estados nordestinos. Foi então que o arcebispo interveio lembrando que “o Piauí existe!”⁵.

A Diocese do Piauí foi criada em 20 de fevereiro de 1901, desmembrada da Diocese do Maranhão. Em 1920, foi criada a diocese de Bom Jesus e, em 1944, a de Parnaíba e Oeiras-Floriano desmembradas da do Piauí, que passaria se chamar Teresina, e que foi elevada à condição de Arquidiocese e Sede Metropolitana. Formaram, assim, a Província Eclesiástica do Piauí, no dia 9 de agosto de 1952, pelo Papa Pio XII.⁶

Dom Severino Vieira de Melo (1923-1955) foi o terceiro bispo da Diocese do Piauí, e o primeiro arcebispo. Ele que antecedeu D. Avelar no comando da arquidiocese. Teve um governo longo de mais de 30 anos. Esse clérigo foi um dos responsáveis por consolidar o processo de romanização da Igreja no Piauí. Fortaleceu a Igreja, centralizou as ações da instituição ao nível da hierarquia, combateu a religiosidade popular em defesa de um catolicismo mais clerical. Foi responsável pela criação de associações pias e da Ação Católica. (PEREIRA, 2008, p. 29). Ele também dotou a diocese com as estruturas básicas esperadas pelo Vaticano. Inaugurou o Colégio Diocesano, reabriu o Seminário, adquiriu Palácio Episcopal e fundou, em 1937, do jornal *O Dominical*.

A instituição eclesiástica no Piauí sob os cuidados de Dom Severino, como a Igreja Católica em geral no Brasil, procurou manter ótimas relações com os poderes civis. Um dos momentos mais marcantes do seu Governo foi o da passagem da Coluna Prestes, em 1925, pela capital piauiense e seus esforços para a retirada da Coluna da cidade. Entretanto, o velho bispo não conseguiu acompanhar as mudanças da sociedade do pós-II Guerra Mundial. Para dificultar, devido a uma doença grave, comandou sua diocese enfermo durante mais de dez anos. Isso fez com que a arquidiocese perdesse capacidade de organização para enfrentar a nova realidade que se apresentava. Tinha uma mentalidade tradicional com relação às questões relativas à moral, aos costumes e

⁵ Entrevista com César Galvan (03-10-06)

⁶ <http://arquidiocesedeteresina.org.br/historico-da-diocese-do-piaui/>. Acesso em 17-01-2018

dogmas, como afirmou um padre: “com uma espiritualidade muito profunda, mas ao estilo daquele tempo, que não era muito diferente do estilo da Idade Média.” (Apud ARAÚJO, 2008, p.53)

Após a morte de D. Severino, o vigário capitular, Monsenhor Joaquim Chaves, foi duas vezes a Nunciatura para apoiar a vinda de um novo tipo de bispo. Inicialmente a Nunciatura respaldava a ida de um outro prelado da mesma linha do arcebispo anterior, mas como afirmou o religioso, a maior parte da arquidiocese queria mudanças.

Eu por duas vezes fui, por mandado deles, na Nunciatura para ver se sustentavam lá as coisas que estavam ocorrendo lá. Ia na direção para mandar pra aqui um novo bispo. Eles achavam que aquele bispo que devia vir pra cá era uma continuação do governo, do reinado de Dom Severino, e nós queríamos era mudança. Eu consegui lá, com ajuda do Secretário da Nunciatura para as coisas mudarem. (...) quando eu menos esperei, chegou o telegrama da Nunciatura avisando que no outro dia seria nomeado Dom Avelar Brandão Vilela (Apud ARAÚJO, 2008, p.46).

Foi na confluência da esperança de mudanças na sociedade e na Igreja Católica que chegaria Dom Avelar Brandão Vilela para assumir a arquidiocese de Teresina. No livro *100 fatos do Piauí no século 20*, do jornalista Zózimo Tavares (2000, p.75), ele coloca entre um dos 100 fatos mais importantes do século para o Estado a chegada de Dom Avelar Brandão que “viria a se transformar num dos homens públicos mais populares deste século”. Como mesmo expressou o jornalista, com a chegada de D. Avelar no Piauí: “nasce um líder”.

Humanizar e Evangelizar

Dom Avelar foi nomeado arcebispo de Teresina em novembro de 1955, mas só assumiria em maio de 1956, devido algumas obrigações pendentes a resolver ainda em Petrolina. Nesse interregno, ele inteirou-se da realidade de sua nova arquidiocese e já começou a estabelecer contatos com os políticos locais e o clero. Ao chegar na arquidiocese imediatamente começou a trabalhar e a colocar seus projetos para andarem. Ele sabia das expectativas que o aguardavam e o bispo queria ajudar a resolver os problemas graves do Piauí. O lema da ação do seu governo seria “humanizar e evangelizar”:

Dom Avelar Brandão Vilela disse que seu programa arquiépiscopal se resume em duas palavras: humanização e evangelização. Evangelizar é conquistar almas para Deus! Humanizar é dar, no seu corpo, a dignidade a quem tem jus a seu templo natural do espírito. Nessas duas palavras pode resumir a ação atual da Igreja, sempre que os pastores dela seguem a doutrina superior de Pio XII.⁷

Para conseguir o seu objetivo de humanizar e evangelizar no Piauí, D. Avelar trabalharia em várias frentes com uma impressionante capacidade de organização e dinamismo. Buscou apoio nos Governos Estadual e Federal, além de articulação com as elites do Piauí, as camadas médias da sociedade e o clero. Em um curto espaço de tempo assumiria um papel de liderança no Estado. Ele procurou adaptar as experiências feitas em Petrolina em sua nova Arquidiocese e também apoiaria iniciativas que estavam sendo formuladas por técnicos e intelectuais no Piauí.

Em junho de 1956, menos de um mês de sua posse, foi criada a Ação Social Arquidiocesana (ASA) para coordenar a assistência social da Arquidiocese. Essa iniciativa foi muito importante, ainda mais se lembrarmos que ela foi criada antes mesmo da instalação oficial do Serviço Social do Estado (SERSE) do Piauí, que só foi fundado, em 1959, pelo Governador Francisco das Chagas Rodrigues (1959-1962). A ASA tinha como objetivo incentivar, manter e supervisionar os serviços de assistência social realizados nas paróquias. Para isso, foram construídos Centros Sociais, que eram os locais onde se realizavam estas ações de assistência à população. Foram inaugurados os Centro Social Leão XIII, Cristo Rei e Nossa Senhora de Fátima em bairros populares. As principais atividades eram levar médicos e dentistas aos mais pobres, trabalho que era realizado em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde. Dos serviços médicos oferecidos havia assistência médica às grávidas e o Clube de Mães, que dava orientação às mulheres com relação à higiene e à saúde das crianças. Nos Centros também funcionavam escolas para alfabetização de adultos e cursos profissionalizantes. (MONTE, 2012, p.1-14)

Antes mesmo de ter assumido oficialmente a Arquidiocese, D. Avelar já tinha convocado uma Semana Ruralista, em Teresina, espelhando a que ele promoveu em Petrolina. Esse evento ocorreu entre os dias 6 e 11 de agosto de 1956 com o tema “O homem para a Terra e a Terra para o homem”. Constituiu de debates e discussões acerca da problemática do trabalhador e do produtor rural. A realização desta Semana Ruralista

⁷ “A Igreja”. *Jornal do Piauí*. Teresina, 12 agosto de 1956, p. 05

contava com o apoio do Ministério da Agricultura e do Governo do Estado. Os Eixos temáticos da programação giravam em torno de alguns temas básicos como: formação do produtor rural, financiamento público da agricultura, convivência com a seca, formação de líderes rurais cristãos, educação de base como fator de progresso de um povo, cooperativismo, associativismo, entre outros.

O sucesso dessa Semana Ruralista animou D. Avelar a fazer outras duas, só que desta vez em cidades do interior.⁸ A 2ª Semana Ruralista ocorreria no município de Campo Maior, em 18 e 25 de agosto de 1957 e a 3ª Semana Ruralista aconteceria na cidade de União, entre 3 a 8 de novembro de 1959. O viés ideológico que perpassou as três Semanas Rurais aproximava-se do discurso desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, que visava integrar a economia do Nordeste à economia nacional.

Dom Avelar assumiu a arquidiocese de Teresina durante a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e o seu projeto Desenvolvimentista. JK deu uma atenção muito grande ao Nordeste e ao desenvolvimento da região. Seus objetivos coincidiram com os da Igreja Católica naquele momento. A relação entre o episcopado e o Governo Federal foi das melhores possíveis. Os bispos nordestinos organizaram dois importantes Encontros em Campina Grande (PB) e Natal (RN), em 1956 e 1959, para debater e propor soluções para a região. Em ambos, o Presidente compareceu. Ele mesmo afirmou que se abria “mais um capítulo das relações, sob certos aspectos singulares, entre a Igreja e o Estado no Brasil. Oferecemos (...) um espetáculo de respeito mútuo e perfeita colaboração entre o Poder Espiritual e o Poder Temporal”⁹. Desta maneira, coube aos bispos do Nordeste um papel de destaque na elaboração dos planos de administração pública e, conseqüentemente, na execução da política desenvolvimentista expressa no Plano de Metas de JK.

Os bispos exerceram certa influência na criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), órgão responsável pelo estudo da região e das atividades financiadas pelo Governo Federal. Posteriormente, esse grupo de trabalho foi transformado no Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENO), em

⁸ Esta Semana Ruralista foi muito elogiada fora do Piauí também, sendo muito festejada nos jornais da Capital Federal: “Êxito absoluto da Primeira Semana Ruralista do Piauí – A Igreja, o Estado e o Povo unidos no mesmo trabalho – Declarações do presidente da Confederação Nacional do Comércio”. In: “Para recuperação do Nordeste brasileiro”. *Jornal do Brasil*, 25-08-1956, p.11.

⁹ Discurso de Juscelino Kubitschek no encerramento do Encontro dos bispos do Nordeste, sobre os problemas da Região. Campina Grande, 26 de Maio de 1956. In: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1956/23.pdf/view>. Acesso em 19-01-2018.

1958, que tinha o economista paraibano Celso Furtado como Secretário Executivo. Este órgão foi substituído pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 15 de dezembro de 1959. A SUDENE foi importante órgão de desenvolvimento na região. Essa política governamental para o Nordeste buscava substituir a política assistencialista por uma política de desenvolvimento regional, na qual o Governo Federal contou com o apoio incontestável da Igreja Católica. O presidente JK afirmava, em 1959:

Não quero, entretanto, deixar de ressaltar o papel dos santos homens da Igreja Católica na luta insistente e indormida [sic] pelo soerguimento do Nordeste, desde os primeiros instantes do meu Governo (...) Foram Vossas Excelências, Senhores Bispos, os animadores e promotores do trabalho que estamos começando a realizar. Essa tarefa imensa, ambiciosa, mas inadiável e necessária, não a levaria adiante o esforço exclusivo do Governo, ou de qualquer instituição privada. Para esta empresa, havia necessidade também de fé e de esperança. Sem fé e sem esperança, não teríamos dado o passo inicial; não teríamos suficiente ânimo para pôr mãos à obra; e, se fé e esperança nos faltarem no caminho, nada será feito.¹⁰

Existiu uma reciprocidade de interesses entre a Igreja e o Estado neste momento. A Igreja Católica necessitava do apoio e financiamento do Estado para solidificar a sua ação pastoral e encontrou no governo de JK um aliado, já que o presidente se tornou um dos maiores patrocinadores das ações sociais da instituição na região. Em contrapartida, o presidente Juscelino Kubitschek precisava da Igreja pelo seu dinamismo e liderança para colocar em prática no Nordeste os objetivos propostos pelo seu Governo, além de promover as ações assistenciais como forma de complementar sua intervenção na sociedade. Foi nesse período que D. Avelar Brandão chegou ao Piauí promovendo várias ações no Estado.

Dom Avelar foi um apoiador de uma das experiências mais exitosas ocorridas no Piauí, o Projeto colonização Vale da Gurguéia, que o *Jornal do Brasil* dava como manchete: “Bispo de Teresina anuncia início do primeiro ensaio de Reforma Agrária”.¹¹ Essa experiência serviria de modelo no processo de ocupação da Amazônia pelos militares na década de 1970. Um projeto colonizador implantado no dia 13 de maio de 1959 pelo agrônomo Agostinho Reis. Entretanto, ele foi criado oficialmente em 30 de

¹⁰ Discurso de Juscelino Kubitschek no encerramento da II Reunião dos bispos do Nordeste. Natal, 26 de Maio de 1959. In: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1959/25.pdf/view>. Acesso em 19-01-2018

¹¹ “Bispo de Teresina anuncia início do primeiro ensaio de Reforma Agrária”. *Jornal do Brasil*, 11-07-1959, p.9.

maio de 1956, pelo presidente Juscelino Kubitschek, atendendo a uma solicitação de Dom Avelar Brandão Vilela na primeira reunião dos bispos do Nordeste:

Esse capítulo insólito da nossa história agrária transcorreu no sul do Piauí quando o presidente Juscelino Kubitschek atendeu a um pedido especial do cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, então bispo de Teresina. O episódio ilustra as excelentes relações entre a Igreja e o poder e a ousadia e pragmatismo de JK para tocar projetos arrojados. (INCRA, 2015, p. 41)

O Núcleo Colonial do Gurgueia foi pioneiro tanto na concepção da sua agrovila quanto na forma de uso da terra. Dirigido pelo próprio agrônomo Agostinho Reis, o Gurgueia foi projetado para 500 famílias na área urbana, dispondo de posto de saúde, escritório e aeroporto. Tudo isso num estado conhecido pela extrema condição de pobreza. As primeiras duzentas famílias transferidas para o núcleo foram transportadas da cidade mais próxima, Floriano, em cima de caminhão. Em pouco tempo prosperou e chegaram os tratores, viaturas, veículos leves e caminhões. O Gurgueia transfigurou-se no “Vale da Esperança”, com um arrozal imenso assemelhado a um gigantesco tapete verde.¹² (INCRA, 2015, p. 41)

Outro projeto, que também contou com o apoio de D. Avelar, foi a construção da usina hidroelétrica da Boa Esperança, tendo ele conseguido a assinatura do decreto nº 64.359/59, que criava a comissão para estudar a viabilidade dessa ideia, no período que esteve reunido com os bispos do Nordeste, em 1959, na cidade de Natal. Muito do atraso econômico do Piauí vinha também devido à falta de uma Usina para possibilitar o desenvolvimento da industrialização do Estado. Foi um empreendimento difícil e demorado de ser realizado devido aos gastos vultosos na construção da Usina. D. Avelar sempre pressionou o Governo Federal para a realização dessa obra. Em 1965, no Governo de Castelo Branco (1964-1967), ele animado, já via como real a construção da Hidrelétrica e comentava com D. Helder Câmara que o empreendimento “era capaz de realizar a integração econômica do Piauí” (CÂMARA, 2009b. p.138-139) A Usina só sairia do papel na década de 1970, sendo um dos motores do desenvolvimento do Piauí a partir daquele período. (LIMA, 2007)

Dom Avelar converteu-se em uma das maiores lideranças do Piauí. Ele conseguiu transitar bem entre as correntes políticas do Estado. E principalmente pelo seu carisma e

¹² Em entrevista à imprensa na época o agrônomo Agostinho Reis falou: “As perspectivas são ótimas. Toda a produção do Núcleo encontrará mercado imediato na cidade de Floriano (...) Contarei ainda com o apoio do arcebispo de Teresina, D. Avelar Brandão Vilela, um grande batalhador em defesa daquela pobre população nordestina”. In: “Nilo Piauiense”. Jornal do *Commercio*. Rio de Janeiro, 18-02-1959, p.1.

autoridade moral tornou-se o representante (in)formal do Estado perante o Governo Federal. Ele realizava várias viagens de caráter claramente político representando o Governo Estadual, conseguindo inclusive uma audiência com o presidente da República Juscelino Kubitschek, o que muitos políticos da região dificilmente conseguiam. Este encontro como de praxe serviu para tratar sobre a liberação de verbas federais para o Piauí.¹³

D. Avelar era visto como um dos responsáveis pelo Estado perante o Governo Federal. Como foi dito anteriormente, as verbas destinadas ao Nordeste não foram para o Piauí no mesmo volume que para outros estados da Região e isso obrigava ao arcebispo se desdobrar para conseguir verbas federais e também para que elas fossem enviadas depois de aprovadas. Um bom exemplo ocorreria em 1957. Por motivos de corte no orçamento da União, JK reduziu as verbas que seriam enviados ao Piauí, o que fez o arcebispo mandar um telegrama para o presidente protestando: “na certeza de que será recuperado aquilo julgado legítimo aos direitos deste Estado. Possuímos todas as possibilidades e virtudes do desenvolvimento que fazem valer os outros Estados da Federação”¹⁴. Para Fonseca Neto (2014, p.30), Dom Avelar tomou para si a “tarefa que deveria ser do poder público”

Analisando os principais jornais da Capital da República podemos perceber como era a visão que a imprensa do Rio de Janeiro tinha do arcebispo e dos políticos do Piauí, o que explica, em parte, o porquê de D. Avelar ser o grande interlocutor entre o Piauí e o Governo Federal. Nos jornais, D. Avelar Brandão é descrito como um líder, uma autoridade moral, enquanto os políticos piauienses, como incompetentes, os responsáveis pela estagnação e pela miséria do Estado.

Nos periódicos do Rio de Janeiro estão relatadas as viagens constantes do arcebispo para pedir recursos para Teresina. Ele já tinha virado um visitante habitual como relata o jornal *O correio da Manhã*: “D. Avelar Brandão vilela, o simpático e dinâmico arcebispo de Teresina, voltou ao Rio.” E continua: “veio, como todas vezes anteriores, peregrinar pelos órgãos do Governo federal, a fim de obter para as pobres ovelhas da sua arquidiocese aquilo que os poderes públicos têm negado e a espécie de política que se pratica no Piauí dificulta”.¹⁵ O *Jornal do Brasil* segue na mesma toada:

¹³ “No catete o arcebispo do Piauí”. *Correio da Manhã*, (RJ) 20-07-1956, p.11.

¹⁴ “Críticas ao “plano de Economia”. *Correio da Manhã* (RJ) 07-04-1957, p. 15.

¹⁵ “A volta de Dom Avelar”. *Jornal Correio da Manhã* (RJ). 11-10-1957, p.3.

O arcebispo de Teresina, que está hospedado no Mosteiro de São Bento, vem concentrando particularmente duas espécies de dificuldades: o tipo de política que se leva a efeito no Piauí e a falta de amparo por parte dos poderes públicos. Suas obras no Piauí são de grande vulto, mas podem sofrer um colapso se os entendimentos no Rio não chegarem a bom termo¹⁶

Primeiramente existia um certo exagero – ou preconceito? – nas críticas dos jornais. Os imbróglios dos políticos do Piauí eram reais, mas não eram tão diferentes dos de outros estados do Brasil. Se problemas de corrupção ou incompetência fossem motivos para não investir dinheiro público em um estado, o Governo Federal não deveria empregar nem um cruzeiro na própria Capital Federal. O maior problema que percebo no Piauí, neste momento, eram os conflitos internos entre as elites políticas do Estado, que não tinham construído ainda um projeto hegemônico de desenvolvimento para o Piauí, o que fez perder grandes investimentos do Governo Federal. Isso só mudaria durante a Ditadura Militar na década de 1970.

O fato é que D. Avelar era visto na Capital Federal - e comportava-se - como a principal autoridade do Piauí. Defendia com afincos os interesses do Estado e agia como se fosse o seu representante político, como podemos perceber na sua atuação diante da grave crise das cheias do Estado em abril de 1960. O Piauí é cortado por grandes rios e seus afluentes. O Parnaíba é o maior e mais importante deles. Várias cidades cresceram a margem dos rios. Teresina é a única capital do Nordeste que não é banhada pelo oceano Atlântico e sim pelo Parnaíba e o rio Poti. A importância deles é imensurável para o estado. Só que, por falta de planejamento, as cidades não estavam preparadas para quando o nível de água neles elevavam-se demais.

O ano de 1960 foi um ano chuvoso para vários estados brasileiros. Foram registradas enchentes em Minas Gerais, Espírito Santo e em alguns estados nordestinos. O jornal *Correio da Manhã*, da capital Federal, fez uma reportagem intitulada: “Inundações levam flagelo aos estados nordestinos”¹⁷ que demonstrava o grave problema em várias cidades. O periódico destacava o sofrimento nos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão. Mas apesar do Piauí também está passando pelo mesmo flagelo não é relatado nessa reportagem.

Nesse momento, os rios do estado encheram e inundaram várias cidades ao seu redor. As cidades de Patos, Itainópolis e Conceição de Canindé quase desapareceram. Foi

¹⁶ “Arcebispo de Teresina veio ao Rio pedir hospital e escolas”. *Jornal do Brasil*, (RJ). 13-10-1957, p.9.

¹⁷ “Inundações levam flagelo aos estados nordestinos”. *Correio da Manhã* (RJ), 15-03-1960, p7.

um dilúvio digno de Noé. D. Avelar fundara o “Banco da Providência” para angariar remédios, roupas e alimentos para os que sofreram as consequências do alagamento no estado. Mas, era evidente que se precisava de muitos recursos que o Governo Estadual não poderia dar. D. Avelar foi escalado para ir até a Capital para sensibilizar o Governo e a opinião pública. O *jornal do Piauí* descrevia assim o momento:

O arcebispo metropolitano da Província Eclesiástica do Piauí Dom Avelar Brandão Vilela é uma dádiva do céu para o momento angustioso que passa o Piauí.

As cheias catastróficas dos rios Paranaíba, Uruçuí, Gurguéia, Canindé, Itaueira, Poti, Piauí, Guaribas, Itain e na impetuosidade das suas águas, como furacões devoradores, destruíram cidades, vilas, povoados, fazendas, fortunas e vidas, espargindo por aquelas regiões nordestinas misérias, lágrima e luto.

O arcebispo, angustiado, deixa sua arquidiocese e credenciado pela caridade cristã, pelo Governo do seu estado e outras entidades, etc. vem pedir urgentes socorros ao governo federal, aos seus ministros, senadores, deputados.¹⁸

Mais uma vez, o arcebispo tinha que sair do Piauí para pedir ajuda ao estado. Ele foi investido *oficialmente* como representante do Governador daquele estado. Devido às várias tragédias ocorrendo ao mesmo tempo, e pela baixa representatividade dos políticos do Piauí na Capital da República, D. Avelar tentaria sensibilizar a Opinião Pública da Capital dando várias entrevistas aos jornalistas e indo até a programas de Televisão. Marcou reuniões com intelectuais e políticos pedindo apoio. A partir daí os jornais do Rio de Janeiro começaram a noticiar o drama no Piauí com um enfoque maior.

50 mil flagelados

O Governo do Estado já não dispõe de meios para atender às populações flageladas pelas enchentes (...) calcula-se 50 mil o número de pessoas desabrigadas, precisando de socorro imediato. O povo aguarda com ansiedade a chegada de 40 toneladas de mantimentos conseguidas na Capital da República por Dom Avelar Brandão Vilela.¹⁹

Mas, os recursos que o arcebispo conseguiu na Capital Federal ainda eram insuficientes, por isso ele fez um périplo e foi também a São Paulo e Minas Gerais para pedir apoio. Em São Paulo, conseguiu toneladas de medicamentos. O arcebispo angariou muitos donativos ao Piauí. Mas, até para entregar as pessoas, em algumas cidades que foram atingidas, era difícil. Como o jornal *O Globo* noticiava:

¹⁸ “Dom Avelar Brandão nos planos da providência”. *Jornal do Piauí*, 24-04-1960, p. 5.

¹⁹ “D. Avelar: ‘Piauí entrou no roteiro da desgraça’”. *Jornal Última Hora*. RJ. 7-04-1960, p.2.

Acossada pela cheia. Famélicas e desarvoradas, as populações do vale do Parnaíba voltam as costas aos tremendos prejuízos materiais causados pela enchente destruidora e deixam seus mortos boiando nas águas barrentas. Reduzidos a penúria extrema, apinhados de qualquer forma nos pontos elevados, trepados em árvores, os moradores desesperados só têm energia e atenção para o serviço de socorro de uma improvisada ponte aérea (...) que lançam alimentos, remédios e agasalhos, nem sempre aproveitados, pois caem na água e são arrastados.²⁰

Quando regressou ao Piauí, o trabalho do arcebispo não diminuiu, ele ajudava na organização da distribuição dos donativos para a população como vemos na imagem abaixo:



Dom Avelar ajudando a organizar a fila para o recebimento dos alimentos aos atingidos da seca de abril de 1960 (OLIVEIRA, 2016, p.417)

A historiadora Marylu Alves de Oliveira abordando a atuação do arcebispo e dos deputados federais e senadores do Piauí no caso da Grande Enchente de 1960 afirma:

²⁰ “Cidades e culturas arrasadas no Piauí”. Jornal *O Globo*. 6-06-1960, p.6

Dom Avelar, na sua jornada em busca de conseguir recursos para o Estado, obteve o que os políticos da bancada federal piauiense não tinham conseguido até aquele momento com seus discursos inócuos no Congresso Nacional, chamar a atenção da mídia impressa e radiofônica para o caso do Piauí. (...) Dom Avelar demonstrava ter mais força política e de mobilização social e midiática do que os representantes políticos locais (OLIVEIRA, 2016, p.419)

O leigo Alcides Nascimento lembrando o seu contato com D. Avelar Brandão Vilela e a importância dele para o Piauí assinalava que o Arcebispo de Teresina se envolvia “em questões que estavam fora da sua jurisdição eclesiástica” (Apud CARVALHO, 2006, p.133). Essa é uma forma errada de ver o arcebispo pelo menos na visão do próprio. Para D. Avelar não existia questão que estivesse fora de sua jurisdição eclesiástica.

O bispo do desenvolvimento

Uma outra área em que a atuação de Dom Avelar se destacou no Piauí foi na educação, tanto básica quanto superior, tanto privada quanto gratuita. O Estado sofria de uma defasagem enorme de estabelecimentos de ensino básico, médio e Superior. Por isso o arcebispo dedicou muito da sua atenção a esta área.

Ele foi presidente da Seção Estadual da CNEG - Campanha Nacional de Educandários Gratuitos cuja finalidade era organizar e dirigir instituições escolares que fornecessem ensino aqueles que não tinham condições financeiras para pagar os colégios particulares e não eram absorvidos pela pequena rede escolar estadual. Foram criadas unidades tanto na capital quanto no interior do estado atendendo a milhares de alunos.

A CNEG surgiu em decorrência da ação empreendida em diferentes localidades do Nordeste, que lutava contra a injusta desigualdade de acesso à escola secundária no país. Lançaram uma campanha nacional de educandários gratuitos. Em 1943, surgiu a “Campanha Nacional de Escolas da Comunidade”. Em pouco tempo, foi criada uma sociedade educacional denominada de “Campanha do Ginasiano Pobre”, responsável pela fundação, em 1944, do Ginásio Castro Alves, no Recife. O movimento ganhou força na década de 1950. Esses Educandários Gratuitos tinham como objetivo constituir uma era de renovação da educação brasileira dando acesso aqueles grupos sociais antes excluídos. Na visão do Programa, a educação apresentava-se como possibilidade de resolução dos problemas nacionais e de construção de uma sociedade democrática. O discurso

propagado “conclamava a todos os brasileiros a se integrarem à tarefa de construir uma nação desenvolvida” (ASSIS, 2005, p.42).

Sobre a presidência de Dom Avelar, a CNEG teve uma atuação impressionante no estado. Durante seu comando foi fundado mais de 30 estabelecimentos ginasiais em diversas cidades, entre os quais o mais conhecido foi o Ginásio Popular de Teresina. (LIMA, 1989, p.96). Também construiu a Escola de Comércio na cidade de José de Freitas.

D. Avelar presidiu a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) no Piauí. O objetivo da CNER era contribuir para acelerar o processo de integração do homem e da mulher do campo, preparando-os para o mundo moderno, para que não se acentuassem as diferenças entre a cidade e o campo. Procurando respeitar as singularidades das comunidades nas zonas rurais. A educação rural previa o melhoramento e aperfeiçoamento das técnicas agrícolas rurais, a introdução de novas técnicas para a comunidade. Também trabalhava na questão da saúde com uma educação sanitária.

No ano de 1960, Dom Avelar Brandão Vilela, passou o Colégio Diocesano aos cuidados dos jesuítas com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino do estabelecimento e também de trazer esta Ordem Religiosa de novo para o Piauí. A Companhia de Jesus é reconhecida pelo seu trabalho de alto nível na educação. A partir daí o Colégio ganhou um novo impulso e tornou-se uma das mais importantes Escolas do Estado.

O arcebispo atuaria também na área de educação Superior. As escolas existentes no estado não tinham professores formados adequadamente por não terem um estabelecimento de ensino Superior para a formação docente. Até a chegada de Dom Avelar Brandão Vilela só existia no Estado, a Faculdade de Direito do Piauí, criada em 1931. Havia uma luta para a criação de um segundo estabelecimento de Ensino Superior, que focasse na preparação dos futuros professores. Um grupo de intelectuais já tinha encampado este projeto, era um ideal que vinha desde a década de 40 na sociedade Piauiense e que encontrou em D. Avelar um homem de ação que possuía ótimas relações políticas. Além da dificuldade financeira para fundar a Faculdade, havia um problema maior: a autorização do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que emperrava o projeto que estava há tempos guardado na gaveta. Foi aí que entrou D. Avelar com todo o seu prestígio perante o Governo Federal.

Seguirá terça-feira, para o Rio de Janeiro, onde tratará de vários assuntos ligados a sua administração episcopal, o arcebispo metropolitano Dom Avelar Brandão. Dentre as reivindicações que serão feitas, destaca-se a Faculdade de Filosofia, que há vários anos é esperada pelos piauienses, e que o Ministério da Educação e Cultura sempre retarda a autorização tão ansiosamente aguardada.²¹

Em 1958, seria fundado o segundo estabelecimento de nível Superior do Piauí, a Faculdade Católica de Filosofia (FAFI). Sua instalação fez-se provisoriamente no Colégio do Sagrado Coração de Jesus. A faculdade iniciou seus trabalhos oferecendo exclusivamente cursos noturnos, em virtude de as instalações físicas utilizadas já estarem ocupadas com aulas do ensino secundário e normal nos turnos matutino e vespertino. Outros fatores concorreram para seu funcionamento noturno, entre eles o fato do corpo docente desempenhar outras funções durante o período diurno. O primeiro vestibular era para os cursos de Filosofia, Geografia e História (que eram juntos) e Letras Neolatina. Somente no ano de 1970 foi implantado os cursos de Matemática e Física. A aula inaugural ocorreu em 7 de abril de 1958.

No seu trabalho sobre a Faculdade de Direito e a Faculdade de Filosofia do Piauí, o educador Antonio Maureno Vaz Verçosa de Melo afirma que a FAFI além de cumprir uma função prática de formação docente teve outra função mais social e política. Enquanto a Faculdade de Direito era mais voltada para as elites, a Faculdade Católica de Filosofia recebeu alunos provenientes das camadas médias e populares que não teriam outro lugar para se qualificar. Ela ampliou as possibilidades de realização de um curso superior para a população, inclusive muitos dos alunos eram do interior do estado. (MELO, 2006) E também a Faculdade teve uma outra grande importância que foi o de ampliar o espaço para as mulheres na educação Superior, já que a Faculdade de Direito era formada quase que exclusivamente por homens. Na FAFI, as mulheres puderam realizar seus sonhos de um Curso superior como podemos ver no depoimento de uma ex-aluna:

No início da década de 60 não era tão comum o acesso da mulher teresinense a um curso superior. Mesma para aqueles que rompiam essas barreiras o ingresso no estudo de 3º. Grau era sempre precedido de muita expectativa. Para mim, foi o início de um período muito especial e favorável: passei a vivenciar uma liberdade há muito tempo almejada mas, até então, desconhecida na prática. (Apud SOUSA; BOMFIM e PEREIRA, 2002, p.250)

²¹ “Faculdade de Filosofia em Terezina”. *Correio da Manhã*. 17-07-1956. P.13.

Parte da mensalidade era custeada pelo poder público estadual devido aos seus discentes não terem como arcar com todos os gastos. A Faculdade Católica de Filosofia redefiniria as bases da educação do Estado, formando professores que passaram a todos os setores educacionais, tendo também, grande participação na construção da cultura local. A FAFI iria representar um divisor no Piauí, influenciando vários segmentos. No começo da década de 1970, seria incorporada pela recém-fundada Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Tendo como base o que já foi exposto neste capítulo fica fácil de compreender porque o economista Felipe Mendes (2003, p.182) afirma que Dom Avelar foi um “agente do desenvolvimento” do Piauí. A importância do arcebispo para o Estado é de fato muito grande neste período. A relação de obras que o arcebispo empreendeu ou apoiou é muito extensa, o que explica o lugar único que ele tem na história do século XX no Piauí. D. Avelar conseguiu rapidamente se tornar uma figura de grande importância no Estado e muito querida pelo povo.²²

A produção memorialística sobre D. Avelar no Piauí é extensa, realçando, entre outras características, o lado empreendedor do arcebispo. A produção acadêmica no estado confirma também esse feito. O Piauí, entre os estados em que D. Avelar trabalhou, é o que mais tem trabalhos acadêmicos sobre ele ou sobre algum aspecto da atuação da Igreja naquele momento. Mesmo trabalhos que não têm a Igreja como objeto de estudo, acabam tendo que tocar na figura do prelado. A educadora Norma Patrícia Lopes Soares, que na sua dissertação trabalha com a Escola Normal de Teresina, destaca no período do seu estudo, que um dos episódios mais importantes no estado foi “a chegada do Arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela, um dos homens públicos mais populares do Piauí.” (SOARES, 2004, p.98). A participação dele no Estado neste momento é tão marcante que já foi dito: “É como se Dom Avelar fosse onipresente durante a segunda metade do século XX para a História do Piauí” (OLIVEIRA, 2016, p. 371).

A importância de Dom Avelar no estado é destacada até por trabalho que tem um tom mais crítico a ele. A tese de Damião Cosme de Carvalho Rocha estuda a Liga Camponesa de Matinhos, no Piauí, na década de 1960. Como D. Avelar procurava concorrer com as Ligas Camponesas através dos sindicatos rurais católicos, é natural que nessa obra se tenha uma posição mais contestadora ao arcebispo. Para o autor, o arcebispo

²² Podemos incluir na relação de realizações do arcebispo também o Movimento de Educação de Base e a Escolas radiofônicas que trataremos no próximo capítulo.

era às vezes mais progressistas, outras vezes mais conservador em suas posições. Só que quando fala das realizações do arcebispo no Piauí, afirma:

A visão de Dom Avelar tinha um alcance extraordinário. Ele era detentor de uma incomum capacidade de prospecção. Assim, ele conseguiu antever, inclusive, situações muitos antes de serem enunciadas ou mesmo pensadas pela maioria dos mortais (ROCHA, 2017, p. 139).

A importância de D. Avelar Brandão foi fundamental para o Piauí e isso é inegável. Mas devemos ter cuidado para não reproduzirmos a história dos grandes homens herdeira do século XIX. Sem querer diminuir a importância do arcebispo, não podemos reduzir a história daquele estado à figura do prelado. Um padre na década de 1960 chegou a afirmar que: “Entre nós, [D. Avelar] criou quase do nada inúmeras obras que aí estão desafiando os pessimistas e incrédulos”.²³ Por mais competente que D. Avelar tenha sido, ele não desenvolveu poderes mágicos, para do nada criar as coisas.

Dom Avelar chegou ao Piauí em um período de dupla face: de decadência econômica do Estado, concomitantemente, com o crescimento econômico que o Brasil estava passando no Governo de JK, o que possibilitou a ele conseguir recursos federais para o Estado. Ele conseguiu fazer um ótimo trabalho de assistência social e ir muito além. Entretanto, muitas das realizações atribuídas a D. Avelar não foram pensadas pelo arcebispo, mas ele teve o grande mérito de apoiar as causas e fazê-las prosseguir. D. Avelar era antes de tudo um líder. Entretanto, se ele não tivesse um clero bem qualificado para ajudá-lo e o apoio de vários leigos que depois se destacariam na política do Estado, o prelado não conseguiria colocar para caminhar suas ações.

Por mais importante que suas ações tenham sido (e foram), tinha um caráter limitado para a transformação do Estado, pois ele sozinho não poderia alavancar as mudanças que o Piauí precisava. O Estado só se desenvolveu de forma considerável quando as elites políticas, intelectuais, técnicos do Governo criaram um projeto hegemônico para o Estado e se associaram com o apoio do Governo Federal, que ocorreria durante a Ditadura, principalmente na década de 1970, justamente no momento que D. Avelar estava deixando o Piauí, em 1971.

²³ CHAVES, Monsenhor Joaquim, “Dom Avelar Brandão Vilela”. *Revista Primeiro Congresso Eucarístico de Teresina* (Piauí). 25/12/1960.

Primeiro Congresso Eucarístico de Teresina (1960)

Dom Avelar sempre se envolveu na política. Como a Igreja Católica em geral, procurou manter ótimos contatos com as elites e com o Governo, mas nunca quis estar vinculado à política partidária e proibia que seu clero assim o fizesse. Seguiu a tendência geral do episcopado nacional, desde a orientação de D. Sebastião Leme (1916-1942), que não aceitou que fosse criado um partido católico e sempre procurou que a instituição evitasse o apoio a um partido específico. A Liga Eleitoral Católica apoiava os candidatos que defendessem as suas bandeiras independentemente da sigla partidária. No Brasil, chegou-se a ser criado, em 1945, o Partido Democrata Cristão (PDC), por católicos, mas contava com pouco apoio da hierarquia. (BUSETTO, 2002)

Desde Petrolina, D. Avelar procurou não vincular a Igreja a qualquer partido ou candidato que seja, rechaçando os vários pedidos que chegavam a ele. Também não apoiava o clero a concorrer a cargos públicos. No Piauí, ele teve que se manifestar sobre isso, pois o monsenhor Roberto Lopes queria candidatar-se à prefeitura de Parnaíba. O Bispo de Parnaíba queria saber qual a posição de D. Avelar, e ele respondeu que o clero que estava sobre a sua responsabilidade: “nenhum sacerdote deverá pretender cargos eletivos”²⁴. Entretanto, imagino que pela grande força que D. Avelar tinha perante a opinião pública do estado, o próprio Monsenhor Roberto Lopes mandou uma carta para o arcebispo pedindo autorização dele, além da do bispo de Parnaíba, que era o seu Superior de fato. D. Avelar respondeu, pelo jornal *O Dominical*, que depois de pensar “muito refletidamente, entendemos nosso dever de não concedê-la”.²⁵

Dom Avelar pretendia ampliar a influência da Igreja na sociedade fundando a Rádio *Pioneira*, em 8 de setembro de 1962. A emissora seria principalmente para servir de orientação aos fiéis, e ajudar na evangelização e educação do povo. Ele via na rádio uma possibilidade de alcançar um público cada vez maior. D. Avelar apresentava o programa *Oração por um Dia Feliz* que era veiculado diariamente. Transmitido às 6 horas e às 12 horas, com 15 minutos de duração.²⁶ Também um outro semanal chamado *A voz*

²⁴ “CÚRIA metropolitana”. *O Dominical*, Teresina, 27 jul. 1958, p. 1.

²⁵ “AINDA o caso de Parnaíba”. *O Dominical*, Teresina, 3 ago. 1958, p. 6.

²⁶ D. Avelar quando foi transferido para a arquidiocese de Salvador, em 1971, continuou com o programa *Oração por um Dia Feliz* até perto de sua morte, o que fez LIMA (1989, p.167) afirmar “criado quando ele foi arcebispo de Teresina, no Piauí e continuado quando foi arcebispo Primaz, constitui, também, o maior programa sequenciado católico do Brasil, levado a todos os recantos da pátria pelas ondas do rádio”. D. Avelar criou este Programa antes da fundação da rádio *Pioneira* sendo veiculada inicialmente pela rádio *Difusora* do Piauí.

do Pastor. É comum ser dito que D. Avelar fez da rádio *Pioneira* uma extensão do seu púlpito.

A rádio teria uma importância muito grande no desenvolvimento do Movimento de Educação de Base (MEB) e nas suas escolas radiofônicas. Dom Avelar Brandão Vilela apoiou a criação de um programa de rádio na emissora chamada *Desperta Camponês* apresentado por Manoel Emílio Burlamaqui. O programa seria taxado de comunista e de incentivar o conflito no campo.

D. Avelar não foi um intelectual em *stricto senso*. Não foi teólogo e não fez nenhum curso de mestrado ou doutorado como tantos outros bispos. Desde que chegou a Sergipe, ele foi um homem de pastoral. Envolveu-se em várias atividades, por isso nunca teve tempo para especializar-se nos estudos mais profundos. Isto não quer dizer que não lesse muito e principalmente, que não escrevesse bastante, muito pelo contrário. Ele escrevia diariamente. Ele era responsável pela coluna *Oração por um dia Feliz* (mesmo nome do seu programa da rádio) que falava sobre todos os tipos de assuntos. Sua produção literária é formada principalmente por Sermões, colunas de jornal, homilias, discursos e poesias. São nesses pequenos textos que ele expressava todo seu engenho.²⁷

Entretanto, D. Avelar sobressaía-se mesmo quando falava. Detentor de uma oratória e de um grande carisma que cativava o público. Conseguia envolver quem o ouvisse e empolgar multidões. O arcebispo também sabia falar para o seu ouvinte. Este era um cuidado muito importante que ele tinha. O prelado discursava de acordo com quem estivesse o ouvindo. Ele queria fazer-se entender. A sua mensagem tinha que ser assimilada pelo seu ouvinte ou leitor, fosse ele, um professor ou um lavrador, um membro da elite ou o homem mais humilde. D. Avelar queria ser compreendido e se esmerava por isso.²⁸

Sua oratória e carisma são lembranças recorrentes de quem conheceu o arcebispo no Piauí. Mas, talvez o maior elogio que ele tenha recebido depois de uma apresentação tenha sido feito por um dos mais ilustres intelectuais brasileiros, que não era do círculo de contatos de D. Avelar, o sociólogo Gilberto Freyre. Esta congratulação foi feita logo depois de uma apresentação sua, na Fundação Joaquim Nabuco no Recife, muito tempo

²⁷ O único livro que D. Avelar Brandão lançou em vida, é, na verdade, uma coletânea das suas colunas *Oração Por um Dia Feliz* intitulado *A prece que brota da vida* (1983).

²⁸ Esta preocupação pode ser percebida na sua produção escrita. É só perceber o tipo de linguagem mais rebuscada que o mesmo usava quando ia falar numa universidade ou para outros membros da Igreja e comparar com as palavras simples e diretas das suas colunas *Orações Por um dia Feliz* que tinham o objetivo de alcançar um público mais amplo.

depois que o arcebispo tinha deixado Teresina, em 1986, demonstrando que, com o tempo, ele não perdeu nem um pouco das suas habilidades que tanto eram destacadas no Piauí:

Meu caro Arcebispo Carismático

Há, no mundo, seres carismáticos. O arcebispo da Bahia, que há pouco visitou o Recife, é um deles no Brasil de hoje. É um autêntico homem de Deus. A serviço de Deus. Irradia essa sua missão.

Carisma não se adquire por vontade própria. Tem-se ou não se tem. Ele tem. Quando em prece, essa sua atitude é seguida pelos que o veem em prece. Não se trata de lógica, mas de sobrelógica de sua parte. Ele faz que o acompanhem em prece quem já deixou atitudes de crentes seguidas quando criança. Todo um público heterogêneo o seguiu na sua demonstração de fé no vasto auditório da Fundação Joaquim Nabuco, inclusive uma inquieta inteligência brilhante e um cientista escandalosamente ateu. Viu-se como que cientificamente, o que é o poder do carisma. Viu-se o que é esse poder de maneira mais clara, mais incisiva, mais inegável. (...)

Sou brasileiro de muitas experiências. Não é em vão que minha idade é chamada das avançadas. Pois nunca vi um líder religioso de alta responsabilidade e notável saber, após proferir conferência em recinto dos mais nobremente intelectuais, fitar o público e exclamar para esse público que ia terminar sua conferência com uma prece, imediatamente dando início a essa prece e sendo também imediatamente acompanhado nessa prece por um público heterogêneo na sua composição erudita. Só um carismático teria esse arrojo. Só um carismático conseguiria, sem rogar, sem solicitar, sem pedir coisa alguma, o que vi acontecer no salão nobre da Fundação Joaquim Nabuco: o público acompanhar um arcebispo numa das preces mais comovidas jamais proferidas em língua portuguesa.²⁹

Na primeira metade do século XX, uma das estratégias utilizadas pela Igreja Católica para demonstrar sua força foi a organização dos Congressos Eucarísticos, grandes eventos públicos, organizados pela hierarquia com forte participação do laicato, que objetivava demonstrar ao Estado, o poder de mobilização do catolicismo na sociedade brasileira. Para Riolando Azzi (1986, p.346), “os congressos eucarísticos nacionais, iniciados na década de 1930 constituem uma das manifestações públicas mais importantes utilizadas pela Igreja Católica para reafirmar sua presença na sociedade brasileira”.

D. Avelar empenhou-se na realização do “Primeiro Congresso Eucarístico de Teresina” entre os dias 26 a 30 de outubro de 1960. O motivo seria o 25º aniversário de sua ordenação sacerdotal. A realização de Congressos Eucarísticos ainda era uma prática comum, tanto que naquele mesmo ano, teve um em Curitiba que reuniu 40 mil pessoas. Nesse evento, todas as dioceses que compunham a Província Eclesiástica do Piauí

²⁹ FREYRE, Gilberto. “Meu caro arcebispo carismático”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 2 out. 1986, p. 5

participariam. D. Avelar procurou envolver todo o clero e o laicato para demonstrar o poder de organização e mobilização da Igreja do Piauí (e do seu arcebispo).

Foi formada uma Comissão de Honra do Congresso integrada por Dom Avelar, o prefeito Petrônio Portela e o Governador, Francisco das Chagas Rodrigues, além de outras autoridades civis e militares de Teresina. A promoção do congresso teve franco apoio das autoridades políticas locais e federais. Dom Avelar conseguiu autorização do Congresso Nacional para que o Ministério da Educação e Cultura investisse cinco milhões de cruzeiros neste evento. O Congresso Nacional assim justificou o investimento:

O estado do Piauí apresenta, sem dúvida, um dos maiores índices de pessoas católicas de todo o país. O seu povo é profundamente religioso e dá demonstrações constantes e públicas da sua fé (...) presentemente, o novo arcebispo de Teresina, D. Avelar Brandão Vilela, tem dinamizado o papel da Igreja na assistência social e na prestação de serviços aos desprotegidos e desvalidos. O auxílio de S. Exa. nas últimas enchentes que assolaram o Estado foi inestimável e insubstituível. Pretende, agora, realizar o I Congresso Eucarístico do Estado (...) sendo o Piauí pobre, é razoável que a União concorra com pequena parcela a fim de que possa o Governo estadual fazer face às despesas de um Congresso que terá âmbito nacional³⁰

Nessa época era comum que dinheiro público fosse investido em eventos católicos diante da força da instituição e do quase monopólio da Igreja Católica entre os fiéis. Por exemplo, o Congresso Eucarístico Internacional no Rio de Janeiro, em 1955, teve um grande apoio financeiro e logístico do Governo Federal, através dos constantes pedidos do Monsenhor D. Helder Câmara representando o arcebispo Dom Jaime Câmara. Os bispos e os Governantes não viam problemas de o dinheiro do Governo ser investido em eventos da Igreja, pois, à época, justificava-se que o povo brasileiro era majoritariamente católico e investir na Igreja era investir na maior parte da população. Essa relação começaria a diminuir somente durante a Ditadura Militar fruto dos conflitos entre a Igreja Católica e as Forças Armadas e do aumento dos fiéis das Igrejas evangélicas que aumentavam o seu poder de pressão e representação perante o Estado.

O evento foi um sucesso para a Igreja do Piauí. Milhares de pessoas compareceram ao Congresso Eucarístico. Escolas municipais, colégios, igrejas e até o salão de reuniões do Hospital Getúlio Vargas foram espaços utilizados pelos congressistas. As ruas e praças encheram-se de fiéis. A programação incluía uma

30

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2372506CEFAA2FBE847BA9C8102AFBD3.proposicoesWebExterno1?codteor=1205653&filename=Dossie+-PL+2375/1960. Acesso em 23-01-2018.

procissão com a imagem de Nossa Senhora da Vitória, padroeira do Estado, até a Igreja São Benedito onde tinha sido construído um altar monumento. No dia seguinte, data do aniversário de ordenação de Dom Avelar, em sessão magna no altar monumento, foram realizadas 25 missas. O evento foi encerrando com uma missa para dez mil pessoas com a participação do núncio apostólico, Dom Armando Lombardi. (CARVALHO, 2010, p.91-93)

Foi o maior evento religioso ocorrido em Teresina. Vários bispos de outros estados vieram, contando com a participação especial do representante do Papa no Brasil, o Núncio Apostólico, demonstrando o prestígio que D. Avelar começava a ter para o episcopado nacional. Podemos dizer que o evento foi o auge do período de D. Avelar no Piauí. O ápice da época áurea do arcebispo. Abaixo um número especial da revista *Caravana* que abordava o evento, que estampa a imagem do arcebispo na capa. D. Avelar aparece imponente:



Número especial da Revista *Caravana* cobrindo o primeiro Congresso Eucarístico do Piauí (LEV/UCSAL)

Entre os vários textos que compõem a revista em homenagem ao arcebispo, tem um escrito pelo Desembargador Simplício de Souza Mendes, em que ele faz uma saudação do povo a Dom Avelar e afirma que “a sociedade piauiense portanto, por todas as classes, - admira, estima e obedece os ensinamentos de S. Excia.”.³¹ Esse texto é bem simbólico desse momento e das mudanças que ocorreriam, já que esse mesmo magistrado que saudava o trabalho de D. Avelar e da Igreja, em muito breve, diria pela imprensa que o arcebispo estaria defendendo os comunistas e agitando os conflitos no campo. Expressando o que parte das elites do Estado pensavam.

³¹ MENDES, Simplício de Souza. “DOM AVELAR”. *Revista Primeiro Congresso Eucarístico de Teresina* (Piauí). 25/12/1960.

No próximo capítulo veremos que se abrirá uma outra conjuntura para o arcebispo de Teresina, em que ele deverá lidar como uma realidade nova. Até este momento, ele sempre procurou ter um trabalho apostólico baseado na conciliação das classes, na harmonia entre os patrões e empregados. E, devido a isso, sempre contou com o apoio das elites por onde trabalhou. Mas, quando a Igreja Católica começou a defender uma reforma nas estruturas, uma maior mobilização dos trabalhadores e camponeses, e levantou a bandeira da Reforma Agrária, e tudo isso, encontrou eco no arcebispo de Teresina, os conflitos começariam a aparecer. Eram os Anos 60.

Uma outra novidade para a pastoral de D. Avelar seria que além do arcebispo ter de lidar com a oposição das elites locais, algo até então inédito para ele, um outro fato novo ocorreria também. Durante toda sua vida episcopal, ele buscou e encontrou apoio nos Governos. Na esfera federal, a presidência de Juscelino Kubitschek foi o auge dessa boa relação. Mas, até isso mudaria. Ele teria de aprender a trabalhar na defensiva com relação ao Estado. O arcebispo não tinha como saber ainda, mas haveria uma Ditadura no meio do caminho, no meio do caminho haveria uma Ditadura.

Uma janela que se abre em Roma

Durante a década de 1950, A Igreja Católica brasileira começou a passar por mudanças teológicas e pastorais muito profundas. A Ação Católica Brasileira (ACB), que tinha sido reformulada em setores especializados (JAC, JEC, JIC, JOC e JUC), foi um organismo católico importante nesse período de transformações. A Juventude Operária Católica e Juventude Universitária Católica tiveram um papel crucial na luta política e influenciaram nas mudanças da forma de ver e de agir na sociedade por setores do episcopado. (BEOZZO, 1984 e MURARO, 1985)

O contato com as novas ideias de teólogos europeus - especialmente franceses - também trouxe uma renovação importante em setores do clero e laicato católicos. A Igreja começava rapidamente a repensar seu papel no mundo. Segundo o importante intelectual católico Alceu Amoroso Lima³² até a primeira metade do século XX, a Igreja Católica tinha se comportado como:

Uma instituição do passado, conservando imutável o espírito absolutista; fechada a toda renovação, incompatível com a ciência, com o progresso, com a Liberdade, com a Democracia; só falando para negar e para

³² Alceu Amoroso Lima era um pensador conservador identificado com a direita católica. Mas, a partir das décadas de 40 e 50, repensou sua práxis e tornou-se um dos líderes de um catolicismo mais renovado.

ordenar, sob forma de monólogo [...] Os fantasmas da Inquisição e do Santo Ofício se interpunham entre o castelo feudal eclesiástico, reminiscência anacrônica da Idade Média, no século XX [...] A apostasia era por assim dizer inevitável. (LIMA, 1966, p. 13).

Porém isso estava se alterando e D. Avelar refletia as mudanças do período em seu arcebispado em Teresina. O prelado cada vez mais se tornava aberto as mudanças da sociedade. Não mais negava a modernidade, mas procurava assimilá-la sem abandonar a tradição. Para ele, a Igreja não tinha de ser uma Inquisidora do mundo, mas sim travar um diálogo com ele, retirando aquilo que fosse bom. Instruindo e aprendendo. O arcebispo não via sentido em combater “inimigos” como a Igreja Católica tinha feito anteriormente, seria mais importante estabelecer pontes.

Assim que chegou na arquidiocese de Teresina, ele trouxe uma nova forma de lidar com as outras confissões religiosas. Não que, necessariamente, ele achasse, neste momento, que as outras Igrejas cristãs tivessem o mesmo valor da Igreja Católica, mas não estimulou na sua arquidiocese o combate ao protestantismo, como tinha ocorrido com o bispo anterior e ocorria em tantas outras dioceses. Como destacou a pesquisadora Luciana de Lima Pereira, durante o arcebispado de D. Avelar Brandão, o jornal da arquidiocese *O Dominical* deixou de atacar os protestantes. Com a chegada de D. Avelar não ocorreria mais matérias como: “Decálogo: porque eu não devo ser protestante” (PEREIRA, 2008, p. 153-156).

Esta aceitação aos protestantes do arcebispo, em Piauí, se transformaria em diálogo franco a partir da década de 1970. Se, não encontrei, enquanto ele foi arcebispo de Teresina, um maior contato com os protestantes, assim que ele assumiu a arquidiocese de Salvador, apoiou a fundação, em 1973, da CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço. Uma instituição ecumênica formada pelas Igrejas Católica Romana, Metodista, Luterana, Episcopal, Presbiteriana e Pentecostal “O Brasil para Cristo”. A CESE se destacaria como a principal instituição ecumênica do Nordeste brasileiro. (CESE, 2013 p.123).

Entretanto, as mudanças que estavam ocorrendo na Igreja brasileira, e no arcebispo de Teresina, seriam aprofundadas com a eleição de Angelo Giuseppe Roncalli para o Papado, consagrado como João XXIII. No seu curto pontificado, de 1958 a 1963, este Pontífice estimulou o processo conhecido como *aggiornamento* da Igreja Católica. As suas encíclicas, *Mater et magistra* (1961) e *Pacem in terris* (1963), atualizaram o pensamento oficial da Igreja Católica. João XXIII duplicou o número de membros do

Colégio dos Cardeais aumentando a representatividade de nações fora da Europa na Cúria. O pontífice teve um papel importante na busca do ecumenismo com os protestantes, ortodoxos e judeus.

No entanto, a decisão mais importante desse Papa foi a convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), uma reunião de bispos de todos os países, para analisar a nova realidade que se apresentava a Igreja. Uma janela que se abriria para o mundo moderno. O Concílio legitimou os setores que lutavam por uma renovação da instituição. Começou a se defender uma nova concepção da Igreja, mais em sintonia com o mundo secular, comprometida em melhorar o destino dos seres humanos na Terra e em promover a Justiça Social. O Concílio enfatizou a importância do laicato dentro da instituição, valorizou o diálogo ecumênico, modificou a liturgia para torná-la mais acessível e desenvolveu a noção de Igreja como povo de Deus. Substituiu a ideia de Igreja como “mestra do mundo” pela de “serva do mundo”.³³

D. Avelar levou as decisões do Vaticano II à Teresina imediatamente. As novidades do Concílio foram assim assimiladas pela arquidiocese, segundo Monsenhor Isaac Vilarinho:

Então um dos maiores acontecimentos da Igreja, assim, da maior importância foi realmente o do Concílio. O Concílio Vaticano II, a partir do concílio Vaticano II nós começamos a celebrar os sacramentos e a missa em vernáculo, em português, para que o povo realmente começasse a se conscientizar. Nós começamos a ter uma vida mais participativa, mais dentro da vida do povo, inclusive os nossos hábitos de batina, músicas, festas antigas foram simplificados, nós começamos a nos vestir também como o povo, o povo simples, assim mais identificados. Agora a geração de hoje não pode imaginar a revolução cultural, social, política e religiosa desses anos de 1960 a 70, enfim essa década aí. Mas, nós os padres mais idosos de uma certa maneira sobrevivemos a essa borrasca. Bem, mas do ponto de vista religioso nós tínhamos, assim uma catequese muito tradicional, nós fazíamos desobrigas uma ou duas vezes por ano para celebrar, sobretudo os batizados e realizar os casamentos. Mas o povo só tinha aquela tradição religiosa de novena, do terço de Nossa Senhora, a parte do conhecimento maior da Igreja, a parte catequética, a parte bíblica, era realmente tudo isso muito rudimentar, não tinha estrutura para enfrentar essa onda de uma revolução cultural, religiosa que se processou no Brasil e dentro da Igreja também. E a partir desse movimento de abertura do Concílio, principalmente porque o Concílio praticamente não começou quando foi aberto em Roma não, já vários movimentos dentro da Igreja, já tinha a situação de tal maneira que o Concílio apenas aglutinou, coordenou e aprofundou esses movimentos e deu um pouco mais de luz, de fundamentos teológicos (CARVALHO, 2006, p. 49-50)

³³ Existe uma bibliografia ampla que aborda a importância do Vaticano II para a história da Igreja Católica no Brasil, e na América Latina como um todo, no século XX, dentre muitos, ver: (BEOZZO, 1993; BOFF, 1996, GONÇALVES e BOMBONATTO, 2004 e POSADA, 2014)

Um dos atos que mais marcaram as mudanças da Igreja neste momento foi a primeira missa celebrada em língua portuguesa, não mais em latim, que ocorreu em Teresina, no dia 16 de agosto de 1964, oficiada por D. Avelar Brandão Vilela:

Acontecimento religioso dos mais expressivos está marcado para o dia 16, domingo, quando a cidade estará completando 112 anos de existência. Trata-se da primeira missa que será celebrada em português, no Piauí. O local escolhido foi o adro da Igreja Matriz de São Benedito. A missa será, portanto campal, às 17 horas e terá como celebrante o Senhor arcebispo Metropolitano de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela. (...)

É grande o interesse que o povo vem tomando para adaptar-se à missa celebrada em português, passo bem avançado que a igreja dá no sentido de uma melhor compreensão daquele ato solene, que muitos (a grande maioria) assistem sem compreender, porque celebrada numa língua que não se conhecem.³⁴

D. Avelar foi um entusiasta de primeira hora do Concílio Ecumênico Vaticano II, que o marcaria definitivamente. As mudanças propostas pelo Vaticano II vinham de encontro com o que ele já estava pondo em prática na sua arquidiocese. Se, antes mesmo do Concílio, ele já estava cada vez mais aberto ao diálogo e procurando renovar sua Igreja, após o evento, isso se intensificaria. O contato com bispos e teólogos do mundo todo, abriu perspectivas enormes para o prelado. Ele identificava-se com a visão de Igreja mais tolerante e preocupada com a realidade do povo.

Um ótimo exemplo das mudanças operadas no arcebispo é com relação ao catolicismo popular. Quando bispo de Petrolina, ele via a religiosidade do povo por uma ótica dogmática, que negava todo o seu valor. Entretanto, em 1969, a forma dele ver já tinha mudado completamente. Agora era ele que criticava qualquer corrente teológica-pastoral que não visse a riqueza da religiosidade popular latino-americana:

Quando formulei esta declaração estabeleci relação com a necessidade de uma catequese autóctone, mais peculiar à América Latina. Precisamente, pensava em determinada corrente sociológica e teológica-pastoral, que, a partir da situação europeia, não leva em conta as riquezas da religiosidade popular, e condena os movimentos de massa, sem tentar descobrir o valor real de certas atitudes religiosas do povo latino-americano³⁵

³⁴ “Missa em Português”. *O Dia*. Teresina, 14 ago. 1964. p. 1

³⁵ Entrevista concedida por Dom Avelar Brandão Vilela ao padre Jorge Mejia, diretor de “criterium” (Buenos Aires). 16-10-1969. (LEV/UCSAL)

A maioria dos bispos brasileiros que, como D. Avelar participaram do Vaticano II, deixaram poucos documentos sobre a atuação deles no Concílio³⁶. Sobre D. Avelar encontrei muito pouca documentação. Entretanto, no acervo pessoal do arcebispo, está preservado o discurso dele feito no final do Concílio para os bispos brasileiros, em *Domus Mariae*, em Roma, que demonstrava o quanto o arcebispo tinha incorporado o Vaticano II e lutaria pela sua implantação no Brasil.

Longe do Brasil, nesta hora, não nos sentimos solitários nem desajustados em terra estranha. Ao contrário, aspirando, aqui, em Roma, a benéfica atmosfera do Concílio Ecumênico Vaticano II, nos sentimos como em nossa própria Casa. (...)

Eis porque, da consciência de que é divina e humana ao mesmo tempo, da convicção de que o fundamento da convivência é o amor, generoso e forte, a Igreja se prontificou também a fazer uma obra de purificação interior, decidindo-se ao exame metódico de toda a sua história e assumindo corajosamente atitudes que, aos olhos dos estranhos e dos superficiais, poderia parecer fraqueza ou dubiedade. Eis aí o objetivo da Igreja em Concílio: - renovar-se. (...)

Há, em verdade, uma nobre aspiração que passou a ser um sinal sensível neste capítulo do Concílio. A Igreja vem fazendo questão de eliminar a expressão “polêmica” e substituí-la pelo diálogo. (...)

Ela sabe que é depositária da Revelação Divina. Mas entende que nas outras religiões cristãs há pontos pacíficos de contatos, denominadores comuns que devem ser postos em relevo, e quando as divergências doutrinárias persistirem deve haver sempre lugar para a compreensão e para o respeito mútuos.

Chegando até aí, o Concílio vai além: deseja dialogar também com os não cristãos. Deseja dialogar com o mundo de nosso tempo. É o encontro da Igreja com a Cultura em geral e com as culturas de nossa época. É o encontro com a ciência e com a técnica. Com o Progresso e com a Arte. Com as conquistas espaciais, com os postulados das civilizações tradicionais e contemporâneas, com as crises de nossa geração, com os gritos de revolta, e com a falsa superioridade da opressão; com a guerra-fria, com a explosão demográfica, com os atritos internacionais. (...)

Vai começar a parte mais difícil do Concílio, isto é, a sua aplicação. Bispos, sacerdotes, religiosos e leigos somos convidados pela Igreja para o cumprimento dessa tarefa excepcional. O desafio está aí. Seremos dignos desta hora? ³⁷

O padre José Oscar Beozzo em sua tese de doutoramento sobre a participação do episcopado brasileiro no vaticano II faz uma análise precisa da importância do Concílio

³⁶ Diferentemente do arcebispo D. Helder Câmara que produziu uma vasta documentação do seu período no Vaticano II, com cartas diárias para os seus correligionários no Brasil, os outros prelados não tiveram esta mesma preocupação, o que faz com que muitos autores vejam o Vaticano II apenas pela ótica de D. Helder.

³⁷ Discurso pronunciado por Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina no dia Nacional de Ação de Graças, em Domus Mariae, na cidade de Roma, a 25 de novembro de 1965. (LEV/UCSAL)

para uma colegialidade maior entre os bispos do Brasil. As reuniões, em Roma, dos prelados brasileiros, oportunizaram a possibilidade de criação de “uma identidade própria e de articular-se (...) que nem mesmo a criação da CNBB, em 1952, fora capaz de fomentar, devido às distâncias entre as dioceses, o isolamento dos seus bispos e a ausência de mecanismos de intercâmbio e articulação.” (BEOZZO, 2001, p.32-33)

A partir da década de 1960, a Igreja Católica brasileira passou por mudanças importantes. Setores significativos do clero, influenciados pelo Concílio Vaticano II, estavam mais abertos aos problemas da sociedade e lutavam em prol da Justiça Social justamente quando o Brasil passava a viver sob uma Ditadura Militar que reprimia os Movimentos Sociais, sindicatos e movimentos católicos organizados. O conflito de setores do episcopado com os militares e civis que apoiavam a Ditadura e a atuação do arcebispo de Teresina é o que veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

O ARCEBISPO EM TEMPOS DE REPRESSÃO E AUTORITARISMO

Os Anos 60 foram turbulentos para a história do Brasil. Uma década de esperanças e tristezas. Esse período amanheceu sob o florescimento das organizações dos Movimentos Sociais e das manifestações que se alastraram pelo Brasil na luta por melhores condições de vida e terminaram em uma Ditadura comandada pelos militares e seus aliados civis. A partir do Golpe de 31 de março de 1964, o arcebispo de Teresina, D. Avelar Brandão Vilela, teve que exercer com muita prudência a sua prática política, trilhando um caminho minado. A repressão a setores de oposição - católicos ou não - foi a tônica do novo Governo. Nesse momento tão delicado o arcebispo esforçou-se para evitar rupturas e tentar estabelecer diálogos procurando administrar os conflitos.

O Governo Jango e as Reformas de Base: apoio e resistência

Em 25 de agosto de 1961, o então presidente Jânio Quadros renunciava a presidência da República menos de sete meses depois de ter assumido o cargo. Com esse ato inesperado, ele causou uma grave crise na sociedade brasileira. O vice-presidente João Goulart, popularmente conhecido como Jango, estava em viagem oficial à China e foi impedido de assumir o poder pelos ministros militares. Oficiais chegaram a ameaçar derrubar o seu avião caso ele voltasse para o Brasil. Goulart era identificado com o ex-presidente Getúlio Vargas de quem tinha sido ministro do Trabalho. Setores mais conservadores da política e da imprensa liderados pelo Governador do então estado da Guanabara – atual cidade do Rio de Janeiro – Carlos Lacerda, apoiavam os militares contra a posse de João Goulart.

No entanto, a questão complicou-se com a resistência promovida por vários setores da sociedade brasileira contra a quebra da legalidade constitucional. O Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, iniciou um movimento de resistência, defendendo a posse do vice João Goulart. As Forças Armadas ordenaram um ataque contra Brizola que em resposta mobilizou forças militares e convocou o povo a resistir chegando a distribuir armas para a população. Ele recebeu o apoio do general Machado

Lopes, comandante do III exército, e também do governador de Goiás, Mauro Borges. Outros oficiais e políticos deram apoio à posse de Jango. Criou-se, então, uma solução para evitar um conflito armado. João Goulart assumiria a presidência, porém uma emenda constitucional instituía o regime parlamentarista até que ocorresse um plebiscito para a população decidir se queria a volta ao presidencialismo. (SKIDMORE, 2007, p.252-259)

A posse do vice-presidente João Goulart contou com o apoio dos principais bispos do Brasil naquele momento. Segundo Marina Bandeira (2000, p. 238) “encontra[va-se] o episcopado [brasileiro] unido em favor da legalidade”. A autora afirma que o arcebispo de Brasília, Dom José Newton de Almeida, estava “disposto a ir pessoalmente a Paris buscar o Sr. João Goulart e trazê-lo sob o manto da Igreja Católica”. O arcebispo de Teresina, D. Avelar Brandão Vilela, viu a solução encontrada para posse do presidente João Goulart como “uma benevolência divina” e afirmou que “todos os grupos em litígio cederam um pouco, para que o Brasil vencesse a crise”.¹ Depois de empossado o presidente João Goulart ofereceu ao episcopado, com a presença de D. Avelar, um almoço no palácio da Alvorada. Nessa ocasião o Cardeal do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara, prometeu a Jango: “Vamos ajudar seu governo”².

Em janeiro de 1963, o sistema parlamentarista foi rejeitado no plebiscito e Jango assumiu com poderes plenos a presidência. João Goulart buscou implementar uma política econômica nacional-reformista, chocando-se contra os interesses das oligarquias tradicionais e dos grupos ligados ao capital internacional. (DREIFUSS, 1981). Defendeu a necessidade de reformas estruturais no Brasil, que ficaram conhecidas como as Reformas de Base.³ Das reformas propostas pelo Governo, a Reforma Agrária era tida como uma das de maior importância para o desenvolvimento do país e a que sofria também uma das oposições mais ferrenhas pelos setores ligados aos grandes proprietários rurais. A proposta de Reforma Agrária do Governo previa a alteração da Constituição Federal que exigia indenização prévia em dinheiro para as terras desapropriadas.

Desde pelo menos metade da década de 1950 os setores mais significativos dentro da Igreja Católica apoiavam a Reforma Agrária. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) via a Reforma Agrária como uma forma de impedir a proliferação dos

¹ “Querer as reformas que o Brasil necessita é ser, nesta hora, bom brasileiro”. Jornal *O Globo* 21-10-1961, p.2.

² “Dom Jaime a Jango: Vamos ajudar seu governo”. Jornal *Última Hora* (RJ), 07-10-1961, p.4

³ As Reformas de Base eram principalmente: Reforma agrária, fiscal, educacional, bancária e eleitoral que seriam imprescindíveis, segundo seus defensores, para o desenvolvimento da Nação. João Goulart também regulamentaria, em janeiro de 1964, a “Lei de Remessas de Lucros” que limitava ao exterior a remessa anual de lucros pelo capital estrangeiro

comunistas no campo, a exemplo das Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião, e de melhorar as condições de vida dos camponeses. Porém, ainda neste momento, o episcopado tinha uma visão reformista e um tanto ingênua das relações sociais no campo. Acreditavam na possibilidade de uma conciliação entre as classes e que a Reforma Agrária poderia ser feita com a cooperação espontânea dos proprietários da terra imbuídos de um dever moral. (MAINWARING, 1989, p.72-77 e ZACHARIADHES, 2010, p. 123-131). Apesar da defesa enfática dos bispos pela Reforma Agrária no país, eles esbarravam sempre na questão do pagamento pela desapropriação da terra.

D. Avelar também refletia em suas declarações estas contradições. Na VI Conferência Rural Brasileira (1962), em que foi como representante da CNBB, ele fez críticas ao que chamou de “capitalismo liberal”. Alertou que se precisava “de justiça contra a espoliação do homem do campo”, já que “o caboclo nordestino não consegue trazer na fisionomia a luminosa face de Deus que nele se encontra desfigurada” e levantava a bandeira da Reforma Agrária. Entretanto, ele apelava às autoridades que promovessem a Reforma Agrária “sem demagogia, pressa ou retardamento prejudicial, não devendo ser paliativa nem espoliativa”.⁴

D. Avelar estimulou no Piauí a criação de sindicatos rurais para auxiliar na melhoria da vida dos camponeses e para evitar o crescimento dos comunistas no campo. Apesar da Reforma Agrária defendida pelo arcebispo ter um caráter reformista, nesse estado, onde as condições de exploração dos camponeses eram aviltantes e a concentração de terras maior que a média nacional, esse tema ficou candente para o prelado (ALVES, 1968, p.82-83). Os grandes proprietários de terra entraram em choque direto com D. Avelar. Marcaram uma reunião com o arcebispo exigindo o fim dos sindicatos rurais, o que ele não aceitou, alegando que “a postura da Igreja era a promoção dos desprotegidos, daqueles que não tinham noção nem da própria cidadania” (CARVALHO, 2006, p.70). As críticas só aumentaram e para que não ficasse dúvida sobre a sua posição, ele declarou em um jornal que continuava “patrocinando a causa dos sindicatos rurais”.⁵

Os grandes fazendeiros não aceitavam que o arcebispo defendesse esta bandeira e o acusavam de comunista: “Suas ações no sentido de favorecer aos trabalhadores no campo desagradaram aos proprietários de terra do Piauí que viam na reforma agrária uma

⁴ “Começou a VI Conferência Rural: Padre pede a Reforma Agrária sem demagogia”, *Jornal Última Hora* (RJ), 23/01/1962, p.2.

⁵ “Dom Avelar. Declaração de S. Exa. ao povo piauiense”. *Jornal Estado do Piauí*. Teresina, 29 set 1963. p. 1

proposta social que se assemelhava ao comunismo” (ARAÚJO, 2008, p.141). O desembargador Simplício Mendes representante da elite agrária piauiense afirmava que “os comunistas estão satisfeitos, porque não há diferença alguma entre os sindicatos cristãos e as ligas camponesas”⁶

D. Avelar teve que vir em defesa dos sindicatos rurais criados por ele a todo momento e afirmar que a Igreja do Piauí não defendia os comunistas. Em uma oportunidade teve que usar a imprensa para responder as acusações: “Demos apoio ao Congresso Sindical de Trabalhadores Camponeses do Piauí, jamais às chamadas Ligas Camponesas originárias de Pernambuco”⁷. Em uma outra ocasião ele já tinha explicado

A Igreja olha o sindicato como um instrumento de luta pacífica, mas decidida pela causa justa do trabalhador rural (...) desejo salientar que a Igreja deseja a promoção do homem rural, mas não admite a luta de classe, dentro do conceito lenista-marxista. Não quer a luta de uma classe contra a outra, luta de extermínio, luta que pretendesse destruir tudo para instalar a ditadura do proletariado, à procura de uma sociedade sem classes que não existe em lugar nenhum (PINTO, 2012, p.61).

Em um período de grande tensão social e política, o Brasil passava por uma grave crise econômica. O governo de João Goulart foi marcado por uma grande instabilidade financeira. Em 1963, a inflação chegou a 75% ao ano, patamar elevado para a época. Os investimentos estrangeiros tinham caído vertiginosamente, o Governo Federal acumulava um déficit de 504 bilhões de cruzeiros, equivalente a mais de um terço do total das despesas, as greves estouraram em todo o país e “pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra a economia registrara uma contração na renda per capita dos brasileiros” (GASPARI, 2002, p. 48). Para tentar resolver os problemas econômicos, Jango buscou implementar uma política de desenvolvimento econômico no país com o chamado Plano Trienal ⁸que fracassou em seu intuito.

Foi um momento de extrema politização e polarização na sociedade. Várias manifestações sociais foram promovidas por trabalhadores urbanos e rurais, estudantes e subalternos das Forças Armadas. O Brasil foi varrido por greves e paralisações em defesa de melhores condições de vidas. Aparecia no cenário político, como nunca antes na

⁶ “Demagogia Revolucionária” *Folha da Manhã*, Teresina, 10-09-1963, p.2

⁷ “posicionamento de Dom Avelar sobre as Ligas Camponesas” *Jornal do Piauí*, 27/11/1961, p.4

⁸ O Plano Trienal foi formulado pelo Ministro do Planejamento, Celso Furtado. Trata-se de um projeto que visou estabelecer regras e instrumentos rígidos para o controle do déficit público e conter o crescimento inflacionário.

história do Brasil, a participação de amplos setores populares organizados na defesa de seus interesses. Esses segmentos da sociedade defendiam medidas que transformassem as estruturas econômicas e sociais possibilitando assim um desenvolvimento do país conjugado com uma melhor distribuição das riquezas.

Porém, amplos setores da sociedade viram-se ameaçados pela implementação dessas reformas: os grandes empresários, os setores ligados às multinacionais, setores significativos das camadas médias, oficiais das Forças Armadas, grandes proprietários e a maior parte da grande Imprensa. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, esse grupo heterogêneo que defendia o *status quo*, sentia que um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira “atingiria suas posições, rebaixando-as”. E temia que viesse um tempo de desordem, marcado pela subversão dos princípios e valores, inclusive religiosos: “A ideia de que a civilização *ocidental e cristã* estava ameaçada no Brasil pelo espectro do *comunismo ateu* invadiu o processo político, assombrando as consciências” (REIS FILHO, 2002, p. 27).

No começo de 1963, uma greve de grandes proporções deixou as autoridades do Piauí em alerta. Os oficiais da Polícia Militar do estado, não sendo atendidos em sua reivindicação de reajuste dos soldos pelo Governador Petrônio Portela (1963-1966), sublevaram-se e tomaram o Quartel, lançando um ultimato ao Governador. Membros de partidos de oposição, sindicatos e organismos estudantis emitiram notas de apoio aos aquartelados. Iniciou-se uma campanha de arrecadação de alimentos, com o apoio de populares e da Igreja local, visando o sustento dos grevistas. O Governador do Piauí pediu então ajuda ao ministro da Guerra, Jair Ribeiro, o que resultou em intervenção federal para reprimir os manifestantes. Tropas do Exército cercaram o quartel-general da PM e ordenaram sua evacuação imediata, prendendo os líderes do Movimento. Durante a crise, Petrônio Portela conheceu o general Humberto de Alencar Castelo Branco, então comandante do IV Exército, que lhe deu total apoio e daí começaram uma grande amizade.



Militares da PM presos por insubordinação. Fonte: ROCHA, 2017, p.236

Durante o impasse entre os oficiais e o Governo Estadual, o arcebispo Dom Avelar tentou mediar o conflito, entretanto o Governador não aceitou. Mas, perante os apelos dos familiares e de membros da Igreja começou a assistir os grevistas. Ele chegou até a mandar um caminhão com víveres para alimentar os sublevados. O Governador do Piauí enviou uma carta ao arcebispo falando da decepção pelo apoio aos rebelados no quartel, ainda mais porque ele se considerava um amigo do arcebispo:

Devo declarar que a palavra mágoa fielmente expressa o sentimento íntimo que guardo da atuação V. Excia nos episódios em que se envolveram oficiais e praças da Polícia Militar (...) O Governo não esperava de V. Excia. um ato de hostilidade, nem eu pessoalmente (...) quando transformaram o quartel em albergue, com senhoras e crianças, abastecendo-se com ração fornecida por políticos de oposição e por um caminhão de víveres mandados oferecer pelo sr. Arcebispo, confesso, D. Avelar que esse gesto de V. Excia. me causou choque bem maior do que tudo (...) Surpreende que a Rádio da Arquidiocese se pusesse no ar para a convocação de sindicatos rurais, concitando-os a uma tomada de posição que poderia resultar, e resultou, em aliança com a sedição insólita (...) Suas atitudes impuseram-me a crença de ter ficado V. Excia. ao lado de meus inimigos. (Apud ROCHA, 2017, p.237-238)

Dom Avelar afirmou posteriormente em uma nota ao Governador que não quis se intrometer em questões de Governo, mas tinha sido procurado pelos familiares dos sublevados que estavam aflitos e, por conseguinte, mereciam a atenção e compadecimento do chefe da Igreja local. Esta foi apenas uma de muitas interferências de D. Avelar em conflitos naqueles anos no Piauí. Apesar das relações dele com o Governador Petrônio Portela terem sido restabelecidas sem maiores problemas, a imagem de D. Avelar começou a ser arranhada perante as autoridades e os grandes fazendeiros. Estes grupos queriam que o arcebispo desautorizasse estas manifestações, o que não ocorria. Eles acusavam D. Avelar de proteger e estimular os conflitos. Naquele ambiente de radicalismo, o estilo moderado e conciliador de D. Avelar não era aprovado por quem estava no poder, isto pode ser percebido em um documento dos órgãos de informação da Ditadura relatando este momento histórico.

Com o advento do Governo do sr. João Goulart e as suas consequentes agitações nos meios operários e rurais, o prestígio pessoal do marginado [D. Avelar] passou a sofrer um certo declínio, principalmente no seio dos proprietários de terra, devido a sua atitude, dando integral cobertura às reivindicações dos trabalhadores do campo, falando a linguagem paralela à dos comunistas⁹

A Igreja Católica também refletia em seu interior as contradições e os conflitos existentes no país naquele momento. A polarização dos conflitos sociais instaurou tensões no interior da instituição. Uma grande parte dos católicos e do episcopado defendia a manutenção do Sistema vigente e acreditava que o presidente João Goulart estava levando o Brasil para o comunismo. Uma outra parte defendia mudanças, mas acreditava que da forma que Jango conduzia o processo e a radicalização de setores da esquerda poderia levar o país ao caos. Porém, uma parte do clero e dos católicos (destacando-se os que trabalhavam na Ação Católica) defendia as Reformas como sendo necessárias para diminuir a miséria e, assim, por conseguinte promover a Justiça Social.

⁹ Dados sobre cidadãos. D. Avelar Brandão Vilela e José Wilson da Silva. 1970. Serviço Nacional de Informações. AC_ACE_22309_70. Arquivo Nacional

O Golpe em nome de Deus

No começo de 1964, o conflito político intensificou-se. Em 13 de março desse ano, uma sexta-feira, o presidente João Goulart fez um comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Esse evento foi assistido por milhares de pessoas. Nele, o presidente defendia a revisão da Constituição para executar as reformas estruturais para o Brasil. A principal reforma defendida por Goulart no seu discurso era a Reforma Agrária. Segundo o presidente, o direito da pessoa de possuir a terra era uma lição dada pelo Papa João XXIII e argumentava:

O cristianismo nunca foi um escudo para os privilégios condenados pelos Santos Padres, nem também trabalhadores brasileiros, os rosários podem ser levantados contra a vontade do povo e as suas aspirações mais justas. Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo que tem fé numa justiça social mais humana. Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mão de tão poucos para enriquecer a uma minoria.¹⁰

Esse comício teve uma repercussão imensa na sociedade brasileira. Se ao usar referências cristãs, como os rosários, Goulart queria demonstrar que não estava levando o Brasil a ser um país comunista, a estratégia mostrou-se equivocada. Pois, foi percebido pelos setores católicos conservadores como uma afronta, um desrespeito, e os rosários acabariam tornando-se o símbolo das “Marchas da Família com Deus, pela Liberdade”. Essas “Marchas” foram manifestações, que ocorreram em várias partes do Brasil, organizadas principalmente por setores do clero e por entidades femininas que serviram para mostrar a força da oposição ao governo de João Goulart, e para legitimar a deposição do presidente. (SIMÕES, 1985 e CORDEIRO, 2009)

Em 31 de março de 1964, os militares começariam o movimento que derrubaria o presidente da República. O comandante da 4ª Região Militar, o general Olímpio Mourão Filho, conduzindo uma pequena tropa de aproximadamente 6 mil soldados saiu de Minas Gerais seguindo para o estado da Guanabara para derrubar o presidente João Goulart. De um ato inesperado e intempestivo desse general deflagrou o Golpe que já estava sendo orquestrado por outros setores das Forças Armadas e lideranças civis. A falta de reação do Governo e dos grupos que lhe davam apoio foi notável. O chamado dispositivo militar

¹⁰ “Desapropriação de terras e refinarias”. Jornal *A Tarde* 14/03/64, p.1.

do presidente, que serviria para abafar rebeliões nas Forças Armadas, mostrou-se um castelo de cartas, não conseguindo articular os militares legalistas. Também fracassou uma greve geral proposta pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em apoio ao Governo. João Goulart viajou para Porto Alegre, onde Leonel Brizola tentava organizar a resistência, entretanto, Jango desistiu de um confronto militar com os golpistas que poderia levar a uma guerra civil, exilando-se no Uruguai. No dia 1 de abril foi declarada a vacância da presidência, sendo entregue o cargo de chefe da Nação provisoriamente ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. No dia 15 de abril de 1964 foi empossado presidente da República o General Castelo Branco, eleito pelo Congresso Nacional (GASPARI, 2002 e FICO, 2014).

Logo após o Golpe Militar, começou uma violenta repressão aos setores da esquerda. A sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi queimada, universidades invadidas e integrantes das Ligas Camponesas, da Ação Popular e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) perseguidos e presos, além da cassação dos direitos políticos por 10 anos de várias pessoas. Pessoas e organizações ligadas a Igreja Católica também sofreram uma repressão intensa, em especial, as ligadas à Ação Católica, o Movimento de Educação de Base (MEB) e os sindicatos rurais.

Quando foi deflagrado o Golpe de 31 de março de 1964, segundo os órgãos de informações da Ditadura, D. Avelar teve a seguinte atitude:

Informe chegados a esta guarnição dão conta de que o marginado [D. Avelar] se mantém indiferente aos efeitos positivos da revolução, provavelmente porque, antes de 31 de mar 64, se revelasse francamente simpático ao governo do sr. João Goulart (...)

Nos primeiros dias após a vitória da revolução, o povo de Teresina, representado por todas as camadas sociais, num belo e espontâneo gesto de patriotismo, realizou a mais espetacular passeata já efetivada na capital piauiense, denominada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Sem nenhuma justificativa, a esta magnífica demonstração de civismo e repúdio ao comunismo, não compareceu o marginado [D. Avelar], apesar de ter sido convidado, constando, que chegara mesmo a proibir que os padres de sua arquidiocese, comparecessem à referida Marcha.¹¹

É interessante essa descrição da posição do arcebispo frente ao Golpe, pois ela diferia da de muitos outros expoentes da Igreja Católica brasileira naquela ocasião.¹²

¹¹ *Dados sobre cidadãos. D. Avelar Brandão Vilela e José Wilson da Silva. 1970. Serviço Nacional de Informações. AC_ACE_22309_70. Arquivo Nacional.*

¹² Um seminarista confirmou em uma entrevista as reservas de D. Avelar à Marcha da Família: “Tanto assim que eu quis ir pra Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que aqui em Teresina só foi no dia sete de abril, já depois do movimento, e o Monsenhor Melo não deixou, porque disse que Dom Avelar estava numa posição de reserva com relação ao novo governo” (CARVALHO, 2006, p.78).

Quando os militares derrubaram o presidente João Goulart grandes figuras públicas da Igreja Católica vieram a público saudar a intervenção militar. O Cardeal de Salvador, D. Augusto Álvaro da Silva, declarou que tinha sido “Deus” que tinha feito “as gloriosas Forças Armadas do Brasil ouvirem e realizarem os anseios da alma nacional”.¹³ O Arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, saudou o “amplo movimento militar” por não ter derramado “sangue de irmãos” e louvou a Deus pelos “benefícios concedidos, mais uma vez, a esse povo que se ufana de suas origens e tradições cristãs” (BETT, 2014, p.7). Já o Cardeal do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara, além de saudar à “Revolução” pedia punição rigorosa aos derrotados, como nos informa o jornal *O Globo*:

D. Jaime de Barros Câmara, salientou que a vitória do movimento revolucionário democrático só terá consequências se houver rigorosa punição, dentro da lei, aos culpados (...): “Castigar os que erram é obra da misericórdia” e que, “se fossem vencedores os comunistas o método adotado aqui seria o cubano”, isto é, “o fuzilamento sumário fora da lei, sem julgamento”.¹⁴

O apoio à intervenção militar veio de vários setores dentro da instituição. Figuras que se destacariam depois na resistência à Ditadura, naquele momento, tiveram uma atitude de legitimação ou esperança frente à intervenção militar. O recém-empossado arcebispo de Olinda-Recife, D. Helder Câmara, congratulava: “Não é preciso mais ter medo. Foi vencido o perigo comunista” (SERBIN, 2001, p.104). O futuro abade do Mosteiro de São Bento da Bahia, D. Timóteo Amoroso Lima, figura de destaque na oposição à Ditadura em Salvador, apesar de não ter ido às ruas saudar o novo Governo, confessou “uma certa conivência mais ou menos secreta com o Golpe” (CARVALHO, 1996, p.21). O arcebispo de Belo Horizonte, Dom João Resende Costa, apoiou a rebelião promovida pelo Governador de Minas Gerais Magalhães Pinto para derrubar Jango (GASPARI, 2014, p.241). Já o padre Paulo Evaristo Arns, futuro arcebispo de São Paulo, que se destacaria durante a Ditadura como um dos grandes defensores dos direitos humanos, naquele momento foi a rua abençoar os tanques de Mourão Filho que chegavam ao Rio de Janeiro. (BEZERRA, 2014, p.41)

A derrubada do presidente João Goulart teve um amplo apoio de setores da sociedade e, principalmente, dentro da Igreja Católica. Deve-se salientar, entretanto, que

¹³ “Aos meus diocesanos”. Jornal *A Tarde* 7/04/64, p. 1.

¹⁴ Dom Jaime: Precisamos punir os culpados para salvar o Brasil. Jornal *O Globo*. 6-04-1964. P.2

esses personagens estavam saudando a derrubada do presidente João Goulart e não a instalação de uma Ditadura. Eles acreditavam que os militares estavam interferindo no cenário político para fazer uma “faxina” (diga-se expurgar elementos de esquerda comunistas ou tidos como) e depois devolveriam o poder aos civis, como já tinha ocorrido em outros momentos da história do Brasil. Apesar de demonstrarem com esta atitude desprezo pelas regras do jogo da democracia institucional, naquele momento não tinha como eles saberem que aquele movimento de derrubada do presidente transformaria-se em uma Ditadura que duraria muitos anos. Fato que eles descobririam em breve.

Dentro desta atmosfera de apoio de amplos setores da Igreja Católica ao Golpe de 1964, como entender a posição de D. Avelar Brandão Vilela? Acredito que D. Avelar tenha esquivado-se de apoiar inicialmente o Golpe como fizeram tantas figuras da Igreja Católica e da sociedade justamente pela sua atuação política moderada. Como figura que atua no Centro, uma ruptura não era bem vista aos seus olhos devido às consequências que esse ato poderia ter. Por maiores críticas que fizesse ao governo João Goulart por acreditar que por incompetência e fraqueza, o presidente estava criando o caos no Brasil¹⁵, não viu com bons olhos a quebra da legalidade. Provavelmente ele tinha receio de que pudesse ocorrer uma guerra civil ou um conflito aberto no país. Não podemos esquecer também que ele estava sofrendo muitas críticas naquele momento, justamente dos setores que se beneficiaram com a queda do Presidente João Goulart.

Em Teresina, o governador Petrônio Portela, amigo de D. Avelar, mesmo tendo sido eleito pela UDN, a princípio defendeu publicamente a manutenção do presidente João Goulart, entretanto com o desenrolar dos acontecimentos recuou e apoiou o novo Governo (KRUEL, 2006, p.295). Por isso, imagino, que naquele momento inicial, em que o Golpe estava se desenrolando, o arcebispo preferiu a prudência. Somente quando o novo Governo já estava consolidado, ele escreveu: “Foi então que as Forças Armadas reagiram

¹⁵ Vários documentos dos órgãos de informação insistem em afirmar que D. Avelar Brandão era amigo do presidente João Goulart a quem segundo estes documentos ele daria apoio. O arcebispo sempre que se referiu ao período do governo Jango o fez de forma negativa, afirmando que apesar do mesmo ser um homem bom, era fraco e incompetente para o cargo que exercia. Acredito que os documentos da repressão que “acusam” D. Avelar de apoiar Jango fossem apenas uma forma de associá-lo ao governo que caiu e assim incriminá-lo, pois as provas das acusações que eles fazem da tal amizade entre ambos é muito vaga. Entre os indícios desta amizade foi a grande quantidade de dinheiro que o Governo João Goulart investia na arquidiocese de Teresina, quando na época era comum o Governo Federal financiar os projetos da Igreja Católica em todo território nacional. Outro indício da amizade com o presidente deposto era de que D. Avelar em um momento teria aceitado a carona do presidente e viajou no avião presidencial junto com João Goulart ao Piauí. Para a memória de D. Avelar sobre o governo Jango, ver: “D. Avelar fala da desorganização político-social da fase anterior a 64”. Jornal *O Mensageiro* 25-01-1975.

oportunamente, conseguindo assumir a direção político-social do país” (PINTO, 2012, p.77).

Reflexos do Golpe no Piauí

Os efeitos repressivos do Golpe caíam sobre Teresina imediatamente. Foram presas lideranças do movimento sindical, estudantil, das Ligas Camponesas e militantes do partido de oposição. Tinha começado o período de “caça às Bruxas” e as perseguições a todos aqueles que ajudaram as mobilizações populares que ocorreram no Estado em apoio às Reformas de Base durante o governo Jango. Membros do Partido Comunista do Piauí foram presos nos primeiros dias do Golpe (CARVALHO, 2006, p. 35). A professora, advogada, política e jornalista Iracema dos Santos Rocha da Silva foi presa no dia doze de maio de 1964, véspera do dia das mães pelas suas ligações com os Movimentos Sociais e por ter criticado o governador em um discurso na rádio (SOUSA, 2008).

Os expurgos também chegariam à Assembleia Legislativa com a cassação dos deputados José Alexandre Caldas Rodrigues, Themístocles Sampaio Pereira, Deusdedit Mendes Ribeiro e Celso Barros Coelho e dos suplentes José Francisco Paes Landim, Antônio Ubiratan de Carvalho e Honorato Gomes Martins (KRUEL, 2006, p.297-301). Na Câmara de Vereadores de Teresina o vereador Jesualdo Cavalcanti Barros teve seu mandato cassado e foi preso ficando inicialmente em uma solitária. O governador Petrônio Portela que tinha apoiado Jango na deflagração do Golpe só permaneceu no cargo devido ao apoio do general Castelo Branco. Segundo o vereador Jesualdo Cavalcanti quando estava sendo levado para cela ouviu a seguinte frase: “Hoje são vocês, logo virão Petrônio e Dom Avelar!” (BARROS, 2006, p. 188)

A repressão chegaria rapidamente aos membros da Igreja Católica e aos movimentos por ela coordenados, já que os setores católicos eram um dos principais protagonistas no estado na luta por conquistas sociais antes do golpe de 31 de março. Muitas das reivindicações e das lutas por melhorias nas vidas dos trabalhadores, estudantes e camponeses em Teresina foram estimulados por órgãos da Igreja Católica e tinham a benção de D. Avelar. O padre Raimundo José Ayremoraes teve de depor pela sua atuação como coordenador da Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), instrumentos da ação política da Igreja Católica no meio estudantil.

Os setores da Igreja Católica de Teresina mais atuantes e, por isso, os que receberam uma repressão imediata foram a Juventude Operária Católica (JOC) e os sindicatos rurais. Esses organismos tinham uma atenção especial de D. Avelar. A JOC era orientada pelo padre Francisco Carvalho, vigário da paróquia da Vermelha, enquanto que os sindicatos rurais estavam sob o comando do militante católico, o advogado Manoel Emílio Burlamaqui de Oliveira, e concorriam com a União dos Camponeses do Piauí (UCP), presidida pelo comunista José Esperidião Fernandes (BARROS, 2006. p. 150).

Tanto o padre Francisco Carvalho quanto o leigo Manoel Emílio Burlamaqui eram procurados pelos militares devido as suas militâncias políticas e eram acusados de incitarem e organizarem uma passeata no dia 7 de setembro de 1963, quando cerca de 5 mil camponeses se reuniram em frente ao seminário católico e saíram pela capital levando cartazes, gritando palavras de ordem em defesa da Reforma Agrária. Esse movimento chegou a contar com o apoio do prefeito de Teresina, Hugo Bastos, e do Governador do Piauí, Petrônio Portela (ALVES, 1968, p.83).

Os militares prenderam na segunda semana de abril o leigo Manoel Emílio Burlamaqui levando-o ao 25º Batalhão de Cavalaria. Começaram a procura pelo padre Francisco Carvalho para prendê-lo também. Só que naquela ocasião, o sacerdote estava fora do estado. Começaram a pressionar o arcebispo dizendo que ele estava escondendo o padre. As negociações estavam muito difíceis naquela ocasião para o arcebispo, principalmente porque, para os militares, D. Avelar era o responsável pelos conflitos que ocorriam, já que ele apoiava os setores da Igreja que eram considerados “subversivos”. O prelado utilizou de artimanhas e de suas boas ligações com o poder para defender o padre recorrendo à interferência de seu irmão, o senador Teotônio Vilela, como nos informa o sacerdote em uma entrevista:

Na época era assessor da Ação Católica e da JOC desde 1958 até 1964 quando fui preso. Foi um momento muito difícil, mas eles não recuaram um minuto, assumiram tudo. O bispo, também, era homem muito consciente, Dom Avelar. Quando estava no encontro de jovens em Belo Horizonte ele me telegrafou dizendo: “Terminando seu trabalho, volte imediatamente. A polícia acha que eu estou lhe escondendo na minha casa”. Eu voltei e quando cheguei fui preso no aeroporto, mas o senhor bispo, que era um homem esperto imediatamente ele estava lá com o irmão dele, Teotônio Vilela. Teotônio entra no meio e disse assim: “Eu, também, sou autoridade no Brasil, sou Senador da República. Vamos mudar a prisão do padre. Em vez de ser prisão no quartel, ele fica preso na casa do bispo sem poder sair nem para celebrar”. Dom Avelar perguntou se eu aceitava. Aceito tudo, não tem dificuldade. Pra mim pode ser no quartel. Nós vamos assumir o que nós estamos fazendo e não vamos recuar um minuto, e os jovens leigos estão

preparados para isso. E nisso ficou certo que eu ficaria preso na casa de Dom Avelar durante 45 dias sem poder sair nem para celebrar (ARAÚJO, 2008, p.154)

O militante católico Manuel Emílio Bulamarqui ao falar sobre a atuação do arcebispo na sua prisão relata que:

Dom Avelar fez o possível, mas ele não foi muito ouvido em Teresina. Por que o maior inimigo da Igreja era um capitão que inclusive escreveu artigos chamando Dom Avelar de comunista. Ele fez todos os esforços. Conseguiu, inclusive, que os padres ligados ao movimento da JOC não fossem presos, mas não conseguiu impedir a prisão de leigos. (ARAÚJO, 2008, p.180)

D. Avelar se, de fato, tinha dificuldades para proteger os padres de sua diocese naquela ocasião, mais difícil para ele seria proteger os leigos católicos, uma vez que a repressão no estado o via como um inimigo. No entanto, isso não impediu que o arcebispo continuasse a pressionar o Estado para conseguir a soltura de Bulamaqui, como nos informa o então livro-reportagem *O Cristo do Povo*, lançado em 1968, pelo jornalista e político Márcio Moreira Alves: “E tantas fez, usando seu prestígio até o último fio, que acabou obtendo a libertação de Manuel Emílio após dez dias de cadeia”. Entretanto como lembra o autor “o trabalho de sindicalização rural terminou completamente no Piauí, a conselho do próprio arcebispo, que não via condições para a sua continuação face à hostilidade geral que despertava nas autoridades militares (ALVES, 1968, p. 82-83)”.

D. Avelar era visto com desconfiança naquele momento pelas elites locais e pela repressão. O arcebispo teve que negociar com as autoridades trilhando um campo minado. A estratégia foi dialogar com o Governo Federal procurando apoio fora do estado. Percebendo que a balança tinha virado para os setores mais conservadores, ele sabia que era hora de negociar e recuar caso os católicos quisessem continuar o seu trabalho. Ele tinha noção que o trabalho político não seria como antes, mas era melhor ceder uma parte do que perder o todo, acomodando-se à nova conjuntura. Um exemplo interessante da sua forma de agir foi com relação ao MEB.

Em 1961, nasceu o Movimento de Educação de Base (MEB) como uma iniciativa da Igreja Católica em parceria com o Governo Federal com o intuito da alfabetização de adultos utilizando a rede de emissoras católicas. Nessa parceria o Governo mandava os recursos financeiros, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e outros

ministérios e órgãos federais repassavam para CNBB financiar as atividades do Movimento. Mas, pelo caráter político contestatório que o movimento acabou tendo, ele começou a receber críticas de setores conservadores dentro e fora da Igreja, tendo até uma cartilha intitulada “Viver é Lutar” aprendida pelo Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, em fevereiro de 1964, que foi tida como comunista.¹⁶ Por isso o MEB foi um dos alvos prioritários das forças políticas que deram o Golpe. Nessa época, alguns de seus livros e materiais foram confiscados em vários estados brasileiros por terem um teor considerado subversivo pelo Governo. (ALVES, 1968)

A permanência da atuação do Movimento de Educação de Base (MEB) após o golpe, deveu-se a acordos entre a CNBB e o Governo militar que estabeleceram uma reestruturação do Movimento por meio de sua descentralização de comando em torno das dioceses locais. Com isso pretendia-se uma vigilância mais estrita de cada bispo ao Movimento e assim tentar amenizar o conteúdo político contestador que estava presente no MEB desde sua criação, afastando dirigentes leigos considerados mais radicais do catolicismo e que haviam se engajado às propostas do Movimento, trabalhando desde sua origem na estruturação de seus programas educativos. (ALVES, 2014, p.117)

No Piauí, D. Avelar Brandão tinha dado grande autonomia ao MEB como é relatado pelos seus antigos membros: “Dom Avelar tinha aquela posição, era muito liberal, deixava, não recriminava, ‘segurava a barra’” (ARAÚJO, 2008, p.179); outro ex-integrante informa: “tínhamos encontros com Dom Avelar onde ele tomava conhecimento do trabalho que nós fazíamos sem interferir nas decisões a não ser como orientador, como uma pessoa que reflete o valor da pessoa humana, sobre o valor do cristianismo, sobre a evangelização” (CARVALHO, 2006, p.175). Entretanto, os tempos eram outros, e para permanecer com o MEB, D. Avelar teria que diminuir a autonomia do Movimento e tentar abrandar o seu discurso político contestador.

Em uma carta dirigida às equipes estaduais e diocesanas do MEB, Dom Avelar alertava que diante da nova conjuntura política que se abria no cenário político nacional, e principalmente pela desconfiança do Governo junto ao Movimento, só restavam dois caminhos para o MEB: “encerrar imediatamente as relações com o Ministério; entrar na faixa da polêmica direta”, o que evidentemente ele não queria, ou “tomar o caminho do diálogo com a dignidade que convém ao movimento, mas disposto a ceder algo que não

¹⁶ “D. José Távora: - Apesar da opinião de Lacerda, cartilhas não são subversivas”. *Jornal Última Hora* 28-02-1964

importasse em sacrifício da causa e de seus objetivos essenciais”¹⁷. Caminho que ele esperava que fosse seguido

No texto, o bispo explicitava a impossibilidade de manutenção das propostas iniciais que motivaram a criação do MEB diante da nova conjuntura política brasileira. Ele lembrava que caso o Movimento rompesse a parceria estabelecida com o Ministério da Educação, perderia sua principal fonte de recursos financeiros, o que, aliás, passou a ser tema recorrente após o Golpe.¹⁸ Se optasse pelo embate direto, o MEB perderia as condições de continuar exercendo suas atividades, sem contar a intensificação da repressão por parte do regime contra seus membros já que muitos integrantes foram presos e diversas escolas radiofônicas fechadas pelo país todo. D. Avelar alertava para que não pedissem a ele tomada de decisões mais “agressivas” contra o Governo nem que o impedisse de dialogar com os vários setores da sociedade: “não pretender exigir de seus Pastores tomadas de posição agressivas e tendentes a favorecer seus pontos de vista ideológicos, por mais respeitáveis que sejam, como se fossem os únicos verdadeiros”.¹⁹

D. Avelar: acomodação e autonomia

O momento pós-Golpe foi muito difícil para o arcebispo e principalmente para os setores católicos do Piauí. Havia uma resistência muito grande de parte das elites contra o arcebispo devido ao apoio que ele deu aos movimentos reivindicatórios durante o governo Jango. Com o acirramento político, D. Avelar viu-se de certa forma impotente diante da nova conjuntura, como ele queixou-se no jornal da arquidiocese:

Este ano de 1964 tem sido um ano de grandes provocações para a minha vida pastoral pessoal. Além do mais, um ano de terríveis equívocos. De sofrimentos íntimos, da mais dura expressão. Graças a Deus, não tenho perdido a serenidade, nem tenho tido a tentação de amaldiçoar os aguilhões que ferem as fibras mais sagradas do coração. Não vamos contar essa história. Desejo, apenas, referir-me a um capítulo recente e dos mais desagradáveis. ”²⁰

¹⁷ Carta escrita por Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina. Rio de Janeiro, 13 jun. 1966

¹⁸ Depois do Golpe, o MEB começará a ter sempre problemas para receber os repasses do Governo Federal: “Depois de 64 nós tivemos dificuldades muito sérias para receber, a equipe ficou vários meses sem receber o dinheiro. ” (ARAÚJO, 2008, p.152)

¹⁹ Carta escrita por Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina. Rio de Janeiro, 13 jun. 1966

²⁰ “ ESCLARECIMENTO SOBRE DISTORÇÕES DA IMPRENSA” *O Dominical*. Teresina, p. 1-3. 23/08/64

Com o Movimento que derrubou o presidente João Goulart e instaurou o presidente o Marechal Castelo Branco (1964-1967) a repressão abateu-se imediatamente a setores de oposição inclusive os da Igreja Católica. Como mesmo após o Golpe, o episcopado continuou sendo um importante canal de crítica ao Regime, isso obrigou ao a Ditadura Militar a dialogar e se comprometer a negociar com os bispos. O Marechal Castelo Branco ordenou que nenhum padre fosse detido sem prévia e expressa autorização da Presidência da República. (ALVES, 1979, p.201)

Logo após ao Golpe, a CNBB lançou uma nota em que legitimava a interferência militar na política nacional, ao mesmo em tempo que se mostrava preocupada com a repressão a setores católicos (CNBB, 1964, p.537-539). Essa nota refletia as disputas entre as correntes internas da Confederação dos bispos. A partir de outubro de 1964, a direção da CNBB mudou significativamente e bispos tidos como moderados e conservadores chegaram ao poder. A posição mais importante de secretário geral foi transferida de D. Helder Câmara para D. José Gonçalves da Costa, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. A presidência ficaria com D. Agnelo Rossi, arcebispo de São Paulo e a primeira vice-presidência com D. Avelar Brandão Vilela.

Entre 1964 a 1969, a CNBB teve uma posição mais cautelosa com o Governo se posicionando timidamente em relação as arbitrariedades do Regime. Neste período as críticas mais contundentes vieram das Regionais da entidade. Até o AI-5, o Regime oscilava entre posições diferentes, ora flexibilizava a repressão e indicava a possibilidade de devolução do poder aos civis, ora tomava posições diametralmente opostas. A Comissão Central da CNBB procurava estabelecer acordos com os militares que possibilitassem a autonomia para a Igreja continuar o seu trabalho político e independência para fazer críticas ao Governo quando achasse necessário. Entretanto, a repressão chegava a base da Igreja Católica, padres, freiras e leigos, obrigando ao episcopado a se envolver. Os acordos já nasciam estéreis: “a Igreja e o regime fizeram o que lhes parecia possível para garantir uma convivência harmônica. Só não fizeram o que lhes era impossível. Nem o Governo poderia permitir a mobilização da Igreja, nem ela poderia desmobilizar-se.” (GASPARI, 2002, p.248)

A região brasileira em que o conflito foi mais intenso neste momento foi o Nordeste, como bem observou o cientista-político Scott Mainwaring (1989, p.115): “Durante os primeiros quatro anos do Governo militar, entre todas as igrejas regionais, a nordestina sobressaiu-se amplamente mantendo a atitude mais crítica frente ao governo”. As Regionais da CNBB desta região, em especial a do Nordeste II, que incluía os estados

de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, mantiveram um alto nível de denúncia e foram severamente reprimidas.

Dentro dessa região, em comparação, com muitos bispos nordestinos, a posição de D. Avelar era vista como tímida quando não conservadora. D. Avelar não assinava os documentos que atacassem abertamente o Governo e nem que denunciassem os desmandos dos militares, entretanto sempre defendeu o direito e autonomia da Igreja para fazer essas críticas. Também evitava apoiar os documentos da Igreja que defendessem mudanças econômicas profundas que pudesse parecer para ele como radicais.

Os trabalhos recentes que abordam a vida e a atuação de D. Avelar destacam a posição de defesa que o arcebispo deu aos setores oposicionistas, mas tendem a minimizar, quando não esquecer, das relações que ele procurava manter com o Regime. Para entender a práxis política de D. Avelar é necessário realçar também o contato que ele procurava manter com os militares e os civis aliados do Regime. Ele tentou a todo custo manter boas relações com o Governo evitando qualquer ruptura. Quanto mais dura era a repressão mais ele tentava dialogar. Afirmar isso não equivale a dizer que ele estava submisso aos militares nem que ele fosse menos atento às violações dos direitos humanos.

D. Avelar buscou administrar os conflitos. Procurou manter contatos com os militares em Brasília já que em Teresina existia uma grande objeção a ele por parte dos militares locais. Ele evitava afrontar publicamente as Forças Armadas pois achava que isso impediria o diálogo com o Governo. Mas, isso não o impedia de lançar críticas que achasse pertinentes e principalmente defender a liberdade da Igreja para denunciar as injustiças.

Tentando restabelecer o contato, D. Avelar compareceu ao aniversário do primeiro ano da Revolução de 31 de março e de outros eventos políticos-militares. Alguns bispos recusaram-se a participar dessa celebração para que não fosse visto como um apoio ao Regime naquele momento, devido a fortíssima repressão que caía sobre os setores de oposição, principalmente, os católicos.

Temos aqui duas estratégias diferentes em relação ao Regime. Alguns bispos reagiram à repressão denunciando-a e afastando-se do Regime, chegando em alguns casos à ruptura. D. Avelar utilizava uma outra estratégia, procurando justamente nessas ocasiões estimular o diálogo e fortalecer as ligações para, assim, ter uma maior condição de negociação e por fim conseguir seus objetivos. Por isso, o arcebispo não se rogou em aparecer junto a eles no aniversário da “Revolução” e na comemoração da Independência no 7 de setembro de 1965:



Desfile do 7 de setembro, com 1 Dom Avelar Brandão Vilela (Arcebispo de Teresina); 2 João Clímaco D’Almeida (Vice-Governador do Piauí 1963-1966); 3 Helvídio Nunes de Barros (Governador do Piauí 1963-1966); 4 Coronel Jofre do Rego Castelo Branco (Prefeito da Cidade de Teresina). Fonte: (ARAÚJO, 2008, p.140)

No jornal da arquidiocese Teresina, *O Dominical*, foi publicado a mensagem de D. Avelar sobre a “Revolução”. Nele é visível o tom conciliador do arcebispo e podemos perceber as esperanças e cuidados que o cercavam naquele momento. D. Avelar elogiava a postura do presidente Marechal Castelo Branco, a quem definia como “um bravo de guerra”, “um militar de vocação política”. E segundo ele, o Marechal “não deve estar agradando aos mais intransigentes setores da reação nem tão pouco aos servidores da desordem ou da revolução em termos de violência”. O arcebispo aproveitou para criticar o governo de João Goulart que tinha estimulado os conflitos e quase conduziu o país ao caos:

O certo é que havia um clima diferente no Brasil, de tal modo que não somente os *subversivos* propriamente ditos mas também os *conservadores esclarecidos* admitiam falar em revolução social. Em tais circunstâncias

tornou-se o ambiente brasileiro difícil de ser interpretado objetivamente. Não se podia imaginar inclusive até onde chegariam os desígnios do próprio Governo de então.

D. Avelar via pontos positivos na atuação do Governo naquele momento, e destacou a criação do “Estatuto da Terra”²¹, que para ele trazia consigo uma “filosofia equilibrada” para a análise do problema agrário, pois: “nem é um documento revolucionário no sentido violento do termo, nem se pode chamar rigorosamente de reacionário no sentido pejorativo da expressão”. E concluiu o pensamento: “Assim, a reforma agrária assume aquele meio termo que já foi, certa feita, invocado por alguém – *nem paliativa, nem espoliativa*”.

D. Avelar não se furtou em tocar em um tema mais sensível ao Regime que era a questão dos prisioneiros. Levantou o problema da forma mais diplomática possível e destacou que apesar dos excessos, havia uma tentativa de prudência pelos militares:

O problema do julgamento dos prisioneiros e dos suspeitos. [...] este tem sido o problema humano mais delicado e difícil da revolução – distinguir o joio do trigo, separar o ouro do ouropel. Julgar as consciências é missão extremamente melindrosa. Podemos, no entanto, afirmar que, ao lado de excessos e de precipitações tem havido e o devemos reconhecer, prudência e até tolerância.²²

Entretanto, apesar do que o discurso do arcebispo tende a revelar, as prisões aumentariam e não foram tão “prudentes” e “tolerantes” como afirmara. Os ânimos não se arrefeceram. A repressão continuava sendo a tônica de setores militares e começava a crescer uma resistência de segmentos da sociedade. Este estado de ânimo perturbava o arcebispo:

Dentro do Brasil, há alguns sinais de intranquilidade. Não se pode avaliar a extensão das causas que produzem tais efeitos nem o volume exato dos efeitos que nascem dessas causas. Mas o que se deve fazer é um esforço supremo para superar todos esses sintomas com humildade e espírito de

²¹ O Estatuto da Terra foi um projeto de lei, encaminhado na época ao congresso, que tornou institucional o dever do estado em garantir aos trabalhadores rurais o acesso à terra. Basicamente, o Estatuto da terra tinha duas grandes propostas: executar a reforma agrária e desenvolver a agricultura. Mas, o que se constatou no decorrer dos anos, é que a reforma agrária não saiu do papel. A agricultura incentivada foi a do agronegócio baseada no latifúndio pois atendia ao próprio desenvolvimento capitalista no campo.

²² VILELA, Dom Avelar Brandão. Oração proferida por S. Exa. Revma. Dom Avelar Brandão Vilela, na Missa de Ação de Graças pelo 1º aniversário da Revolução de 31 de março. *Jornal O Dominical*. Teresina, 04 abr 1965, p. 01, 05 e 06

compreensão. Serenidade e patriotismo, respeito à ordem e sincero exame de consciência. Qualquer instigação de ânimos à rebeldia pura e simples seria nociva aos destinos do país. [...] Esta é uma hora em que o bom senso, a prudência e a coragem devem associar-se para o bem do Brasil. Senhor, infundi em nossas almas o amor pela paz. Mostrai aos brasileiros o caminho certo e seguro para todos os filhos desta grande Pátria, unidos, trabalhem pela sua prosperidade.²³

Esta postura conciliadora de D. Avelar tornava-se politicamente fértil e ele angariava o apoio de setores do Governo. É preciso destacar que a Ditadura Militar não era coesa. Dentro dela existia uma grande variedade de correntes políticas, com interesses distintos e, muitas vezes, conflitantes. Isso também se refletia nos organismos de Informação da Ditadura.

O Sistema de Informação da Ditadura era formado por vários órgãos que tinham grande autonomia entre si. Por isso, um personagem pode ser descrito de uma forma em um deles e de outra totalmente oposta, como é perceptível na documentação dos órgãos de informação sobre o arcebispo de Teresina. Se em alguns documentos, D. Avelar era definido como comunista em outros ele é visto como um possível aliado dentro do clero. Entretanto, apesar de uma aparente confusão de versões do arcebispo, podemos encontrar uma certa lógica neste emaranhado de documentação.

Neste momento as descrições mais negativas do arcebispo estão nos órgãos de Informação que eram responsáveis pelo Piauí, enquanto na documentação produzida pelos Órgãos de Informação fora do Estado, a visão sobre D. Avelar tendia a ser mais positiva. Isto refletia justamente a estratégia do arcebispo de procurar estabelecer contatos a nível Federal com os militares neste momento. Como no Piauí, as suas atitudes no período Jango ainda eram muito marcantes, é perceptível uma análise mais crítica do prelado nos órgãos de Informação responsáveis pelo Estado.

Um documento secreto para a presidência da República chamado *Frente Religiosa. Infiltração esquerdista no episcopado brasileiro*, de 30 de agosto de 1966, do CIEX é muito importante para entendermos as preocupações dos militares com o episcopado e indica formas de ação do Governo para diminuir a influência dos chamados setores progressistas da Igreja. Nesse documento, os órgãos de informação demonstram a preocupação que sentem com as críticas e denúncias que o episcopado fazia das atitudes do Governo, por isso, eles começaram a fazer um mapeamento das tendências do

²³ VILELA, Dom Avelar Brandão. Oração por um dia feliz. Jornal *O Dominical*. Teresina, 30 maio 1965, p. 04

episcopado, uma vez que existia “um grau de politização de certos setores da Igreja católica, com simpatias esquerdistas, de natureza a suscitar alguma preocupação dos Poderes públicos”.

Nesse momento, a Igreja Católica já era vista como a força principal de resistência ao Governo. Segundo um trecho do documento, destacado no original, pode-se “verificar que existe efetivamente uma infiltração profunda, de tendência esquerdizante, entre o Episcopado brasileiro”. E os bispos nordestinos eram os que mais preocupavam o Regime: “Verifica-se, portanto, que no NORDESTE nada menos de onze Prelados mostram maior ou menor hostilidade à Revolução”.²⁴

Entretanto, eles informam que o episcopado brasileiro tinha várias tendências ideológicas e era justamente nesse ponto que os militares tinham que procurar agir. Uma tática que poderia ser tentada seria a divisão dos bispos: “existe um agrupamento regional dos elementos perigosos, formando concentrações, intencionais ou não, de Dioceses sob direção politizada. Cumpre, evidentemente, obter a fragmentação desses quistos”. E procuram identificar os bispos mais próximos do Regime para influenciar o Vaticano e a Nunciatura no sentido de nomeá-los para as arquidioceses mais importantes: “Urge obter que as futuras promoções na Hierarquia católica do Brasil recaiam sobre tais Prelados (nomeações para Arquiepiscopados e para o Sacro Colégio)”.

Era de suma importância que os militares procurassem interferir na nomeação dos próximos Cardeais para que prelados tidos como perigosos ao Regime, como o Cardeal-arcebispo Carlo Carmelo Motta, não recebessem o chapéu cardinalício que vagasse. Por isso, a preocupação primordial do Governo tinha de ser com as promoções dos Cardeais.

Conforme se viu acima, um dos quatro Cardeais brasileiros, D. CARLOS CÂRMELO DE VASCONCELLOS MOTTA, aderiu á "ala esquerdizante" da Igreja, razão pela qual aliás foi obrigado após a Revolução a demitir-se da Sé Arquiepiscopal de São Paulo para retirar-se a um exílio virtual em Aparecida. Quanto aos três outros Cardeais, o Primaz do Brasil, D. AUGUSTO ÁLVARO DA SILVA, Arcebispo da Bahia, de excelentes sentimentos, é extremamente idoso e quase inválido. O Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, D. JAIME DE BARROS CÂMARA, é também bastante idoso, e, embora física e mentalmente muito ativo, de saúde algo precária. D. AGNELLO ROSSI, o novo Cardeal-Arcebispo de São Paulo, altamente

²⁴ Os prelados do Nordeste classificados como “elementos altamente perigosos” eram D. José Vicente Távora, arcebispo de Aracajú; D. Helder Câmara, arcebispo de Olinda-Recife; D. José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa; D. José Medeiros Delgado, arcebispo de Fortaleza; D. José Lamartine Soares, bispo auxiliar de Olinda-Recife; D. Manoel Pereira da Costa, bispo de Campina Grande e D. Antonio Medeiros Fragoso, bispo de Crateús. Já os bispos D. Severino Mariano de Aguiar, bispo de pesqueira; D. Francisco Austragesilo Mesquita, Bispo de Afogados de Ingazeira; D. Otávio Aguiar, bispo de Palmeira dos Índios e D. Nivaldo Monte, administrador apostólico de Natal eram taxados como “elementos ligados aos precedentes”, por isso, não mereciam confiança também.

inteligente, é o único dos quatro cujas condições de idade e de saúde permitem pressagiar longa carreira, pois o seu predecessor também está em avançada idade. Equivale isso a dizer que podem vir a vagar, em um futuro mais ou menos próximo, - três chapéus cardinalícios. É da mais alta importância que os novos titulares sejam escolhidos dentre os Prelados cujos nomes constam da lista abaixo, a qual relaciona os elementos de confiança dentre a hierarquia católica no Brasil; cabendo notar que um só deles ocupa uma Sé nordestina.

A ARCEBISPOS (10)

- D. Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Teresina
- D. Antônio de Almeida Morais Júnior, Arcebispo de Niterói
- D. José d'Ângelo, Arcebispo de Pouso Alegre
- D. Oscar de Oliveira, Arcebispo de Mariana
- D. Geraldo de Proença Sigaud, Arcebispo de Diamantina
- D. Alexandre Gonçalves do Amaral, Arcebispo de Uberaba
- D. Orlando Chaves, Arcebispo de Cuiabá
- D. Frei Felício César da Cunha Vasconcellos, Arcebispo de Ribeirão Preto
- D. Manoel da Silveira d'Elboux, Arcebispo de Curitiba
- D. Joaquim Domingues de Oliveira, Arcebispo de Florianópolis²⁵

Por esse documento podemos ver que para quem o produziu, D. Avelar era cotado para ser um dos Cardeais pró-Revolução. É importante perceber que esta lista dos 10 arcebispos indicados para tornarem-se Cardeais dentro da Igreja Católica não está em ordem alfabética. Isso indica que o nome de D. Avelar aparece em primeiro lugar. Percebamos também que o nome do arcebispo de Teresina está à frente do bispo de Diamantina, o integrista, Geraldo Proença Sigaud, aliado de primeira hora do novo Regime. Ou seja, para os que produziram aquele documento, D. Avelar seria um arcebispo de confiança do Regime, ainda mais, naquele momento que se acentuava a crise junto ao episcopado nacional, em especial, no Nordeste.

Bipartite: Uma tentativa de um canal de diálogo

A sucessão do presidente Castelo Branco foi resultado de uma disputa entre os militares brasileiros pela direção do Regime. De um lado, encontravam-se aqueles que eram chamados de "grupo Sorbonne" ou "castelistas" que defendiam um retorno mais rápido do poder aos civis, e do outro, a "linha dura", que defendia uma permanência maior no poder com um endurecimento da repressão para acabar de vez com a suposta ameaça comunista. Eles defendiam que só os militares teriam força para exterminar a ameaça vermelha. Na luta entre os dois grupos, saiu vencedor a linha dura com a eleição do general Artur da Costa e Silva (1967-1969). (MARTINS FILHO, 1993)

²⁵ Frente religiosa. Infiltração esquerdista no Episcopado brasileiro. CIEX. 30-08-1966. BR_AN_BSB_IE_001_004. Arquivo Nacional. (Sublinhados no original)

Depois do dismantelamento das esquerdas no pós-64, as oposições rapidamente começaram a reorganizar-se, ganhando apoio até de antigos aliados dos militares. Foi criado um movimento de oposição que articulava políticos de várias matizes ideológicas, chamado Frente Ampla, que integrava o presidente deposto, João Goulart, o ex-presidente Juscelino Kubitschek e os políticos Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros. A Frente Ampla reivindicava anistia aos cassados, uma assembleia constituinte e eleições diretas para governador de estado e presidente da República.

O Movimento estudantil – secundarista e universitário – era um importante foco de resistência e oposição ao Regime Militar. A luta em defesa de melhores condições do ensino público e a defesa das liberdades individuais mobilizaram os estudantes. As maiores passeatas e protestos de rua contra o governo de Costa e Silva foram promovidos pelo movimento estudantil. A UNE, mesmo na ilegalidade, atuou na coordenação e direção do movimento estudantil em âmbito nacional. Artistas, intelectuais, jornalistas e membros das Igrejas protestantes e católica começavam a tornarem-se mais críticos ao Regime Militar, lutando em defesa das liberdades individuais e do retorno à democracia. Aparecia também no cenário político, várias organizações de esquerda radicais, oriundas do racha dentro do Partido Comunista, que defendiam a luta armada como solução ao sistema capitalista vigente.

O ano de 1968 foi crucial no enfrentamento das oposições ao Regime militar. Estouraram pelo Brasil manifestações públicas contra os militares. Ocorreram duas greves de grandes proporções em Contagem e Osasco. Inúmeras passeatas estudantis enfrentaram a polícia na rua nos vários estados da União. Esse momento foi de grande efervescência política e durou até a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968.²⁶ Com esse Ato Institucional, os militares endureceram ainda mais a repressão. Os militares fecharam o Congresso Nacional por quase um ano. Com o AI-5, as liberdades individuais foram restringidas e as manifestações públicas de oposição não seriam mais toleradas.

No Piauí, a Igreja Católica teve o seu primeiro atrito com os militares logo após a promulgação do AI-5 por conta da apreensão de um número do jornal *Dominical* da Arquidiocese de Teresina. Este periódico católico, se não fazia denúncias abertas aos

²⁶ Entre outras medidas, o AI-5 permitia ao presidente da República fechar o Congresso Nacional; cassar mandatos de políticos tanto nos níveis municipal, estadual quanto federal; demitir ou aposentar juízes e funcionários públicos. Também estabeleceu o julgamento de crimes políticos por tribunais militares e a suspensão do direito de *habeas corpus* em “crimes” considerados contra a Segurança Nacional.

militares, mantinha uma linha crítica ao Regime, principalmente quando a repressão se voltava contra os membros da Igreja ou leigos católicos. No número posterior ao que foi apreendido pelos militares, um editorial intitulado justamente “Ato Institucional nº 5”, demonstrava que o periódico católico continuaria com um tom mais crítico:

Sejam quais forem as intenções do Governo do Brasil, é fora de dúvida que o ATO INSTITUCIONAL Nº5 coloca os brasileiros numa situação delicada e melindrosa perante os princípios democráticos.

Sabemos dos motivos pelos quais chegamos a esse estado de cousas.

Vemos em tudo isso sintomas e causas. Queremos dizer que os efeitos só se erradicam atingindo-se as raízes.

Atacar os sintomas é muito pouco. O que é preciso mesmo é descer a raiz.

Enquanto não se conseguir penetrar no âmago da questão estaremos dentro de um círculo vicioso.

Eis por que aconselhamos ao governo a preocupar-se sobretudo com o problema fundamental do desenvolvimento de nosso país.

Eis que aconselhamos aos impacientes que não façam provocações, nesta hora tão dramática de nossa pátria.²⁷

Nesse mesmo número do periódico Dom Avelar Brandão Vilela, em sua coluna *Oração por um dia feliz*, declarou-se preocupado com a situação do Brasil naquele momento, mas tentou parecer tranquilo para continuar na mesma linha de trabalho: “Senhor, estamos no começo do Ano Novo de 1969. (...) O Brasil, aí está, com luzes e sombras por sobre a cabeça. (...) A Igreja sente dificuldades internas e externas, mas se encontra tranquila e firme na sua linha de evangelizar e humanizar”.²⁸

O padre Danilo Pinto em uma biografia sobre o arcebispo de Teresina afirmou que D. Avelar Brandão logo após a apreensão deste número do jornal *Dominical* teria mudado sua posição frente à Ditadura: “Com a publicação do AI-5, (...) de uma vez por todas, mudou a compreensão de Dom Avelar acerca de escrúpulos do Governo Militar” (PINTO, 2012, p. 83). Essa afirmação é um tanto romântica da postura do arcebispo de Teresina. Imagino que a compreensão do arcebispo do Governo Militar não tenha sido alterada tanto pós-AI-5. E o mais importante, a forma de agir do arcebispo não se alterou.

Diferentemente de alguns bispos que, após o AI-5, aumentaram as denúncias de violação dos direitos humanos praticada pela Ditadura chegando, às vezes, a uma ruptura, interrompendo ou dificultando o diálogo com os militares, D. Avelar procurou justamente estreitar os laços com os militares e ampliar as negociações. Quanto mais ampliava a repressão, mais esforço ele fazia para estabelecer contatos. Isso não quer dizer que ele

²⁷ “Nota”. Jornal *O Dominical*. 5-01-1969

²⁸ “Oração por um dia feliz”. Jornal *O Dominical*. 5-01-69. p. 06

não fizesse críticas à postura repressiva dos militares. Entretanto, as críticas eram temperadas sempre com prudência, deixando a porta aberta para o diálogo. O arcebispo achava que assim poderia diminuir ou terminar com a repressão.

Um relatório confidencial do IV Exército descreve detalhadamente o cenário político do Piauí de 1967 até 1969.²⁹ Nele consta uma lista das entidades e nomes das pessoas que faziam oposição ao Governo, descrevendo as suas atitudes consideradas subversivas. O relatório afirma que “nos meios sindicais (urbano e rural) e político, nota-se que o ambiente é de calma”, o problema estava nos meios estudantis - universitário e secundarista - que segundo o documento, os elementos hostis ao Governo estavam encobertos por membros do clero. São descritas várias ações de estudantes e professores classificadas como subversivas. O que eles definiam como “atividades subversivas” compreendia uma vasta gama de atitudes que por fim nos faz concluir que qualquer ação poderia ser considerada como tal. Desde a realização de palestras, passeatas, críticas a símbolos nacionais e a utilização pelo professor Diogo José da música “Pra não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré, já que essa música era considerada “tipicamente de críticas as Forças Armadas”. Está relatado também no documento uma grande pichação de muros e paredes de residências, casas do comércio e prédios públicos, com ataques ao Governo. Como afirma o documento: “a cidade amanheceu pichada”.³⁰

Existia uma preocupação grande com a Faculdade de Filosofia da arquidiocese de Teresina. Os professores, alunos e padres desta faculdade Católica estavam sendo monitorados. O próprio professor Diogo José seria preso pelos militares em 1969.³¹ Neste documento pode-se perceber os acordos que D. Avelar e parte do episcopado tentavam construir com as Forças Armadas.

Foi estabelecido contato com o Arcebispo Metropolitano de Teresina
Dom Avelar Brandão Vilela, de acordo com as determinações constantes do
Anexo I, ÀS INSTRUÇÕES PARA A APLICAÇÃO DO AI-5, e, por ocasião

²⁹ O documento na verdade narra detalhadamente as atividades políticas dos opositores ao Regime, entre 1967-1969, dos estados do Piauí, Bahia e Sergipe.

³⁰ Muitos militantes daquela época relembram este dia que a cidade amanheceu pichada. Foi um momento marcante para eles. Segundo a dissertação de Maria do Amparo Alves de Carvalho (p.107-108 e 111) esta atitude foi coordenada pela AP – Ação Popular.

³¹ O professor Diogo José recebeu o apoio do clero e de D. Avelar que em uma carta pros órgãos de Segurança perguntava sobre a prisão do docente: “Levando em consideração que, durante a minha ausência, foi detido para averiguações, o prof. Diogo José Moraes, pessoa que não sendo sacerdote nem clérigo, exerce algumas funções ligadas à Igreja, e, por isso mesmo, merece seja acompanhado pela Autoridade religiosa, venho à sua presença, como o fim especial de pedir-lhe informações acerca dos resultados do inquérito realizado.” *Carta de D. Avelar Brandão Vilela ao sr. Comandante da Guarnição Federal. 15-05-1969*

dos mesmos ficando cientificada aquela autoridade eclesiástica da necessidade do afastamento da direção da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, do Padre Raimundo Jose Ayresmoraes Soares; do afastamento do diretório daquela escola, dos estudantes indiciados neste IPM; da reestruturação da cúpula administrativa do Movimento do educação de Bases e, ainda, da necessidade de advertir os Padres Raimundo José Ayresmoraes Soares, Luis Soares de Melo e Ivo Maupeou.³²

Não sei informar se *As instruções para a aplicação do AI-5* foram seguidas em outras dioceses, mas em Teresina elas foram. No documento estão relatadas as “atividades subversivas” de padres, mas eles não foram presos. As Forças de Segurança avisaram a D. Avelar para que ele tomasse uma posição. Entretanto, o arcebispo também não agiu contra nenhum dos integrantes que os militares indicaram nesse documento, estabelecendo sua autonomia frente ao Regime. Quando um sacerdote chegou a ser intimado a depor, D. Avelar entrevistou imediatamente enviando uma carta às Forças de Segurança perguntando sobre as razões daquele chamado.³³ De certa forma as negociações entre D. Avelar e os militares surtiram algum efeito. Os acordos eram frágeis e poderiam ser estremecidos pela mais breve brisa, porém a autoridade do arcebispo já era respeitada pelos próprios Órgãos de Segurança do estado. O arcebispo tentava promover esses acordos em nível nacional também.

O governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) representou o ápice do período repressivo da Ditadura que tinha se iniciado ainda no Governo Costa e Silva. Alguns bispos tentaram criar um canal de comunicação mais intenso entre a Igreja Católica e o Governo Militar para acomodar os conflitos, como podemos perceber em uma carta para o presidente Médici, enviada pelo então bispo-auxiliar de São Paulo, D. Lucas Moreira Neves: “reafirmar o quanto é importante para nós, Bispos, mas também para o Governo e o Povo, que todos os problemas envolvendo a Igreja ou pessoas a ela vinculadas, sejam tratados em estreitas ligações com os seus Pastores” (SERBIN, 2001, p.195).

D. Avelar foi um dos principais arcebispos no Brasil a incentivar este diálogo com o Governo Federal naquele período. Em vários documentos, os órgãos de informação relatam a insistência do arcebispo em estreitar o contato entre a Igreja e o governo estimulando a colaboração entre ambos:

³² Ofício do IV Exército 10 de novembro de 1969. BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0801_d. (Arquivo Nacional)

³³ *Carta de D. Avelar Brandão Às autoridades responsáveis pela segurança nesta área Teresina/Piauí/Brasil. 18-03-1969*

– Em 1967 em declaração à imprensa afirmou que: ‘algumas fortes reservas mantidas por membros da Igreja em determinados aspectos da atual situação brasileira não pretendem negar o lado positivo dos esforços governamentais nem impedem, mas aconselham, o diálogo

- Durante o ano de 1968 o marginado em diversas declarações opinou por um maior diálogo da Igreja com o Estado.”³⁴

[D. Avelar] Representa os bispos do Nordeste nos contatos iniciados com o Governo Federal, na base da reaproximação Igreja-Governo³⁵

O arcebispo orientou-se então na criação de uma comissão formada por militares e pelos principais representantes do episcopado na tentativa de administrar os conflitos. D. Avelar foi peça-chave na tentativa de construção do diálogo como detecta o jornalista Elio Gaspari (2002, p.256): “O corifeu da acomodação era D. Avelar Brandão, arcebispo de Teresina, verdadeiro ourives das construções de bastidores. Defendia a conveniência da criação de uma comissão de alto nível (com ele à frente) para discutir futuras dificuldades entre a Igreja e o governo.”

A partir de 1967, e em especial 1968, o arcebispo dedicar-se-ia à criação dessa comissão em nível nacional. Porém, ele encontrou dificuldades devido à resistência da Ditadura (e também dentro da Igreja Católica) contra a sua formação, pois os representantes das Forças Armadas achavam que era uma ingerência do episcopado em assuntos do Governo. Muitos militares argumentavam que não existia conflito entre a Igreja Católica e o Estado e sim conflitos particulares entre membros do clero e o Regime.

A edição do *Jornal do Brasil*, de 21 de novembro de 1967, aborda a prisão de 3 padres e 5 leigos que distribuíam impressos com as explicações do bispo de Volta Redonda, D. Waldir Calheiros, a respeito da revista em sua residência pelos militares à procura de material subversivo. O periódico informa que “a formação de uma comissão mista foi sugerida, como meio de diálogo, por Dom Avelar Brandão, arcebispo de Teresina e vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil”. Entretanto, o chefe da Comissão Diretora de Relações Públicas do Exército, coronel Celso dos Santos Méier, não achava necessário instituir uma comissão composta de bispos e de elementos do Governo para estudar as relações entre Igreja e Estado no Brasil “por não haver atritos ente as duas entidades, mas apenas incompreensões entre alguns elementos do clero e militares” referindo-se ao episódio da prisão dos auxiliares de D. Waldir ³⁶

Como afirma Kenneth Serbin (2001, p.204) em seu trabalho sobre a Bipartite:

³⁴ *Correntes e Linhas do Clero* 9-04-1973. Serviço Nacional de Informações – Agência do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional

³⁵ *Análise da Ação Religiosa na décima Região militar*. Relatório da 10ª Região Militar. 12-2-1968. Arquivo Nacional.

³⁶ “Cel. Méier desaprova comissão Igreja-Estado” *Jornal do Brasil*, p.18. 21-11-1967

No final de 1967 e começo de 1968, por exemplo, dom Avelar trabalhou pela criação de uma comissão Igreja/Estado de alto nível para estudar as causas do conflito civil-religioso. O bispo se encontrou com autoridades governamentais de alto escalão, inclusive, o próprio Costa e Silva. Porém, o governo rejeitou o plano, pois militares da linha dura defendiam o controle sobre o clero e até mesmo sobre os bispos. Entretanto a ideia de dom Avelar lançou sementes para futuras tentativas de diálogo.

Com a eleição do presidente Médici, o diálogo ficou mais difícil e esta proposta parecia não se concretizar, porém as circunstâncias obrigaram os militares a repensarem esta atitude. Em 7 outubro de 1970, ocorreu a invasão ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Brasileiro (IBRADES), instituição fundada pelos jesuítas e que prestava assessoria à CNBB, pelo DOPS da Guanabara e militares do I Exército para prender integrantes da Juventude Operária Católica (JOC). Nessa ocasião, os militares maltrataram religiosos e detiveram incomunicável por quatro horas o secretário da CNBB, Dom Aloisio Lorscheider, considerado um bispo moderado e sem grandes conflitos com o regime. O incidente impediu o bispo de comparecer a um encontro com o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. Este acontecimento teve uma ampla repercussão internacional e azedou ainda mais as relações entre o Exército e a Igreja.

Em 20 de outubro de 1970, o presidente general Emílio Garrastazu Médici foi a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, para receber o título de doutor *honoris causa* na Universidade do Rio Grande do Sul. Nessa ocasião, ele denunciou a existência de uma campanha contra a imagem do Brasil no exterior. Médici culpava os exilados brasileiros, os comunistas e subversivos pelas acusações feitas no estrangeiro de violação dos direitos humanos.³⁷ Este era o calcanhar de Aquiles do Governo militar naquele momento. Se com a censura aos meios de comunicação no Brasil, os militares conseguiram abafar as denúncias de tortura no país, não conseguiam o mesmo no exterior. Essas denúncias manchavam a imagem que o Governo queria passar ao mundo sobre o país.

Entretanto, o que o presidente não disse nessa reportagem e que talvez fosse o que mais o incomodasse e às Forças Armadas foi a menção que o Papa Paulo VI fez da questão da violação dos direitos humanos no Brasil no dia anterior. Mesmo sem citar o nome do país abertamente, esta mensagem do Pontífice era direcionada ao Brasil e os militares sabiam disso. O jornal *New York Times* relacionou a fala do Pontífice ao país e declarações de torturas foram reproduzidas no *National Catholic Reporter* (BRUNEAU, 1974, p.373). Essa fala do Papa e o impacto que gerou provavelmente fez com que o

³⁷ “Médici denuncia a campanha contra a imagem do Brasil”. *Jornal do Brasil*. 21-10-1970, p.1

Governo repensasse a necessidade do diálogo com a Igreja. A Cúria Romana pode ser um agente de grande pressão aos Governos nacionais, sobretudo naqueles países em que os católicos são maioria.

A Igreja Católica é uma instituição internacional que está presente em quase todos os países e tem seu Estado autônomo, o Vaticano, para pressionar os Governos através das suas embaixadas, as nunciaturas. A Igreja continuava tendo um importante papel nas relações diplomáticas e sendo uma voz de peso no cenário internacional. As falas dos bispos brasileiros tinham uma grande visibilidade no exterior, repercutindo suas denúncias na imprensa estrangeira.³⁸ Nesse sentido, alguns diplomatas brasileiros e militares sabiam que a Igreja poderia ser muito útil no exterior também, caso os bispos defendessem o governo brasileiro perante a comunidade internacional.

Um importante documento sigiloso dos órgãos de Informação é fundamental para percebermos a preocupação dos militares com a imagem do país lá fora, devido às denúncias de violação dos direitos humanos e a preocupação com a pressão internacional que a Igreja poderia fazer. O nome do documento é *O alimento da campanha de difamações contra o Brasil – Dossier (sic) das Torturas* que eles chamavam de “dossier (sic) das calúnias”. Esse dossiê é uma compilação de vários documentos que denunciavam o Governo no quesito das violações dos direitos humanos, o que eles definiam como uma “campanha insidiosa anti-BRASIL”. O dossiê é aberto justamente com a passagem do Papa Paulo VI, que os órgãos de informação identificavam como sendo endereçada ao Brasil e que “mostravam a tentativa de envolvimento de SS o Papa Paulo VI, através de altos dignitários da Igreja com posição de destaque no Vaticano”:

Fala-se de TORTURAS como de uma epidemia difundida em muitas partes do mundo, LOCALIZANDO SEU CENTRO, TALVEZ COM CERTA INTENÇÃO POLÍTICA, NUM GRANDE PAÍS que está a envidar esforços para progredir econômica e socialmente e que, até agora, É HONRADO POR TODOS E QULIFICADO COMO LIVRE E SENSATO (Basílica de S. Pedro, vaticano, 21 de outubro de 1970)³⁹

³⁸ Uma das denúncias mais impactantes no exterior feita por um membro da Igreja brasileira foi a do arcebispo de Olinda-Recife, D. Helder Câmara, quando no dia 26 de maio de 1970, em uma palestra na França, desabafou: “No Brasil, se mata e tortura em nome da Segurança Nacional”. <http://www.controversia.com.br/blog/28092> . Acesso em 06-02-2016.

³⁹ *O alimento da campanha de difamações contra o Brasil – Dossier (sic) das Torturas*. Sem data específica, mas provavelmente no final do ano de 70. Arquivo Nacional

O dossiê é extenso e bem detalhado com mais de 586 páginas contendo denúncias de membros da Igreja Católica, políticos cassados e integrantes da esquerda armada. Também consta as falas dos bispos que eram reproduzidos em jornais estrangeiros. Integra o documento uma passagem da fala de D. Avelar ao jornal *Estado de São Paulo*, transcrita por um jornal francês que mostrava como a questão estava candente para o arcebispo: “Afirmar que as relações entre a Igreja e o Estado brasileiro são excelentes seria excessivamente otimista. Declarar que o Governo promove a perseguição religiosa seria excessivo. Seria ingênuo acreditar, no entanto, que não há perseguições no Brasil”.⁴⁰

Uma entrevista do arcebispo de Teresina reproduzida pelo *Jornal do Brasil* demonstra como a relação entre o episcopado e os militares estava se deteriorando cada vez mais. O Prelado afirmava que existia “pontos de estrangulamento” nas relações entre Igreja e o Estado, mas lembrava que “a Igreja não pretende fazer oposição sistemática ao governo”. Sobre a questão do conceito de Segurança Nacional, ele fez uma pergunta capciosa muito difícil para qualquer membro do Governo responder: “O que é subversão?”. E mais uma vez insistia: “Chegou o momento de sentarmos numa mesa, num diálogo para valer. Precisamos saber o que está interferindo em nossas relações de maneira franca, para equacionar todos os problemas, sob pena de que os conflitos se multipliquem indefinidamente.”⁴¹

Os conflitos entre setores da Igreja Católica e os militares só faziam ampliar-se e a ideia da criação da Comissão Bipartite lançada por D. Avelar e defendida por vários bispos, como D. Eugênio de Araújo Sales, D. Vicente Scherer e D. Aloisio Lorscheider, surtiu o efeito desejado e ela foi criada no final de 1970. Para isso foi importante a atuação de dois importantes personagens que construíram habilmente os acordos entre os militares e o episcopado: os intelectuais católicos Cândido Mendes e Tarcísio Padilha. Ambos tinham bom trânsito entre os militares e os bispos e ajudaram na tentativa de uma conciliação entre as instituições.

Pelo lado dos militares, o principal interlocutor com a Igreja Católica e entusiasta da criação da Comissão era o general Antônio Carlos Muricy. Tratava-se de um católico devoto que mantinha boas relações de amizade com os principais bispos do Brasil e era

⁴⁰ “Affirmer que les relations entre l'Eglise et l'Etat brésilien sont excellentes serait exagérément optimiste. Déclarer que le gouvernement favorise la persécution religieuse serait excessif. Il serait naïf de croire pourtant qu'il n'existe pas de persécutions au Brésil”

⁴¹ “Dom Avelar crê no diálogo após o pleito”. *Jornal do Brasil*, p.3. 21-10-1970

amigo do presidente Emílio Garrastazu Médici e do ministro do Exército, Orlando Geisel. Ele atuou para que o presidente Médici desse o aval à primeira reunião da Bipartite.

Entretanto, ainda existia muita resistência do oficialato militar e de setores do episcopado. Dois importantes militares do Governo eram contra a criação desta Comissão, o chefe do Gabinete Militar, João Baptista Figueiredo e o chefe do SNI, general Carlos Alberto Fontoura. Logo após a primeira reunião eles defendiam que acabasse por acharem que ela não daria em nada. Entretanto, Médici autorizou a continuação dos encontros. (SERBIN, 2001, p.206-213) O Bispo D. Waldyr Calheiro, um dos prelados mais visados pela repressão, discordava das reuniões, pois para ele “nada havia para negociar. Negociar o inegociável!?” (COSTA, PANDOLFI e SERBIN, 2001, p.129).

Ocorreram ao todo 24 reuniões entre 3 de novembro de 1970 até 26 de agosto de 1974, sendo encerrada pelo presidente Ernesto Geisel que tinha uma outra forma de trabalhar com os bispos. A Bipartite era uma comissão, oficiosa e sigilosa, formada pelos principais membros do episcopado brasileiro e com militares de alta patente na tentativa de criação de um canal de diálogo entre a Igreja e o Governo como uma tentativa de amortizar os conflitos.

O General Muricy, em entrevista ao CPDOC, lembrou das reuniões:

Do lado da Igreja, ficou a direção da CNBB: dom Aloísio, o presidente; dom Ivo Lorscheider, o secretário; dom Avelar Brandão, vice-presidente; dom Lucas Neves, do jornal *O São Paulo* e primo de Tancredo Neves. Esporadicamente, quando o assunto exigia, apareciam outros bispos, como dom Luciano, lá de Sergipe, dom Paulo Evaristo, de São Paulo, o bispo lá de Goiás...Essa comissão funcionou durante todo o período do governo Médici. Mensalmente, nos reuníamos e discutíamos, com toda a clareza e sem rebuços, os pontos controvertidos. Eles acusavam o governo de ação contra A, B, ou C, traziam o problema, medidas para evitar o problema. Eu e os companheiros discutíamos o problema com eles. Depois eu levava o problema ao órgão correspondente - o ministro do Exército ou o da Justiça ou o SNI - e pedia as providências que eu achava que deviam ser tomadas pelo governo, para evitar os excessos que sempre há nessas áreas. Muito delicada, a área de informação que controla a subversão. Quando me pediam informações sobre algum caso, eu ia ao órgão de informação e perguntava: "O que houve realmente?" Pegava os dados, levava para os bispos e esclarecia os casos. (...) A nossa conversa era franca, clara, não tinha rebuços. Dizíamos as coisas como elas são. "A Igreja está errada! Os senhores estão errados!" E eles: "O governo está errado! O governo não pode proceder assim! Isso é ilegal!" Era nessa base. Ouvia-se tudo isso...⁴²

⁴² MURICY, Antônio Carlos da Silva. Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. dat.

O pesquisador brasileiro Kenneth Serbin (2001) no seu clássico sobre esta Comissão afirma que “a Bipartite foi um diálogo na sombra” entre “homens poderosos, levados pela fé e pelo desejo de exercer poder e influência, juntaram-se para prevenir um conflito aberto”. Para o autor, “os generais queriam um diálogo com os bispos com o objetivo de apaziguar a até mesmo controlar a Igreja”, já os bispos participaram da comissão com o intuito de “reafirmar os interesses de sua instituição e, literalmente, protegê-la dos ataques das forças de segurança. Mas os bispos também participaram por causa da necessidade mais ampla de se fazer ouvir na arena na política brasileira” (SERBIN, 2001, p.237-238)

Entretanto, na prática, a Bipartite não atendeu ao que era esperado pelo episcopado e nem para os militares. A ideia da Comissão trouxe mais esperança do que realização prática para a Igreja, pois os militares que participavam das reuniões, por mais interesse que tivessem em ajudar, tinham pouco poder de decisão no Governo. O prestigiado General Antônio Carlos Muricy já estava na reserva e pouco poderia fazer nas questões mais prementes, como os da repressão. As soluções propostas nas reuniões da Bipartite, tendiam, na maioria dos casos, a não vingarem. Em um momento, ainda na 2ª Reunião da Bipartite, depois de um pequeno conflito, o próprio arcebispo D. Avelar refletia se “poderíamos colocar em dúvida a utilidade das nossas reuniões”.⁴³

Poderíamos reduzir, grosso modo, a dois problemas principais nas reuniões da Bipartite: Os militares esperavam que a CNBB controlasse a Igreja que fazia a oposição ao Governo, e os bispos queriam proteção aos setores da Igreja Católica. Nem os prelados que estavam ali poderiam ou queriam fazer uma coisa, nem os militares que participavam das reuniões poderiam ou queriam fazer outra. Os membros que participavam das reuniões estavam de fato acreditando que poderiam ajudar a solucionar os problemas entre as instituições, mas o efeito prático era muito pequeno.

O arcebispo D. Avelar nunca levava os seus problemas apenas para a Bipartite. Ele a via como mais um espaço de canal de diálogo junto com outros que ele tentava estabelecer. D. Eugênio Sales, um dos mais entusiastas das reuniões da Bipartite, deixou de frequentar as reuniões logo depois que não conseguiu a soltura do padre João Daniel, em janeiro de 1972.⁴⁴ Quando os militares tentaram convencê-lo a voltar, ele se negou e

⁴³ Relatório do 2º encontro “Bipartite”. 9-01-1971, p.9. (ACM / CPDOC-FGV)

⁴⁴ Relatório “BIPARTITE”. Assunto: posição do cardeal D. Eugênio Sales face à prisão do padre DANIEL. 11-01-1972. (ACM / CPDOC-FGV)

afirmava sentir “a falta de atenção dos generais mais importantes” (SERBIN, 2001, p. 329).

A Bipartite foi uma tentativa entre as cúpulas da Igreja Católica e das Forças Armadas de tentarem conciliar-se. Os resultados podem não terem sido os esperados para ambas instituições, mas ajudou a manter algum nível de diálogo entre elas. A existência da Comissão já demonstrava a importância da Igreja Católica como uma instituição de pressão. As reuniões da Bipartite foram, no Brasil daquele período, um dos raros momentos em que o livre debate poderia ocorrer entre setores do Governo e representantes de uma outra instituição, obrigando aos militares a discutirem temas caros a eles em discussões acirradas.

D. Avelar já era uma figura de proa no cenário político e religioso daquele momento. Dentro da Igreja era uma figura respeitada pelas articulações que conseguia fazer e pela autoridade que tinha para vários setores. Era o presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e vice-presidente da CNBB. A sua importância seria demonstrada ainda mais, quando, em 25 de março de 1971, foi designado o novo arcebispo da arquidiocese de São Salvador, primaz do Brasil, substituindo D. Eugênio de Araújo Sales que assumira a arquidiocese do Rio de Janeiro. D. Avelar iria para uma nova arquidiocese onde encontraria uma nova realidade e velhos problemas.

CAPÍTULO IV

D. AVELAR: PRIMAZ DO BRASIL E CARDEAL DA IGREJA

Bahia: Desenvolvimento e exclusão

A Bahia desenvolveu-se consideravelmente entre as décadas de 50 e 70, se alinhando à perspectiva industrial do Sul-Sudeste do Brasil. O Estado foi contemplado com vultosos investimentos da Petrobrás e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Os investimentos pesados do governo Federal principalmente nos setores de metalurgia, mecânica e química alavancaram o desenvolvimento do estado. Desse processo surgiu o Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1966, e no final da década de 70, o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). A Região Metropolitana de Salvador foi uma área de grande desenvolvimento econômico e experimentou uma enorme transformação sociocultural.¹

Até a década de 40 do século XX, a economia baiana estava estagnada. A base econômica do estado ainda se alicerçava em um modelo agroexportador. Entre os produtos de exportação da economia baiana destacavam-se o cacau, o açúcar e o fumo. A dependência em relação aos *commodities* limitava a possibilidade de expansão para a economia da região, já que era suscetível as inconstantes variações dos preços no mercado internacional. Até a metade do século XX, a Bahia permanecia um dos estados menos urbanizados do país. Salvador, a capital do estado, encontrava nas atividades de comércio e administração pública, seu principal suporte econômico. (BRANDÃO, 1985, p.88-90)

As indústrias na Bahia, apesar de certa diversidade, representavam economicamente muito pouco ao estado. A indústria têxtil e fumageira eram insuficientes, sendo um apêndice do modelo primário-exportador. A participação da Bahia no produto industrial brasileiro correspondia a 1,3% do país em 1940. Problemas na má infraestrutura viária, o fraco mercado interno, baixos níveis de escolaridade da população, atraso tecnológico só agravavam a situação: “a economia baiana conheceu, do final do século XIX aos anos 1930-1940, um período de lento crescimento, marcado pelo

¹ A Região Metropolitana de Salvador (RMS), conhecida também como Grande Salvador, foi criada em 1973 e compreende os municípios de Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Vera Cruz além de Salvador.

débil dinamismo ou pela instabilidade de suas atividades agroexportadoras (...) e, ainda, por baixas taxas de expansão urbana e industrial.” (ALMEIDA, 2008, p.20)

Durante a década de 50, esse cenário começou a se reverter. O Governo Federal tentando solucionar o problema do atraso do Nordeste brasileiro buscou proporcionar mudanças estruturais à região e o estado da Bahia foi um dos mais beneficiados, recebendo altos investimentos estatais nesse período. O Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado em 1952, apoiava financeiramente este processo de industrialização e a criação da SUDENE, em 1959, expandiu a oferta de financiamentos públicos. A Bahia - especialmente Salvador e cidades circunvizinhas – desenvolveu-se aceleradamente. A conclusão da ligação rodoviária Rio-Bahia (BR-116), em 1949, permitiu o rápido desenvolvimento do comércio interestadual e acelerou o processo de conexão entre a economia regional e o centro industrial do país. A construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso (1954) ampliou a oferta de energia elétrica para o consumo industrial no estado, eliminando um dos principais pontos de estrangulamento da economia regional.

Um dos mais importantes agentes de desenvolvimento econômico do período no estado foi a Petrobrás, criada em 1953, que se concentrou na exploração e refino do petróleo no Recôncavo baiano. O estado durante décadas foi o principal produtor de petróleo do Brasil. A estatal assumiu e dirigiu a importante refinaria Landulpho Alves (RLAM), em Mataripe, que tinha sido criada ainda em 1950, ampliando a extração de petróleo. Os investimentos da empresa estatal provocaram um incremento considerável da renda gerada no estado. Em 1959, os investimentos da Petrobrás na exploração e refino do petróleo foram equivalentes a 59,9% do PIB industrial da Bahia e a 7,9% do seu PIB total (CEPLAB, 1978, p. 14). A partir do final da década de 50, a indústria química já tinha se tornado uma importante força econômica no estado.

Em 1967, foi criado o Centro Industrial de Aratu (CIA), um complexo industrial multissetorial, localizado nos municípios de Simões Filho e Candeias. O CIA se consolidou como um polo de crescimento industrial com empreendimentos nos segmentos químico, metal-mecânico, de minerais não metálicos, plásticos, fertilizantes, entre outros. Quando a década de 60 chegou ao fim, a Bahia já tinha entrado em um processo de industrialização sem volta e que se acentuaria ainda mais na década de 70, principalmente com a criação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em 1978. Como afirma o economista Gustavo Pessoti (2014, p.151) “foi, justamente, na época em que vigorava o regime militar brasileiro, o período de maior industrialização da Bahia”. Entretanto, essa industrialização e desenvolvimento no estado não se traduziu em

uma busca pela equidade e como consequência se ampliou a desigualdade social, o crescimento desordenado da capital do estado e o aumento da pobreza.

Todas essas transformações pelos quais passava o estado naquele momento estão reproduzidas nos documentos da Arquidiocese de Salvador. Os *planos anuais* da arquidiocese demonstram a percepção do governo arquidiocesano perante aquele momento histórico e os problemas que o clero encontrava. Em 1965, a Igreja baiana confirmava o desenvolvimento que o estado passava: “O Estado da Bahia (...) vem se firmando como ponto estratégico para o desenvolvimento do Brasil, tanto pelas possibilidades do subsolo como pela nascente industrialização”.² Mas, como os próprios documentos da arquidiocese destacaram os problemas sociais só se acentuariam.

No *Plano de Pastoral de Conjunto de 1967* demonstrava o problema do inchaço que a capital do estado estava sofrendo: “Salvador, onde se desenvolve, nos últimos 25 anos, um enorme desordenado crescimento demográfico”. Segundo o documento, o Censo de 1940 registrava uma população de um pouco mais de 290 mil pessoas na cidade, enquanto para o ano de 1960 já tinha ultrapassado 650 mil pessoas. Ou seja, em 20 anos a população mais que dobrou. Como consequência direta desse crescimento desordenado, na década de 1970, as invasões se tornaram um grande problema social da capital, tanto pelos desastres (enchentes, deslizamentos, incêndios etc....) que matavam os moradores; quanto pela truculência do Estado em usar a força bruta para desalojar quem morava nestas invasões. Esta era a outra face do desenvolvimento da capital: “Embora Salvador participe duma parcela privilegiada do surto industrial que se registra no Estado nesses últimos anos, cresce cada dia (aumento quantitativo, por migração) a população marginal e a falta de alojamentos. Em poucos centros urbanos do país verifica-se uma porcentagem tão elevada de subempregos”.³

A capa do Plano de Pastoral da arquidiocese do ano de 1968 é sugestiva dos problemas que o desenvolvimento do estado estava passando capitaneado pela indústria petrolífera:

² Arquidiocese de Salvador Atividades desenvolvidas em 1965 e Plano de Pastoral de Conjunto para 1966. (Arquivo do Seminário Central São João Maria Vianney)

³ Plano de Pastoral de Conjunto da Arquidiocese de Salvador – 1967. (Arquivo do Seminário Central São João Maria Vianney)



Plano de Pastoral de Conjunto da Arquidiocese de Salvador 1968. Arquivo do Seminário Central São João Maria Vianney

Como o clero alertava: “As já tão familiares torres de petróleo trazem profundas transformações à secular sociedade rural sem que a vida da fé do povo esteja preparada para acompanhá-las”. O desenvolvimento do estado não era motivo de comemorações: “De outro lado, 1967 foi um ano decisivo para a implantação da cidade (sic) Industrial de Aratu. Se este parque industrial promete aliviar o peso do subemprego para Salvador, não deixará de criar também novos problemas humanos e pastorais”. E, avisava: “A explosão demográfica não foi acompanhada nem por um aumento proporcional de empregos, nem por planejamento urbanístico, nem por serviços de saúde e educação”.⁴

Nesses documentos está presente uma denúncia constante da falta de empregos ou da criação apenas de subempregos para a maioria da população, apesar do grande desenvolvimento do estado. Essa aparente contradição explica-se pelo tipo de indústrias implantadas na Bahia como nos mostra o economista Paulo Henrique Almeida (2008, p.26): “A opção por uma indústria de bens intermediários, centrada em grandes plantas automatizadas de produção contínua, resultou em limitada criação de empregos diretos.”

⁴ Plano de Pastoral de Conjunto da Arquidiocese de Salvador 1968. (Arquivo do Seminário Central São João Maria Vianney)

É interessante no entanto constatar que nesses Planos Pastorais que estavam abordando os problemas da industrialização no estado, em momento algum responsabiliza-se o Governo Federal ou Estadual pelo modelo de desenvolvimento excludente que estava sendo implementado. Era como se esse processo de industrialização tivesse sido criado do nada. Criticava-se as consequências, mas não se procurava analisar as causas. Apontava a fumaça, mas não se via o fogo.

D. Eugênio: Modernização e Intransigência

Os anos de 50 e 60 do século XX foram um período de transformações profundas na sociedade brasileira. No entanto, a Arquidiocese de Salvador não estava preparada para lidar com as mudanças que o país e o estado estavam passando. A Arquidiocese precisava se atualizar para reagir a esta nova realidade. Até o começo da década de 60, a Sé primacial do Brasil tinha perdido seu dinamismo e sua força de liderança. Na década de 50, um momento de grandes transformações na Igreja Católica brasileira, em especial no Nordeste, onde várias inovações foram testadas, a velha arquidiocese estava fechada em si mesma, com pouca relevância nacional. Governada por um Cardeal integrista e reacionário, D. Augusto Álvaro da Silva, conhecido como Cardeal da Silva, era incapaz de oferecer soluções aos problemas que surgiam.

Dom Augusto nasceu, em 1876, em Recife. Em 1911, foi elevado a Bispo da diocese de Floresta, no interior de Pernambuco. Em 1915, foi transferido para a diocese de Barra do Rio Grande, interior da Bahia. Em 21 de maio de 1925, tomava posse da Arquidiocese Primacial de Salvador. D. Augusto foi o grande responsável pelo projeto de Restauração Católica na Bahia nas décadas de 30 e 40 procurando fortalecer o poder da Igreja na sociedade. (ALVES, 2003) Em 1953, foi nomeado Cardeal pelo Papa Pio XII. D. Augusto teve um período longo na frente do arcebispado de Salvador permanecendo no cargo por 43 anos, de 1925 até 1968, ano do seu falecimento.⁵

⁵ Até então na tradição da Igreja Católica, os bispos governavam a sua diocese até a morte, transferência para uma outra diocese ou renúncia. Com isso, era comum, que as dioceses ficassem sob a direção de bispos muito idosos e muitos com problemas de saúde devido a idade, sendo necessário chamar administradores apostólicos para auxiliá-los. Em 1966, o Papa Paulo VI promulgou o *Motu Proprio Ecclesiae Sanctae* estabelecendo a idade limite de 75 anos para o pedido de renúncia dos bispos de suas dioceses, norma confirmada depois pelo Código de Direito Canônico. http://w2.vatican.va/content/paul-vi/la/motu_proprio/documents/hf_p-vi_motu-proprio_19660806_ecclesiae-sanctae.html Acesso em 13-11-2016

O velho arcebispo não conseguiu acompanhar as rápidas mudanças que a sociedade brasileira passou a partir do pós-IIª Guerra mundial. D. Augusto posicionou-se como um antimodernista e figura reacionária, preso em uma arquidiocese que tinha ficado no tempo. Como observou o arcebispo D. Eugênio Sales, D. Augusto “era outra mentalidade (...) quando ele foi nomeado bispo da Bahia eu tinha 4 anos de idade”.⁶ O Cardeal da Silva não acompanhava e nem estimulava as inovações que ocorriam no Brasil durante a década de 50. Apesar de iniciativas importantes realizadas em sua arquidiocese, principalmente por membros das Ordens Religiosas, elas não encontravam eco na principal liderança da Igreja baiana. Apesar de ser Cardeal sua importância se apequenava a nível nacional e isto se refletia na sua quase nula participação na CNBB, principal organização dos bispos no Brasil, fundada em 1952. (AZZI, 2001, p.509)

Durante a década de 60, período em que importantes dioceses do Nordeste se abriram a questão social tentando estimular as classes populares na defesa de seus direitos, D. Augusto tomava posições extremamente conservadoras, preocupado com a emergência dos trabalhadores. Ele se tornou um anticomunista virulento. Em uma carta ele avisava que se o “comunismo internacional” tomasse o poder: “assassinará sacerdotes, incendiará igrejas, arrasará conventos, violará religiosas, fuzilará líderes católicos”, e ainda, “confiscará propriedades, ferirá, matará, martirizará com requintes de barbaridade e fereza bestial”.⁷ O Cardeal da Silva deu apoio integral ao Golpe Militar de 1964 que ele defendia desde pelo menos 1963.

Sua dificuldade em se adequar à nova realidade que se abria ficou clara no Concílio Ecumênico Vaticano II. Ele esperava que o Concílio fortalecesse as posições tradicionais da Igreja e condenasse veementemente o comunismo.⁸ D. Augusto só compareceu à primeira sessão do Concílio, não participando mais por discordar dos caminhos que ele estava tomando. Como afirmou um dos padres mais importantes da arquidiocese de Salvador na segunda metade do século XX: “Ele não aceitou as inovações do Concílio Vaticano II”.⁹

Em virtude de sua idade e saúde debilitada, em 1964, D. Eugênio de Araújo Sales foi indicado para ser administrador apostólico *sede plena* da arquidiocese de Salvador

⁶Entrevista com Dom Eugênio de Araújo Sales, 22-06-2009

⁷ D. Augusto Álvaro DA SILVA, “Carta Pastoral do Primaz do Brasil”, *Vozes* n° 1, janeiro de 1964, p.65.

⁸ Em um texto publicado na *Revista Eclesiástica Brasileira*, o Cardeal reclama que o Concílio se destinava “em renovar em toda a Igreja o espírito cristão, e assim dar vida e salvação ao mundo”, quando na verdade o que se precisava era acabar com a “heresia universal” do comunismo “ateu, imoral, sanguinário”. REB, setembro de 1963, p.786-787

⁹ Entrevista com Monsenhor Gaspar Sadock 10-06-2008

pelo Papa. D. Augusto continuava com as honras de Cardeal, mas D. Eugênio Sales era quem governava a Igreja baiana a partir daquele momento. D. Eugênio tinha sido arcebispo de Natal, arquidiocese na qual foi responsável por importantes inovações pastorais e sociais. Ao chegar em Salvador começou a trabalhar de forma acelerada, tinha como missão modernizar e reestruturar a arquidiocese de Salvador, além de aplicar a atualização pastoral do Concílio Vaticano II. Monsenhor Gaspar Sadock que foi vigário geral de D. Eugênio, e depois de D. Avelar, afirma que ele foi o responsável pela “nova arquidiocese” que se estruturou a partir da década de 60: “D. Eugênio foi a pessoa que mais bem fez para esta arquidiocese durante um período muito curto de 7 anos, foi o que menos durou enquanto ao tempo e o que mais bem fez a arquidiocese”¹⁰.

A Arquidiocese de Salvador cobria uma vasta extensão de terra. Em agosto de 1964, o seu território compreendia 57.000km², incluindo dezenas de municípios, tendo a capital Salvador como sede. Um problema que era presente em quase toda a Igreja Católica no Brasil, a falta de padres, na arquidiocese de Salvador era muito mais alarmante: “É a Bahia o Estado que se encontra numa situação mais deficitária no tocante ao clero (...) acrescente ainda que é o Estado que possui maior número de clero idoso”. Segundo esse documento, das 79 paróquias 29 não estavam providas de sacerdotes. Existiam 63 padres diocesanos, desses, apenas 5 na faixa etária de 30 anos, enquanto 15 acima de 61 anos. A arquidiocese de Salvador possuía um clero envelhecido.¹¹ Esses fatos inviabilizavam o funcionamento adequado da arquidiocese. D. Eugênio procurou resolver esse problema atuando em três frentes.

Aproveitando a conjuntura internacional da Igreja Católica, D. Eugênio conseguiu trazer vários padres estrangeiros para arquidiocese de Salvador para suprir a carência de sacerdotes. Os Papas Pio XII (1939-1958) e João XXIII (1958-1963) já tinham apelado à Igreja europeia que apoiasse a América Latina e a África enviando padres para suprir a carência que existia neste continente. Principalmente depois da Revolução Cubana, essa ação se intensificou para a Igreja latino-americana e o Brasil recebeu vários sacerdotes vindo da Europa e da América do Norte. D. Eugênio através de boas relações que

¹⁰ Entrevista com Monsenhor Gaspar Sadock 10-06-2008

¹¹ Arquidiocese de Salvador Atividades desenvolvidas em 1965 e Plano de Pastoral de Conjunto para 1966. (Arquivo do Seminário Central São João Maria Vianney)

mantinha com a Igreja europeia trouxe dezenas de padres europeus para sua arquidiocese.¹²

Outra resolução de D. Eugênio, *sui generis*, foi a entrega de paróquias ao encargo de comunidades religiosas femininas. Ele já tinha feito essa experiência pioneira enquanto bispo de Natal, em 1961, quando entregou a paróquia de Nísia Floresta à comunidade das irmãs missionárias de Jesus Crucificado. Em Salvador, depois de conseguir a autorização do Papa Paulo VI, ele deu continuidade a esse projeto, deixando várias paróquias aos cuidados das religiosas. Elas administravam as paróquias, sacramentos e até os cultos, apenas não davam os sacramentos exclusivos dos padres. Como bem recordou D. Eugênio essa parceria com as religiosas: “Funcionou muito bem”.¹³ De fato, essa experiência iniciada pelo bispo foi de suma importância, a partir de então, possibilitou uma maior participação das irmãs e freiras nas ações da arquidiocese. Um dos frutos desse momento foi a criação do GRIMPO – Grupo de Religiosas Inseridas no Meio Popular, em 1965, em Salvador, que atua na arquidiocese há mais de 50 anos.¹⁴

Seguindo as orientações abertas pelo Concílio Vaticano II, D. Eugênio, foi um dos primeiros bispos brasileiros a restaurar o Diaconato permanente¹⁵ na arquidiocese e fundou a Escola Diaconal Arquidiocesana, em 1966. Porém, os resultados não foram tão bons como planejado e o número de candidatos ao diaconato foi aquém do esperado inicialmente: “motivado em parte pela falta de laicato autêntico e pelo desconhecimento da missão diaconal e trabalho de recrutamento de candidatos ao diaconato está bastante difícil”.¹⁶

Devido ao aumento acelerado da população na arquidiocese, ela foi reorganizada territorialmente para melhorar o atendimento religioso, dividida em zonais e criadas 17

¹² Devemos salientar que as Ordens religiosas já estavam mandando sacerdotes para Bahia desde antes o arcebispado de D. Eugênio. Por exemplo, a Companhia de Jesus já tinha enviado dezenas de padres italianos para Bahia desde o começo da década de 1950 (ZACHARIADHES, 2010).

¹³ Entrevista com Dom Eugênio de Araújo Sales, 22-06-2009

¹⁴ Esta atuação pioneira de D. Eugênio Sales na relação com as freiras e irmãs é um aspecto pouco falado da biografia do arcebispo. Em um momento em que a participação mais decisiva da mulher dentro da Igreja ainda era pouco debatida, D. Eugênio já se atentava para isso. Salvo engano, ele foi o único bispo brasileiro que propôs no Concílio Vaticano II a incorporação mais decisiva das mulheres na Igreja: “Antes de tudo, é necessário que nós consideremos a vida religiosa feminina como uma realidade do tempo presente, e com exigências próprias dessa época. De fato, a promoção da mulher é um dos principais sinais dos tempos modernos (...) Por conseguinte, quando se fala de religiosos, deve-se necessariamente falar das mulheres religiosas” (Apud AZZI, 2001, p.515-517).

¹⁵ O Diácono, para a Igreja, é um leigo casado que pode ministra alguns sacramentos. Ele pode batizar, abençoar matrimônios, assistir os enfermos com o viático, celebrar a Liturgia da Palavra, pregar, evangelizar e catequizar. Entretanto, não pode celebrar a Eucaristia, confessar nem administrar a unção dos enfermos.

¹⁶ Plano de Pastoral de Conjunto da Arquidiocese de Salvador – 1967. (Arquivo do Seminário Central São João Maria Vianney)

novas paróquias. Em acordos com Igreja da Alemanha, D. Eugênio Sales adquiriu carros para as paróquias e assim os padres puderam se locomover mais facilmente. Ele construiu novos edifícios como os Centro de Treinamento de Líderes (CTL) de Itapuã e de Itaparica para reuniões do clero e capacitação de leigos. Fundou também o Instituto de Desenvolvimento Integral (IDI) na Universidade Católica do Salvador com o intuito de assessorar a arquidiocese nos problemas sociais.

A promoção do ecumenismo era outra possibilidade aberta pelo Concílio que em seu *Plano Pastoral* o governo da arquidiocese afirmava que iria tentar promover. Mas, de antemão, o arcebispo sabia das dificuldades que encontraria: “A ação ecumênica já delicada por sua natureza, exige muita prudência entre nós. A falta de experiência do pessoal formado e de consciência ecumênica não só da parte do povo como do clero, faz ressaltar essa exigência”¹⁷. Dois anos depois ainda era verificada a resistência por parte dos membros da Igreja: “Verifica-se (...) que muitos sacerdotes, religiosos e leigos ainda não acordaram para a importância da ação ecumênica”.¹⁸

Pelo seu trabalho realizado de modernização da arquidiocese de Salvador, D. Eugênio angariava prestígio e força dentro da burocracia católica. Seu trabalho na arquidiocese foi rapidamente recompensado pela Cúria Romana. Ele foi nomeado arcebispo de Salvador, em 24 de outubro de 1968, logo após a morte de D. Augusto. Apenas alguns meses depois foi eleito Cardeal pelo Papa Paulo VI, em 28 de março de 1969. Essa ascensão meteórica de D. Eugênio na hierarquia da Igreja Católica e o seu êxito na reestruturação da arquidiocese não ofuscam os problemas que teve nesse período na Bahia, os quais prejudicaram sua liderança dentro da sua própria arquidiocese.

D. Eugênio Sales enquanto esteve na direção da arquidiocese não se tornou um bispo popular para os católicos de Salvador, faltava a ele carisma e o poder de comunicação para conseguir chegar as massas. Para Riolando Azzi (2001, p.506), apesar de seu trabalho expressivo para arquidiocese ele foi feito “com extrema discrição”, sobretudo enquanto estava vivo o Cardeal da Silva, “de forma que sua presença quase não era sentida pela população. Nem conseguiu mudar essa imagem de obscuridade no breve tempo em que assumiu o pleno governo arquidiocesano”.

¹⁷ Plano de Pastoral de Conjunto da Arquidiocese de Salvador – 1967. (Arquivo do Seminário Central São João Maria Vianney).

¹⁸ Plano de Pastoral de Conjunto da Arquidiocese de Salvador – 1969. (Arquivo do Seminário Central São João Maria Vianney).

D. Eugênio mantinha bons contatos com o Governo do Estado, os militares e as classes abastadas, mas não era um bom interlocutor com o resto da sociedade. O arcebispo não procurou dialogar com os vários setores da Igreja Católica baiana. Ele era visto como um homem autoritário por muitos sacerdotes e leigos, além de um aliado da Ditadura. Por algumas atitudes por ele tomadas sua imagem pública era de um conservador e não de um modernizador.

A partir da década de 1960, setores minoritários, mas relevantes politicamente inovaram nas práticas pastorais na arquidiocese de Salvador. Muitos sacerdotes e religiosas tentaram adaptar as diretrizes do Concílio Vaticano II à realidade arquidiocesana, procurando ter novas práticas pastorais e isso causou alguns embates dentro da diocese. Ironicamente, D. Eugênio, que pretendia estimular a atualização pastoral do Vaticano II, interviu para frear essas inovações.

Em 1965, tinha sido eleito como abade do Mosteiro de São Bento, D. Timóteo Amoroso Lima, primo do intelectual católico Alceu Amoroso Lima. O Mosteiro, localizado na avenida 7 de setembro, próximo à Praça municipal, era um dos principais templos católicos da Capital, onde a elite baiana assistia aos seus cultos. O próprio D. Eugênio convidou o Abade para colaborar com o estudo da aculturação¹⁹ da liturgia católica à realidade baiana. Este religioso liderou o movimento de inovação apostólica na arquidiocese e foi um dos principais opositores ao Regime Militar no estado se tornando o ponto de referência das esquerdas, uma figura pública de grande respeito na sociedade baiana.

D. Timóteo Amoroso foi um dos pioneiros do diálogo com o candomblé na Bahia. Em 11 de dezembro de 1965, três dias após o encerramento do Concílio, celebrou no Mosteiro, a Missa do Morro. Nessa celebração foi introduzindo cânticos e instrumentos do candomblé como os atabaques, berimbaus e agogôs. Com a Missa do Morro, ele procurou introduzir uma renovação litúrgica que buscava sua aculturação com as raízes africanas da Bahia. Entretanto, essa celebração causou uma grande reação negativa por parte significativa dos leigos e resistência do clero mais conservador. Os jornais baianos repercutiam as indignações de espanto de muitos: “Fechando os olhos, eu tinha a

¹⁹ Entendo por *aculturação* o processo de modificação cultural da Igreja ou de indivíduos ligados a ela, em um local ou região, que procura adaptar a Instituição religiosa e seus dogmas a outras culturas retirando delas traços significativos.

impressão de encontrar-me no meio de uma floresta africana, ou num terreiro de candomblé, ouvindo as lamentações dos oguns”²⁰.

Quando ocorreu a missa, D. Eugênio estava em Roma. Assim que retornou foi falar muito irritado com o abade. Como confirmou na entrevista que me concedeu, ele proibiu que D. Timóteo voltasse a fazer outra missa como aquela, que já estava programada para acontecer. Ele lembrava que o Mosteiro era autônomo da arquidiocese, mas não poderia ir de encontro às normas do arcebispo.²¹ Um monge que assistiu a conversa de D. Eugênio com D. Timóteo afirmou que ele foi muito duro com o abade, demonstrando estar muito irritado.²² Muito do problema de D. Eugênio era do fato dele não ter sido consultado e principalmente pela repercussão negativa que a Missa gerou na sociedade baiana. Para Monsenhor Gaspar Sadock: “Embora ele [D. Eugênio] fosse um inovador, o abade era mais inovador do que ele. (...) D. Eugênio achou que a Bahia não estava preparada para a Missa do Morro”.²³

Em 1966, devido a confrontos políticos entre o episcopado e os estudantes católicos, em especial os universitários, a CNBB extinguiu a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a juventude Independente Católica (JIC), importantes vertentes da Ação Católica que influenciaram a esquerda católica durante as décadas de 50 e 60. D. Eugênio Sales mostrou toda sua impaciência e discordância com o movimento. O arcebispo marcou uma reunião com os membros para informar o fim da entidade. Os integrantes quiseram argumentar, mas D. Eugênio não aceitou dialogar e quando o jovem Haroldo Lima ia falar, o arcebispo levantou-se, saiu e bateu a porta sem ouvi-lo. Atitudes como esta faziam com que ele fosse visto como um bispo autoritário e insensível pelos setores católicos mais à esquerda.²⁴

Até setores moderados da Igreja Católica tinham dificuldade em trabalhar com D. Eugênio. A intelectual católica Yvette Amaral, originária da Ação Católica da década de 50, que tinha uma participação muito ativa dentro da Igreja baiana escrevendo regularmente para os periódicos da arquidiocese, confirmou a dificuldade em trabalhar com a forma centralizadora de D. Eugênio governar.²⁵ Já Cândido da Costa e Silva, na época padre na arquidiocese, não sentia apoio, nem segurança no arcebispo para

²⁰ *A Tarde* 21 de dezembro de 1965

²¹ Entrevista com Dom Eugênio de Araújo Sales, 22-06-2009

²² Entrevista com D. Bernardo Lucas 29-10-08

²³ Entrevista com Monsenhor Gaspar Sadock 10-06-2008

²⁴ Entrevista com Luis Antonio Amorim de Aguiar (25-11-06), Anete Bernardes (16-01-10), Emanuel Bernardes (16-01-10), Solange Silvany Lima (19-01-11) e Joviniano Carvalho Neto (24-10-06)

²⁵ Entrevista com Yvette Amaral (10-10-08)

desenvolver nenhum trabalho naquele momento histórico.²⁶ Pela sua forma de trabalhar D. Eugênio, por mais que quisesse, não conseguia mobilizar o laicato para desempenhar atividades mais decisivas para arquidiocese: “Assim não existe nada, ou quase nada, para a mobilização do laicato, a não ser para os das classes mais altas; e os seus programas sociais, muito estruturados, são sustentados pelo Governo”. (BRUNEAU, 1974, p. 312)

D. Eugênio Sales teve problemas sérios com alguns padres estrangeiros que ele tinha chamado para integrar a arquidiocese. Dentre os padres estrangeiros, ele entrou em confronto, em especial, com 4 padres franceses que se reuniam na Igreja do Pilar, próximo ao bairro histórico do Pelourinho: Os padres Camile Roland, Alfred Hervegruier, Jean Lacrevez e Pierre Demoulier. Esses sacerdotes assumiram responsabilidades nas paróquias e na assistência à organização da Ação Católica. Eles trabalhavam com as classes populares e faziam oposição aos militares. Estes sacerdotes não aceitavam a posição que o arcebispo mantinha com os militares, a quem para eles, e para muitos outros, D. Eugênio era cúmplice do que ocorria. Principalmente depois da expulsão do padre Camile.²⁷

O Padre Camile Roland era pároco no bairro de São Gonçalo do Retiro e assistente da ACO – Ação Católica Operária. O sacerdote fazia trabalho de organização com os estivadores. Ele organizava reuniões com opositores do Regime, publicava documentos denunciando a Ditadura e fazia crítica aos militares inclusive nas missas que pregava. No dia 28 de julho de 1969, a Polícia Federal chegou a detê-lo por três horas.²⁸ Dom Eugênio intercedeu por ele junto à Polícia e o sacerdote ficou no palácio arquiépiscopal por alguns dias até que fosse resolvida a questão. Nos acordos entre o arcebispo e os militares ficou decidido que ele não seria preso, mas deveria retornar a França. Como confirmou D. Eugênio, o padre ficou muito chateado com ele quando soube da notícia, pois achava que D. Eugênio deveria defendê-lo e com essa atitude ele estava capitulando. O padre Camilo voltou para a França, em 26 de setembro de 1969, D. Eugênio fez questão de levá-lo para o aeroporto pessoalmente em seu carro.²⁹

²⁶ Entrevista com Cândido da Costa e Silva (27-07-09)

²⁷ Pelo menos dois destes sacerdotes, em graus variáveis, tiveram contato com a esquerda armada na Bahia. Mas, isso não foi o motivo da repressão chegar até eles, pois os militares não sabiam desse fato como pode ser comprovado no processo de expulsão do padre Camilo Roland que em momento algum esse contato foi alentado pela repressão. *Inquérito Camilo Antonin Roland. Expulsão Bahia*. Ministério da Justiça. 21-07-1969. (Arquivo Nacional)

²⁸ CARTA ABERTA AO PE. CAMILO ROLAND (a propósito de sua saída do Brasil a 26/09/69). (Arquivo Particular de Cândido da Costa e Silva).

²⁹ Na memória dos militantes este transporte do padre Camilo pelo arcebispo em seu próprio carro até o aeroporto foi uma prova da sua capitulação aos militares já que era uma forma dele se assegurar que o padre iria embora. Na versão de Dom Eugênio na entrevista que me concedeu, foi que, mesmo sem o sacerdote

Outro problema do arcebispo com um padre francês foi com Pierre Demolière, um padre-operário que ajudou na fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica - ASPETRO. D. Eugênio, um dia, mandou chamar o padre para que fosse informado que ele seria enviado para uma paróquia distante da capital, próximo ao estado de Sergipe, e que estava proibido de continuar trabalhando nas fábricas. Ele quis saber o porquê dessa decisão do arcebispo, e foi informado a ele que foi devido acordos com os militares. O padre Pierre mandou um recado a D. Eugênio de “que suas decisões eram políticas, as dele eram religiosas” e por isso não aceitaria as suas ordens. Então, D. Eugênio o proibiu de ministrar qualquer ofício religioso e ter contato oficial com a Arquidiocese. Na prática, como ele devia obediência no Brasil ao arcebispo de Salvador, ele não poderia exercer mais a função de padre no país.³⁰

Naquele período de radicalismo, as atitudes de D. Eugênio só minavam a autoridade do arcebispo perante setores católicos de esquerda e outros setores da sociedade. Ele era visto como um aliado da Ditadura. O ex-militante e jornalista Emiliano José afirma que “dom Eugênio chegou a admitir que a tortura era um ‘mal necessário’” (JOSÉ, 2002, p.205). Apesar dessa acusação ser inconsistente, já que não é apresentada nenhuma prova disso; esta afirmação, mais do que um fato, demonstra a visão que o arcebispo da Bahia tinha para os setores das esquerdas.

D. Eugênio de Araújo Sales não era um simples fantoche da Ditadura. Ele fazia críticas contundentes ao Regime nos bastidores, inclusive em relação a violação dos direitos humanos. (SERBIN, 2001) Quando da promulgação do Ato Institucional nº 5, que radicalizou a repressão, o general responsável pela área da arquidiocese pediu a D. Eugênio que celebrasse uma missa em louvor a nova ordem, o arcebispo foi enfático na sua resposta: “Vocês que estão contentes com o AI-5 podem agradecer a Deus, mas não por meu intermédio”.³¹

Em protesto contra a prisão de um padre, D. Eugênio proibiu a celebração de uma missa em ação de graças pela “Revolução” e se recusou a receber uma medalha do Regime Militar. Ele apoiou os beneditinos, em Salvador, quando tiveram problemas com a repressão. Ele interferiu em favor do monge D. Jeronimo Sá Cavalcanti quando soube

querer a sua carona para o aeroporto, ele assim o fez, para ter certeza que ele não seria preso pelos militares no trajeto até o aeroporto.

³⁰ Entrevista com Pierre Demolierre (17-12-08). Também ver a autobiografia de Pierre Demolierre “o submisso liberta-se”. Edição do autor, s/d.

³¹ Elio Gaspari, “Um Sacerdote de intransigência”. Jornal O Globo, 01/10/1997

que ele poderia ser preso. Quando o Mosteiro de São Bento foi invadido pela polícia Militar, em 1968, ele foi até o Mosteiro prestar solidariedade ao abade.³²

Entretanto, estas atitudes eram eclipsadas pelas suas aparições ao lado dos militares e o bom trânsito que ele mantinha com o Governo. D. Eugênio pouco intercedia em favor dos estudantes, trabalhadores e presos políticos. Apesar dele se preocupar com o aumento da repressão dos militares no pós-AI-5, em poucas vezes, ele utilizou de sua autoridade para intervir em prol dos perseguidos. Em uma ocasião, ele chegou a interceder em favor do estudante Renato Affonso que tinha sido preso e que estava sendo torturado pela polícia pelas ligações que ele mantinha com a família do rapaz.³³

Seu estilo autoritário de governar e de tentar impor sua autoridade criava obstáculos para D. Eugênio Sales dentro da sua arquidiocese. As boas relações que ele mantinha com a Ditadura, fez com que o arcebispo tentasse controlar os setores católicos que se opunham aos militares. O conflito com o arcebispo foi inevitável. As afrontas que D. Eugênio começou a sofrer demonstra a deterioração de sua autoridade moral perante setores da Igreja Católica baiana.

Padres e leigos começaram a distribuir cartas apócrifas atacando D. Eugênio nas igrejas, casas dos párocos e leigos denunciando a omissão ou conivência do arcebispo naquele momento com a Ditadura. Era uma forma de atacar o Cardeal. D. Eugênio lembrava de ter recebido uma carta dessas no dia do seu aniversário em sua residência.³⁴

Essas cartas começaram a ser distribuídas a partir de 1968 e continuaram até a saída dele da arquidiocese de Salvador. Uma dessas missivas que foram distribuídas pela diocese aborda um Congresso Eucarístico promovido pela Igreja Católica, em 1970, em Salvador e que teria a participação dos militares. Esta carta dá uma dimensão dos ataques que o Cardeal sofria naquele momento:

Ao Cardeal Arcebispo,
Aos padres, religiosos e religiosas e leigos da Arquidiocese (...)
Podemos ficar satisfeitos das homenagens que serão prestadas ao Cristo Eucaristia e ao legado Pontifício, sabendo que o Governo está prestigiando e quase patrocinando tudo isso e fará tudo para que apareça sempre mais a união da cruz e da espada, a espada para defender os “valores cristãos” do nosso povo, a cruz para cobrir a ditadura militar?

³² Estas atitudes do arcebispo eram vistas por vários setores apenas como uma proteção à instituição católica, em função do *esprit de corps*, e não como uma preocupação com a dignidade humana como fica claro na percepção de Cândido da Costa e Silva: “Para Dom Eugênio a instituição é mais importante que o homem”. Entrevista com Cândido da Costa e Silva (27-07-09)

³³ <http://www.emilianojose.com.br/a-premonicao-de-yaia/>. Acesso em 14/01/2016

³⁴ Entrevista com Dom Eugênio de Araújo Sales, 22-06-2009

O mesmo governo que prestigia a religião, mantém nas prisões muitos padres e leigos, réus só por ter tomado ao pé da letra as palavras do Cristo “tudo que fizerdes ao menor dos meus irmãos, é a mim que o fizestes”, réus por querer um futuro melhor para o povo.

Como pode Dom Eugênio, Legado Pontifício, ter a coragem de celebrar a Eucaristia, sinal de união, cercado por militares, quando Cristo está padecendo nas cadeias, está sendo torturado por estes mesmos? (...)

O nosso Cardeal Arcebispo, Legado do Papa ao Congresso, declarou que as torturas de presos políticos são casos isolados e que isto não acontece normalmente. Nós sabemos que Dom Eugênio foi informado dos pormenores do que acontece nas cadeias do nosso país; por que ele quer amenizar a gravidade dos acontecimentos? Será que ele prefere negar a verdade por amor de “tranquilidade”? Mas, Cristo não veio para trazer a paz, mas a espada... (...) Estamos cheio de tristeza em comunicar-lhes estas nossas reflexões mas sentimos que não podemos mais calar.

Queríamos assinar esta carta, mas os senhores sabem que na situação atual seria risco demais.

Gostaríamos que refletissem sobre estas nossas reflexões e preocupações.

Unidos no mesmo amor ao Cristo Eucaristia e ao Cristo vivo no povo

Salvador, 13 de maio de 1970

Um grupo de leigos de Salvador³⁵

A repercussão das cartas extrapolou as fronteiras da diocese. D. Expedito Oliveira, bispo de Patos, na Paraíba, que tinha sido colega de seminário de D. Eugênio, veio em defesa do arcebispo afirmando que ele com “alto domínio sobre si mesmo (...) enfrentou forte onda de oposição da parte de um anônimo que procurou deslustrar sua atuação em Salvador”.³⁶ Na entrevista que me concedeu D. Eugênio Sales tentou passar a imagem de que as cartas não o incomodaram tanto. Pode até ser que depois de décadas do acontecimento, ele se sentisse dessa forma. Entretanto, em 1976, quando já não era mais arcebispo de Salvador, D. Eugênio foi convidado pelo então arcebispo D. Avelar Brandão para as comemorações do tricentenário da Arquidiocese de Salvador, D. Eugênio condicionou a sua ida apenas se o “o das cartas anônimas” não tivesse posição de destaque no evento, sem relatar o nome de quem seria. D. Avelar respondeu que ninguém “do grupo suspeito” que provocou “sofrimento moral” a D. Eugênio estaria na comissão Executiva do Evento.³⁷

No dia 13 de março de 1971, o Papa Paulo VI nomeou D. Eugênio Sales Arcebispo do Rio de Janeiro devido a sua importância dentro da CNBB e do CELAM, o seu trabalho eficaz de reestruturação da arquidiocese de Salvador, além dos bons contatos

³⁵ Carta Aberta ao Cardeal Arcebispo, aos padres, religiosos e religiosas e leigos da Arquidiocese. 13-05-70. (Arquivo pessoal de Cândido da Costa e Silva).

³⁶ “Cardeal Eugênio Sales”. D. Expedito de Oliveira. Sem Data provavelmente ano de 1969. (LEV/UCSAL).

³⁷ Carta de D. Eugênio a D. Avelar 19-05-1976 e Carta de D. Avelar a D. Eugênio 9-06-1976. Classificador Tricentenário Correspondência. (LEV/UCSAL).

políticos que construiu. Contrastando com isso, Dom Eugênio não conseguiu se tornar um líder efetivo dentro da Igreja Católica baiana. Se ele não era um simples joguete nas mãos dos militares e não aprovava a tortura, tampouco se tornou uma figura de destaque na defesa dos direitos humanos no estado. Só interveio em casos de torturas por relações próximas aos envolvidos. Naqueles tempos de repressão, não procurou manter contato com os sindicatos, membros do Movimento Estudantil ou presos políticos. Faltava-lhe carisma e comunicação para chegar às massas. A repressão aos setores progressistas o enfraquecia dentro da Igreja baiana.³⁸

No início da década de 1970, o principal personagem político que emergia no estado era Antônio Carlos Magalhães (ACM) da Arena, partido de sustentação dos militares. ACM era o principal nome da Direita na Bahia. Os outros protagonistas políticos de relevo no estado na Esquerda ou no Centro estavam na defensiva devido à repressão, às cassações e ao exílio. Em pouco tempo, D. Avelar ocupará o Centro político, exercendo um papel importante, principalmente naquele momento histórico: o de mediador.

A chegada de D. Avelar à Arquidiocese de Salvador

Em 30 de maio de 1971, D. Avelar Brandão Vilela tomava posse como arcebispo da Sé primacial do Brasil, substituindo D. Eugênio de Araújo Sales que tinha assumido o arcebispado do Rio de Janeiro. D. Eugênio confidenciou que atuara em favor de seu amigo D. Avelar para substituí-lo na arquidiocese de Salvador, pois sabia que ele queria sair de Teresina e ir para uma arquidiocese mais importante. Assumir a arquidiocese de Salvador seria uma promoção para ele.³⁹ Monsenhor Gaspar Sadock confirmou que D. Eugênio fez de tudo para D. Avelar ir para Salvador.⁴⁰

D. Avelar Brandão deixava Teresina onde permaneceu por cerca de 16 anos e assumia como 23º arcebispo de Salvador, aos 59 anos de idade, 36 de sacerdócio e 25 de episcopado. Sua despedida de Teresina foi emocionante. Se teve problemas com setores

³⁸ Os problemas no governo de D. Eugênio na arquidiocese de Salvador repercutiram na arquidiocese do Rio de Janeiro e influenciaram uma resistência ao Cardeal por parte do clero e do laicato carioca. Quando da sua transferência, um abaixo-assinado contra sua posse foi divulgado com cerca de 600 signatários entre leigos e padres desta arquidiocese. “Coerência e idealismo marcaram vida de D. Eugênio.” <http://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,coerencia-e-idealismo-marcaram-vida-de-d-eugenio,898281>. Acesso em 09/02/2016

³⁹ Entrevista com Dom Eugênio de Araújo Sales, 22-06-2009 e “D. Avelar: De Teresina a Salvador”. Jornal *O Globo*, 29-03-1971, p.2.

⁴⁰ Entrevista com Monsenhor Gaspar Sadock 10-06-2008

das elites do estado e das Forças Armadas, o carinho do povo piauiense nunca foi posto em prova. O cortejo de despedida do arcebispo foi algo grandioso. Milhares de pessoas foram se despedir do arcebispo querido. O comércio da capital fechou mais cedo e foi decretado ponto facultativo no funcionalismo público pelo Governo. Na despedida, o jornal *O dia* em manchete agradecia, “Obrigado D. Avelar”, e comentava: “O povo piauiense jamais foi tão verdadeiro, justo e reconhecido. Todas as homenagens tributadas ao grande príncipe da Igreja ainda são pequenas para refletir a dimensão do seu apostolado em terras piauienses”⁴¹ Mas, agora seu campo de trabalho apostólico seria outro.

O novo arcebispo da Bahia era uma figura de destaque na Igreja Católica com importância nacional e internacional. Ele exercia cargos de comando em importantes organizações do episcopado latino-americano como a presidência do CELAM e era vice-presidente da CNBB. Em 1971, o próprio Papa Paulo VI o nomeou como representante da América Latina no Sínodo Episcopal que ocorreria em outubro desse ano e que discutiria “O Sacerdócio Ministerial” e “A Justiça no Mundo”.⁴²

Em 5 de março de 1973, D. Avelar Brandão Vilela foi eleito Cardeal pelo Papa Paulo VI recebendo o título cardinalício de São Bonifácio e Santo Aleixo. Era a coroação de uma vida a serviço da instituição e prova do seu prestígio dentro da burocracia romana. Ele sabia dos problemas que a Igreja passava naquele momento e que agora ele era chamado a participar mais das decisões junto com a Cúria romana: “sei que minha responsabilidade cresce, uma vez que como membro do Sacro Colégio estarei como assessor mais direto de Paulo VI. E a Igreja vive momentos difíceis, momentos de transição”.⁴³

D. Avelar assumiu a arquidiocese de Salvador em um momento de desenvolvimento acelerado do estado, em que a Bahia se modernizava rapidamente e isto diferenciava da realidade que ele tinha encontrado nas outras dioceses que já tinha comandado. Ele lembrando a sua própria história informou que tinha deparado em Petrolina “um povo quase sem esperança” por causa dos problemas sociais e do isolamento político, por isso teve que ele próprio tomar várias iniciativas na área social “para amenizar as mazelas da região”. No Piauí, ele teve problemas parecidos. Teresina

⁴¹ “Obrigado Dom Avelar”. *O Dia*, Teresina, 5 maio 1971, p. 3.

⁴² O Sínodo é uma assembleia criada, em 1965, pelo Papa Paulo VI que consiste na reunião de bispos de todo o mundo que, presidida pelo pontífice, trata de assuntos ou problemas concernentes à Igreja Católica, auxiliando o Papa no exame de questões referentes à ação da Igreja no mundo.

⁴³ “D. Avelar mostra a carta que recebeu do Vaticano”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 3-02-1973, p.5.

era uma espécie de “Petrolina ampliada” onde “reinava aquele estado de desânimo. Ninguém acreditava em ninguém. As coisas começavam, mas não terminavam” por isso foi realizado “um trabalho mais amplo” de base. Na Bahia, ele constatou um grande dinamismo econômico no estado e encontrou uma arquidiocese mais bem estruturada. Entretanto, isso não quer dizer que a pobreza e os conflitos sociais fossem menores, pois como ele mesmo lembrou, ficou assustado quando foi visitar a periferia da capital baiana: “não esperava encontrar tanta miséria”.⁴⁴

O episcopado de D. Avelar coincidiu com um desenvolvimento econômico da Bahia ainda maior. O período de 1975 a 1986 é definido por um economista como o “período áureo” da economia baiana que registrou um crescimento médio anual de 6,1 %, acumulando no período 92% de crescimento econômico (PESSOTI, 2014, p.151). Em 1978, foi inaugurado o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), o segundo Polo Petroquímico brasileiro, consolidando a industrialização na Bahia centrada na indústria petroquímica. No estado, o COPEC acentuou o processo de concentração espacial da estrutura industrial na Região Metropolitana de Salvador.

Esse empreendimento foi projetado para resolver também o problema crônico do desemprego na Região Metropolitana, entretanto, surtiu efeito inverso, pois, atraiu mais pessoas para Salvador e cidades vizinhas do que a capacidade de geração de empregos. Como alertou o economista Chico de Oliveira, o resultado era “um provável destino ‘marginal’ para os contingentes de população não absorvíveis pelo mercado de trabalho” (OLIVEIRA, 1980, p.10).

A outra face da industrialização promovida pelo Estado, com o apoio do Governo Federal, foi o inchaço da capital e das cidades próximas, aumentando consideravelmente o número de invasões. Esse foi um dos principais problemas sociais que D. Avelar encontrou na cidade e ao qual a arquidiocese dedicará especial atenção. A população na área da arquidiocese chegou a quase 2 milhões de pessoas em 1980.⁴⁵ Devido a esse aumento intenso da população, D. Avelar criou 30 novas paróquias durante o seu bispado para dar conta dos trabalhos apostólicos da sua Igreja nessa nova realidade. Em 1974,

⁴⁴ Jornal *Voz do Paraná*, 26 set. 1976, p. 6.

⁴⁵ O crescimento populacional na Bahia era centrado na Região Metropolitana, especialmente na capital baiana: “A população da Região Metropolitana de Salvador atingiu a marca dos 1,8 milhão de habitantes, em 1980, dos quais quase 1,5 milhão na capital. No resto do estado existiam, no mesmo ano, apenas oito centros urbanos com população superior a 60 mil habitantes e, desses, só três com mais de 100 mil”. (ALMEIDA, 2008, p.33)

parte da arquidiocese foi desmembrada e criada a diocese de Alagoinhas, projeto iniciado ainda na época de D. Augusto.

D. Avelar encontrou uma arquidiocese bem estruturada, em que ele não precisou fazer grandes intervenções, construir nada de significativo, nem fazer nenhum planejamento detalhado para definir um rumo. D. Eugênio já tinha deixado um caminho a trilhar e ele continuou. Isso não quer dizer que D. Avelar só fez usufruir o que o bispo anterior tinha feito, e sim que ele trabalhou na mesma perspectiva deixada por D. Eugênio aprofundando-a.

Durante o governo de D. Avelar ocorreu uma melhora na situação referente ao número de padres da arquidiocese. Continuava a vinda de sacerdotes estrangeiros e de outras dioceses para Salvador. Entretanto, diferentemente do que acontecia em grande parte das dioceses do país, ocorreu um elevado número de ordenações de padres diocesanos em Salvador neste momento. Nos 15 anos que D. Avelar esteve à frente da arquidiocese, foram ordenados 47 presbíteros, justamente em uma época em que a Igreja vivia uma crise em relação a vocação sacerdotal. Adriano Portela creditou ao governo de D. Avelar e seu carisma este aumento de vocações (PORTELA, 2012, p.137).

D. Avelar Brandão deu prosseguimento às iniciativas tomadas por D. Eugênio Sales de inserir as religiosas nas comunidades e nos trabalhos das paróquias. Durante o arcebispado de D. Avelar chegou também à arquidiocese uma quantidade elevada de comunidades religiosas – masculinas e femininas - para trabalhar em Salvador. Mais de duas dezenas delas vieram à arquidiocese ajudar o arcebispo nos trabalhos pastorais.

No seu discurso de chegada à Arquidiocese de São Salvador, D. Avelar descreveu uma realidade cheia de radicalismos pela qual estava passando o país naquele momento e ele aspirava à conquista da “Paz” e congregava a todos da arquidiocese para ajudar neste objetivo:

Eu dizia e repito que aqui chegava em nome da PAZ (...) E a paz é o horizonte que se abre para o Encontro com todos os homens (...) A Paz é a conquista da legítima liberdade na responsabilidade (...) A Paz não é apenas, como dizia ontem, a estagnação social, a Paz é um desafio porque dentro dela estão gritando todos os anseios do bem-estar coletivo; dentro dela ouvimos todas as vozes, de todos os homens, de todas as idades. Eu vos conclamo para vivermos a Paz e construirmos a Paz, neste mundo dilacerado pelos golpes da violência, das radicalizações (SALVADOR, 1895, p.41-44).

D. Avelar Brandão Vilela assumiu uma arquidiocese mais estruturada fisicamente que as anteriores que ele governou. Isso permitiu que ele pudesse se envolver mais em questões fora do âmbito da instituição. D. Avelar abriu as portas da Igreja baiana para a

sociedade. A partir daquele momento, o arcebispo além de manter contato com os militares, políticos da situação, empresários e setores tradicionais da Igreja, dialogaria também com sindicatos, a esquerda católica, movimentos sociais, políticos de oposição e com os prisioneiros políticos. Também manteve contato com os protestantes e até com os maçons.

O arcebispo achava que, no mundo moderno, a Igreja deveria manter a porta aberta para todos. Mesmo em um período de radicalização como durante a Ditadura, ele entendia que era através do diálogo que poderia se acomodar os conflitos evitando rupturas. Entretanto, isto não queria dizer que seu jeito moderado de governar fosse passivo como ele mesmo alertou: “Sou um moderado, não sou água estagnada. Sou apenas de dizer basta quando se ultrapassam os limites. É um estilo de vida, um desejo de Pastor. (...). Minha capacidade de ser moderado, entretanto, não é passiva”.⁴⁶

O arcebispo D. Avelar que assumiu a arquidiocese de Salvador já era um homem amadurecido e calejado pelo tempo e pelas experiências que teve nas outras dioceses. E, principalmente, já tinha uma forma de governar definida. Isso facilitou a sua integração rápida na arquidiocese de Salvador. Em pouco tempo ele se tornaria uma Autoridade Moral de grande relevância na sociedade baiana como nos mostra uma análise feita pelos agentes do SNI da agência de Salvador:

– D. AVELAR BRANDÃO VILELA encontra-se em Salvador há pouco mais de um ano, exercendo a função de Arcebispo de São Salvador e Primaz do Brasil, tendo sido elevado recentemente a Cardeal e ingressado no Sacro Colégio do Vaticano. Durante o período em questão desenvolveu uma dinâmica atuação pastoral e granjeou um excelente conceito na sociedade baiana, mercê de suas inúmeras qualidades pessoais de liderança, inteligência, moderação e convicção religiosa. A Cúria Metropolitana de Salvador, sob a sua gestão, vem desenvolvendo extraordinária atuação, caracterizada por múltiplas e contínuas atividades pastorais (...)

No campo político, tem revelado ser um elemento moderado, reconhecendo e elogiando medidas governamentais, embora tenha demonstrado grande preocupação com os problemas sociais, como a pobreza e a miséria. Em algumas ocasiões tem feito críticas a distribuição de rendas existente no nosso país, achando que o problema merece uma maior atenção de nossas autoridades. Tem sido tolerante ante a atuação de grupos “progressistas” como o Mosteiro de São Bento e o dos Jesuítas do CEAS (...)

Homem sério, equilibrado e sem áreas de atrito, tem sido procurado para servir de mediador de crises de natureza vária, como o problema entre o Governador ACM e o Jornal da Bahia e reivindicações estudantis. Tem mantido boas relações com a ASV/SNI, caracterizadas pela compreensão, entendimento mútuo e colaboração”.⁴⁷

⁴⁶ “Não sou oposição, sou pastor”. Revista *Istoé* 23-6-1982, p.85

⁴⁷ Documento de Informações nº 075/21/ASV/SNI/73 Atividade de D. Avelar Brandão Vilela como Arcebispo Primaz do Brasil. 2-05-1973. BR_AN_BSB_AA3_DTI_DTR_0097 Serviço Nacional de Informações – Agência Salvador. (ARQUIVO NACIONAL)

O bispo do diálogo

D. Avelar Brandão Vilela logo que assumiu a Arquidiocese procurou estabelecer contatos com as autoridades das Forças Armadas responsáveis pela região da sua arquidiocese. Como acontecia a nível nacional, ele tentou manter boa relação com os militares no estado. Também procurou firmar bons contatos com os políticos locais, procurando estabelecer acordos em projetos comuns. Ele manteve uma ótima relação com a principal força política que emergia naquele momento, o político Antônio Carlos Magalhães (ACM).

ACM começou sua carreira política na Bahia se elegendo deputado estadual pela UDN, em 1954, e depois deputado federal por duas vezes em 1958 e 1962. Em 1967, foi reeleito deputado federal agora pela ARENA, partido de sustentação dos militares. Antônio Carlos Magalhães apoiou o Golpe de 1964, e em 1967 foi indicado para prefeito de Salvador pelo presidente Médici. Foi eleito indiretamente para o governo da Bahia, assumindo o cargo em 1971. Logo depois de terminado o seu mandato como governador, foi nomeado em 1975, pelo então presidente da República, Ernesto Geisel, para a presidência da estatal Eletrobrás. Em 1979, foi eleito indiretamente mais uma vez ao governo da Bahia. Antônio Carlos Magalhães foi um político que cresceu durante a ditadura militar, que apoiou desde a primeira hora (DANTAS NETO, 2006 e MAGALHÃES, 1995).

Antônio Carlos Magalhães foi um político carismático e modernizador que ajudou no processo de industrialização da Bahia. Um político que construiu inúmeras obras importantes para o estado e que era estimado por uma boa parte da população baiana. Porém, este “político moderno” reproduzia as características mais arraigadas na cultura política brasileira. Um político patrimonialista que mantinha laços clientelistas com seus apoiadores, construindo durante este período uma fortuna considerável. Utilizando do seu cargo público construiu uma aliança com empresários como Calmon de Sá (banco Econômico), Mariani Bittencourt (banco da Bahia) e Norberto Odebrecht (construtora Odebrecht) para a construção de grandes obras utilizando o Estado para patrocinar estas empreitadas. (CAMPOS, 2012).

ACM era um político extremamente truculento que naquele período ditatorial utilizou o Estado para reprimir os seus opositores. Por esta forma de governar ganhou a alcunha de “Toinho malvadeza”. Um caso emblemático foi a tentativa do político de calar o *Jornal da Bahia*, um periódico de oposição ao governo estadual. Primeiramente tentou comprar o jornal sem sucesso. Depois, proibiu que empresas anunciassem no periódico, caso contrário não fariam negócios com o Governo estadual. No entanto, a luta do jornal contra o político recebeu o apoio da população. Criou-se uma campanha para ajudar financeiramente o *jornal da Bahia* intitulada “não deixe essa chama se apagar”, que incentivava os baianos a adquirirem um exemplar para mantê-lo funcionando. Por fim, o Governador acionou a Lei de Segurança Nacional contra o chefe de redação do jornal. Entretanto, a própria Justiça Militar inocentou o Jornal das acusações do Governador. (GOMES, 2001)

O arcebispo de Salvador manteve uma ótima relação com Antônio Carlos Magalhães durante o período que esteve à frente da arquidiocese. ACM também, em momento algum, tentou reprimir o clero sob a sua responsabilidade, mesmo aqueles que os criticavam. No arquivo pessoal de D. Avelar existem várias fotos dele com Antônio Carlos sugerindo uma certa admiração pelo político. Na foto abaixo, de recorte de um jornal, preservado no arquivo do arcebispo estão os dois na recepção do governador a D. Avelar em sua chegada a Salvador.



Foto de D. Avelar Brandão Vilela com o governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães – Arquivo Pessoal de D. Avelar Brandão Vilela

D. Avelar tinha semelhanças na forma de governar a arquidiocese com o arcebispo anterior, D. Eugênio Sales, na procura por manter bons contatos com os militares e com os políticos da situação. D. Avelar também achava que a melhor forma de desenvolver seus trabalhos apostólicos era em parceria com o Governo. A grande diferença é que D. Avelar Brandão manteve bons contatos com os opositores da Ditadura e de ACM.

Em uma entrevista ao *Jornal do Brasil*, quando D. Avelar ainda era bispo de Teresina, ele respondeu a uma crítica que afirmava que o episcopado só agia na questão da violação dos direitos humanos quando membros do clero ou leigos católicos eram atingidos pela repressão. Ele tentou defender a Igreja negando “que a alta hierarquia da Igreja só tome posições quando seus membros são atingidos diretamente, comprometendo a sua sobrevivência. Disse que ela aproveita realmente essa oportunidade para agir, mas não somente em proveito de si própria, mas de toda a sociedade”⁴⁸. Essa crítica não era sem fundamento, mas no começo da década de 70 a CNBB e muitos bispos se abriram mais às questões da violência fora da Igreja.

⁴⁸ “Dom Avelar crê no diálogo após o pleito”. *Jornal do Brasil*, p.3. 21-10-1970

Foi a repressão a setores da base católica que fizeram com que muitos bispos se indispussem com os militares, pois ficava claro que nem a Igreja estava imune. Vários padres, irmãs e leigos foram presos, torturados e alguns mortos. Sacerdotes estrangeiros foram expulsos. Contudo, mesmo assim, muitos bispos tergiversaram perante a violência dos militares, achavam que eram fatos isolados ou que poderiam controlar a fúria dos órgãos de Segurança. A própria CNBB mantinha uma posição dúbia em relação a repressão até 1970, silenciando em vários casos de violação dos direitos humanos ou protestando de forma tímida. Entretanto, a repressão só se intensificaria principalmente após a decretação do AI-5. Os bispos também sentiram na pele e muitos foram ameaçados, tiveram suas casas invadidas, alguns foram presos. A repressão a setores da Igreja fez com que muitos bispos se tornassem mais críticos frente ao Governo Militar e assumissem a defesa dos direitos humanos como bandeira dentro da sociedade.

No início da década de 1970, a direção da CNBB passou as mãos de bispos mais sensíveis às violações dos direitos humanos. Dom Aloisio Lorscheider e Ivo Lorscheiter assumiram, em 1971, como presidente e secretário-geral da instituição. Eles ajudaram a conduzir a Conferência dos Bispos a posições mais críticas ao Governo Militar, publicando documentos que denunciavam a violência praticada pelos órgãos de repressão do Governo. Em 1970, D. Paulo Evaristo Arns assumiu a arquidiocese de São Paulo e fez com que a Igreja no Brasil tivesse, a partir daquele momento, um importante líder na defesa dos direitos humanos denunciando publicamente as torturas praticadas pelos militares. Entretanto, isso não impediu que o episcopado deixasse de procurar dialogar com os militares. Muitos bispos preferiam pressionar o Governo de forma privada em espaços como a Bipartite.

Na arquidiocese de Salvador, D. Avelar imediatamente manteve contatos com os prisioneiros políticos e seus familiares servindo como um interlocutor junto ao Governo. D. Avelar não fazia denúncias públicas, mas não se omitia nessa questão. Em vários momentos durante a Ditadura Militar, os presos políticos e familiares procuraram D. Avelar Brandão para denunciarem os maus tratos, as prisões indevidas, as torturas que sofriam e pedindo ao Cardeal para interceder por eles. O prelado de Salvador sempre esteve aberto para tentar intermediar as negociações entre os militares e os prisioneiros políticos. Segundo Emiliano José, D. Avelar era “a seu modo, um aliado dos que lutavam contra a ditadura”, mas “não se esperasse dele qualquer atitude panfletária, nem qualquer manifestação muito explícita contra a ditadura”. (JOSÉ, 2009, p.10)

O Prelado enviava correspondências para os comandantes militares querendo saber sobre o tratamento dado aos prisioneiros políticos. Em um telegrama dele para o comandante da 6ª Região Militar, ele queria saber sobre o tratamento dado aos presos políticos a pedidos de um grupo de esposas e mães. O general Heitor Fontoura de Moraes respondeu ao Cardeal dizendo que o Exército não era o responsável pelos detentos nos presídios, e informou a D. Avelar que não existiam prisioneiros políticos na Bahia e sim “julgados e condenados, regularmente pela Justiça, por assassinio, terrorismo e subversão da ordem legal”. O Cardeal treplicou respondendo que iria procurar o setor responsável pelos presídios para saber mais informações sobre os presos, e ironicamente pediu desculpas por ser “um ignorante” e não saber diferenciar um preso político de um preso com a alcunha dada pelo General.⁴⁹

Nos dias 4 a 11 de julho de 1975, os órgãos de repressão iniciaram uma perseguição a pessoas que estavam sendo acusadas de tentarem reorganizar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Bahia, era a chamada *Operação Radar*. Vários cidadãos foram detidos, dentre outros, Sérgio Santana, vereador do MDB; Marco Antônio Rocha Medeiros, diretor do Clube de Engenharia da Bahia; Ieda Santana, assessora do Derba e Roberto Argolo, professor do Departamento de Física da UFBA. Com a possibilidade da prisão preventiva ser decretada para os acusados, os familiares foram procurar D. Avelar, pedindo para interceder junto à VI Região Militar, e entregaram-no o seguinte documento, transcrito pela imprensa:

Eminentíssimo Dom Avelar Brandão Vilela – D.D. Cardeal
Arcebispo Primaz do Brasil.

O momento que atravessamos é de angústia, apreensão e dor.

Conforta-nos a esperança de saber que o ‘cristianismo é uma mensagem de amor, de justiça, de liberdade, de responsabilidade’ (...)

As famílias dos presos políticos apelam para a Grandeza das suas ações, a fim de intervir junto à Auditoria da VI Região Militar no sentido de evitar que sejam tomadas medidas de prisão preventiva, em virtude das pessoas implicadas serem cidadãos que têm residência fixa, profissão definida, conduta irrepreensível, atestadas inclusive pelas próprias associações profissionais a que estão vinculados (...)

Confiemos no seu amor ao homem!

Estamos certos de que em nome de Cristo, usará do toda sua força interior, a fim de evitar que injustiças maiores sejam consumadas.

⁴⁹ *Telegrama do Eminentíssimo e reverendíssimo Cardeal de São Salvador da Bahia ao Excelentíssimo Sr. Comandante da VI Região Militar (06/09/1973), Telegrama do General de Brigada Heitor Fontoura de Moraes, comandante da VI Região Militar ao Eminentíssimo Sr. Cardeal de Salvador/ Bahia (12/9/73) e Telegrama do Cardeal de São Salvador primaz do Brasil ao Excelentíssimo Sr. General de Brigada Heitor Fontoura de Moraes (12/09/1973).* (Pasta Assuntos referentes a Títulos e Medalhas – 1973. Estante 5 - Caixa 23. Arquivo LEV/ UCSAL)

Que o Deus da Esperança ilumine cada vez mais as suas ações,
abençoe as suas palavras, os seus pensamentos.
Curvamo-nos diante da sua grandeza!
Salvador, 25 de julho de 1975.⁵⁰

O Movimento Estudantil baiano começava a se reorganizar e a pressionar por melhorias no ensino e por maior liberdade. Em 1975, ocorreu uma greve de grande proporção na UFBA que quase parou a universidade por completo. Essa paralisação é considerada como a 1ª grande greve estudantil depois de 1968. Por essa greve, os estudantes foram ameaçados de expulsão baseado no Decreto-Lei 477. Um líder estudantil comentou como foi tratado o caso pelas autoridades: “As unidades da UFBA foram ocupadas por tropas do Exército [...] Muitos líderes tiveram que fugir de Salvador, pois passaram a ser caçados pela repressão”. (Apud BENEVIDES, 1999, p. 91).

Contra as punições que estavam sendo adotadas pela Universidade e pelo Governo, os estudantes procuraram formar uma comissão e foram falar com D. Avelar Brandão, “solicitando sua colaboração nos entendimentos que estão sendo estabelecidos entre alunos e a Universidade”⁵¹. O Cardeal aceitou e afirmava em uma nota à imprensa: “Exigir dos estudantes uma atitude servil de apenas serem copistas, sem que se faça apelo ao poder de sua criatividade, em ordem a sua própria formação dos futuros líderes de nosso País, parece-nos desastroso.”⁵²

D. Avelar estimulou também o contato de sacerdotes da arquidiocese com os prisioneiros políticos. O padre italiano Renzo Rossi chegou a Salvador, em 1965, vindo da cidade de Florença. Ele veio assumir a paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe, no Alto do Cabrito, localizada entre os bairros populares de São Caetano e Fazenda Grande, em Salvador. Por motivações pessoais o padre Renzo começou a visitar os prisioneiros políticos na Penitenciária Lemos de Brito, em Salvador, a partir de 1975. Desse contato inicial, ele estendeu esse seu trabalho para o país todo. O padre Renzo viajava pelos estados da União indo às penitenciárias visitar os prisioneiros políticos servindo de elo entre eles e a sociedade levando notícias e denúncias de dentro dos presídios. O padre Renzo foi uma peça fundamental na organização da Greve de Fome dos presos políticos no final da década de 70 e na fuga de Theodomiro Romeiro da cadeia.⁵³

⁵⁰ *Jornal da Bahia* 26/07/1975. Segundo o jornal este documento foi entregue pelos familiares dos presos políticos ao Cardeal e continha 90 assinaturas.

⁵¹ *Jornal A Tarde*, 04 de outubro de 1975

⁵² *Jornal A Tarde*, 08 de outubro de 1975

⁵³ Sobre a atuação do Padre Renzo Rossi, o trabalho mais completo é o de JOSÉ (2002)

A atitude do padre Renzo não foi iniciada a pedido de D. Avelar, foi uma atitude individual do sacerdote. Entretanto, quando o arcebispo soube da sua iniciativa o apoiou.⁵⁴ Para proteger o padre, ele deu um caráter oficial ao seu trabalho criando a “pastoral do preso político” e colocando-o como responsável por essa pastoral. Ao fazer isso, ele envolvia formalmente a arquidiocese no seu trabalho. Em outras palavras, o padre estava agora trabalhando a serviço do arcebispo. E para ficar claro isso, ele deu uma declaração datilografada ao padre Renzo Rossi com sua assinatura para ser apresentado nas penitenciárias e nas dioceses que ele visitava:

Declaro que o padre Renzo Rossi, italiano, residente em Salvador, trabalha em vários campos da Pastoral Arquidiocese, entre os quais no setor de assistência aos presos políticos, exercendo um verdadeiro apostolado inclusivo junto às famílias.

Merece, por isso mesmo, o nosso aplauso, pela maneira evangélica de realizar a sua missão.

Salvador, 3 de janeiro de 1978.⁵⁵

D. Avelar Brandão também procurou dialogar com os vários setores dentro da Igreja Católica, inclusive com os quais ele não concordava completamente. D. Avelar tinha um estilo moderado de governar e aceitava a diversidade de opiniões e formas de trabalhar em sua arquidiocese.⁵⁶ Ele manteve bons contatos com a Esquerda Católica no estado e, com isso, fez com que estes setores se fortalecessem com a sua chegada.

O Mosteiro de São Bento era um dos principais locais de oposição na Bahia à Ditadura, sendo um importante local de reunião dos opositores ao Regime ou esconderijo de perseguidos naquele momento. Em 8 de agosto de 1968, a polícia militar baiana chegou a invadir o Mosteiro para prender estudantes que o abade D. Timóteo estava

⁵⁴ O padre Renzo Rossi me permitiu fotocopiar parte do seu acervo particular e um dos documentos que ele tinha mais carinho era justamente uma carta de D. Avelar para sua mãe, Ethel Rossi, em que ele a felicita pelo seu aniversário e parabeniza o filho dela, Renzo, pelo seu trabalho apostólico na Bahia. “(...) Di cuore aperto verso Dio e verso l'Italia, specialmente verso Firenze, invio una speciale benedizione, totalmente piena delle più ricche e sante grazie del cielo. Il nostro amato padre Renzo continua il suo efficace e bel lavoro pastorale in Bahia, lavoro di cui lei, signora, partecipa direttamente perché lo ha donato alla luce del mondo. Auguri per il suo anniversario,” Carta do Cardeal D. Avelar a Senhora Ethel Rossi 22/04/1976. (Arquivo Particular do Padre Renzo Rossi)

⁵⁵ http://acervohistorico1.emilianojose.com.br/index.cfm?event=Site.dspGaleriaFotoPlayer&galeria_id=4. Acesso em 20-01-2016

⁵⁶ Evidentemente que D. Avelar permitia uma diversidade de trabalhos em sua arquidiocese, mas existiam limites. Como Bispo, o que ele não aceitava era setores que ameaçassem a unidade da instituição. Como ocorreu em várias dioceses no Brasil, ele proibiu os católicos da sua arquidiocese de integrarem o grupo integrista da Tradição, Família e Propriedade (TFP).

protegendo após uma manifestação estudantil. Essa invasão causou uma indignação muito forte em vários setores da sociedade baiana. Os policiais que invadiram o Mosteiro ficaram conhecidos como os “novos holandeses”, pois, antes desse episódio, o Mosteiro de São Bento só tinha sido invadido pelos holandeses no século XVII. (CARVALHO NETO, 1996 e TAVARES, 1995). No início da década de 70, foi criado o *Grupo Moisés*, logo após a expulsão pela Ditadura do padre belga José Comblin⁵⁷, formado por padres e leigos que se reuniam no Mosteiro para articular uma resistência conjunta aos militares denunciando as suas arbitrariedades (VARÓN e CLÁUDIO, 2001).

Enquanto o Cardeal D. Eugênio era o responsável pela arquidiocese, D. Timóteo Amoroso teve que ter uma ação mais cautelosa para não confrontar o arcebispo: “o abade do Mosteiro beneditino de Salvador esteve envolvido em várias situações tensas com os políticos e militares locais. Na maioria dos casos Dom Eugênio tentou acomodar a situação ou convencer o abade a ceder” (BRUNEAU, 1974, p.311-312). Entretanto, a partir da posse de D. Avelar as coisas seriam diferentes como relatou o próprio Abade:

O Dom Avelar era um temperamento assim mais nordestino, no sentido de que é um homem que sabe fazer jogo de corpo, que considera as coisas, pesa, não quer romper nada, não toma atitudes assim de ruptura. Então eu nunca tive nenhum problema com ele, nenhum mesmo (TAVARES, 1995, p.244)

Como já foi dito, a chegada de D. Avelar fortaleceu os chamados setores progressistas da Igreja e os que faziam oposição ao Regime, pois D. Avelar dialogava com eles e os protegia, mesmo quando não concordava completamente com as suas ações ou com as ideias que defendiam. Para entender melhor a forma de atuação de D. Avelar Brandão é importante vermos a sua relação com os jesuítas do CEAS.⁵⁸

O Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) é uma instituição fundada pelos jesuítas no meado da década de 60, em Salvador, fruto das transformações pelas quais a Companhia de Jesus passou e o seu envolvimento nas questões sociais. Formada por vários padres italianos, a instituição fazia trabalho político com as comunidades populares

⁵⁷ Padre belga que chegou ao Brasil, em 1958, para a diocese de Campinas onde trabalhou como professor no seminário diocesano e assistente da Juventude Operária Católica. A partir de 1969, esteve à frente da criação de seminários Rurais na Paraíba e Pernambuco, desta experiência saíram as bases da Teologia da Enxada. Em 1968, um documento feito por ele a pedido de D. Helder Câmara para ajudá-lo na preparação da IIª CELAM vazou à imprensa e causou grande repercussão pelo teor considerado subversivo do documento. Em 24 de março de 1972, foi detido pelos militares, ao retornar de uma viagem da Europa e deportado no mesmo dia, exilando-se no Chile. Sobre a vida de Comblin, ver (CAPPELLETTI, 2012).

⁵⁸ A história do CEAS e o seu enfrentamento à Ditadura foi meu objeto de estudo no mestrado. Muitos dos pontos que serão discutidos neste capítulo sobre a história do CEAS e a sua relação com D. Avelar estão mais bem detalhados em: (ZACHARIADHES, 2010)

de Salvador, no interior da Bahia e nos estados do Norte e Nordeste brasileiro. O CEAS é o principal representante da Teologia da Libertação na Bahia e esta entidade dos jesuítas influenciou importantes setores católicos de esquerda em todo Brasil, sendo considerada pelos militares como a “principal entidade clerical progressista do Nordeste”⁵⁹

Devido ao seu trabalho com as classes populares e com as esquerdas, o CEAS acabou entrando em choque com o Governo Militar. A partir de 1969, logo após a promulgação do AI-5, começou a publicar uma revista intitulada *Cadernos do CEAS* que tinha um público leitor no Brasil e no exterior. Através dessa revista os integrantes enfrentaram publicamente o Regime Militar denunciando a violação dos direitos humanos e a política econômica excludente do Governo.

Essa instituição fundada pelos jesuítas teve grande importância para as esquerdas baianas e os setores que defendiam a redemocratização do país. Nela ocorriam reuniões do Movimento Estudantil, de políticos de oposição e de Movimentos Sociais. Por causa deste apoio aos setores de oposição à Ditadura, a agência do SNI da Bahia informava: “O Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, órgão pertencente à instituição religiosa Companhia de Jesus, continua sendo o ‘quartel-general’, de todo movimento contestatório na Bahia”.⁶⁰

O CEAS foi uma rica experiência de um “catolicismo progressista”, mais aberto ao diálogo, uma instituição que apesar de ser católica contou com a participação de muitos marxistas na sua composição. Vários integrantes do CEAS eram membros de partidos proscritos como o PCB e o PC do B. Nos cadernos do CEAS, os jesuítas reinterpretaram o marxismo com base na sua tradição católica. Pelo seu contato com os marxistas a instituição sempre foi muito criticada pelos setores mais conservadores da Igreja e da sociedade. O jornal *Tribuna da Bahia* definia o CEAS como: “Um Centro de Estudos e Ação Social ligado organicamente aos jesuítas e doutrinariamente mais ligado a Marx que em Cristo”.⁶¹

O interessante de se notar é que o CEAS se fortaleceu durante o episcopado de D. Avelar, porém o arcebispo discordava da instituição em muitos aspectos. Ele fazia restrições ao contato estreito que a instituição tinha com os marxistas e a reinterpretação que eles fizeram do marxismo. O arcebispo manifestou sua preocupação em relação ao

⁵⁹ “Fichas do pessoal da imprensa alternativa no dossiê do DPF”. Jornal *O Globo* 4/06/1981, p.6.

⁶⁰ *Atividades de grupos religiosos* – 4.6. 30/04/1981. Serviço Nacional de Informações – Agência de Salvador. ASV_ACE_1533_81

⁶¹ “Ah, o CEAS...”. Jornal *Tribuna da Bahia* 28/10/1980, p.2.

diálogo do CEAS com o marxismo em uma carta endereçada aos jesuítas, em 1972: “Percebo que o aproveitamento da análise científica dos fatos caracterizadas por uma ideologia não cristã pode trazer muitos equívocos, sobretudo quando se quer fazer trabalho de base”.⁶² Em uma ocasião, em que o arcebispo esteve no CEAS, ele afirmou que o Centro de Estudos e Ação Social era uma instituição formada por “boves et oves” (expressão, em latim, que significa bois e ovelhas). Para D. Avelar, as “ovelhas” eram os religiosos e os leigos católicos que trabalhavam na instituição, enquanto que os “bois” seriam os marxistas, ou seja, os ateus.⁶³

D. Avelar divergia em muitos outros aspectos do centro dos jesuítas. Em uma carta enviada ao *Centro Social*, D. Avelar afirmou que o CEAS não aceitava “a orientação oficial da Igreja” pelas posições defendidas pela instituição.⁶⁴ Em uma outra missiva, ele criticou a opção radical pelos oprimidos que o CEAS defendia, “segundo a qual a sociedade está dividida em duas partes e quem não estiver com os chamados opressores deve estar com os oprimidos e vice-versa”, ele afirmou que nunca aceitaria essa tese como Pastoral Oficial da sua diocese.⁶⁵

O CEAS legitimava que, em momentos específicos e sobre certas situações, era lícita a violência das classes populares contra as classes dominantes no seu processo de emancipação, já que existia uma violência anterior fruto da sociedade capitalista.⁶⁶ D. Avelar não concordava com esta posição e defendia que a violência não era aceitável em momento algum sob nenhum argumento. Fez publicar um texto escrito por ele nos *cadernos do CEAS* afirmando: “Rejeitemos a violência, qualquer que ela seja, e afirmemos os princípios do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo” (VILELA, 1983, p.77).

O importante de se notar é que apesar de D. Avelar discordar do CEAS em vários aspectos ele nunca procurou ser um obstáculo à instituição, muito pelo contrário. Como

⁶² Carta Ao grupo sacerdotal do CEAS (religiosos) aos cuidados do Pe. Luciano e do Padre Tarcisio. 29-10-1972. (sublinhado no original). (Arquivo do CEAS)

⁶³ Essa expressão foi tão marcante para os marxistas que trabalharam na instituição que foi relatada, ao autor, nas entrevistas por José Crisóstomo, Elsa e Gabriel Kraychete. Em um documento interno da instituição, os membros do CEAS comentavam que existia “um olhar escandalizado a ver a colaboração dos ‘oves’ com os ‘boves’” por parte de setores da Igreja Católica. *Notas para Revisão e Posicionamento, a partir da tensão D. Avelar – CEAS - circulação interna*. (Arquivo do CEAS)

⁶⁴ Carta Ao grupo sacerdotal do CEAS (religiosos) aos cuidados do Pe. Luciano e do Padre Tarcisio.. 29-10-1972 (Arquivo do CEAS)

⁶⁵ Carta ao Padre Cláudio Perani, Diretor do CEAS. 29/08/1980. (Arquivo do CEAS)

⁶⁶ O CEAS defendia a violência das classes populares na defesa de seus interesses contra as classes dominantes, entretanto a instituição nunca defendeu a luta armada durante a ditadura militar, pois ela foi praticada por grupos de esquerda, geralmente de camadas médias, que não tinham (ou tinham pouco) contato com as bases. (ZACHARIADHES, 2010, p.152)

veremos mais tarde todas as vezes que os militares investirem contra um padre da entidade, o Cardeal tomou a frente, defendendo os religiosos. Os próprios integrantes da instituição viam em D. Avelar um aliado contra a Ditadura.⁶⁷ O CEAS, como a Esquerda Católica em geral, sabendo da boa relação que D. Avelar mantinha com os militares, aumentou as denúncias contra a Ditadura utilizando D. Avelar como escudo contra a repressão. Como explicou um integrante do CEAS: “Nós tínhamos a bênção protetora de um Cardeal conservador e íntimo da ditadura”.⁶⁸

Em vários momentos durante a Ditadura, D. Avelar censurou o CEAS por suas ideias e atitudes. Em uma ocasião chegou até a repreender publicamente a entidade dos jesuítas. Contrastando com isso, a memória dos integrantes do arcebispo – tanto dos católicos quanto marxistas - é extremamente positiva, reconhecendo a importância do Cardeal para a história da instituição. Na entrevista que me concedeu, eu perguntei ao padre italiano Claudio Perani, coordenador do CEAS durante a maior parte da Ditadura, se ele não temia que o arcebispo agisse de forma enérgica contra a instituição dos jesuítas devido às divergências chegando a expulsá-los da arquidiocese? Ele respondeu que não, pois sabia que pelo estilo moderado de D. Avelar e por ele querer dialogar com todo mundo dificilmente tomaria uma atitude extrema como essa. E concluiu: “D. Avelar não era D. Eugênio”.⁶⁹

⁶⁷ Entrevista com Ana Cecília Bastos (10-01-07), Joviniano Carvalho Neto (24-10-06), Luis Antonio Amorim de Aguiar (25-11-06), Padre Cláudio Perani (20-01-06) e César Galvan (03-10-06).

⁶⁸ Entrevista com Luis Antonio Amorim de Aguiar (25-11-06).

⁶⁹ Entrevista com Padre Cláudio Perani (20-01-06).

CAPÍTULO V

O CARDEAL NA BAHIA DE TODOS OS CONFLITOS

Neste capítulo procuraremos analisar a relação da Ditadura Militar com a sociedade em uma dimensão estadual e suas relações com o cenário nacional para entendermos os conflitos do Regime Militar por uma ótica regional e assim ficar mais perceptível as suas particularidades e similitudes. Dessa forma poderemos compreender como Dom Avelar Brandão adquiriu uma enorme importância política na Bahia rapidamente. Logo depois da instalação da Ditadura quando ele era ainda arcebispo de Teresina, teve dificuldades em exercer sua atuação política no estado, pois sofria desconfiças das elites locais devido a atuação que teve antes do Golpe Militar. Na Bahia isso não ocorrerá, a sua prática de conciliação se encaixará como uma luva na relação das elites políticas locais e as esquerdas.¹ Favorecendo a sua posição de moderador que marcará sua atuação no estado.

Bahia: modernização, negociação e autoritarismo.

Como já foi observado em outros trabalhos, a Ditadura Militar foi composta de vários grupos políticos heterogêneos que tinham o traço em comum o anticomunismo. Liberais, nacionalistas, conservadores, modernistas e integralistas fizeram parte da base de apoio do Regime. Os militares também se dividiam em grupos internos em disputas entre si. Esta heterogeneidade esteve sempre presente durante toda a Ditadura. O que, em muitos casos, serviu para mitigar a repressão, já que se tentava conciliar demandas opostas, gerando pressões em direções contrárias. (MOTTA, 2014)

A Ditadura Militar foi um momento de perseguição política muito intensa. A tortura se tornou política de Estado e aniquilação de inimigos do Regime prática dos órgãos de repressão. Os Movimentos Sociais, estudantis e sindicais foram severamente reprimidos. Em contrapartida, a Ditadura teve um impulso modernizador muito forte, desenvolveu aceleradamente o país e criou um processo de integração nacional através

¹ Durante a Ditadura, quando era arcebispo de Teresina, D. Avelar sofria a oposição de parte importante das elites locais devido ao seu apoio dado aos Movimentos Sociais e aos sindicatos rurais durante o Governo de Jango. D. Avelar vai então procurar estabelecer contatos com as forças políticas e militares fora do Estado para não ficar isolado e assim angariar apoio para seu trabalho no Piauí. Na Bahia, logo que chegou ele conseguiu acomodar-se com as forças políticas do Estado. Quando no Governo Médici ele teve alguns atritos com o Governo Federal encontrou amparo nas elites do estado.

dos Meios de Comunicação, o que se consagrou na literatura acadêmica com a expressão “modernização autoritária”. A violência e o desenvolvimento foram dois pilares indissociáveis da Ditadura Militar brasileira.

Devido à heterogeneidade dos grupos que davam apoio aos militares, ao mesmo tempo que a Ditadura reprimia a oposição e procurava fechar os canais de participação política, teve de atender aos interesses dos setores mais moderados, o que significava até preservar instituições de Regimes democráticos. O Governo Militar manteve a existência de dois partidos, inclusive um de oposição que conseguiu, em vários momentos, canalizar a resistência legal contra o Regime. O Congresso Nacional funcionou, durante a maior parte da Ditadura, apesar das cassações e expurgos, chegando em algumas ocasiões a constranger o poder Executivo com derrotas. A Justiça continuava atuante, apesar do grande poder transferido ao Presidente, e muitas vezes era utilizada pelos perseguidos contra os excessos do Regime. Era uma Ditadura que nunca se afirmou como tal e que chegava a paradoxos extremos. Os militares mantiveram eleições periódicas ainda que, em parte, indiretas, chegando ao ápice de durante a Ditadura ter se ampliado o número de eleitores no país.²

Se olharmos a repressão política por uma ótica mais regional, dependendo do estado ou da cidade, a repressão foi mais ou menos intensa. Isto dependia de muitas variáveis, desde a força dos Movimentos Sociais, dos sindicatos e das esquerdas que acarretavam uma maior repressão do Governo para desarticulá-los; da importância estratégica da região para o projeto militar, da presença da esquerda armada, além da habilidade das forças regionais locais em estabelecer alianças e conciliar com as forças políticas de oposição.

O Golpe de 1964 ocorreu na Bahia de forma intensa para os setores mais à esquerda ou vistos como tais pelos militares. O movimento sindical - em especial o petroleiro -, os políticos e intelectuais identificados ao Governo de Jango e as Reformas de Base foram perseguidos, as universidades sofreram repressão intensa. Já nesse momento existem relatos de casos de tortura contra presos.³ Ocorreram intervenções em

² O crescimento do eleitorado é muito em consequência do aumento de número de adultos alfabetizados no País, como a Ditadura Militar não mudou o processo de alistamento eleitoral de 1946, isso implicava que os cidadãos alfabetizados que completassem 18 anos eram obrigados a se alistar. Para a relação da Ditadura com as eleições ver: NICOLAU (2012).

³ Na entrevista que me concedeu, Cândido da Costa e Silva me informou que a sua família ficou sabendo, logo após o Golpe, que seu irmão que era do movimento sindical petroleiro estava sendo procurado pelos militares. Cândido, na época ainda padre, foi à 6ª Região Militar com o irmão para que ele se entregasse

vários municípios com os afastamentos de vereadores e prefeitos. Logo depois do Golpe militar, os prefeitos das principais cidades baianas como Feira de Santana, Vitória da Conquista e da capital Salvador foram depostos.⁴ Mas, mesmo nesse momento inicial de grande repressão, as forças políticas e econômicas estaduais conseguiram produzir atenuantes na política. O Governador Lomanto Júnior (1963-1967) permaneceu no poder apesar da oposição dos militares no estado e para desespero dos órgãos de informação.

Lomanto Júnior foi um político oriundo da cidade de Jequié, no interior da Bahia, eleito primeiro vereador (1946-1950) e, depois, prefeito (1950-1955). Tornou-se uma liderança do interior e alçou ao Governo do estado, em 1963, com uma coligação formada por partidos rivais como a UDN e o PTB derrotando o candidato Waldir Pires do PSD que tinha se coligado com partidos menores. Apesar de ser eleito por uma chapa com forças políticas conservadoras, apoiou o governo Jango e o programa das Reformas de Base. Quando ocorreu o Golpe, primeiramente ele esboçou apoio ao presidente João Goulart⁵, mas depois recuou e convencido da derrota do presidente, declarou apoio ao Movimento Militar. Dias depois, compareceu com a primeira-dama do Estado, dona Hildete Lomanto, à Marcha da Família com Deus pela Liberdade em “apoio à Revolução”. (DANTAS NETO, 2006, p. 240-242 e TAVARES, 2008, p.476-477)

Lomanto Júnior era um político repudiado pela nova ordem militar desde o começo. A permanência dele no poder deveu-se ao apoio das forças políticas regionais inclusive com a atuação importante do Cardeal da Silva. Mas, a oposição das forças militares e dos órgãos de repressão da Ditadura foi constante ao seu Governo. Os militares culpavam o Governador por permitir, quando não patrocinar, a rearticulação das esquerdas e dos comunistas no estado, além de convidar inimigos do novo *status quo* para o seu Governo. Entretanto, apesar disso o Governador permaneceria até o final do seu mandato.⁶

imaginando que logo ele seria solto. Quando algumas semanas ele conseguiu rever o irmão encontrou-o destruído com marcas da tortura. Entrevista com Cândido da Costa e Silva (27-07-09). Para outros relatos de tortura no estado ver o Relatório da Comissão Estadual da Verdade (2016).

⁴ Segundo o documento da VI Região Militar intitulado *Renúncias e impedimentos de prefeitos de municípios do Estado da Bahia*, 11 prefeitos do estado “renunciaram ou sofreram impedimentos” logo após a intervenção militar. BR_DFANBSB_N8_0_PSN_AAI_0002_d50001de0001 (Arquivo Nacional)

⁵ Segundo um documento dos órgãos de repressão, o Governador da Bahia teria mandado um recado para Jango logo que soube do começo da movimentação das tropas de Mourão: “Presidente, esmague a reação, dê as ordens que bem entender, que a Bahia lhe responderá:- Presente”. Essa afirmação consta na revista *Boletim Cambial* n 2313, de 8 Abr 68. BR DF NA, BSB. N8. PRO. RSS.36.6 (Arquivo Nacional)

⁶Muitas das informações deste parágrafo constam no processo de Cassação dos direitos políticos contra Lomanto Júnior aberto pelo Conselho de Segurança Nacional após o Ato Institucional número 5. Como

Neste caso fica claro como as forças políticas estaduais tinham margem de manobra para interceder no processo político no estado ou pelo menos acomodar os interesses. Entretanto, isso não quer dizer que as forças políticas regionais baianas fossem mais “democráticas” do que a esfera federal, muito pelo contrário, mas sim que a política estadual tinha uma dinâmica própria que poderia, em certos momentos e por interesses próprios, amenizar a repressão militar contra certos personagens principalmente quando os envolvidos tinham prestígio ou era da esfera elevada da sociedade. Mas, também poderia ocorrer o inverso em outras situações. A relação era muito conflitante e dinâmica.⁷ O mesmo Lomanto Júnior que quase foi deposto pelos militares, dois meses após o Golpe, em 1 de junho de 1964, escreveria para o presidente Castelo Branco uma lista de políticos baianos que tinham de ter cassados os seus direitos políticos, incluindo nesta lista o político emergente Antônio Carlos Magalhães.⁸

Do ponto de vista da política estadual, o projeto desenvolvimentista e industrializante que tinha sido gestado na década de 50 continuou encontrando apoio nas principais forças políticas e econômicas do Estado, inclusive com o apoio expressivo das esquerdas baianas. O golpe militar de 1964, apesar das perseguições iniciais, não desfez esse pacto regional hegemônico, mesmo afastando de centro de decisões os intelectuais e políticos mais identificados com a esquerda. O Governo estadual procurava amenizar a violência contra os movimentos de oposição, que no essencial continuavam a apoiar a política desenvolvimentista do estado. Para Ubiratan Castro de Araújo (2012, p.87-88):

Essa peculiaridade da política regional fez com que o movimento estudantil e a esquerda politicamente organizada experimentassem um grau bem mais aliviado de repressão na Bahia, comparada à violência que se desencadeava em outros estados brasileiros, notadamente Minas, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. A bem da verdade, durante o biênio 67/68, mantiveram-se abertos os canais de negociação entre o movimento estudantil e o governo do Estado. Era o lado mais “light” da ditadura militar no Brasil! Para contrabalançar esta flexibilidade, a Sexta Região Militar de Salvador, fazia a pressão pela política do ‘pau puro’.

ocorreu com muitos cidadãos brasileiros suspeitos e que tiveram processos abertos contra si, mas que nunca souberam disso, o político baiano nunca teve conhecimento desta abertura de processo de cassação de direitos políticos contra ele já que no final ele foi rejeitado. O dossiê nunca tinha vindo a público permanecendo sigiloso. BR DF NA, BSB. N8. PRO. RSS.36.6 (Arquivo Nacional)

⁷ Muitas vezes adversários políticos regionais entravam em disputas e tentavam utilizar a repressão do Governo Federal contra seus adversários acusando-os de supostos crimes ou de agir contra a “Revolução” apoiando os esquerdistas ou comunistas.

⁸ BR_DFANBSB_N8_0_PSN_AAI_0002_d50001de0001 (Arquivo Nacional)

Para procurar compreender a complexidade do convívio das pessoas com a Ditadura para além de uma visão dicotômica de apoio e resistência, é interessante analisarmos a relação complexa empreendida por alguns protestantes ecumênicos críticos da Ditadura e que sofreram perseguições devido a sua militância política e inovações teológicas. Esses religiosos, além da perseguição do Governo militar sofreram perseguições em suas próprias Congregações religiosas, alguns foram expulsos das Igrejas as quais pertenciam, delatados por pastores da própria confissão de fé aos Órgãos de repressão.⁹ Só que para continuarem atuando politicamente no estado, esses setores críticos da Ditadura Militar a nível nacional mantiveram uma relação muito próxima de governantes que eram apoiados pelos militares.

A historiadora Charlene José de Brito trabalha com esta ambivalência de presbiterianos que atuaram na cidade de Feira de Santana e que fundaram importantes instituições para trabalhar com a mendicância e os migrantes na cidade. Esses protestantes para realizarem suas atividades sociais na urbe se aproximaram de políticos e de um prefeito apoiado pelos militares, João Durval Carneiro (1967-1971). A relação entre esses protestantes com o governo municipal conservador se deu para a autora por uma questão de pragmatismo. Esses “presbiterianos progressistas” precisavam apoiar estes políticos locais para que pudessem “ter algum seguro desse tipo, que pudesse dar, digamos assim, um certo apoio político, senão a ditadura fechava”. (Apud BRITO, 2016, p.65) Ou como justificou o Reverendo Josué de Mello que buscou a parceria do governo municipal, mesmo sendo representantes da ditadura militar: “Trabalhava nas brechas como era possível no contexto da ditadura” (SILVA, 2010 p.172).

Para Charlene Brito:

Após essas perseguições, expulsões, exílios e extermínios, consideramos, se não estranhas, ao menos divergentes as atitudes de alguns jovens ecumênicos, protestantes ou não, que para realizarem atividades sociais em Feira de Santana se aproximaram de um governo apoiado pelos militares. Esses laços firmados no final dos anos de 1960 revelam que, não obstante as opções políticas e religiosas desse grupo, em determinados momentos tiveram que aderir ao programa de um governo tido como de direita. Se, por um lado, tais relações permitiu a viabilização de projetos, por outro, estabeleceu, desde

⁹ Existe uma ampla literatura que aborda a relação dos protestantes durante a Ditadura Militar. O trabalho de Zózimo Trabuco (2016) analisa a relação dos protestantes progressistas com as esquerdas na América Latina, focando principalmente no Brasil. Já Elizete Silva (2009 e 2010) estuda os conflitos internos dentro da Igrejas protestantes e a relação com o Regime Militar na Bahia. Charlene Brito (2016) estuda os presbiterianos ecumênicos na cidade de Feira de Santana Já Luciane Silva de Almeida (2010) e Diogo Seixas Petersen (2016) estudam segmentos diferentes dos Batistas na Bahia. O livro *Inquisição sem Fogueiras* do Reverendo João Dias de Araújo (2010) é um relato das perseguições que o próprio autor sofreu dentro da Igreja presbiteriana.

o início, certos limites na atuação política contrária ao governo de exceção, limites de posturas pragmáticas. (...)

A máxima de que *os fins justificam os meios*, embora incompreensível quando analisada à guisa dos ideais presentes no movimento ecumênico, vista de outro ângulo, por alguns líderes, protestantes ou não, era entendida como necessária para que pudessem levar adiante os projetos sociais. (BRITO, 2016, p.64-65, grifo da autora)

Mas essa relação era uma estrada de mão-dupla. Se esses presbiterianos precisavam aliar-se a aliados de um Governo que criticavam de maneira veemente e acabava tendo que se calar ante o autoritarismo imposto pelo Regime Militar, em contrapartida, o poder público local e os grupos dominantes feirenses apoiavam os projetos sociais de um grupo que estava sob suspeita pela própria Ditadura. Para Ildes Ferreira de Oliveira: “João Durval e outros aí entenderam que havia uma proposta social que se sobrepôs aos interesses ideológicos” (Apud BRITO, 2016, p.65). O projeto modernizador da Ditadura, em Feira de Santana, ampliou problemas como a mendicância e a migração. Ao mesmo tempo que incentivavam uma política industrial, os problemas sociais cada vez mais se acirravam, pois, a população aumentava em ritmo acelerado e a cidade não estava preparada para o fluxo de pessoas que chegavam de todo o estado. O Governo municipal via que os projetos sociais desses presbiterianos ecumênicos poderiam contribuir para amenizar as mazelas e por isso os apoiaram.

É preciso também vermos que a relação dos indivíduos com a Ditadura não era apenas por puro pragmatismo. Sentimentos mais contraditórios podiam estar envolvidos. O desenvolvimento que o Regime Militar criou, de fato, angariou apoio de vários setores apesar da repressão e poderia gerar emoções conflitantes pelas próprias pessoas que viviam o período como podemos perceber na relação controversa entre a Ditadura e a ciência. O processo de desenvolvimento econômico do Regime necessitava do progresso da ciência e tecnologia, e para esse fim, o fortalecimento dos programas de pós-graduação foram imprescindíveis. A Ditadura foi vitoriosa no processo de consolidação dos programas de pós-graduação no Brasil. Na Bahia transformou alguns programas da Universidade Federal da Bahia em referências internacionais como o de Geofísica (PPG/UFBA). (CLEMENTE, 2014, p.183-199)

Ao estudar a relação dos físicos com a Ditadura, o professor Olival Freire Júnior (2007, p.2) constata “uma dupla e conflitante memória” desses cientistas ao lembrar do período militar. Se são destacados os vários casos de autoritarismo do Regime contra cientistas como a aposentadoria compulsória dos físicos Mário Schenberg, José Leite

Lopes e Jayme Tiomno que marcaram o imaginário deles; os próprios depoentes reconhecem com certa nostalgia o legado para a ciência brasileira com o sistema nacional de pós-graduação criado pela Ditadura, “quando então a ciência e a tecnologia receberiam recursos jamais vistos na história do Brasil” (CLEMENTE, 2014, p. 184).

O desenvolvimento econômico provocado pela Ditadura angariou apoio em muitos setores da sociedade apesar do clima de terror que alguns segmentos passavam. A negociação e o diálogo foram muito presentes nas relações entre as forças políticas na Bahia. Mesmo contra os setores derrotados com a ascensão de um novo Governo era possível utilizar subterfúgios, principalmente, quando as relações eram entre grupos políticos de camadas médias ou das elites, que tinham certo prestígio social. É preciso destacar que as camadas populares – operários e trabalhadores rurais - tinham menos possibilidade de utilizar esses recursos e sofriam uma repressão muito mais intensa e menos propensa ao diálogo.

Igreja Católica e luta armada na Bahia

Já foi destacado por vários autores que a Ditadura no Brasil foi menos repressiva do que as congêneres sul americana pelo menos se observarmos os números oficiais. A Comissão Nacional da Verdade (2014), que investigou as graves violações de direitos humanos cometidas entre 1946 a 1988, atualizou no seu relatório o número de mortos e desaparecidos políticos durante a Ditadura Militar para 434 pessoas. Um número consideravelmente menor que países como o Chile e a Argentina que têm estimativas entre 40 e 50 mil mortos e desaparecidos respectivamente mesmo possuindo uma população bem menor que a brasileira.¹⁰

Existe uma discussão acadêmica e política que tenta explicar o porquê da nossa Ditadura ter sido menos violenta do que os outros Regimes autoritários da América do Sul. Sem querer me aprofundar no tema, é importante destacar que diferentemente de nossos vizinhos que tinham uma esquerda organizada mais expressiva, além de movimentos guerrilheiros fortes e estruturados, no Brasil isso não ocorreu, o que possivelmente demandou uma menor atuação dos setores repressivos. Entretanto, isso não quer dizer que nossa Ditadura tenha sido uma *Ditabranda*.

¹⁰ Uma comparação do número de desaparecidos em todas as Ditaduras da América do Sul pode ser encontrada em D'ARAÚJO e CASTRO (2000, p.314-315). Para um número atualizado dos mortos e desaparecidos no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai: <http://memoriasdaditadura.org.br/sequencias-didaticas/ditaduras-militares-na-america-sul/index.html>. Acesso em 19/11/17

As pesquisas mais recentes confirmam como a nossa Ditadura foi extremamente violenta. A tortura e prisões chegaram a dezenas de milhares de pessoas. Ocorreram cassações dos direitos políticos e exílios de inúmeros brasileiros. Sem contar as demissões de trabalhadores ou expulsões de estudantes de universidades públicas por motivações ideológicas. O número oficial de mortos e desaparecidos políticos acaba por esconder as mortes de grupos marginalizados que precisam serem mais bem estudados. Personagens esquecidos antes pelos pesquisadores começam hoje ter suas dores contadas pelas novas pesquisas como o caso dos indígenas. (VALENTE, 2017)

Entretanto, poderíamos dizer que a repressão na Ditadura foi mais camuflada e seletiva, sendo mais atuante contra grupos sociais politizados das camadas médias e populares. Sindicatos, Movimentos Sociais, estudantes, artistas, religiosos e políticos de oposição eram alvos prioritários. Em contrapartida grande parte da população percebeu pouco dessa violência, principalmente nos locais mais distantes dos grandes centros devido à censura aos Meios-de-Comunicação ou por estarem longe dos locais de maior repressão.¹¹

A repressão brutal foi mais intensa onde as esquerdas armadas foram mais atuantes. Onde a presença da esquerda revolucionária que pretendia derrubar o Regime pelas armas era mais forte, ela era acompanhada de uma repressão do Estado mais acentuada e menos propensa aos diálogos e contemporizações.¹² Como na Bahia, em comparação a estados como São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro a presença da esquerda armada foi menor, os acordos entre grupos políticos e militares para amenizar a repressão foi mais possível.¹³ A presença da luta armada na Bahia é lembrada em duas ocasiões em especial.

¹¹ Ainda precisamos de mais trabalhos para compreendermos como as pequenas e médias cidades conviveram com a Ditadura. Para as cidades de Santo Antônio de Jesus e Alagoinhas, ver: (MOTA, 2017, p. 33-54; SOARES e MORAIS, 2017, p.55-78)

¹² Com isso não quero afirmar que a repressão dos militares foram uma consequência da luta armada, já que ela foi presente desde o início do Golpe de 31 de março de 1964. O que quero defender era que onde ela foi menos intensa, as forças militares aceitavam um maior diálogo e era possível realizar arranjos de negociação com mais chances de sucesso. Sobre a relação da luta armada e repressão militar ver: FICO (2001, p.62-63 e 2008, p. 199)

¹³ Segundo a Comissão Estadual da Verdade da Bahia (2016, p. 238): “Todos os baianos ‘desaparecidos’ foram vitimados pela repressão fora da Bahia. Dos que morreram em solo baiano, a maioria foi vítima de uma operação desencadeada nacionalmente — a da caça a Carlos Lamarca e seus companheiros.”

A Bahia era vista pelos grupos da esquerda armada como uma “área de recuo”, um local onde os militantes “queimados” em outros estados vinham se esconder.¹⁴ Devido às organizações de esquerda armada no estado serem fracas, vieram militantes de outros estados para tentar reestruturar as organizações (SOUZA, 2009, p.141). A única expropriação feita pela luta armada na capital baiana, durante a Ditadura, foi um assalto ao banco do estado da Bahia, em 25 de maio de 1970, pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A repercussão à ação do PCBR foi extremamente negativa. Além da condenação da população baiana ao assalto, as outras organizações da esquerda armada fizeram coro às críticas. Como informou o próprio militante do PCBR, Theodomiro Romeiro, as críticas eram feitas porque com essa atitude poderia deixar a Bahia mais vigiada pela repressão militar.¹⁵

Outro acontecimento - este de repercussão nacional - foi a ida do ex-capitão Carlos Lamarca para a Bahia a fim de se esconder no estado e preparar um foco guerrilheiro no interior. Quando a repressão soube da estadia dele na Bahia enviou um grupo especial para encontrar Lamarca. Até o temido delegado Sérgio Paranhos Fleury, notório torturador e comandante de esquadrão da morte, foi pessoalmente a Salvador. No final Lamarca foi morto na região de Brotas de Macaúbas, no sertão da Bahia. Ubiratan Castro de Araújo afirmou que justamente no período da procura de Lamarca foi o instante mais duro de repressão no estado, foi um período de “tortura braba”, de “repressão intensa”, no momento em que “não havia diálogo, era pau puro”.¹⁶

A Igreja Católica brasileira não apoiou a luta armada como saída para a Ditadura e buscou enquadrar os setores católicos que defendiam essa proposta ou apoiavam as esquerdas clandestinas. Os principais hierarcas repudiavam a oposição armada contra o Regime. Esse sentimento era compartilhado, em níveis diferentes, até por bispos adversários do regime. Os prelados também sabiam que apoio de membros da Igreja à luta armada poderia impedir diálogos com os militares e atrair a repressão ainda mais forte contra as fileiras da Igreja Católica. Por isso, quando foi descoberto o respaldo dos

¹⁴ A historiadora Sandra Regina Barbosa Silva Souza (2003) é crítica da versão dos que veem a Bahia apenas como uma “área de recuo” presente nos depoimentos de vários dos seus entrevistados. Ela sustenta que alguns militantes baianos que estavam queimados na Bahia também se escondiam em outros estados, até onde a esquerda armada era mais atuante como São Paulo ou Rio de Janeiro, sendo assim “áreas de recuos” também. Ou seja, haveria uma troca entre estados de militantes perseguidos quando necessário.

¹⁵ Entrevista com Theodomiro Romeiro dos Santos (25-08-15).

¹⁶ Entrevista com Ubiratan Castro de Araújo (27-01-10).

dominicanos a Ação Libertadora Nacional - ALN e a Carlos Marighela, muitos bispos não apoiaram os religiosos ou se mostraram reticentes a eles.¹⁷

D. Avelar Brandão Vilela sempre criticou a opção da luta armada. Como era um tema candente em todo o continente, ele como presidente do CELAM escreveu um texto intitulado *Violencia y guerrillas em America latina* que é representativo da sua opinião:

Em certos meios na América Latina e fora do continente, fala-se de violência como antes se falava de caridade. A chamada teologia do desenvolvimento, para muitos, em termos de evolução, está se transformando em teologia da revolução, sendo como é uma expressão equívoca cede o lugar em certos grupos à teologia da violência, à teologia das guerrilhas. (...) não devem ser tomadas posições de violência, seja de natureza romântica seja muito menos de Inspiração marxista.¹⁸

Esta crítica a luta armada era compartilhada pelas principais organizações de oposição à Ditadura da Igreja Católica baiana. Elas não apoiavam o confronto armado e evitaram contatos mais estreitos com as organizações clandestinas. Em alguns momentos poderiam ter escondido um ou outro militante procurado, mas evitaram que isso fosse algo recorrente.¹⁹ Até o CEAS que era a organização da Igreja Católica mais próxima das esquerdas marxistas tendo inclusive integrantes do PC do B, PCB e PCBR entre os seus quadros evitou contatos estreitos com a esquerda clandestina e sempre criticaram publicamente a luta armada.

Ao comentar a morte do capitão Carlos Lamarca, em sua revista, os membros do CEAS consideravam “a sua estratégia – nas condições atuais do Brasil – toda ela um erro, a sua decisão foi um erro fatal”. (CEAS, 1973, p. 1). O jesuíta Domingos Cúnico, em 1973, comentava: “Não acredito na eficiência de uma luta armada. (...) acredito na

¹⁷ Um grupo de dominicanos vai apoiar a ALN – Ação Libertadora Nacional comandada por Carlos Marighella. Os dominicanos davam apoio logístico e ajudavam a esconder militantes da organização. Para maiores informações ver (BETTO, 2001 ; FREIRE e SYDOW, 2017, p. 75-108)

¹⁸ “En ciertos medios de America Latina y de fuera del continente, se habla de la violencia como antes se hablava de la caridade. La llamada teología del desarrollo, para muchos, em términos de evolución se está transformando en teología de la revolución, siendo como es una expresión equívoca cede el paso en ciertos grupos a la teología de la violencia, a la teología de las guerrillas. (...) no se deben tomar posiciones de violencia, ya sea de índole romántica, ya sea, mucho menos, de inspiración marxista” (VILELA, 1968, p.50-51).

¹⁹ Nas várias entrevistas que fiz com os membros da Igreja na Bahia nenhum confirmou ter escondido fugitivos da luta armada nas organizações católicas, mas todos tinham certeza que isso deveria ter ocorrido sem citar nomes. O único que confirmou ter em algum momento escondido procurados pelo Regime Militar foi o professor István Jancsó que se escondeu e escondeu procurados no Mosteiro de São Bento. Entrevista com o professor István Jancsó (27-07-06). Os Setores de Informação desconfiavam que no Mosteiro poderia esconder pessoas adversárias ao Regime: "O Mosteiro mantém uma hospedaria, onde recebe pessoas de várias procedências, sem qualquer controle da polícia local". Serviço Nacional de Informações - Agência de Salvador. ASV_ACE_4980_82 (Arquivo Nacional)

paciência da fermentação evangélica. Por outro lado, a experiência atual da A.L. [América Latina] não deixa esperar uma revolução a breve prazo”.²⁰

Na entrevista que me concedeu o professor István Jancsó ²¹ me confidenciou que ele pretendeu fazer do CEAS um local para esconder perseguidos pelo Regime que estavam sendo procurados em outros estados. Algo parecido com o que os dominicanos fizeram com a ALN. Entretanto o diretor do CEAS, o padre Claudio Perani, não aceitou.²² O padre Perani confirmou o convite feito pelo professor Istvan e explicou a recusa: “nós não queríamos trabalhar na clandestinidade, o CEAS não queria ser um espaço clandestino”²³.

Entretanto, apesar da Igreja Católica baiana quase como um todo evitar um contato mais estreito com a esquerda armada houve um pequeno setor que apoiou a esquerda revolucionária. Só que esse apoio nunca veio a público e a Igreja Católica na Bahia tratou de esconder. Foi o apoio oferecido pelos padres franceses da Igreja do Pilar que escondiam membros da luta armada na igreja, usavam os veículos da instituição para transportarem armas das organizações.²⁴ Porém, esse acontecimento na época não veio à tona e os militares nunca souberam do caso. Estes fatos ocorreram ainda na época de D. Eugênio e D. Avelar quando soube fez de tudo para que continuasse em segredo.²⁵

Na Bahia, a esquerda legal se tornou a grande porta-voz da oposição aos militares. E a Igreja Católica terá um papel de destaque. Mesmo durante os Anos de Chumbo (1969-1974), a Igreja continuará criticando a violação dos direitos humanos praticado pelo Regime e seu desenvolvimento econômico excludente. As instituições católicas também se tornaram locais de aglutinação dos setores de oposição por serem locais mais protegidos. Após o endurecimento da repressão com o AI-5, a atuação dos setores da Igreja Católica tonou-se ainda mais importante.

²⁰Resposta de Pe. Domingos ao convite da última reunião do CEAS. 1973. Arquivo do CEAS

²¹ Nascido na Hungria veio ao Brasil ainda criança em 1948. Formado em História pela USP em 1963, leciona na Universidade Federal da Bahia entre 1966 a 1971, onde milita clandestinamente também contra a Ditadura. Com problemas com a repressão, sai do Brasil com a ajuda do CEAS que compra sua biblioteca. Na entrevista que me concedeu brincou dizendo que ele comeu seus livros, pois foi com este dinheiro da venda de sua biblioteca que ele pode se manter no exterior por um período. Volta ao Brasil onde será preso no Rio grande do Sul no começo da década de 1970.

²² Entrevista com o professor István Jancsó (27-07-06)

²³ Entrevista com o Padre Cláudio Perani (20-01-06)

²⁴ As informações deste parágrafo vêm das entrevistas que fiz com alguns militantes da luta armada e com dois dos quatro padres franceses que se reuniam na igreja do Pilar: Pierre Demolière e Jean Iacrevauz. Todos os quatro padres saíram da Igreja Católica.

²⁵ Entrevista com Padre André Seutin (21-10-08)

O diálogo sob suspeita

Durante a Ditadura Militar dois períodos foram os mais críticos para D. Avelar Brandão com relação à nova ordem. Logo após o Golpe de 31 de março, quando as forças políticas, econômicas e militares do Piauí o viam como adversário e atacavam os membros da Igreja Católica no estado e o próprio arcebispo. E o outro momento foi no começo da década de 70, só que desta feita o conflito ocorrerá diretamente com setores do Governo Federal.

A relação de Dom Avelar com o Regime Militar nem sempre foi fácil, ainda que ele buscasse o diálogo com os militares. É importante vermos que mesmo uma figura moderada como D. Avelar poderia ter conflitos com o Regime, apesar da literatura acadêmica geralmente se voltar para os embates com os chamados Bispos progressistas, que fizeram uma posição mais pública.

Os conflitos dos militares com D. Avelar ficaram mais evidentes durante o Governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Este momento foi o mais duro do Regime Militar ao mesmo tempo o de período de crescimento sem igual fruto do chamado Milagre Econômico. A Ditadura vivia o seu auge. O maior problema era que apesar da boa relação que ele procurava manter com o Regime, isso não o impedia de manter contatos com os seus adversários e procurasse interceder em favor deles. Os setores mais radicais do Governo não viam isso com bons olhos e procuravam minar suas tentativas de diálogo. E começaram a difamar e atacar o arcebispo.

Como consequência disso, neste período, é mais comum encontrar acusações sem muito amparo na realidade nos documentos de alguns órgãos de Informação. Existia uma tentativa de colar a imagem de “subversivo” a D. Avelar²⁶. Por exemplo, em um informe do Ministério da Justiça, D. Avelar é listado como um “socialista” junto com D. Helder Câmara, D. Fernando Gomes e inclusive D. Lucas Moreira Neves.²⁷ Essa acusação era justamente feita porque ele tinha apoiado o bispo de Volta Redonda, D. Waldyr Calheiros, que estava sendo ameaçado pelo Governo e era um adversário público do Regime. Estas acusações têm de ser entendidas dentro daquele momento em que se procurava atacar o arcebispo por suas atitudes.

²⁶ Essa afirmação não se aplica à agência do SNI da Bahia que continuou fazendo uma análise mais objetiva possível do arcebispo.

²⁷ Presidência da República. Informação nº 179. BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_0184 (Arquivo Nacional)

A conferência de D. Avelar na ESG

Em 1971, D. Avelar Brandão foi convidado para ministrar uma conferência na Escola Superior de Guerra (ESG) no Rio de Janeiro. A Escola do Exército, naquela conjuntura, tinha um programa que previa anualmente o convite de alguma autoridade da Igreja Católica para falar sobre o tema “A Igreja e o Estado no Brasil”. Figuras de proa como D. Eugênio Sales já tinha se apresentado na Escola Superior de Guerra. Naquele ano, o escolhido foi D. Avelar Brandão Vilela, arcebispo primaz do Brasil e vice-presidente da CNBB, que tinha sido convidado pessoalmente pelo comandante da ESG, o General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, que tinha assumido o cargo havia alguns meses.

No dia 23 de setembro de 1971, D. Avelar ministrou a sua Conferência intitulada justamente *A Igreja e o Estado no Brasil*. Nela, o arcebispo começava afirmando que entrava naquele recinto com “uma mensagem de paz”. Ele disse que para a Igreja: “O homem é a meta”. E para se alcançar essa meta só através do diálogo. Por isso, “nada é mais contrário ao diálogo do que o fanatismo” afirmou. Então, perguntava aos militares: “Por que temer o diálogo? Não seria esta a hora indicada para que se abrisse amplo e criterioso diálogo de âmbito nacional”. Reconhecia que o Governo atual estava desenvolvendo o país, mas pedia que observassem de perto “a situação e o modo de ser e viver das massas suburbanas e rurais de nosso Brasil”. D. Avelar tocou em pontos mais críticos ao Regime:

A necessidade de Segurança Nacional pode; em face de tantas manifestações maiores ou menores contestação, criar um clima de medo, perigoso, no qual a consciência do povo não consiga dizer o necessário na defesa de seus legítimos direitos.

A imprensa pode perder praticamente o seu direito de criticar honestamente pelo fato de ter abusado da liberdade.

A juventude pode explodir em acessos de violência ou então acomodar-se excessivamente, com grave prejuízo para o desenvolvimento de sua capacidade crítica de índole construtiva.

As virtudes naturais de liderança justa e necessária poderão desaparecer ou sofrer grave detrimento, se todas as soluções vierem de cima, se não se admitir o exercício da livre expressão do pensamento em clima de responsabilidade.

Se não se faz uma nítida distinção entre a justa reivindicação e a subversão; se os agentes da informação não estão intelectual e moralmente preparados para a difícil tarefa de julgar os inconformados, muita injustiça poderá ocorrer.

Se faltar critérios no exame dos prisioneiros, as áreas de sofrimento e descontentamento se ampliarão vertiginosamente.

Deve-se registrar que tanto na parte ligada aos poderes de repressão, como nos setores inconformados com o regime brasileiro, há comportamentos que excedem a própria orientação das instituições.²⁸

O General Rodrigo Octávio enviou uma carta reservada ao prelado queixando-se. Nesse documento, assinalava que, apesar dos militares presentes não terem concordado com as posições defendidas pelo arcebispo, eles entendiam que ele tinha apresentado com “honestidade e patriotismo” o seu ponto de vista. Porém, como o tema era “sujeito a interpretações emocionais” era para ter sido tratado em “caráter reservado”. O autor da carta se disse surpreso ao ter lido nos jornais trechos da conferência que tinha sido distribuído pelo próprio arcebispo aos jornalistas, e afirmava que D. Avelar deixou o comando da ESG “em situação bastante embaraçosa” pela repercussão que teve nos jornais e que foi tratado com “evidente sobrecarga da emocionalidade (sic)”. Nessa carta, o autor lembrava ao arcebispo que o “livre debate” era para ter ficado “restrito à Escola [Superior de Guerra]”.²⁹

O Governo Militar em Brasília se incomodou com a repercussão na imprensa da fala do prelado. A conferência do arcebispo foi reproduzida pelos jornais em várias partes do Brasil. Os primeiros periódicos a abordarem a conferência foi o *Jornal do Brasil* e *O jornal*, ambos do Rio de Janeiro, ainda no seu matutino. O *Jornal do Brasil* deu como manchete: “Dom Avelar afirma na ESG que situação da Igreja é difícil no mundo de hoje”.³⁰ Tinha o agravante da conferência ter sido entregue aos jornalistas pelo próprio arcebispo, apesar de ele ter sido alertado a não proceder desta forma. Entretanto, para além do fato da divulgação da Conferência pelo arcebispo, o maior problema era outro: D. Avelar não deveria ter discursado na ESG já que ele tinha sido vetado pela alta cúpula militar.

O Almirante Murilo Vasco do Valle Silva, em carta para o presidente Médici, confirmou que o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) informou ao General Rodrigo Octávio para que “não realizasse a conferência programada para a quinta-feira” já que era considerado “ser altamente inconveniente para o Governo que se

²⁸ Texto *A Igreja e o Estado no Brasil*. Trechos desta conferência foram transcritos em vários jornais do país. Ela consta completa no livro (ARQUIDIOCESE, 1985) e (Pasta *P-Romano OSB – L. F. Sécris de Teilhard*. Estante 5 – caixa 23. Arquivo LEV/ UCSAL)

²⁹ *Carta Reservada da ESG a D. Avelar*. 24/09/71. Assinatura ilegível, mas provavelmente do General Rodrigo Otávio. (Pasta *Dom Avelar no tempo e na Igreja – fatos importantes de Agosto a Dezembro de 1971*. Estante 5 - Caixa 24. Arquivo LEV/ UCSAL)

³⁰ “Dom Avelar afirma na ESG que situação da Igreja é difícil no mundo de hoje”. *Jornal do Brasil*. 24/09/2971, p.3.

proporcionasse ao referido prelado o prestígio que uma participação como conferencista da ESG” proporcionava, mesmo “em que pese a expressão cultural do conferencista e sua importância como autoridade eclesiástica”. O General Rodrigo Octávio achou muito inconveniente desmarcar a Conferência já que D. Avelar já estava no Rio e bancou o arcebispo: “O comandante da ESG declarou, então, que assumiria inteira responsabilidade do que iria ocorrer”.³¹

Foi em uma sindicância realizada pelo coronel Ferdinando de Carvalho para descobrir como os jornalistas tiveram acesso à conferência de D. Avelar que ficou comprovado que foi o próprio arcebispo que a tinha entregue. Mas, nessa sindicância demonstra que a ESG estava preparando para ouvir D. Avelar como se ele tivesse Segredos de Estado a revelar tais os cuidados com os preparativos para receber o arcebispo. Ele foi pego por um militar na sede da CNBB pela manhã cedo às 7h. Foi providenciado para que ele não tivesse contato com jornalistas nem antes, nem após a Conferência. Na ESG se verificou se não tinha jornalistas infiltrados, os microfones externos foram desligados e as gravações estavam sobre controle estrito de militares de confiança. Foi informado ao arcebispo tanto pelo comandante da ESG quanto pela pessoa que foi pegá-lo na CNBB que a conferência era sigilosa e que ele não divulgasse a imprensa. Mas, mesmo assim, o arcebispo, à noite, quando já estava sozinho deu uma cópia da conferência para os jornalistas.³²

Quando recebeu a carta do General Rodrigo Octávio, D. Avelar Brandão Vilela respondeu no mesmo dia, dizendo estar surpreso pela repercussão que estava tendo o caso, já que para ele era “uma honra falar na Escola Superior de Guerra”. Sobre a publicidade da conferência, ele explicou que “se soubesse que se tratava de documento estritamente reservado não teria permitido que os repórteres o levassem”³³ e finalizava:

³¹ Sindicância Confidencial. Escola Superior de Guerra. BR_DFANBSB_2M_0_0_0014_0003 (Arquivo Nacional)

³² Sindicância Confidencial. Escola Superior de Guerra. BR_DFANBSB_2M_0_0_0014_0003 (Arquivo Nacional)

³³ Neste trecho, D. Avelar tenta transparecer que não sabia que a conferência era sigilosa, mas pela sindicância realizada pelos militares e pela própria fala do General Rodrigo Octávio ele sabia sim. E tinha sido avisado mais de uma vez. D. Avelar costumava usar como estratégia, toda vez que fazia algo que desagradava, discursar que não sabia do fato, como uma forma de dizer que não quis afrontar o outro. Ele utilizou essa estratégia, várias vezes, até mesmo antes do Regime Militar. Quando ele casou Theodomiro Romeiro na prisão mesmo contra a vontade do diretor do presídio, e os órgãos de informação queriam saber o porquê desse ato, ele respondeu que se o diretor do presídio tivesse falado a ele da inconveniência do casamento, ele não teria casado. D. Avelar Brandão nesta época de sua vida poderia ser tudo menos inocente, para não saber que casar um militante da esquerda armada causaria uma repercussão dentro das Forças Armadas.

“sinto profundamente ter sido causa de desgostos e de decepção”.³⁴ D. Avelar ficou preocupado com a repercussão do caso e enviou também, no mesmo dia, uma carta para o presidente Médici, com uma cópia da conferência, dizendo não ter pretendido ofender o Exército e que estava “profundamente angustiado”, pois não sabia que a conferência era reservada, já que, não tratava “de nenhum assunto proibido”. Na carta, percebe-se que o grande problema para D. Avelar era que esse caso se tornasse o que ele chamou de um “instrumento de traumatismo”, ou seja, que fechasse o diálogo entre ele e os militares, pois, para o arcebispo, essa crise não tinha “a mínima razão de ser”.³⁵

A pergunta a se fazer é por que apesar de tanta advertência para que D. Avelar não divulgasse a conferência dele, ele assim o fez? Desconfio que ele não imaginava o impacto que teria a divulgação da conferência nas esferas militares, mas continua importante responder por que ele assim o procedeu? Suponho que foi como uma forma de mostrar publicamente sua autonomia perante o Governo. Devemos lembrar que estamos no período mais duro do Regime, em que muitos setores da própria Igreja estão sofrendo nas prisões da Ditadura. D. Avelar era justamente muito criticado por querer manter um contato muito estreito com os militares. Entendo que com esse gesto ele dava um aceno a opinião pública, que apesar de querer proximidade dos militares, ele não era submisso ao Governo e fazia críticas.

Um dia após a Conferência, o General Rodrigo Octávio seria exonerado e alguns jornais recebiam as censuras escritas, os famosos bilhetinhos: “Por ordem superior, fica proibido quaisquer comentários sobre a exoneração do Comandante da Escola Superior de Guerra, hoje determinada, bem como sobre a conferência naquela Escola pelo bispo D. Avelar, da Bahia” (MARCONI, 1980, p.235). Mas, outro personagem importante desta história é o General Rodrigo Octávio Jordão Ramos que impôs a ida de D. Avelar a ESG à revelia dos superiores e que por causa disso foi destituído do cargo.

Dentre os setores em conflitos internos nas Forças Armadas, ele representava setores dos militares que discordavam dos caminhos que a Ditadura estava tomando. Ele, já como comandante da ESG, defendia a volta ao Estado de Direito, e por isso, era muito

³⁴ *Carta de D. Avelar ao Exmo.sr. Comandante da Escola Superior de Guerra General Rodrigo Otávio. 24/09/1971. (Pasta Dom Avelar no tempo e na Igreja – fatos importantes de Agosto a Dezembro de 1971. Estante 5 - Caixa 24. Arquivo LEV/ UCSAL).*

³⁵ *Carta de D. Avelar ao Excelentíssimo Senhor presidente da República General Emílio Garrastazu Médici. 24/09/1971. (Pasta Dom Avelar no tempo e na Igreja – fatos importantes de Agosto a Dezembro de 1971. Estante 5 - Caixa 24. Arquivo LEV/ UCSAL).*

criticado. Imagino que chamar D. Avelar para a palestra, era um tom claro das suas convicções. Para o jornalista Márcio Moreira Alves, como o General Rodrigo Octávio era do grupo opositor à Médici, por isso ele resolveu convidar D. Avelar Brandão que era visto como “um adversário do regime” (ALVES, 1979 p.210). Em 1973, o General Rodrigo Octávio tornou-se ministro no Superior Tribunal Militar (STM) onde teve um papel importantíssimo. Manifestou-se, em vários momentos, pelo retorno ao estado de direito. Em março de 1977, defendeu no STM a revogação parcial do AI-5 para devolver aos juízes as garantias constitucionais. Suas posições em favor dos prisioneiros políticos são famosas (GORENDER, 1999). Muitas vezes se manifestou contra as sevícias de prisioneiros, inclusive, solicitando a instauração de processo penal contra os responsáveis por torturas no caso do Inquérito Policial-Militar (IPM) que envolveu o ex-deputado Marco Antônio Tavares Coelho. Em 1979, como retaliação dos colegas do STM, foi impedido de assumir a Presidência, cargo que lhe caberia por antiguidade e tradição.³⁶

O Eu Ouvi os Clamores do Meu povo

No início da década de 1970, existiu um grupo de padres, bispos e leigos que se reunia para pensar que tipo de ação pastoral a Igreja Católica tinha que desenvolver durante o Regime militar. Esse grupo se colocava à margem da CNBB. Fazia parte D. Tomás Balduino; D. Antonio Fragoso; D. Pedro Casaldáliga; D. Timóteo Amoroso; o padre Agostinho Pretto, da Ação Católica Operária (ACO); Ivo Poletto, que se tornaria o primeiro secretário da Comissão Pastoral da Terra (CPT); entre outros. Em janeiro de 1973, D. Tomás Balduino com sua equipe percorreu várias capitais para pensar, de forma coletiva, uma maneira de responder ao endurecimento da ditadura. Em Salvador, alguns encontros desse grupo ocorreram no CEAS³⁷.

A partir dessa iniciativa foi que surgiu a ideia de publicar três documentos: um sobre a situação das classes populares no Nordeste, outro sobre a situação camponesa do Centro-Oeste e mais um, em São Paulo, sobre a questão operária. Todos os três deveriam ser lançados no mesmo dia, 6 de maio de 1973, no ano do 25º aniversário da “Declaração

³⁶ A atuação do General Rodrigo Octávio no STM foi estudada por (COITINHO, 2012) e uma breve biografia dele em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rodrigo-otavio-jordao-ramos> (Acesso em 2/12/2017).

³⁷ Não conheço nenhum trabalho acadêmico a respeito desse grupo. Tomei conhecimento dessas reuniões através das entrevistas com o padre Cláudio Perani e o bispo D. Tomás Balduino. De todo modo, existe uma breve passagem sobre esse grupo no livro publicado pelo Instituto Nacional de Pastoral (1994, p. 132) e em MAINWARING (1989, p.193-194). Já abordei isso em ZACHARIADHES (2010, p.96-97). D. Tomás Balduino me informou que inicialmente D. Helder Câmara não quis fazer parte deste grupo por achar que poderia criar um cisma dentro da CNBB mas que depois foi convencido a integrar o grupo.

Universal dos Direitos do Homem” da Organização das Nações Unidas. O documento do Nordeste ficou sob a responsabilidade de um grupo de Recife, liderado pelo padre Humberto Plumm que tinha o patrocínio de D. Helder Câmara. Eles buscaram apoio para a construção do documento juntos a um grupo de Salvador formado pelos membros do CEAS, do Mosteiro de São Bento e do grupo Moisés.

Depois desse trabalho concluído, começou a busca pelas dioceses do Nordeste para que os Superiores e bispos assinassem o manifesto. Muitos se recusaram a assinar o documento, inclusive o arcebispo de Salvador, D. Avelar Brandão Vilela, como afirmou Cláudio Perani na entrevista ao autor. Os provinciais dos jesuítas da Bahia, Tarcísio Botturi e o de Recife, Hindenburgo Santana assinaram o manifesto junto com o abade D. Timóteo Amoroso e o arcebispo D. Helder Câmara. Além deles, mais 14 religiosos (entre bispos e provinciais) assinaram o documento. Depois das assinaturas dos bispos e Superiores, o documento que foi intitulado *Eu ouvi os clamores do meu povo* foi levado ao Mosteiro de São Bento para ser impresso na gráfica beneditina.

O documento foi trabalhado de forma sigilosa pois era para ser lançado de surpresa. Entretanto, os militares ficaram sabendo da existência desse documento antes dele ser lançado. Segundo os documentos dos órgãos de informação um “apoiador dentro do Mosteiro entregou o documento” a eles, sem falar o nome de quem seria este apoiador. A primeira análise dos órgãos de Informação era que o documento se tratava de “um tremendo libelo contra o Governo Federal”.³⁸

Por já terem sido informados, antes do lançamento do manifesto que estava previsto para o dia 6 de maio, a Censura já estava enviando aos jornais avisos de que era proibida a sua divulgação desde pelo menos o dia 2 deste mês. A *Folha de São Paulo* recebeu uma censura prévia escrita sobre o manifesto no dia 3 de maio: “Está proibida a divulgação sobre manifestos de alguns bispos do Nordeste, liderados por D. Helder Câmara” e no dia 4, o *Jornal do Brasil* receberia também a proibição a respeito de um “manifesto de alguns bispos do Nordeste liderados por Dom Helder Câmara com referências tendenciosas e com alusões a infrações a direitos humanos”. (MARCONI, 1980, p,254)

De fato, esse documento era uma crítica contundente ao Governo Militar e uma forte denúncia da miséria de parte do povo nordestino. No *Eu ouvi os clamores do meu*

³⁸ Serviço Nacional de Informações – Agência Central. AC_ACE_58875_73 (Arquivo Nacional)

povo, setores da Igreja do Nordeste revelavam a situação de penúria que passava a maioria da população dessa região. Eles demonstravam isso utilizando os dados oficiais da SUDENE e do Censo do IBGE de 1970. Lembravam que a fome assumia nessa região “características epidemiológicas” e afirmavam que “o subdesenvolvimento continua sendo a nota característica mais importante do Nordeste”. Criticavam o “milagre brasileiro” por ter aumentado a concentração de renda no país, defendiam a “propriedade social dos meios de produção” e expressavam uma crítica incisiva aos militares com relação à violação dos direitos humanos. O *Eu ouvi os Clamores do meu povo*, “o documento mais radical que uma força política não clandestina jamais ousara publicar desde 1964” (ALVES, M., 1979, p. 257), denunciava:

A inviolabilidade do lar, o “habeas Corpus”, o sigilo da correspondência, as liberdades de imprensa, de reunião e de livre expressão do pensamento, são direitos que foram subtraídos ao povo. A liberdade sindical e o direito de greve foram arrebatados à classe operária. Para conter resistências a tais condições de opressão e injustiça, a violação desses direitos humanos é excedida por atos de violência ainda maior. O **terrorismo oficial** instituiu o controle através da espionagem interna e da polícia secreta recorrendo com frequência à tortura e ao assassinato. (EU OUVI..., 1973, grifo meu)

Depois do documento impresso na gráfica beneditina, ele foi lançado simultaneamente no Brasil, nos Estados Unidos e na França. Os responsáveis pelo documento levaram para distribuir em várias dioceses, mas os militares já estavam vigiando. Assim que o documento chegou na arquidiocese de Recife, as forças de repressão invadiram a casa arquiépiscopal, o Palácio Jiriquiti, e apreenderam exemplares do documento. O bispo-auxiliar D. José Lamartine conseguiu salvar alguns exemplares. Esse documento teve um impacto enorme no exterior³⁹, mas no Brasil por causa da censura, poucos tiveram acesso a ele. Foi então que o CEAS resolveu afrontar o Regime mais uma vez e publicar esse documento junto com o *Marginalização de um Povo* no número 27 da sua revista, *Cadernos do CEAS*, que foi intitulada *Uma Igreja a caminho do povo*.

Entretanto, quando o CEAS começou a enviar os exemplares do caderno 27 para os assinantes, eles foram apreendidos pela Polícia Federal nos Correios. Esse número foi proibido de ser vendido pela instituição. O Centro de Estudos e Ação Social sofreu a ameaça de ser proibida a continuação da publicação da sua revista. O coordenador do

³⁹ Os Órgãos de Informação da Ditadura no exterior acompanharam atentamente a repercussão que este documento teve em vários órgãos de Imprensa do mundo. BR_DFANBSB_Z4_DPN_ENI_0105. (Arquivo Nacional)

CEAS, Cláudio Perani, foi resolver o impasse na sede da Polícia Federal e a solução proposta foi que a partir do próximo número, um exemplar do *Cadernos do CEAS* tinha de ser sempre enviado para a Polícia.

Uma questão aqui muito importante para ser analisada é a seguinte: se os órgãos de Informação tiveram ciência de que um documento tão crítico ao Regime estava sendo produzido na gráfica beneditina, por que a Repressão não invadiu o Mosteiro de São Bento para impedir que continuasse a impressão do documento? Eles já sabiam da existência do documento antes dele ser lançado oficialmente. O interessante é que eles não invadiram o Mosteiro de São Bento na Bahia para impedir a impressão, mas assim que o documento chegou em Recife, eles invadiram o palácio arquiiepiscopal para apreender os exemplares que estavam lá.

A repressão aos setores da Igreja Católica na arquidiocese de Salvador foi muito menos intensa do que em outras dioceses. Os acordos locais entre a Igreja e o Governo amorteciam a repressão às instituições católicas. O grande fato foi a invasão do Mosteiro de São Bento, em 1968, pela Polícia Militar para prender estudantes ainda sob o arcebispado de D. Eugênio. Depois da chegada de D. Avelar nenhuma instituição católica foi invadida, por isso que a partir do início da década de 70 os estabelecimentos católicos, a exemplo do CEAS ou Mosteiro de São Bento, serviram de lugares de aglutinação das esquerdas e de reuniões dos opositores do Regime Militar. Eram vistos como *Lugares-Seguro* e em seus estabelecimentos foram organizadas inúmeras reuniões pela volta da democracia. (ZACHARIADHES, 2010, p.103-108)

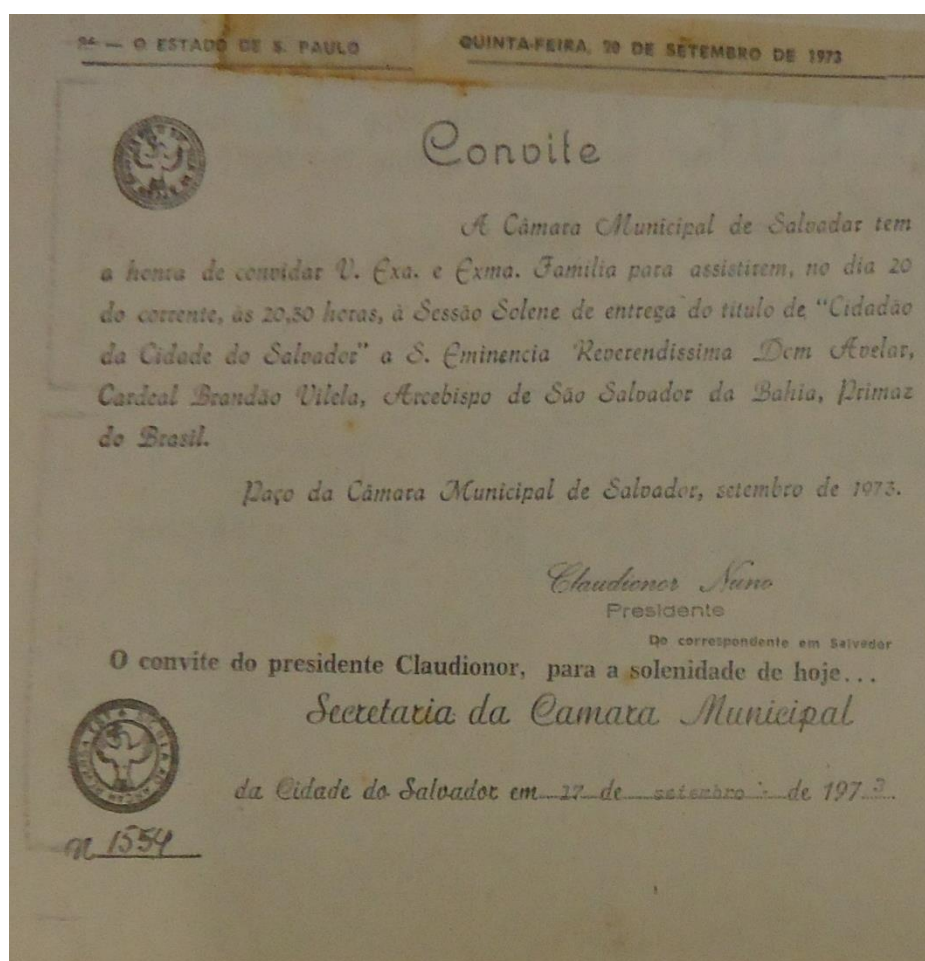
A Questão da Medalha e do Título de Cidadão de Salvador

Mais dois episódios envolveram D. Avelar Brandão Vilela e o Governo em uma outra crise que também teve uma repercussão nacional. Em dezembro de 1972, o Governador de Pernambuco, Eraldo Gueiros, resolveu outorgar a Medalha do Mérito Pernambucano, classe prata, a D. Avelar Brandão pela sua atuação quando bispo de Petrolina (1946-1955). No dia 24 de agosto de 1973, o próprio Governador resolveu transformar em classe ouro, a medalha oferecida a D. Avelar. Enviou uma carta manuscrita para o Cardeal: “agradecimento [do] meu estado pelos relevantes serviços [que] lhe prestou”⁴⁰ Entretanto, no dia 4 de setembro, sem nenhuma explicação, ele

⁴⁰ Carta de Eraldo Gueiros, concedendo a Medalha a Dom Avelar 24/08/73. Estante 5, caixa 23. Pasta referentes a título e medalhas – 1973.

cancelou a entrega. A informação foi noticiada em primeira mão pelo jornalista Ibrahim Sued, no *Jornal Internacional*, da Rede Globo de Televisão.⁴¹

Nesse mesmo período, o presidente da Câmara municipal de Salvador suspendeu a concessão, que seria entregue ao arcebispo, do título de Cidadão da cidade de Salvador por tempo indeterminado. A concessão do título a D. Avelar era uma proposta do vereador do MDB, Milton Silvério Maltes Leone, e tinha sido aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal. Os convites para a solenidade, no dia 20 de setembro, já tinham até sido expedidos conforme mostra os jornais da época.



Convite para a entrega do título de cidadão de Salvador a D. Avela. *Jornal Estado de São Paulo* 20/09/1973

D. Avelar considerou esses atos como um desrespeito a sua pessoa. Ele mandou uma carta ao Governador Eraldo Gueiros dizendo que tinha tomado conhecimento pela imprensa do cancelamento da concessão da Medalha e tinha recebido como “um gesto de

⁴¹Concessão de título de “Cidadão de Salvador” a D. Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Salvador. Serviço Nacional de Informações - Agência Salvador. ASV ACE 5293/83 (Arquivo Nacional)

hostilidade pública”, por isso: “sinto-me com o direito de pedir-lhe, como Pastor e como brasileiro, as necessárias explicações que justificaram a concessão da medalha e sobretudo o seu cancelamento”.⁴² A carta não mereceu resposta do Governador pernambucano.

D. Avelar afirmava para os interlocutores que o adiamento do título de Cidadão de Salvador para ele foi uma afronta maior, pois ele era arcebispo da cidade. Sobre o ocorrido, a Câmara municipal desconversava, afirmando que apenas tinha adiado a entrega do título e não cancelado.⁴³ Os jornais reproduziam o espanto: “sob total sigilo os vetos a D. Avelar.”⁴⁴ Os agentes do SNI, na sua sindicância, apenas escreveram o que todos imaginavam: “prevalecendo na opinião pública a ideia de que [o Governador Eraldo Gueiros] teria agido compelido por ordens superiores, sobretudo de autoridades militares”.⁴⁵

O caso teve uma repercussão nacional pelo desrespeito com qual foi tratado o Cardeal de Salvador: “Agressão Moral à pessoa do Cardeal primaz do Brasil transformou-se em caso nacional”⁴⁶. O cancelamento das comendas foi parar nas tribunas da Câmara de deputados e do Senado. O deputado federal do MDB-Ba, Chico Pinto, tratou de lembrar que os Governadores não eram eleitos pelo povo e sim impostos pelo Regime, por isso o silêncio do Governador, significava apoio do Governo Militar ao cancelamento: “O silêncio e a omissão os tornam corresponsável”.⁴⁷

Na Bahia, o arcebispo recebia apoio de todos os setores da sociedade baiana tanto dos políticos de oposição quanto os de situação. A imprensa baiana repercutiu intensamente o ocorrido apoiando o Primaz do Brasil. O jornal da *Tribuna da Bahia* afirmava que a Câmara Municipal “está brincando demais com um título de Cardeal”⁴⁸. Até o conservador jornal *A Tarde* que era o principal periódico da Bahia assumiu a defesa do Cardeal. Em um editorial lembrava: “Quando se escrever a história do Cardinalato da

⁴² Cópia da carta de D. Avelar ao governador de Pernambuco. 2/9/1973. (Pasta Assuntos referentes a Títulos e Medalhas – 1973. Estante 5 - Caixa 23. Arquivo LEV/ UCSAL).

⁴³ “Câmara ‘apenas’ adiou entrega dos títulos”. *A Tarde* 20/09/1973, p.3

⁴⁴ “Sob total sigilo os vetos a D. Avelar”. *O Estado de São Paulo*. 20/9/1973

⁴⁵ Concessão de título de “Cidadão de Salvador” a D. Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Salvador. Serviço Nacional de Informações - Agência Salvador. ASV ACE 5293/83 (Arquivo Nacional)

⁴⁶ “Agressão Moral à pessoa do Cardeal primaz do Brasil transformou-se em caso nacional”. *Jornal O São Paulo*, 6 a 12/09/1973.

⁴⁷ Discurso de Chico Pinto impresso e enviado pelos Correios apreendidos pelos órgãos de informação. Serviço Nacional de Informações – Agência Salvador. AC ACE 65623/74 (Arquivo Nacional)

⁴⁸ “Títulos de cidadania”, *Tribuna da Bahia*, 20/09/1973

Bahia, D. Avelar Brandão Vilela haverá de figurar em suas páginas como um grande pastor”⁴⁹. Os jornais chegaram a receber os famosos bilhetinhos da Censura como esta cópia encontrado no Arquivo de D. Avelar:

DE ORDEM SUPERIOR E TENDO EM VISTA MANTER A TRANQUILIDADE NA ÁREA, FICAM PROIBIDAS EXPLORAÇÕES EM TORNO [DO] FATO [DO] CANCELAMENTO [DA] CONDECORAÇÃO [DO] ARCEBISPO DOM AVELAR BRANDÃO, BEM COMO QUAISQUER MANIFESTAÇÕES ATRAVÉS [DA] IMPRENSA ESCRITA, FALADA E TELEVISIONADA, AO REFERIDO PRELADO.⁵⁰

Só que o apoio a D. Avelar Brandão nas elites e no povo baiano era tamanho que simplesmente os jornais não obedeceram às determinações da Censura como avisou a agência baiana do SNI: “Apesar das restrições impostas à imprensa os jornais locais vêm dando destaque ao assunto e criando um clima de expectativa quanto à entrega do título”⁵¹. Vale destacar que esta clara desobediência dos jornais à Censura devia-se também, porque havia um sentimento generalizado de apoio ao Cardeal até de setores que eram da base do Governo e que estavam contra a medida imposta a D. Avelar.

Agora qual seria o motivo dessa atitude contra o Cardeal? O jornalista Paulo Marconi (1980, p.263) afirma que essas censuras tomadas contra D. Avelar foram em consequência do casamento que o arcebispo realizou de Theodomiro na prisão. Essa é a justificativa mais aceita na memória dos militantes. No entanto, na documentação pesquisada de D. Avelar Brandão indica outro motivo principal: a publicação do documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*.⁵²

Como já foi dito, D. Avelar foi convidado a assinar o manifesto, porém se negou a fazê-lo por não concordar com o teor dele. Depois que o documento foi lançado, o arcebispo publicou uma nota comentando-o. Nessa nota o prelado afirmava que o documento manifestava “uma opção religiosa que envolve aspectos de natureza política-social” e que a “Igreja tem o direito e o dever de opinar” nessa questão. Lembrava que o documento fazia denúncias graves e que deveriam ser examinadas

⁴⁹ “D. Avelar”. *A Tarde*, 25/09/1973

⁵⁰ Censura Federal. Sem data. (Pasta Assuntos referentes a Títulos e Medalhas – 1973. Estante 5 - Caixa 23. Arquivo LEV/ UCSAL). No livro *A Censura política na Imprensa Brasileira* consta também outra censura sobre o episódio enviadas aos jornais (MARCONI, 1980, p.263).

⁵¹ Concessão de título de “Cidadão de Salvador” a D. Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Salvador. Serviço Nacional de Informações - Agência Salvador. ASV ACE 5293/83 (Arquivo Nacional)

⁵² Acredito que uma coisa não invalida a outra apenas complementa. As medidas contra D. Avelar foram tomadas pela soma de atitudes que ele tomou durante o Governo Médici. A publicação do *Eu Ouvi os clamores do meu povo* só foi o estopim

“desapaixonadamente”. Porém, afirmou: “Não aceito o documento como Diretriz de pastoral Social em minha arquidiocese”.⁵³

Mas, pelo estilo comedido dessa nota, deu a impressão para setores militares que o arcebispo poderia ter apoiado o documento e ele se preocupou muito com isso. D. Avelar escreveu ao núncio apostólico mostrando o seu parecer sobre o documento e aproveitou para criticar a “linha pastoral” de D. Helder Câmara:

Estou preocupado com a situação reinante aqui no Nordeste.

Como V. Excia. sabe, eu, pessoalmente, não aceito a linha pastoral de Dom Helder, e já tive oportunidade de escrever isso à Nunciatura, antes de V. Excia. chegar ao Brasil.

O documento – Eu Ouvi os Clamores do meu Povo – efetivamente ultrapassa os limites do normal.

Mesmo assim contém verdades. Estando eu, aqui no Nordeste, muita gente passou a perguntar-me porque não assinara o documento e o que pensava eu acerca do documento. Chegou [a] um ponto em que devia dizer algo. Teria de medir bem as palavras. Foi o que fiz no pronunciamento entregue à imprensa. (...)

Tenho a impressão que certas Autoridades Militares não compreenderam bem o meu pronunciamento.⁵⁴

Por ter percebido que os militares tinham entendido de forma errada a sua nota, D. Avelar escreveu uma carta ao comandante da 6ª Região Militar, em Salvador, para tentar esclarecer o assunto. O arcebispo começava a carta afirmando que estava “sentindo, no ar, certas manifestações de desapeço que me deixam preocupado. Minhas relações de respeito e de amizade com as Autoridades Militares e Cíveis do Estado da Bahia me levam a escrever-lhe esta carta”. Ele afirmou que os militares não tinham entendido a nota dele a respeito do manifesto e que ainda havia um outro problema que ele tinha que explicar, pois o *Eu ouvi os clamores do meu povo* tinha “saído de uma tipografia católica” em

⁵³ Esta nota de D. Avelar foi reproduzida nos jornais *A Tarde*, *Jornal da Bahia* e *O Estado de São Paulo* de 25/08/1973.

⁵⁴ Carta *Excelência Reverendíssima* 31/08/1973 (Pasta Assuntos referentes a Títulos e Medalhas – 1973. Estante 5 - Caixa 23. Arquivo LEV/ UCSAL). No índice dessa pasta consta que essa carta foi enviada ao Núncio.

Salvador.⁵⁵ Na carta, o arcebispo afirmou discordar do documento por ter “uma visão radical na interpretação da realidade brasileira”.⁵⁶

D. Avelar Brandão por ter se sentido humilhado publicamente com as atitudes tomadas contra ele, resolveu não comparecer à Parada Militar de 7 de Setembro daquele ano. Porém, fez questão de explicar para cada representante das três Forças Armadas, em Salvador, o motivo da sua ausência. D. Avelar, com isso, pretendia que esse seu ato, de forma alguma, fosse entendido pelos militares como um fechamento definitivo ao diálogo, como ele deixou claro ao comandante da 6ª Região Militar: “o meu não comparecimento a esta Parada não significa qualquer modificação no meu comportamento posterior, relativamente ao modo cordial e social como nos vínhamos tratando”.⁵⁷

D. Avelar escreveu para vários militares e autoridades civis para saber o porquê das atitudes contra ele e tentar demonstrar que ele não aprovava o documento *Eu ouvi os Clamores do Meu povo*. O general Antônio Carlos Muricy afirmou ao arcebispo que estava tentando provar que o seu pronunciamento sobre o documento não era “um ato de luta e sim o de indicar a conveniência de um estudo do que lá se contém (...) sem que com isso o Sr. esteja confirmando ou desmentindo o que está escrito”.⁵⁸ D. Avelar Brandão respondeu ao general avisando que ele estava sendo tratado, nesse “episódio desagradável”, de maneira “muito rude e violenta”, mas que mesmo assim, estava procurando agir “com muita prudência e dignidade” para que não ocorresse “uma comoção em nossos meios religiosos”.⁵⁹

Para que não ficasse nenhuma dúvida a respeito de sua posição, D. Avelar Brandão Vilela lançou um outro documento chamado *A legítima interpretação do meu*

⁵⁵ Essa passagem demonstrava que os militares não entendiam a estrutura da Igreja Católica, pois, como foi dito, esse manifesto foi impresso na gráfica beneditina, em Salvador. O abade do Mosteiro de São Bento não precisava da autorização de D. Avelar para tal medida, pois, ele não deve obediência ao arcebispo. Por isso, mesmo que o documento tenha sido impresso em uma “tipografia católica” em Salvador, isso não queria dizer que tivesse a participação de D. Avelar, como chegaram a suspeitar os militares.

⁵⁶ *Carta ao General Heitor Fontoura de Moraes. Comandante da Sexta Região Militar. 31/08/1973.* (Pasta Assuntos referentes a Títulos e Medalhas – 1973. Estante 5 - Caixa 23. Arquivo LEV/ UCSAL).

⁵⁷ *Carta ao General Heitor Fontoura de Moraes. Comandante da Sexta Região Militar. 07/09/1973; Carta ao Major Brigadeiro Alberto Costa Matos. Comandante do Comando Costeiro. 07/09/1973; Carta ao Almirante Ernesto Mourão Sá. Comandante do 2º distrito Naval. 07/09/1973.* (Pasta Assuntos referentes a Títulos e Medalhas – 1973. Estante 5 - Caixa 23. Arquivo LEV/ UCSAL)

⁵⁸ *Carta do general Antônio Carlos da Silva Muricy a S. Eminência D. Avelar Brandão Vilela 12/09/1973.* (Pasta Assuntos referentes a Títulos e Medalhas – 1973. Estante 5 - Caixa 23. Arquivo LEV/ UCSAL)

⁵⁹ *Carta de D. Avelar Brandão Vilela ao prezado General Antônio Carlos Muricy 17/09/1973.* (Pasta Assuntos referentes a Títulos e Medalhas – 1973. Estante 5 - Caixa 23. Arquivo LEV/ UCSAL)

parecer sobre o documento: “Eu ouvi os clamores do meu povo”, no qual ele recordava que o manifesto da Igreja nordestina fazia denúncias graves e que deveriam ser estudadas por pessoas “de comprovada competência intelectual e moral”, mas reafirmava que não aceitava o documento por ser radical e considerava “o diálogo um instrumento valioso de comunicação”.⁶⁰

A publicação do *Eu Ouvi os Clamores do meu Povo* só foi a centelha de um conflito anunciado. O Governo Federal não confiava em D. Avelar. O estilo moderado do arcebispo não coadunava naquele momento de repressão brusca a oposição e de fortalecimento da Ditadura. Como D. Avelar circulava em campos opostos da política, isso incomodava os setores mais radicais da Ditadura, pois não sabiam se ele era um bispo que poderia se confiar. O próprio arcebispo toca no cerne da questão em uma carta ao Núncio Apostólico: “Está existindo um sério interesse em saber se eu sou contra ou a favor da Revolução de 31 de março de 1964.” E ele mesmo responde da forma *Avelariana* de ser: “Declaro que nem sou contra e nem sou a favor da Revolução”.⁶¹

D. Avelar nunca recebeu a medalha do Governo pernambucano e nem uma justificativa do Governador. No caso do título de Cidadão de Salvador, a justificativa para o adiamento foi uma consequência direta do cancelamento das medalhas como relataram os agentes do SNI. Foi a Mesa da Câmara que adiou a entrega do título (a maioria dos vereadores da Câmara queriam fazer a entrega). O presidente da Câmara era o capitão da reserva do Exército, Claudionor Nuno, que informou ter adiado a entrega do título pois queria saber das autoridades militares o porquê do cancelamento da medalha ao Cardeal em Pernambuco, se haveria algum impedimento contra ele. Segundo a sindicância, os comandantes militares do Estado afirmaram aos agentes do SNI não terem feito nenhuma interferência no adiamento da comenda ao arcebispo.⁶²

Mesmo nesse momento de crise que envolveu D. Avelar e certos setores das Forças Armadas, em que ele mesmo expressou que estava sendo desmoralizado publicamente, em momento algum, o arcebispo fechou as portas para o diálogo com os militares. Ele tentou resolver o impasse com a alta hierarquia militar, evitando que

⁶⁰ *A legítima interpretação do meu parecer sobre o documento: “Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo” 17/09/1973. (Pasta Assuntos referentes a Títulos e Medalhas – 1973. Estante 5 - Caixa 23. Arquivo LEV/ UCSAL)*

⁶¹ Carta de D. Avelar ao núncio Apostólico (31/08/1973). (Pasta Assuntos referentes a Títulos e Medalhas – 1973. Estante 5 - Caixa 23. Arquivo LEV/ UCSAL)

⁶² Concessão de título de “Cidadão de Salvador” a D. Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Salvador. Serviço Nacional de Informações - Agência Salvador. ASV ACE 5293/83 (Arquivo Nacional).

ocorresse um rompimento definitivo. Dom Avelar era um homem do poder, filho da elite, estava acostumado e gostava de receber essas honrarias, além disso essas homenagens eram comuns ao cargo de um arcebispo. Por tudo isso imagino que nunca tenha passado pela sua cabeça em não receber essa honraria como forma de protesto. E finalmente, em 1974, o arcebispo D. Avelar receberia o título de “Cidadão de Salvador”.

Na sua obra *Diálogos na Sombra*, Kenneth Serbin (2001, p.312) analisa esse caso baseado na documentação da Bipartite preservada no arquivo do General Antonio Carlos Muricy, o que o faz afirmar equivocadamente que D. Avelar “apoiara *Eu ouvi os clamores do meu povo*, o documento radical sobre a pobreza divulgado pelos bispos do Nordeste”. Como o autor superestima a importância da Bipartite, ele afirma também: “A intervenção da Bipartite no caso acabou revertendo a decisão de Salvador” (SERBIN, 2001, p.314).

Essa afirmação não se sustenta. A Bipartite não teve esta importância que é atribuída pelo brasilianista na solução do caso. D. Avelar levou para as reuniões o problema como para várias outras autoridades. Se a Bipartite tivesse essa importância dada por Serbin, por que não reverteu o cancelamento da medalha em Pernambuco? O que fez o título de cidadão de Salvador ser entregue ao arcebispo foi o apoio recebido por D. Avelar das elites do estado, intelectuais e povo baiano que gerou uma pressão enorme para que a honraria fosse concedida ao Cardeal.

D. Avelar e a Distensão “lenta, gradual e segura”

Em 15 de março de 1974, o General Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República e começou o processo conhecido como “distensão”. Geisel pretendia promover uma liberalização gradual do Regime Militar depois do período autoritário do Governo Médici. O General-Presidente desejava aumentar lentamente o espaço de participação política de alguns setores da sociedade, porém, sem prejudicar o controle exercido pelos militares nesse processo. Como defendiam os partidários do Governo, essa distensão tinha de ser “lenta, gradual e segura”. Entretanto, o Governo sofrerá uma resistência forte dos setores mais radicais do Regime que não concordavam com esta liberalização proposta pelo Presidente.

Ernesto Geisel ao assumir o poder, queria demonstrar que pretendia mudar a relação com a Igreja Católica. Encerrou com as reuniões da Bipartite que tinha tido pouco

efeito prático; para ele mesmo, junto de seu círculo de confiança, estabelecer o diálogo direto com a alta cúpula da Igreja. A eminência parda do seu Governo, o General Golbery do Couto e Silva, tinha costurado em encontros a presença de todos os Cardeais à posse do novo General-presidente. Geisel e Golbery acreditavam que poderiam encontrar um setor da alta hierarquia para ser “voz da Igreja” com o Governo. Os Cardeais imaginavam que poderiam amenizar a repressão a setores católicos. Ilusão que seria desfeita imediatamente. (GASPARI, 2003, p.378-385)

Esta tentativa de diálogo do Governo com a Igreja Católica foi criticada pelo CEAS no editorial da sua revista intitulado “Igreja e Estado: Os primeiros sinais de paz?”. Nesse texto, eles relatavam os encontros e reuniões entre as cúpulas das duas instituições. Porém, os membros do CEAS afirmavam que apesar dos contatos entre as várias autoridades: “não podemos alimentar esperanças”. Alertavam que apesar da prometida liberalização do Regime, prisões e censuras continuavam, por isso, “o único e verdadeiro caminho ao diálogo deve ser o da solidariedade ativa com as classes mais pobres”. (CEAS, 1974, p. 1-3)

Apesar da liberalização do Regime, o clima de insegurança era muito grande naquele momento. A violência contra a oposição ainda era a tônica dos setores da repressão. No período de 1975-76, as forças da repressão começaram uma perseguição aos membros do PCB e PC do B. Operações de busca e prisões ocorreram em várias cidades do país. Em dezembro de 1976, ocorreria o “Massacre da Lapa”, quando militantes do PC do B foram mortos pelos militares. Nesse mesmo ano foram enviadas uma bomba que explodiu no edifício da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e outra que não chegou a ser detonada, foi encontrada na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). (SILVA, 2003, p. 264-266)

Também a repressão a membros da Igreja Católica foi intensa. O segundo semestre de 1976 foi um momento particularmente trágico para os membros da Igreja.⁶³ Três incidentes se destacam entre uma série de medidas repressoras contra a Igreja. Membros de forças paramilitares sequestraram o arcebispo D. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, o despiram e pintaram seu corpo de vermelho, e depois incendiaram o seu carro em frente à sede da CNBB. Foram assassinados os padres Rodolfo Luhkenbein e

⁶³O sociólogo Ivo Lesbaupin coloca 1976 como um dos anos mais trágicos para a Igreja durante a Ditadura. <http://www.portaldascebs.org.br/publica%C3%A7%C3%A3o/artigos-e-entrevistas/igreja-e-ditadura-militar> Acesso em 28/11/2017

João Bosco Burnier, ambos em Mato Grosso, pelos seus trabalhos em defesa dos indígenas e camponeses. (MAINWARING, 1989, p.178-179).

Um evento catalisador para a reorganização da sociedade civil contra a violência militar foi o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, no 2º Exército, em São Paulo, em 25 de outubro de 1975. A morte do jornalista tornou-se um marco na luta contra o Regime pela comoção que gerou e os protestos de vários setores da sociedade. A Regional Sul da CNBB, liderada por D. Paulo Evaristo Arns, lançou o documento *Não Oprimas o Teu Irmão* condenando veementemente o assassinato: “Verifica-se flagrante e declarada falta de respeito à pessoa humana, em profanação da imagem de Deus Criador. Essa profanação caracteriza-se por detenções arbitrárias e pela tortura, às vezes seguida da morte do preso”.⁶⁴

O arcebispo de Salvador sempre evitou apoiar os documentos publicados pelo episcopado nacional que criticavam o Governo na questão sensível da violação dos direitos humanos, e que com isso, pudesse obstaculizar o seu contato com os militares. Ainda mais neste momento em que o presidente Geisel estava abrindo-se para o diálogo depois do período duro do Governo anterior. D. Avelar Brandão teve uma posição pública tibia com relação ao assassinato do jornalista. Quando foi lançado o documento *Não oprimas Teu irmão*, D. Avelar se escondeu no silêncio.⁶⁵

A partir de 1974, a Conferência Nacional dos Bispos começou a se posicionar cada vez com mais veemência contra as arbitrariedades do Regime. Os setores mais críticos à Ditadura conseguiram produzir, pela entidade nacional, documentos mais contundentes contra as violações perpetradas pelo Governo. Imagino que a moderação de D. Avelar nesta conjuntura não era vista como a mais ideal pelos bispos que assumiram o comando da CNBB a partir de 1974. Apesar de continuar sendo uma figura de grande respeito na Conferência dos bispos, a partir deste momento, ele perderá força na organização católica, deixando a direção da entidade para não mais assumir nenhum cargo. Depois que ele saiu da vice-presidência da CNBB, em 1974, ele concorreu ao cargo da presidência pelo menos duas vezes sendo derrotado ambas as vezes.⁶⁶

⁶⁴ “Não oprimas teu irmão”. *Cadernos do CEAS*, 41: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, janeiro-fevereiro, 1976, p.71-73.

⁶⁵ “Dom Avelar não opina sobre documento da CNBB”. *Tribuna da Bahia*, 3 dez. 1975, p. 3

⁶⁶ Os órgãos de informação acompanhavam as eleições da direção da CNBB com muita atenção e em seus relatórios descrevem os candidatos, a quantidade de votos que cada um teve e os conflitos na organização entre as forças do episcopado. Segundo esses documentos, em 1983, D. Avelar Brandão e D. Geraldo

Com a liberalização do Regime promovida por Geisel, e apesar da violência ainda presente, as forças democráticas começaram a se reorganizar com a participação de vários segmentos da sociedade civil. Iniciava-se um novo ciclo de lutas contra a Ditadura. A Bahia por ser um estado onde a repressão foi menos atuante e onde as organizações de oposição tinham estabelecido uma teia de contatos com setores moderados da sociedade ocorreram eventos de grande importância para a rearticulação das esquerdas no país como o Congresso da reconstrução da UNE e o II Congresso Nacional pela Anistia, ambos em 1979. Aliás, a mobilização em defesa da Anistia, em Salvador, teve particular importância devido a força do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA-Ba) e depois do Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA-Ba) (CARVALHO NETO, 2009 e DUCCINI, 2017). O apoio dos setores católicos a essas organizações foi fundamental, que contaram com as bênçãos do seu Cardeal.

Em 1978, realizou-se no CEAS o I Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia e Direitos Humanos, organizado pelos CBAs, MFPA e Sociedades de Defesa dos Direitos Humanos. Esse encontro serviu para unificar os Comitês Brasileiros pela Anistia de cada estado e para criar uma coordenação nacional do Movimento. Em 1979, entre os dias 15 a 18 de novembro, ocorrerá o “II Congresso Nacional pela Anistia” onde compareceram vários ex-exilados políticos, tais como Luís Carlos Prestes, Diógenes Arruda, Apolônio de Carvalho, entre outros. O II Congresso ocorreu logo após a Aprovação da Lei da Anistia pelo Governo Federal⁶⁷ e serviu para as esquerdas rejeitarem a Lei que tinha sido aprovada e se articularassem para a continuidade da luta. (CARVALHO NETO, 2009, p.259-285)

Um evento marcante durante o II Congresso da Anistia foi a celebração da missa para os mortos e desaparecidos políticos durante a Ditadura que só pôde ocorrer devido a permissão de D. Avelar, missa esta que fora proibida de ser celebrada em Recife pelo arcebispo D. Hélder.⁶⁸ A missa foi celebrada pelo abade Dom Timóteo Amoroso Lima,

Penido, arcebispo de Aparecida, conseguiram 1 voto cada para presidente da CNBB, D. Eugênio teve mais sorte e conseguiu 2 votos. Já D. Ivo Lorscheiter venceu com 171 votos e o segundo colocado D. Luciano Mendes ficou com 70 votos. APA_ACE_10054_84 e AC_ACE_33928_83.

⁶⁷ A Lei da Anistia foi sancionada logo no início do mandato do presidente João Figueiredo (1979-1985), e concedia o direito de retorno ao Brasil dos exilados e a liberdade para alguns presos condenados por crimes políticos, mas impedia que os militares acusados de assassinatos e torturas fossem depois julgados pelos seus crimes.

⁶⁸ “D. Avelar Vilela autoriza a missa por desaparecidos”. Folha de São Paulo, 28/10/1979, p. 30 e “Presos são lembrados”. Jornal da Bahia, 28/12/79, p. 03. D. Helder explica o motivo da recusa de celebração da missa em Recife: “Quando as coisas estiveram pretas, a Igreja assumiu posições e em um determinado momento chegou a ser a única voz a ser ouvida. Mas agora, já podemos ficar numa situação mais discreta,

no dia 16 de novembro, no Mosteiro de São Bento. Ocorreu a distribuição de cartas anônimas, provenientes da Capital, Brasília, de um grupo denominado Comitê Brasileiro das Vítimas de Terrorismo, acusando “o II Congresso de ser inspiração comunista e criticando D. Avelar Vilela por permitir a celebração de missa pelos mortos e desaparecidos políticos.” (DUCCINI, 2017, p.135)

Apesar de em Salvador a repressão ser menos intensa do que em outros lugares, isso não quer dizer que ela não existisse e nem que não fosse chegar aos membros da Igreja. No dia 28 de outubro de 1978, o jesuíta italiano Cláudio Perani estava voltando de uma viagem à Europa. Quando chegou ao aeroporto internacional 2 de Julho, em Salvador, foi impedido de deixar o local. Os policiais disseram que o nome dele constava em uma lista de 1500 pessoas proibidas de regressarem ao Brasil. A Polícia Federal queria que Perani retornasse imediatamente para a Itália na mesma aeronave. Porém, segundo o jesuíta, o comandante do avião disse que não tinha condições naquele momento de retornar. Então, o padre teve que ficar isolado na sala VIP do aeroporto. Nesse ínterim, ele conseguiu avisar da sua detenção a um inaciano que o esperava, que tratou logo de avisar a Ordem dos Jesuítas que acionou D. Avelar Brandão para informar do ocorrido e para pedir ajuda para uma solução do problema.

Quando ficou sabendo do acontecido, a atitude do Cardeal de Salvador foi enérgica. Imediatamente ligou para Brasília para entrar em contato com o ministro da Justiça Armando Falcão. Mas, não conseguiu, uma vez que naquele momento, Falcão estava no Ceará. D. Avelar entrou em contato, então, com o coronel Rubem Ludwig, assessor de imprensa da presidência da República. Mesmo sem nenhuma solução para o caso tomada, o Cardeal foi pessoalmente ao aeroporto para trazer Cláudio Perani. D. Avelar procurou no aeroporto o superintendente da Polícia Federal Hélio Romão para tentar solucionar o caso. Depois de cinco horas detido no aeroporto, o padre Perani pôde sair junto com D. Avelar.

O padre Claudio Perani concedeu uma entrevista coletiva para comentar o caso. Afirmou que mesmo com a propaganda abertura política, vivia-se ainda um clima de medo no país, pois, “de repente não somos mais nós a resolvermos sobre nossas vidas. É um coronel, outras pessoas. Isso cria uma grande insegurança”, e conclui: “Eu tenho amigos

ainda mais quando sabemos que muitos estão querendo radicalizar. Não vamos, portanto, contribuir para o endurecimento do regime. E depois, missa é uma coisa muito sagrada e eu não quero ver a Igreja manipulada por um lado ou por outro.” (CARVALHO, 2009, p. 273)

importantes, mas fico imaginando o que ocorre com os operários e camponeses que enfrentam estas situações sem ninguém a olhar por eles”.⁶⁹

Alguns dias depois o departamento da Polícia Federal alertou que devido a uma ordem do Ministério da Justiça o padre Claudio Perani poderia ser expulso do país a qualquer momento. Mas com os contatos mantidos por D. Avelar, em Brasília, esse assunto foi encerrado. O padre Perani recebeu uma carta de apoio com dezenas de assinaturas (iniciada pela de D. Avelar) do secretariado Regional da CNBB encorajando-o: “Queremos dizer-lhe que estamos a seu lado” e pedia a ele para continuar buscando a “força que vem da palavra do Deus que liberta”.⁷⁰

Menos de um ano após o ocorrido com Cláudio Perani, mais um inaciano do CEAS sofreria ameaça de expulsão. Dessa vez, foi o jesuíta espanhol Manuel Andrés Mato. Quando o padre Andrés foi à superintendência da Polícia Federal para pegar um visto de saída do Brasil, tomou conhecimento de que tinha sido instaurado um inquérito visando sua expulsão do país. Imediatamente D. Avelar Brandão e a CNBB foram informados.

O inaciano Andrés Mato já tinha sofrido a repressão dos militares em outro momento e já era uma figura carimbada nos órgãos de Informação. Ele chegou ao Brasil, em 1959, onde se ordenou padre em 1962. Ele lecionou na Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS) pertencente à Companhia de Jesus, no Rio Grande do Sul, no início da década de 60. A partir de 1967, começou a ensinar História do Pensamento Social Contemporâneo na Universidade de Brasília, e logo depois, passou a integrar o corpo docente do IBRADES – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1969. Andrés estava no IBRADES, quando a instituição foi invadida pela primeira vez por militares e agentes do DOPS, no dia 28 de setembro de 1970. No momento da invasão, ele estava ministrando aula sobre “teoria marxista”, enquanto os militares prendiam integrantes ligados à Juventude Operária Católica (JOC). Na segunda invasão, em 7 de outubro do mesmo ano, ao instituto dos jesuítas, em que eles detiveram o secretário-geral da CNBB, D. Aloísio Lorscheider, vistoriaram o quarto do padre Andrés e de outros

⁶⁹ *Jornal da Bahia*. 29/10/1978. As informações detalhadas deste subtópico encontra-se em (ZACHARIADHES, 2009, p.103-112)

⁷⁰ Carta da CNBB – Secretariado Regional Nordeste III. 10/11/1978 (Arquivo do CEAS)

jesuítas, deixando sua biblioteca praticamente vazia.⁷¹ Logo depois, ele foi interrogado pela Polícia Federal do Rio de Janeiro, mas liberado por falta de provas.

No momento em que o CEAS tomou notícia do processo de expulsão contra o jesuíta, escreveu uma nota pública entregue a imprensa comentando o fato. Eles afirmavam que o caso do Padre Andrés “evidencia uma das restrições da anistia concedida pelo Governo”, posto que além de “não reintegrar os que já foram punidos, como ainda se procura dar curso a processos dessa natureza”.⁷²

Com a intervenção de D. Avelar Brandão Vilela que entrou em contato diretamente com o então ministro da Justiça, Petrônio Portella, foi encerrado o inquérito sobre a expulsão do jesuíta Andrés Mato. Tanto no caso da tentativa de expulsão do padre Perani quanto na do padre Andrés foi fundamental a interferência do Cardeal de Salvador que teve uma atitude enérgica em defesa dos dois sacerdotes.⁷³ O bom relacionamento que D. Avelar procurava manter com as Forças Armadas e os civis que apoiavam o Regime permitia a ele ter um grande espaço de manobra para interceder em defesa dos religiosos que trabalhavam em sua diocese e, principalmente, conseguir protegê-los contra a repressão militar.

A Autoridade Moral

Durante o período do seu arcebispado em Salvador, D. Avelar angariou um grande prestígio na sociedade baiana apesar dos conflitos nos quais esteve envolvido principalmente com o Governo Militar. O arcebispo circulava por campos políticos opostos com desenvoltura, procurando sempre ser uma figura de mediação nos momentos de crise. Ele conseguiu manter sua autonomia frente ao Governo e aos setores de oposição, sendo respeitado pelos dois lados. O arcebispo não fechava os olhos para os graves problemas sociais do Estado e fazia questão de se envolver, principalmente em um

⁷¹ As informações sobre as duas invasões do IBRADES, Relatório dos Acontecimentos. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento - IBRADES. (Arquivo Pessoal do Padre Andrés Mato). Essas invasões ocorridas na instituição estão relatadas também no livro organizado por Fernando PRANDINI, Victor PETRUCCI e Frei Romeu DALE, “As relações Igreja-Estado no Brasil” – volume3. São Paulo: Loyola, 1987, pp.36-39.

⁷² Nota padre ameaçado de expulsão apesar da Anistia. 24/09/1979 (Arquivo do CEAS).

⁷³ Para uma descrição mais pormenorizada da tentativa de expulsão dos jesuítas, ver (ZACHARIADHES, 2010, p. 103-112)

momento de repressão extrema contra as classes populares. Por tudo isso, D. Avelar acabou ocupando um espaço único no cenário político baiano: o de Autoridade Moral.

O General João Batista de Oliveira Figueiredo foi empossado como o novo presidente da República em 15 de março de 1979, para continuar a liberalização gradual do regime iniciado por Geisel. O Governo de Figueiredo teve que conviver com o crescimento das oposições civis no país. Os militares apesar de continuarem conduzindo o processo político, viram-se obrigados agora a negociar com setores da sociedade civil. No setor econômico, o Brasil entrava em uma profunda recessão registrando o esgotamento do modelo econômico adotado pelos militares. O governo do general Geisel para manter um alto nível de crescimento econômico do país precisou tomar vultosos empréstimos aumentando ainda mais a dívida externa brasileira. A inflação saiu do controle do Governo. Como consequência da recessão aumentou o desemprego no país. A dívida externa comprometia o próprio desenvolvimento do Brasil e os índices da inflação alarmantes corroíam os salários dos trabalhadores diminuindo o seu poder aquisitivo. (SKIDMORE, 1994, p. 447-452)

A economia baiana também foi atingida com o esgotamento do modelo intervencionista brasileiro em face da conjuntura internacional que acabou afetando o desempenho da atividade econômica da Bahia. E quem mais sofreu neste momento foram justamente os trabalhadores e as camadas mais pobres. A população da Capital sofria com o alto desemprego, com os problemas graves de falta de moradia e com o aumento da inflação que corroía os seus salários. Protestos e Greves pipocaram na cidade. E como lembrou Maria Helena Moreira Alves, mesmo durante a chamada Abertura, “grupos ligados aos movimentos sociais de trabalhadores e camponeses [...] enfrentaram repressão contínua e sistemática” do Governo. (ALVES, 2005, p. 273)

A cidade de Salvador adentrou a década de 1980 de forma agitada. Vários setores das camadas populares revoltaram-se em várias ocasiões contra as péssimas condições de vida e o problema crônico da moradia. Os trabalhadores fizeram inúmeras greves por melhores salários. Pressões sociais abafadas durante anos se manifestavam neste momento. A cidade parecia um barril de pólvora prestes a explodir. E o arcebispo foi chamado para atuar em todos os eventos para tentar resolver ou para evitar a repressão mais intensa contra a população.

Greve da pm

Entre os dias 13 a 15 de março de 1981, foi deflagrada a greve da Polícia Militar da Bahia. Milhares de policiais militares do Estado deixaram de fazer o policiamento ostensivo nas ruas. Além dos soldados, ocorreu adesão forte dos oficiais, em especial, tenentes e capitães. Entre outras reivindicações, a tropa queria a equiparação salarial às Forças Armadas, além de melhores condições de trabalho. Devido ao soldo baixo, a maioria dos soldados tinham uma segunda atividade para complementar a renda. Apesar do Governador Antônio Carlos Magalhães afirmar que não aceitava pressões para analisar os pedidos da tropa, a adesão à paralisação das atividades foi tão alta que 95% do efetivo da PM em Salvador tinha parado. (ARCHANJO, 2008, p.31-35)

Com a greve da PM, as Forças Armadas foram chamadas para patrulhar as ruas da capital baiana. O clima na cidade era de tensão. O Governador ACM ameaçava os levantados. Os grevistas foram duramente reprimidos. Um coronel líder do movimento foi preso junto com outros oficiais e praças. O momento mais grave foi quando cinco tenentes da PM foram emboscados por Fuzileiros Navais. Destes, dois saíram feridos e o Tenente Valmir Alcântara foi morto a tiro. O Governador ACM culpou os próprios policiais pelo incidente: “Se a Polícia Militar estivesse cumprindo os seus deveres, assegurando a tranquilidade pública, nenhum incidente teria ocorrido” (ARCHANJO, 2008, p.36)

O enterro do tenente Valmir Alcântara refletia a apreensão do momento. Foi proibido o velório do corpo do oficial na Capelania Militar ou no Quartel dos Aflitos, sede da PM, tendo que ocorrer no próprio Instituto Médico Legal (IML). O corpo do tenente saiu do IML acompanhado de uma viatura do Exército e foi enterrado sem honras militares. O cemitério estava cercado por soldados do Exército. Os ânimos estavam exaltados. O Monsenhor Walter Jorge Pinto de Andrade foi proibido pelo General Costa Rego, comandante da 6ª Região Militar, de celebrar a missa de 7º dia⁷⁴. O Monsenhor então comunicou ao Cardeal o problema pedindo ajuda para uma solução para o caso. O Cardeal respondeu que a solução estava dada: ele próprio iria fazer a celebração. A missa foi marcada por muita emoção, os familiares e amigos choraram a perda do tenente, mas não foi registrado nenhum problema.⁷⁵

⁷⁴ A memória do Monsenhor Walter Pinto falha na entrevista que concedeu e fala que foi a missa de 30º dia que tinha sido proibida. (PORTELA, 2012, p.138-139). Na pesquisa dos jornais fica claro que foi a missa de sétimo dia a proibida e por isso celebrada pelo arcebispo.

⁷⁵ “D. Avelar pede à PM voto de confiança no Governo”. *Tribuna da Bahia*, 23 de março de 1981.

Perante a Greve da PM, Dom Avelar se posicionou favorável a ela, indo de encontro às falas do Governador Antônio Carlos Magalhães e do General do Exército Rego Moraes, afirmando que a Greve da Polícia Militar baiana tinha fundamento legal, declarando que "em princípio, um soldado também pode participar de uma Greve, por motivos de ordem reivindicatória justa, como direito de qualquer cidadão".⁷⁶

Quebra-Quebra

Em agosto de 1981, a prefeitura de Salvador concedeu um reajuste de 61% no valor das tarifas de ônibus. Ela não imaginava que a partir daí “surgiria a maior explosão popular que aconteceu em Salvador nas últimas décadas.” (FERREIRA, 2008, p. 16). A principal organização na luta contra esse aumento foi o Movimento Contra a Carestia (MCC) que conseguiu o apoio de políticos de oposição contra o aumento da tarifa e organizou várias mobilizações de rua e tentativas de reunião com o prefeito para tentar cancelar o reajuste.

Após uma passeata marcada para o dia 19 de agosto pelo MCC, que saía da praça do Campo Grande até a prefeitura, populares iniciaram a destruição de ônibus, como forma de repúdio à medida dos governantes. A partir dessa iniciativa, centenas de ônibus foram apedrejados e incendiados. Mais de quatorze dias de mobilização popular tomaram conta de Salvador. Enfrentamento entre a Polícia e os populares ocorriam constantemente. O Exército foi chamado para ajudar a controlar a cidade novamente.

A tensão na capital baiana mais uma vez era enorme. O Governo estadual culpava o MCC pelos acontecimentos. Uma concentração tinha sido marcada pelo Movimento no bairro popular da Lapinha, onde ocorreria uma assembleia para decidir como continuar as reivindicações contra o aumento da tarifa de ônibus. Só que a manifestação foi proibida pela Secretaria de Segurança Pública. Mais uma vez o Cardeal foi acionado para tentar evitar uma repressão aos manifestantes. Ele aconselhou ao MCC que não fosse feita a concentração na rua, mas que ocorresse a assembleia nos espaços da Igreja no bairro de São Caetano e finalizou: “De outro lado recomendamos à Polícia que se revista de muita prudência, para evitar quaisquer precipitações”. O evento ocorreu na Igreja sem maiores problemas.⁷⁷

⁷⁶ Greve da PM-Ba e apoio de Avelar ASV_ACE_1431_81 (Arquivo Nacional)

⁷⁷ “Polícia proíbe reunião do MCC hoje na Lapinha”. *A Tarde*. 20-09-1981 e “Cardeal esclarece sua posição frente ao MCC”, *A Tarde* 22 de setembro de 1981.

O problema das invasões e das favelas

D. Avelar Brandão era uma figura chamada para mediar todos os conflitos. Mas, ele sempre deu uma atenção especial ao problema das invasões e das favelas. A Igreja Católica se preocupava com esse grave problema em Salvador. Essa era uma questão que envolvia vários padres e freiras na luta por uma moradia adequada para a população. Padres como Sergio Merlini, Paulo Tonucci, Renzo Rossi, Gianfranco Confalonieri e as freiras e irmãs do GRIMPO – Grupo de Religiosas inseridas no Meio Popular entre outros tinham uma atuação fundamental nesta luta e encontrava total apoio no seu Cardeal quando era preciso.

Fernando Schimidt, ex-presidente da OAB-BA (1981-1982) e vereador pelo PMDB nos anos de 1983-1988, afirma que a atuação de Dom Avelar foi marcante na questão da luta pela moradia pois: “com sua autoridade moral e seus compromissos com a justiça e a liberdade, conseguiu exercer papel muito importante de resistência e mediação. Dom Avelar foi o grande construtor dos consensos possíveis, numa época em que até pensar em consenso era perigoso”. (PORTELA, 2012, p.207)

Um momento específico que é simbólico na forma de atuar de D. Avelar ocorreu ainda no ano de 1978. Moradores de um bairro do Subúrbio, Alto do Cabrito, pretendiam fazer uma passeata por melhores condições no seu bairro que segundo o jornal *O Estado de São Paulo* era “um bairro-favela encravado em encostas, com ruelas enlameadas, sem água encanada, luz elétrica ou sistema de esgotos, sem postos de saúde ou escolas”.⁷⁸ O padre Ademar Dantas era o organizador da Marcha. Ele me informou na entrevista que havia um medo entre os moradores da polícia vir e acabar com a passeata, devido as ameaças feitas.⁷⁹ Então ele foi falar com o Cardeal. D. Avelar resolveu o problema como nos mostra a foto na próxima página:

⁷⁸ “Dom Avelar incentiva movimento em favela”. Jornal O Estado de São Paulo. 26 de setembro de 1978

⁷⁹ Entrevista com Monsenhor Ademar Dantas (13-10-08)



Fonte: Jornal *O Estado de São Paulo*. 26 de setembro de 1978.

D. Avelar participou da passeata até o final e depois celebrou uma Missa. Ao participar do evento, o arcebispo dava apoio aos moradores e evitava que a repressão fosse utilizada pela Polícia nessa ocasião. A intercessão de D. Avelar nos problemas de moradia foi constante como se pode ver fazendo uma breve pesquisa nos jornais baianos entre os anos de 1978 a 1985. D. Avelar procurava evitar que as queixas dos moradores se tornassem conflitos maiores ou que a repressão viesse até eles. O Governo lançou um boato de que poderia ocorrer uma possível invasão de vários terrenos em Salvador, no ano de 1981. O governador ACM informava que as pessoas estavam sendo influenciadas pelo PC do B. Ao ser questionado sobre isso, o Cardeal afirmou, segundo os militares do CISA:

O Governador Antônio Carlos Magalhães denunciou, através da imprensa local, que o PC do B estaria organizando uma grande invasão no mesmo dia, na mesma hora e em lugares diferentes a fim de desmorientar a ação policial e causar uma grande repercussão entre o povo baiano. (...)

O Cardeal Avelar Brandão Vilela, em uma entrevista à imprensa tentou minimizar as informações que teriam sido detectadas pela SSP. Mostrou que muito mais importante que se alardear o sentido ideológico das invasões é encontrar soluções para o problema da moradia, que assume características sérias no País.

"O problema fundamental não é saber quem está comandando as invasões, quem as estimula ou as programas [sic], mas porque elas existem e porque estão crescendo a ponto de colocar em perigo a ordem pública".

"Se o governo pretende combater os ativistas do PC, combata antes os focos de misérias aos quais eles se nutrem e nos quais encontram forças para novas investidas"⁸⁰

Os problemas das invasões davam uma dimensão das dificuldades que a maioria da população estava passando e a violência que sofria do Estado e dos mais ricos. A violência que foi cometida contra os invasores de uma região conhecida como Malvinas foi surpreendente. Mesmo com o processo de desapropriação estando na Justiça para decidir quem era o proprietário do terreno, se seria da prefeitura ou de um particular, o suposto dono expulsou os moradores com tratores passando por cima dos barracos. D. Avelar compareceu ao local e avisou: “podem contar comigo”. Afirmava que se a justiça não desse ganho de causa aos moradores, ele iria à prefeitura quantas vezes fosse preciso para realocar os moradores e criticou o ato de barbaridade afirmando que não era tolerável “enxotar as pessoas com tratores” e concluiu: “Não é possível dentro da lei humana nem muito menos dentro da lei Divina, resolver um problema desse com violência”.⁸¹

O moderador

Nesse momento, as condições do trabalhador tinham piorado consideravelmente fruto da crise que assolava o país na ocasião. Greves e paralisações se multiplicaram com as respectivas reações do Governo e do Patronato. E mais uma vez D. Avelar era chamado para intermediar as negociações. O arcebispo mediava greves de várias categorias, tinha de todos os tipos, para todos os gostos.

Em maio de 1984, os professores da rede particular de ensino entraram em greve por melhoria salarial. Como o Sindicato dos Estabelecimentos de ensino estava irredutível e ameaçava endurecer, eles foram pedir ao Cardeal para intermediar as negociações, que prontamente aceitou.⁸² Entre os meses de outubro e dezembro de 1985 os docentes da rede estadual tinham feito uma grande greve que segundo os agentes do SNI: “mostraram, durante a greve, o poder de mobilização, união e organização da categoria”⁸³. O aumento salarial foi obtido e antecipação do reajuste do próximo ano antecipado. O “arcebispo de

⁸⁰ D. Avelar defende invasores em Salvador BR_AN_BSB_VAZ_114A_0141. (Arquivo Nacional)

⁸¹ “Cardeal aos invasores: podem contar comigo”. *Jornal da Bahia*, 31/12/1982

⁸² “Cardeal é o mediador na greve do magistério”. *Jornal da Bahia* 12/05/1984 e “Dom Avelar quer a volta do diálogo nas negociações”. *Tribuna da Bahia* 12 de maio de 1984. “Cardeal tentará uma solução para greve”. *A Tarde*, 12/05/1984

⁸³ Greve dos professores intermediação de Avelar ASV_ACE_8324_86 (Arquivo Nacional)

Salvador, foi naquela época quem intermediou as negociações entre as partes e deu o seu aval à decisão do Executivo”⁸⁴.

Em 1984, ocorreu uma greve com grande adesão dos professores e servidores da Universidade Federal da Bahia. Além de melhorias salariais, eles queriam evitar os cortes feito pelo Governo Federal na Universidade que já tinha feito o Hospital Universitário Edgard Santos fechar por falta de verbas. Depois de mais de dois meses de greve os salários foram cortados. Uma comissão foi criada de professores e funcionários e foram pedir para D. Avelar intermediar os contatos com o Ministério de Educação. D. Avelar aceitou e disse que o não pagamento dos salários era atitude “dura e extremamente severa”.⁸⁵ Em contato com a ministra da Educação, Esther Ferraz, ela prometeu rever punições desde que os funcionários voltassem a trabalhar e iria criar um Conselho para estudar os problemas da Universidade. D. Avelar achou uma boa proposta⁸⁶. Ele defendia mais verba para o Hospital Universitário e avisou: “Não aceito desculpas de falta de verbas, alegada pelo Governo, não convence ninguém”.⁸⁷

O arcebispo não era solicitado apenas para mediar conflitos em Salvador, sendo chamado para participar das negociações em outras cidades do Estado pertencentes a outras dioceses. E como sempre ele não se furtava a atender os vários pedidos que chegavam até ele.

O padre italiano Aldo Luchetta, vigário do município de Riacho de Santana pertencente a diocese de Caetité na Bahia, estava tendo problemas com a autoridade municipal, a Justiça e os vereadores de Riacho de Santana devido ao seu trabalho pastoral com a população. O grau de conflito estava elevadíssimo, como nos mostra um documento dos órgãos de informação que afirma que “o padre Aldo é o terror da região. Nada se faz no município sem que ele seja consultado, o padre ofende no púlpito o Prefeito, a Juíza de Direito, o Delegado de Polícia e outras autoridades que se opõem ao seu trabalho”. A prefeitura e os vereadores chamaram D. Avelar então para intermediar uma solução. O presidente do Tribunal de Justiça foi ao Cardeal solicitar providencias, “ouvindo do prelado, contudo, a recomendação de que a Juíza não deveria interferir nos

⁸⁴ D. Avelar intermedia greve dos professores ASV_ ACE_8548_86 (Arquivo Nacional)

⁸⁵ “Dom Avelar condena punições na UFBA”. *Jornal da Bahia* 26/07/1984

⁸⁶ “Cardeal apoia propostas do MEC aos grevistas”. *A Tarde* 1/08/1984

⁸⁷ “Cardeal apoia reabertura das clínicas” e “Dom Avelar apoia luta pelas Clínicas”. *Jornal da Bahia* 14/7/84

trabalhos do padre”. Então, segundo o documento “o padre Aldo continua atacando e desmoralizando a Juíza e esta nada pode fazer”.⁸⁸

Na reunião com o padre e as autoridades do município, D. Avelar tinha afirmado que: “o trabalho do padre Aldo é digno de nota no campo educacional e promocional.” Mas avisava que “seu método de ação pastoral pode sofrer modificações, sobretudo nas atuais circunstâncias”. Depois com D. Avelar, o padre foi levado para conversar com o Governador. Como ACM tinha um grande respeito por D. Avelar teria dito: “o melhor é esquecer as acusações”.⁸⁹

A atuação de D. Avelar na Bahia foi importantíssima. A sua intervenção em vários casos demonstra o respeito que ele tinha para o Governo e para a sociedade baiana. D. Avelar entendia ser esta a missão do arcebispo, o de mediar os conflitos na tentativa de uma solução. Às vezes fazia declarações mais românticas, em outros momentos críticas mais duras. O seu processo de negociação não queria dizer a solução do problema, mas muito da sua ação evitava uma repressão maior às camadas populares. Tem um ditado popular que afirma que quando alguém quer reclamar que vá se queixar ao Bispo. E na Bahia essa máxima nunca fez tanto sentido.

⁸⁸ D. Avelar interfere por Aldo Luccetta Riachão ASV_ACE_7941_85. (Arquivo Nacional)

⁸⁹ D. Avelar MEDIADOR conflito de padre e Igreja ACE_1453_81. (Arquivo Nacional)

CAPÍTULO VI

DOM AVELAR NO CELAM E A IIª CONFERÊNCIA EPISCOPAL LATINO-AMERICANA

No capítulo final desta tese abordarei a atuação de Dom Avelar Brandão Vilela no Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), principal organismo católico do continente. Órgão que presidiu de 1966 a 1972. Ele foi um dos organizadores da IIª Conferência Episcopal Latino-Americana realizada na cidade de Medellín, Colômbia, entre os dias 24 de agosto e 6 de setembro de 1968. Esse evento é considerado como um dos mais importantes da Igreja Latino-Americana no século passado. Muitos sacerdotes e pesquisadores afirmam que existem uma Igreja latino-americana antes e uma depois de Medellín. Um sinal da maturidade da instituição no continente.

Do Concílio Plenário Latino-Americano à Criação do Celam em 1955

A história Igreja Católica no novo Mundo começa com a chegada dos espanhóis e portugueses ao continente e com a implantação de um cristianismo ibérico para o além-mar. A chegada da Igreja no continente estava diretamente relacionada com a expansão do capitalismo mercantil. Os navios que transportavam soldados, ouro, especiarias, açúcar, escravos, também levavam missionários, bispos e fiéis. As Ordens religiosas tiveram um papel importante na colonização indígena. A Igreja foi implantada sobre a égide do padroado espanhol e português a quem estava diretamente subordinada.

No período colonial devido aos problemas de transporte em uma região muito extensa e dos conflitos políticos, reuniões de bispos eram mais difíceis de ocorrer. De todo modo existiram Concílios e Sínodos provinciais na América Hispana para tentar trabalhar de forma conjunta. Os mais importantes foram os Concílios provinciais, em Lima, em 1552, 1567 e 1582; e os Concílios Provinciais no México em 1555, 1565 e 1585. Na América portuguesa, devido a organização da Igreja não ser tão forte como na América Espanhola, o primeiro sínodo só ocorreria, em 1707, na Arquidiocese de Salvador. Entretanto, apesar de congregar todas as dioceses sufragâneas (Rio de Janeiro e Olinda no Brasil; Angola e Santo Tomé na África), apenas o bispo de Angola esteve presente nesse sínodo. Dessa reunião saíram as “Constituições Primeiras do Arcebispado

da Bahia” que serviram como a principal legislação eclesiástica no Brasil colonial. As *Constituições* foram assumidas por todas as outras dioceses. (KLINGE, 2006, p.15-17 e LOSADA, 2016, p.14-17).

A partir do século XIX, o Vaticano começou a ter uma relação mais direta com a América Latina¹. Depois do processo de lutas nacionais, durante as primeiras décadas desse século, o Papa tinha que lidar agora com Nações independentes. A Cúria Romana atuou em dois sentidos principais: primeiro, procurou estimular uma maior colegialidade entre os bispos do continente e segundo, exerceu um maior controle sobre as Igrejas nativas.

Em 1858, foi criado, em Roma, o Colégio Pio-Latino Americano pelo sacerdote chileno José Ignacio Víctor Eyzaguirre Portales. Iniciativa apoiada pelo Papa Pio IX. Foi nos alunos desse estabelecimento de ensino que a Cúria procurou os futuros prelados do continente. Os sacerdotes que saíam desse colégio estavam mais alinhados com a política do Vaticano e faziam uma defesa mais forte do ultramontanismo² nos seus respectivos países.

Entre 1869 e 1870 foi convocado o Concílio Vaticano I que defendeu o primado e a infalibilidade do Papa, fortalecendo a figura do Pontífice. Nele, a Igreja se opôs à modernidade, ao racionalismo e ao liberalismo. Esse Concílio contou com a presença de 40 bispos latino-americanos (7 brasileiros). O episcopado dessa região votou em massa pelo fortalecimento do poder do Papa, em consequência, do Vaticano sobre as Igrejas nacionais, consolidando o processo de Romanização no continente. (DREHER, 1999, p.184-185 e ZILLES, 1970, 151-168)

No final do seu pontificado, Leão XIII (1878-1903) convocou o episcopado latino-americano, em Roma, para participarem do Concílio Plenário Latino-Americano (1899). Este Concílio marcava uma nova era da relação de Roma com a Igreja latino-americana, pois unificava “em termos pastorais, doutrinários e jurídicos as diretrizes

¹ Foi a partir do século XIX que se começou a gestar a ideia de América Latina que englobava dezenas de países com histórias, culturas e línguas diferentes. Antes disso falava-se em América Hispânica com seus vice-Reinos e América Portuguesa ou Brasil. Para a construção da ideia de América Latina, ver: (FARRET e PINTO, 2011) Os textos da Igreja Católica, a partir da segunda metade do século XX, geralmente diferenciam “América Latina e Caribe”. Entretanto, neste capítulo, quando eu falar de América Latina estarei englobando as duas regiões.

² O Ultramontanismo significa “as pessoas ou os partidos que seguiam a liderança política e a orientação espiritual dos papas, na luta contra os estados levados pelas correntes de nacionalismo e liberalismo, os quais olhavam a Igreja com o um a agência governamental a ser controlada ou com o um inimigo a ser destruído” (AZEVEDO, 1988, p. 213).

romanas para a América Latina, impondo uma uniformidade até então desconhecida” (BEOZZO, 1993, p. 17). Para José Uriel Patiño Franco, esse evento foi marcante para o início da criação de um sentimento de colegialidade entre os bispos, pois antes “não existia uma especificidade latino-americana”, o que os prelados sabiam “era que estavam em um continente católico em que a ideia de pluralismo tinha significado hostilidade e desintegração.”³

De fato, esta foi a primeira vez que bispos de todos os países latino-americanos se reuniam para trabalharem em conjunto. Bispos dos países da antiga América Hispânica e do Brasil trabalharam em comunhão com o Vaticano para tentar enfrentar os problemas que a Igreja passava no continente e traçavam linhas de ação para o futuro.

Nesse Concílio, o Papa estabeleceu a obrigação dos bispos de reunir-se periodicamente a fim de incrementar a colegialidade episcopal, estudar a realidade de cada país e buscar soluções em conjunto: “Recomendamos encarecidamente que com frequência comuniquéis vossas opiniões e, quando lho permita a distância e vossos sagrados deveres, multipliquei mais e mais as reuniões episcopais”. (VIEIRA, 2016, p.98) Foi o estímulo inicial para as futuras conferências episcopais nacionais. As primeiras criadas foram as do México e da Colômbia ainda em 1908. (LOSADA, 2016, p.22)

Para melhor desempenhar o trabalho apostólico da Igreja, o Vaticano ampliou o número de dioceses no continente, atitude que se aprofundou durante todo o século XX. Apoiou a ida do clero da Europa para a América Latina para diminuir o problema grave da falta de sacerdotes no continente. O Vaticano acabava estimulando uma tentativa de europeização da forma e do conteúdo da Igreja Católica no continente latino-americano, que no final dificultava a evangelização da maior parte da população e acabava afastando as classes populares da Igreja. Procurou criar um catolicismo mais oficial e clerical que se chocava com a religiosidade popular da maioria dos habitantes do Novo Mundo, visto agora como “ignorância” religiosa. (LIBÂNIO, 2008, p.55-76)

Nas questões sociais, apesar da heterogeneidade das realidades, em geral, a ação da Igreja no continente foi extremamente conservadora neste momento. Não raro, desautorizava greves e revoltas populares. As manifestações da população eram vistas

³ “Cuando se habla de Concilio Plenario Latinoamericano se debe tener presente que en aquella época no existía una especificidad propia latinoamericana, porque los obispos no tenían ese criterio; lo único que los prelados sabían era que estaban en un continente católico en el que la idea del pluralismo había significado hostilidad y desintegración” (FRANCO, 2002, p.172).

como um problema e não as estruturas que as criavam. Os inimigos principais da Igreja seriam os comunistas, protestantes e os maçons. De todo modo é importante destacar a força de um catolicismo social que teve presença principalmente no México, Uruguai, Argentina e Chile, a partir do final do século XIX, fortalecido com a encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, em 1891.⁴

Com a proclamação da República no Brasil, em 1889, o Vaticano deu uma atenção especial ao país pela sua importância e força dentro do continente latino-americano. Com o fim do padroado e do financiamento do Estado para a Igreja, apoiou a ida de várias Ordens religiosas estrangeiras para ajudar a suprir a carência de sacerdotes no País. Como forma de prestigiar o episcopado brasileiro, nomeou, em 1905, o primeiro Cardeal do continente, o arcebispo Joaquim Arcoverde, do Rio de Janeiro. Em 1934, o Papa Pio XI apoiou a criação do Colégio Pio-Brasileiro – separado do Pio Latino-Americano - para a preparação dos sacerdotes do país.

A maioria dos membros das Ordens Religiosas que vinham para o Brasil traziam uma visão europeia da realidade carregada de preconceito, o que dificultou a sua penetração na população brasileira ficando mais restrito às camadas médias. Apesar do problema crônico da falta de clero no país, muitas Ordens religiosas criavam impedimentos a brasileiros para ingressarem ao clero por questão de cor. Os dominicanos, até meado da década de 1920, tinham como norma na sua Escola Apostólica não admitirem negros ou mestiços. Os capuchinhos afirmavam que “pouco se espera dos brasileiros” para serem frades, já que seus pais “sabem mais educar jumentos que os próprios filhos, [os quais] por natureza são inimigos da disciplina” (VIEIRA, 2016, p.124-125).

O Vaticano conseguiu se impor e exercer uma grande influência na Igreja Latino-Americana a partir do século XIX. Estimulava ou coíbia iniciativas locais. A dependência das igrejas nacionais à Cúria foi se ampliando gradativamente. E a influência do modelo de Igreja europeia nos países se fortaleceu junto com uma visão eurocêntrica. O que fez o teólogo Clodovis Boff afirmar: “a Igreja latino-americana, mais que ser igreja **da** América Latina, era mais propriamente a Igreja **europeia na** América Latina.

⁴ Estes países são pioneiros na construção de um catolicismo social no continente. No México, teve um sindicalismo católico muito forte destruído em 1926. Vários Círculos Obreiros foram criados no Uruguai, Argentina e Chile que depois sofreram perseguições do Governo e da própria Igreja (FRANCO, 2002, p. 183 e MAURO, 2015, p. 181-205).

Era, de fato, uma Igreja em estado de minoridade, tutelada, privada de sua legítima autonomia institucional.”⁵

Entre os Anos de 1939 e 1945, o mundo viveu os horrores da II Guerra Mundial. Quando acabou a Grande Guerra um novo cenário se descortinava para a Igreja Católica. O mundo do pós-2ª Guerra abalou dogmas racistas de superioridade e enfraqueceu a liderança política da Europa. Em uma sociedade sob o espectro da guerra fria, o desenvolvimento tecnológico e bélico acentuado, a descolonização da Ásia e da África, o aumento da influência que os partidos Comunistas começaram a ter nos países europeus e de outros continentes fez com que a Igreja procurasse novas respostas para os problemas que apareciam.

O Papa Pio XII⁶ pensou na realização de uma Conferência Episcopal Latino Americana para os bispos identificarem em conjunto quais os maiores problemas para a instituição e as formas mais eficazes de enfrentá-los. A Conferência foi marcada para acontecer no Rio de Janeiro onde ocorreria o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. O evento seria presidido pelos delegados pontifícios, o Cardeal Adeodato Giovanni Piazza, secretário da Sagrada Congregação Consistorial; Dom Antonio Samoré, secretário da Congregação para Assuntos Eclesiásticos Extraordinários. Tiveram como secretários os bispos Alfredo Silva (Chile), Octavio Beras (Santo Domingo), Octaviano Márquez (México) e D. Helder Câmara (Brasil). Participaram das sessões de trabalho todos os cardeais latino-americanos, exceto os 2 da Argentina devido a impedimentos causados pelo regime peronista, 37 arcebispos e 58 bispos representando 23 países da América Latina além de observadores externos e representantes da Cúria.

⁵ BOFF, Clodovis. “A originalidade histórica de Medellín”. In: <http://www.servicioskoinonia.org/relat/203p.htm>. Destaques no original Acesso em 4/12/2017

⁶ Segundo KLINGE (2006, p. 35) o Papa Pio XII buscou um processo de “deuseuropaização” da Igreja Católica no continente. Isto não significou o fim da ida do clero europeu para o continente, na verdade, foi intensificado; mas sim uma mudança de forma de trabalho, em que agora estes sacerdotes procuraram se adaptar a realidade do continente, buscando compreender e respeitar a cultural local.



Bispos e Arcebispos na I conferência Episcopal Latino Americana no Rio de Janeiro em 1955. Arquivo do CELAM

A Conferência do Rio de Janeiro teve uma preocupação maior com os problemas internos da Igreja Católica. Segundo os bispos: “o problema fundamental que aflige as nossas nações, a saber: a escassez de sacerdotes”. Propunha uma melhor formação para o clero. Identificaram com os principais inimigos da Igreja: o laicismo, a maçonaria, o espiritismo, o protestantismo e o comunismo.

As conclusões e sugestões apontadas pela Conferência não diferenciavam em nada das propostas anteriores da Igreja. Apesar da década de 50 ocorrer enormes mudanças na sociedade latino-americana isso não se refletia nesse documento que era bastante tradicional. Os sacerdotes ainda se viam como “eleitos pelo Senhor para ser guia, luz, e mestres dos demais”. Apoiavam a Ação Católica, mas sobre a participação do leigo tratava-o como “auxiliar do clero”, não incentivando sua autonomia: “sempre abaixo da obediência dos bispos e dos párocos, e dentro das formas e ofícios que não são privativos do ministério sacerdotal”.

O documento final da Conferência preocupava-se com a questão indígena, mas por uma ótica missionária antiga que via os índios não sendo portadores de uma religião e cultura próprias sendo necessários catequistas para “que instruem os índios, dirijam suas

orações, preparem para o batismo, assistam aos moribundos, etc”.⁷ Em uma comunicação do então bispo de Aracajú, Dom Fernando Gomes, ele se mostrava preocupado com o problema do preconceito racial dos negros no Brasil, mas com relação a religião afro-brasileira reflete o preconceito comum na época:

Sob o aspecto religioso, a contribuição dos africanos tem influído de maneira impressionante em nossa vida. Somos um povo predominantemente católico, mas de um catolicismo desfibrilado pela superstição, pelo fetichismo importado da África e transmitido de geração em geração pelas “mães pretas” e “babás”, celebradas em prosa e verso por sociólogos e poetas.

O xangô, o candomblé, a macumba, os “terreiros” e “pais de santo”, condecorados em nossos dias com honras e insígnias de uma civilização desorientada e vazia, inclinaram a alma do povo para a superstição, para a feitiçaria.⁸

Os resultados da Conferência do Rio tendiam a ficar no vazio se não fosse o pedido feito ao Papa para que fosse criada uma Conferência Episcopal Latino Americana.⁹ Este foi o grande fruto desta reunião. Ideia apoiada entusiasticamente pela Cúria Romana, transformando-se na primeira Conferência episcopal continental¹⁰. O nome da instituição ficou como CELAM e a sua sede em Bogotá, na Colômbia.¹¹ Foi eleito para ser primeiro presidente do organismo católico, o Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara¹², o primeiro vice-presidente Monsenhor Miguel Dario Miranda, o segundo vice-presidente Monsenhor Manuel Larraín do Chile e o secretário-geral o monsenhor Julián Mendoza da Colômbia. A primeira grande função do Celam seria impulsionar a criação das

⁷ Declaración de los Cardenales, Obispos y demás Prelados representantes de la Jerarquía de América Latina reunidos en la Conferencia Episcopal de Rio de Janeiro 1955. In: http://www.celam.org/conferencias_rio.php. Acesso em 12/12/2017

⁸ Comunicação “O Negro no Brasil”. D. Fernando Gomes. Bispo de Aracajú. Primera Conferencia General del episcopado latinoamericano. 25 de julio al 4 de agosto de 1955. Documentos. Proyecto. Reglamento. Conclusiones. Arquivo do CELAM

⁹ “La Conferencia General del Episcopado Latinoamericano por unanimidad ha aprobado pedir, y atentamente pide a la Santa Sede Apostólica, la creación de un Consejo Episcopal Latinoamericano” In: Declaración de los Cardenales, Obispos y demás Prelados representantes de la Jerarquía de América Latina reunidos en la Conferencia Episcopal de Rio de Janeiro 1955. In: http://www.celam.org/conferencias_rio.php. Acesso em 12/12/2017

¹⁰ O CELAM foi o primeiro organismo episcopal continental da história. O sucesso deste Conselho Episcopal influenciou, em outras regiões, a criação de entidades semelhantes como na África, Ásia e Europa Central.

¹¹ A proposta inicial do nome seria “Cela”. O Vaticano incluiu a letra m no final para não confundir com a inflexão do verbo celar, em espanhol, “vigiar”. Na eleição, a maioria do episcopado decidiu que a sede do Celam era para ficar em Roma. O Papa discordou. Ele achava que a sede do Celam deveria ficar no próprio continente. Em uma outra eleição o país que venceu a escolha foi a Colômbia por contar com uma Igreja forte e ser um país mais equidistante entre toda América Latina. (RESTREPO, 1982, p.37-40)

¹² Dom Jaime Câmara teve uma participação apagada quando presidente do CELAM. Muito se deveu também ao seu estado de saúde frágil. Ele evitava ir a sede da instituição, em Bogotá, pois a cidade fica a 2.640 metros acima do nível do mar e em uma ocasião na cidade ficou enfermo precisando de acompanhamento médico.

Conferências Episcopais em cada país do continente que tiveram como influência a CNBB fundada em 1952.

É necessário destacar a importância da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para a história da Igreja da América Latina neste momento, para além da sua importância na política e religião do Brasil. A CNBB foi o modelo de criação das outras Conferências Episcopais na América Latina. Apesar de que teoricamente já tivessem sido criadas outras Conferências Nacionais, somente a CNBB contava com uma Coordenação Geral permanente, com estrutura fixa e reuniões episcopais constantes para decisões supradiocesana (CARRIQUIRY, 2007, p.26)¹³ Talvez não seja exagero as palavras do padre e teólogo belga José Comblin: “No mundo católico, a CNBB tem uma fisionomia bem particular, que não decorre de textos jurídicos, e sim da sua história. Não é uma Conferência Episcopal semelhante às outras. Ela é a CNBB” (*Apud* SOUZA JR., 2016, p.119).

CELAM – A colegialidade do episcopado latino-americano

O Conselho Episcopal Latino Americano foi um fruto de ação de um grupo decidido de bispos e arcebispos latino-americanos que defendiam uma nova forma de trabalhar da Igreja Católica no continente. Mas a ideia inicial do CELAM foi do Monsenhor italiano Antonio Samoré quando ainda núncio apostólico na Colômbia entre 1950-1953 (RESTREPO, 1982, p.10-11). Aliás, a atuação desse prelado para a Igreja Latino-Americana foi fundamental neste momento. Ele foi um dos presidentes da Conferência do Rio representando o Papa. Entre 1967 e 1969, tornou-se presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina (CAL), apoiando as inovações do CELAM que culminaria na II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín onde ele de novo foi um dos presidentes.¹⁴

¹³ Para (LOSADA, 2016, p.29) “Aunque ya se habían creado las Conferencias Episcopales de México y Colombia (1908) y el Secretariado del Episcopado de América Central (1942), sin embargo, la fundación de la CNBB, en el país de mayor número de católicos y de diócesis de América Latina, tuvo un significado especial”.

¹⁴ O Cardeal Antonio Samoré é mais conhecido pela sua atuação como mediador no conflito entre Argentina e Chile pela posse da região do estreito de Beagle, que estava na iminência de uma Guerra no final de 1978. Como ele era muito respeitado no continente, o Papa João Paulo II o enviou para ajudar no acordo de Paz que foi assinado pelos dois países no Vaticano. Sobre o conflito de Beagle e a atuação do Cardeal Samoré, ver: (NOVARO & PALERMO, 2007, p.322-339).

O Conselho Episcopal Latino-americano foi um organismo criado para fortalecer a colegialidade do episcopado no continente. Não estava acima das Comissões Episcopais Nacionais e objetivava servir de contato e colaboração entre elas. Entre as funções do CELAM estavam: estudar os problemas da Igreja latino-americana, coordenar as atividades católicas e preparar as Conferências Episcopais. A sua direção era eleita pelos bispos para um período determinado. O Vaticano criou, em 1958, a Pontifícia Comissão para a América Latina (CAL) que tinha como uma das funções “ajudar de forma eficaz com os meios pastorais mais oportunos o Conselho Episcopal Latino-americano” (LOSADA, 2016, p.47). Dentro deste mesmo espírito eclesial de comunhão foi fundada a Confederação Latino-americana de Religiosos (CLAR), em 1959, com o propósito de coordenar e animar os trabalhos das ordens Religiosas masculinas e femininas.

O CELAM foi concebido por um grupo pequeno e destacado de bispos que tinham uma visão mais coesa da Igreja e modernizante. Porém, inicialmente este organismo católico foi comandado pelos bispos mais tradicionais, tornando-se uma força conservadora em seus primeiros anos. Preocupava-se mais com o comunismo, o protestantismo e a maçonaria do que a miséria da maioria da população do continente. Defendia soluções tradicionais de espiritualidade. Em alguns textos dos *boletins informativos* do CELAM entre 1959 e 1960, que era distribuído por todas as dioceses do continente, a entidade apoiava o movimento da Cruzada Mundial do Rosário, criada e liderada pelo padre irlandês Patrick Peyton, que teve uma atuação importante na América Latina.¹⁵

Em 1958, assumiu o comando da Igreja Católica mundial, o Cardeal Angelo Giuseppe Roncalli, o Papa João XXIII. Esse pontífice deu uma nova orientação para a Igreja. Ele esteve mais aberto ao mundo moderno e procurou promover um *aggiornamento*, atualização, da Igreja Católica com os novos tempos. Suas encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) refletiam uma preocupação renovada da Igreja nas questões sociais e políticas do seu tempo. E para surpresa do mundo católico, João XXIII convocou o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), que significaria o evento mais importante da Igreja Católica no século XX. Quando João XXIII faleceu, em

¹⁵ “La Cruzada Mundial del Rosario em la América Latina votos y bendiciones de SS. Juan XXIII”; “La misión de María para el Rosario en Familia”, “El padre Peyton habla sobre su Campaña del Rosario”, “La personalidad del Padre Peyton”. In: Boletim Informativo CELAM, nº 26, julho 1959. “La Cruzada mundial del Rosario em familia y su labor em América Latina”. In: : Boletim Informativo CELAM, nº 31, febrero 1960 (Arquivo do CELAM)

1963, o então, Papa Paulo VI deu continuidade ao Concílio apoiando esse processo de reformas da Igreja.

O Concílio Vaticano II teve uma influência enorme na Igreja Católica mundial, em especial, na América Latina. O Concílio legitimou atualizações que estavam sendo elaboradas nos anos anteriores por religiosos e leigos, e permitiu o fortalecimento do setor do episcopado mais comprometido com a modernização da Igreja. Apoiou uma descentralização do Poder Romano ao defender uma maior responsabilidade aos bispos e às Conferências Episcopais. As Constituições *Sacrosanctum Concilium*, *Lumen Gentium* e *Gaudium Et Spes* abriram a janela da modernidade para a Igreja.

O episcopado latino-americano contribuiu pouco com a preparação do Concílio e a elaboração dos documentos conciliares. Fora algumas lideranças do continente, a maioria dos bispos teve pouco peso no debate, o que foi apelidado maliciosamente por alguns setores de “Igreja do silêncio” (CARRIQUIRY, 2007, p.30). Entretanto, durante o Concílio, os debates, o contato com novas teologias foi fortalecendo um grupo de bispos mais afinados com as ideias modernas que assumiriam a direção da entidade.

O vento do Concílio fez-se sentir imediatamente no CELAM entre 1963-1965. Daí surgiu um novo Conselho Episcopal Latino Americano. Ocorreram mudanças nos estatutos e na estrutura da instituição para a tornar mais ágil e mais representativo dos bispos da Região.¹⁶ Descentralizou o organismo criando 10 departamentos especializados, autônomos e independentes que poderiam permanecer fora da Colômbia onde ficava a sede do CELAM. Estes departamentos foram liderados por importantes bispos modernizadores do continente¹⁷. Em 1963, D. Manuel Larraín foi eleito para presidente, Dom Helder Câmara para primeiro vice-presidente e Monsenhor Julián Mendoza para Secretário-Geral.

¹⁶ Existia uma crítica de que a maioria do episcopado não se sentia representado no CELAM: “La mayoría del episcopado latinoamericano, entonces limitado a las experiencias diocesanas y moviéndose en el horizonte de cada país por separado, vaía al CELAM como algo remoto, artificioso y quizás fantasmal. No sentía directamente la urgencia de su necesidad. Por eso, al principio, sólo un pequeño y decidido grupo de obispos percibió la importancia de esa dimensión latinoamericana”. (CARRIQUIRY, 2007, p.27)

¹⁷ Muitos dos departamentos foram presididos por bispos modernizadores de grande importância da Igreja da América Latina: O equatoriano Monsenhor Leonidas Proaño, presidiu o Departamento da Pastoral. O boliviano Gutiérrez Granier e depois o brasileiro Dom Cândido Padim o departamento de educação, o panamenho Marcos Mc Grath para a presidência da Pastoral Universitária e o arcebispo D. Eugênio de Araújo Sales para o Departamento de Ação Social.

A eleição de Dom Larraín para a presidência do CELAM substituindo o Cardeal do México, Monsenhor Dario Miranda y Gómez, era um dos frutos do Concílio¹⁸. Manuel Larraín Errázuriz, bispo de Talca, no Chile (1939-1966), foi um dos prelados mais importantes da Igreja Católica Chilena da primeira metade do século XX. Um bispo modernizador, tinha sido Assessor Nacional da Ação Católica no país de 1950 até 1962. Foi um dos idealizadores e principais entusiastas da fundação do CELAM. (CRUCHAGA, 2004 e DAMMERT, 1986) Durante a primeira década de existência do Conselho Episcopal Latino Americano foi o bispo mais importante deste organismo católico: “A história inicial do CELAM está intimamente ligada à vida, ao pensamento e ao espírito pastoral” de D. Manoel Larraín (RESTREPO, 1982, p.88).

Em 1965, na IX Assembleia Ordinária do CELAM, em Roma, Dom Manuel Larraín era reeleito para presidente e Dom Avelar Brandão Vilela para primeiro vice-presidente e o bispo de Equador, Monsenhor Pablo Muñoz Vega, como segundo vice-presidente. O secretário Geral, Monsenhor Julian Mendoza, foi reeleito. Dom Helder Câmara não assumiria, a partir deste momento, nenhum cargo de direção na entidade católica que ele tanto contribuiu para desenvolver-se.

Em novembro de 1965, o Papa Paulo VI recebeu o episcopado latino-americano para a comemoração dos 10 anos da fundação do CELAM. Nessa ocasião o presidente do CELAM, D. Manuel Larraín, propôs uma Segunda Conferência Episcopal Latino Americana para discutir a aplicação do Concílio Vaticano II na América Latina. O Papa Paulo VI apoiou calorosamente a proposta. A conferência ocorreria, na Colômbia, logo após o XXXIX Congresso Eucarístico Internacional que já estava marcado para ocorrer no país em 1968. Todos sentiam no ar que este evento seria bem diferente da Conferência do Rio.

Entretanto, uma tragédia abalaria o episcopado latino-americano. Em 22 de junho de 1966, um acidente automobilístico ceifou a vida do bispo D. Manuel Larraín. O espanto e a incredulidade foram tamanhos. O CELAM se sentia órfão: “É duro, demasiado duro o golpe que temos recebido com a morte de Dom Manuel. Nos planos de Deus haverá uma resposta para o que nós não compreendemos agora. E ... agora o que

¹⁸ Como bem notou José Oscar Beozzo (p.146-147): “Que um simples bispo do interior do Chile, ainda que cheio de valor e prestígio pudesse substituir um Cardeal à cabeça do único organismo episcopal continental até então existente, deixando de lado todos os outros cardeais e arcebispos latino-americanos, era na realidade uma consequência dos desdobramentos do Concílio”.

vamos fazer?”. A resposta só poderia ser uma: “Agora o que nos resta como obrigação de gratidão é fazer o possível para que sua obra no CELAM marche adiante e alcance a meta que ele tinha fixado para isto anos posteriores ao fim do Concílio”.¹⁹

Os planos de Deus são insondáveis mesmo, deve ter pensado o arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela. Ele que nunca tinha tido, até aquele momento, uma participação na entidade, era desconhecido da maioria dos bispos latino-americanos, tornava-se presidente do CELAM.²⁰ Por obra do destino (ele deve ter achado que era de Deus) logo ele assumiria a presidência da principal instituição católica do continente, em um dos momentos mais cruciais da sua história, na elaboração da tão aguardada II conferência Episcopal Latino-Americana. Um arcebispo desconhecido, de uma arquidiocese periférica do Nordeste do Brasil, deveria dar continuidade à obra iniciada por Dom Larraín. Dom Avelar assumiria com afincado a organização da IIª Conferência Episcopal:

A ideia desta Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano nasceu em 1965, quando cessavam os últimos acordes do Concílio Ecumênico Vaticano II. Monsenhor Manuel Larraín, então presidente do CELAM, sentia que era chegado o momento de dar um toque de reunião a toda a Igreja da América Latina (...) com a inesperada morte de Dom Manuel Larraín, a ideia não morreu, deveria robustecer-se e consolidar-se²¹

Os preparativos da II Conferência Episcopal Latino-Americana

O Vaticano II foi um evento europeu, para o público europeu, mas ressoou com força em terras americanas. A IIª Conferência Episcopal Latino-americana é filha legítima do Vaticano II. Se até Medellín, a Igreja latino-americana, ainda em grande medida, em

¹⁹ “Es duro, demasiado duro el golpe que hemos recibido con la muerte de Don Manuel. En los planes de Dios habrá una respuesta para lo que nosotros no comprendemos ahora. ¿Y ... ahora qué vamos a hacer? Ahora lo que nos queda como obligación de gratitud hacia él es hacer lo posible para que su obra en el CELAM marche adelante y logre la meta que él se había fijado para esto años posteriores a la terminación del Concilio”

²⁰ Como ele mesmo depois recordou, ele só começou a ter contato com a entidade, em 1965, representando a CNBB perante a instituição. Imediatamente foi eleito primeiro vice-presidente. Menos de um ano depois seria o Presidente do CELAM. (VILELA, 1980, p.28-38)

²¹ “La idea de esta Segunda Conferencia General del Episcopado Latinoamericano nació en 1965, cuando cesaban los últimos acordes del Concilio Ecuménico Vaticano II mons, Manuel Larraín, entonces presidente del CELAM, sentía que era llegado el momento de dar un toque de reunión a toda la Iglesia de América Latina. (...) Con la inesperada muerte de Mons. Manuel Larraín, la idea no murió. Debería robustecerse y consolidarse.”. Discurso de Apertura de La Segunda Conferencia General del episcopado latinoamericano. Excmo. Mons. Avelar Brandão Vilela. (Arquivo do CELAM)

seu modo de organização, em sua problemática teológica e em suas propostas pastorais era reflexo da Igreja da Europa, a partir deste momento, a Igreja do continente vai propor soluções para os seus problemas por uma ótica da região. Entretanto, para que isso fosse possível é importante destacar o apoio do Papa Paulo VI que incentivou esta autonomia da Igreja latino-americana.

O Papa Paulo VI assumiu o pontificado, em 1962, dando continuidade ao processo de modernização iniciada pelo seu predecessor João XXIII. Escreveu a encíclica *Populorum Progressio* (1967) que teve uma grande repercussão mundial. Nela aborda o problema do desenvolvimento das Nações, do colonialismo, do direito à propriedade e crítica o capitalismo liberal. Esse Pontífice apoiou o processo de mudanças no CELAM. Como forma de prestigiar esta entidade católica, o Papa Paulo VI iria à Colômbia para abrir a II Conferência Episcopal, sendo a primeira visita de um Pontífice à América Latina.

Diferentemente do que tinha ocorrido na Conferência do Rio, onde o Vaticano preparou e realizou todas as etapas da Conferência; em Medellín, seria o CELAM quem definiria os temas, a forma de trabalho e os conferencistas, sempre com o aval do Pontífice. Os departamentos do CELAM tinham organizado uma série de encontros que acabaram se constituindo numa preparação para Medellín. Entre eles, a X Assembleia Extraordinária de Mar del Plata, em 1966, que seria um momento chave.²²

A Assembleia de Mar del Plata foi planejada pelo Departamento de Ação Social, presidida por D. Eugênio Sales. O tema central foi “A presença da Igreja no desenvolvimento e integração da América Latina, à luz do Concílio Vaticano II.” Esta Assembleia tem um significado especial, pois era a primeira vez que o CELAM apresentava uma visão de conjunto sobre a situação da América Latina. Nela, já estavam postos alguns temas que teriam importância em 1968, como a questão do “desenvolvimento”. Como lembrava o Papa Paulo VI na carta enviada para a Assembleia: “O desenvolvimento cristão não é somente crescimento econômico, senão promoção integral e indivisível da pessoa em todos seus aspectos” (RESTREPO, 1982, p.104)

A visão do CELAM sobre a realidade econômica da América Latina tinha mudado rapidamente. Se até o começo da década de 60, ainda era muito influenciado pela Teoria

²² Nesta Assembleia D. Avelar foi confirmado na presidência do CELAM para terminar o mandato de D. Larraín. Em 1967, ele seria reeleito, na XI Assembleia do CELAM, para mais um mandato de 2 anos.

do Desenvolvimento difundida pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) na década anterior, neste momento os bispos se tornavam mais críticos ao desenvolvimento do continente e da relação de exploração dos países centrais nos periféricos. Percebiam que desenvolvimento não necessariamente queria dizer melhoria de vida da maioria da população; e na América Latina, na verdade, significou o agravamento dos conflitos sociais (PAGANELLI, 2012, p.78-102).

A Conferência de Medellín aconteceria numa etapa crítica da história do continente: “no período em que o sistema capitalista desenvolvimentista local dava sinais de sua incapacidade em satisfazer as expectativas de maior equidade social”. E também “no período em que se intensificavam as reivindicações dos movimentos de libertação locais, que ajudaram a evidenciar as contradições advindas do processo de desenvolvimento excludente” (MORÁS, 1998, p.793).

Os Anos 60 foram anos de rebeldia e repressão. De esperanças e decepções. Um momento convulsionado da história do continente e do mundo. Em 1964, foi instalada uma Ditadura Militar no Brasil e na Bolívia, e em 1966, na Argentina. A experiência da Democracia Cristã, no Chile, com o presidente Eduardo Frei, agonizava. Operários e Trabalhadores rurais organizavam-se em sindicatos lutando por melhores condições de vida e pela Reforma Agrária. Manifestações estudantis multiplicavam-se pelos países. Mas, era acompanhado por uma repressão cada vez mais intensa dos Governos como no México, em 2 de outubro de 1968, quando ocorreu o massacre de Tlatelolco, onde o Exército abriu fogo contra uma manifestação estudantil matando centenas de pessoas, tragédia que marcou a história do país (LOSADA, 2016, p.62-64 e FRANCO, 2012, p.242-249).

A revolução cubana, de 1959, influenciava os sonhos de grupos políticos em todo continente alimentando experiências armadas foquistas. Setores dentro da Igreja Católica também começavam a apoiar o caminho para o Socialismo e a opção armada como solução para os conflitos sociais e políticos no continente. Em 1966, dois anos antes da Conferência, foi morto, nas montanhas colombianas, o padre Camilo Torres que tinha largado a batina para aderir a guerrilha colombiana. Considerado mártir por alguns setores, seu sacrifício servia de estímulo para setores católico mais radicais. A sua morte

ainda era um espectro que pairou durante a Conferência de Medellín assombrando alguns setores da Igreja Católica.²³

Nessa Conjuntura palpitante que se realizaria a Conferência de Medellín. Dom Avelar Brandão, em janeiro de 1968, descrevia a Conferência como “um acontecimento marcante na vida de nossa Igreja”, por isso lembrava ao episcopado do continente:

Os problemas de hoje apresentam-nos características denunciadoras de transformações profundas e de anseios novos. Encontramo-nos diante de uma juventude que está convencida de seu papel no desenvolvimento integral do continente. Sentimos no coração das massas um desejo ardente de acesso aos bens da civilização. Observamos nas estruturas atuais pontos de estrangulamento que devem merecer revisão corajosa.

Enquanto isso, dentro da Igreja se vai operando, entre alegrias e lágrimas, a grande renovação preconizada e determinada pelo Concílio Ecumênico Vaticano II. É uma obra de imensa responsabilidade a exigir coragem, firmeza e equilíbrio.

Exatamente nesta paisagem é que vai realizar-se a Segunda Conferência Episcopal Latino-Americana. (...). Que o Divino Espírito nos ilumine e nos fortaleça.

Dom Avelar Brandão Vilela

Arcebispo de Teresina (Brasil) e presidente do CELAM²⁴

É nesse ambiente fervoroso que a coordenação da CELAM estava trabalhando quando lançou o “documento base”, em janeiro de 1968, com assuntos e temas que deveriam ser estudados pelo episcopado para a Conferência de Medellín. Esse documento foi enviado para todas as Conferências Episcopais nacionais para ser estudado e aperfeiçoado. A partir dele ficou confirmado que Medellín seria algo diferente, inovador, e por isso mesmo, começou a preocupar vários setores dentro da Igreja, levando a fazerem várias críticas ao documento. D. Avelar como presidente do CELAM foi um dos responsáveis para tentar administrar as tensões e os conflitos. Teria que desenvolver toda sua habilidade de diálogo para as críticas que viriam.

O documento Base afirmava que o Concílio Vaticano II intimou a Igreja a se deparar com o mundo atual e que ela tinha que se renovar continuamente para cumprir melhor sua missão inspirada pela *Gaudium et Spes*. O documento lembrava que a América Latina estava passando por mudanças profundas e rápidas que resultavam em uma explosão demográfica no continente. A economia latino-americana caracterizava-se por uma dependência dos capitais estrangeiros. Sobre a educação afirmava que metade

²³ Sobre a vida, pensamento e morte do padre Camilo Torres, ver (LÜNING, 2016; CFU, 2014 e TORRES, 1981)

²⁴ “Segunda Conferência Episcopal Latinoamericana”. Dom Avelar Brandão Vilela. In: Boletim do CELAM. Enero de 1968. Año 2. Número 5, p.2.

da população do continente é formada por analfabetos (sem contar os analfabetos funcionais) e que as Universidades não respondiam às exigências do momento. A maior parte da população era composta por jovens que rejeitavam os valores dos mais antigos. Era característica da estrutura política dos países do continente, a marginalização da maior parte da população.²⁵

Pipocaram críticas de bispos de todos os países ao documento. Neste momento começava-se a causar um mal-estar para os setores mais tradicionais da Igreja, pois, eles imaginavam que o CELAM estava indo longe demais e a Igreja Católica estava envolvendo-se muito em questões temporais que fugiam da responsabilidade da sua missão, que era especificamente espiritual. Argumentavam também que esta interferência da Igreja estimularia ainda mais o apoio à luta armada no seio católico e na sociedade.

O arcebispo D. Avelar, presidente do CELAM e da Conferência de Medellín, a partir daquele instante, teve que assumir a defesa desta nova posição do Conselho Episcopal Latino-Americano frente à realidade. Afirmava que os setores da Igreja que defendiam o que ela chamava de uma “teologia da violência” estavam errados, entretanto lembrava que uma verdadeira evangelização não poderia esquecer da realidade concreta do povo latino-americano de exploração e pobreza, então:

Frente da esta realidade, qual é a posição da Igreja? Aceitar este estado de coisas, como se tudo marchasse a mil maravilhas, dedicando-se à oração, nesta hora e neste contexto histórico, pregando um Evangelho de pura dimensão angelical? Esta atitude nos afastaria da caridade e da justiça e, por conseguinte dos caminhos da paz. Aderir ao critério individualista de bem-estar pessoal e não ter sensibilidade para ver, compreender e agir, ante este quadro concreto do homem latino-americano? Evidentemente não.²⁶

A direção do CELAM não iria recuar frente as críticas, como ficaria claro com o “Documento de Trabalho” que seria a base para os debates da Conferência publicado em junho de 1968. Além de restabelecer os pontos do documento anterior foi ainda mais longe em outros aspectos. Reafirmava a importância dos cristãos se envolverem nos

²⁵ “Síntesis del documento básico preliminar para la II Conferencia”. . In: Boletim do CELAM. Febrero de 1968. Año 2. Número 6, P.12-14 e ²⁵ “Síntesis del documento básico preliminar para la II Conferencia – Segunda parte”. In: Boletim do CELAM. Marzo de 1968. Año 2. Número 7, P.12-15

²⁶ “Frente a esta realidad ¿cuál es la posición de la Iglesia? ¿Aceptar este estado de cosas, como si todo marchara a las mil maravillas, dedicándose a la oración, en esta hora y en este contexto histórico, predicando un Evangelio de pura dimensión angelical? Esta actitud nos alejaría de la caridad y de la justicia, y por consiguiente de los caminos de la paz. ¿Avenirse al criterio individualista del bienestar personal, y no tener sensibilidad para ver, comprender y actuar, ante este cuadro concreto del hombre latinoamericano? Evidentemente no”. “El presidente del Celam”. In: Boletim do CELAM. Abril de 1968. Año 2. Número 8, P.12

problemas atuais do continente. Lembrava que a maioria da população não participava das decisões políticas dos seus países e, por isso, estava surgindo no continente uma “tentação da violência”. O documento concluía:

PROMOÇÃO HUMANA

Diante da situação de subdesenvolvimento, a Igreja há de assumir um compromisso no processo da promoção integral dos homens e povos latino-americanos. Há de solidarizar-se especialmente com os pobres e os marginados [sic], num autêntico amor cristão. Isto exige da Igreja, uma defesa da justiça que denuncie as injustiças e ressalte a necessidade de reformar as estruturas, prestando sua cooperação na realização das transformações rápidas, urgentes e globais. Há de defender, com valentia, em particular, a dignidade da pessoa humana, e seu direito à liberdade, fator indispensável para sua realização integral. A Igreja, lutando por estes valores, estará contribuindo para sua própria finalidade, que é trabalhar eficazmente na garantia da paz em nosso continente.

É necessário abrir um parêntese para um aspecto muito inovador desse documento. Nele abordava a questão da pluralidade de culturas no continente, da presença dos indígenas, dos negros e mestiços. Este documento tem um tom diferente da forma tradicional da Igreja ao abordar como lidar com estas culturas que, segundo o documento, eram destruídas pela cultura dominante tipo ocidental: “A integração destes grupos na vida nacional é entendida, infelizmente e com frequência, mais como uma destruição dessas culturas, do que como reconhecimento de seus direitos a desenvolver-se, a enriquecer o patrimônio cultural da nação”²⁷.

O documento de trabalho despertou paixões e apreensões no continente. Dependendo do setor, do país e do espectro político, o documento empolgava ou preocupava. Na imprensa e no clero latino-americano o que não se conseguia era ficar indiferente. As pressões na direção do CELAM foram se ampliando. Neste momento, assumiu como secretário-Geral do Conselho Episcopal e da Conferência, o bispo argentino Eduardo Pironio que teria, a partir daquele instante, uma importância muito grande no apoio a Conferência de Medellín e nos seus desdobramentos.

Para o jornal colombiano *El Tiempo*, “os bispos revolucionários” fizeram críticas injustas às “classes produtoras” que são denunciadas como culpadas pela miséria da população. E que estas mais do que a Igreja e o Estado têm dado aos trabalhadores “escolas, higiene, salário e vida melhor”.²⁸ Em outro momento, este periódico afirmou

²⁷ II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Documento de Trabalho. Medellín-Colômbia. 26 de Agosto a 7 de setembro de 1968. Arquivo Cebitepal.

²⁸ Jornal EL Tiempo. 30-06-1968, p.4

que com este documento do CELAM “[Fidel] Castro pode ordenar as suas guerrilhas que suspendam atividades e abandonem as armas”²⁹. Em contrapartida para outro jornal colombiano: “O documento do CELAM é valente, positivo e de claro valor humanístico.”³⁰ O *Noticias Aliadas* afirmava que documento de trabalho teve uma ótima recepção nos meios católicos mexicanos e que era necessária mesmo uma mudança de mentalidade para se mudar as estruturas.³¹ Um periódico mexicano afirmava que a Igreja pedia uma Reforma profunda na América Latina.³² O jornal brasileiro, *O Globo*, dizia que apesar de louvável a pretensão da Igreja com o documento, há reparos necessários a serem feitos nele.³³

Começava a se delinear, neste momento, um conflito entre setores do clero que propunham as reformas e outros que tinham posições mais tradicionais. Foi a partir do apoio ou da oposição à Medellín – e a tudo que esta Conferência significava - que começava a se instalar mais claramente grupos em oposição na Igreja latino-americana que ficariam conhecidos como “progressistas” e “conservadores” durante a década de 1970.³⁴

As mudanças da Igreja latino-americana que desaguavam em Medellín foi consequência da influência de padres, freiras, leigos e bispos latino-americanos de vários países. Foi uma aspiração, em intensidades diferentes, que envolvia a Igreja Católica em todo o continente. Mas, com relação ao apoio a este processo de atualização promovido em Medellín é importante destacar a influência da Igreja brasileira. O episcopado do Brasil destacava-se como o principal grupo nacional de apoio às mudanças promovidas por Medellín. Ou como afirmava um jornal colombiano: “Brasil, Vanguarda da Revolução Eclesial”.³⁵

O brasilianista Scott Mainwaring (1989, p.102 e 133), autor de um dos trabalhos mais importantes sobre as transformações na Igreja Católica no Brasil, costuma lembrar a influência da Conferência de Medellín para o desenvolvimento das mudanças na Igreja brasileira na década de 1970. Mas, o que este autor não percebeu era que a Igreja brasileira

²⁹ “Danza de las horas”. Jornal *El Tiempo*, 28-07-1968, p.2.

³⁰ Jornal *El Espectador* 29-07-1968, p.2.

³¹ “Documento de Trabajo del Celam causa beneplácito en Mexico”. *Noticias Aliadas*. Peru. 20-07-1968

³² “Pide la Iglesia una Reforma profunda en América Latina”. Jornal *Novedades*. México. 17-07-1968

³³ “O documento dos bispos”. Jornal *O Globo*, 20-07-1968, p.1.

³⁴ Até Medellín, ainda não havia termos consagrados pela imprensa para definir estes setores da Igreja, então se chamava de “tradicionalistas”, “conservadores” ou “reacionários” para os setores mais reticentes às mudanças de Medellín e “progressistas”, “modernizadores” ou “reformistas” os setores que apoiavam.

³⁵ “Brasil, Vanguardia de la Revolución Eclesial”. Jornal *El Tiempo*. 28-07-1968.

já era uma das mais proeminentes no processo de modernização da Igreja latino-americana e foi decisiva na influência da Conferência de Medellín.³⁶

A influência do episcopado brasileiro fez-se sentir por diversas maneiras: A delegação brasileira era a maior entre o episcopado do continente a ir a Medellín³⁷ e a CNBB selecionou bispos que estavam de alguma forma alinhados com uma perspectiva de mudança no continente (mesmo que em intensidades diferentes). Foi uma delegação mais aberta às mudanças e que não incluía bispos integristas ou que não tinham apoiado as mudanças preconizadas pelo Vaticano II como demonstrou as críticas do bispo de Diamantina, D. Geraldo Proença Sigaud. Ele afirmava que a eleição da delegação brasileira pela CNBB tinha sido desleal, que não representava realmente o episcopado do país e sim uma minoria da Conferência Nacional brasileira. Não satisfeito, durante a Conferência, foi à Medellín para participar do evento, mas foi proibido. De todo modo, ele permaneceu na cidade fazendo coro às críticas à Conferência.³⁸

Mas, acredito que o fator principal da influência do episcopado brasileiro na Conferência de Medellín foi o fato de alguns dos postos-chaves do CELAM serem presididos por bispos modernizadores da Igreja brasileira como D. Eugênio Sales, no departamento de Ação Social, D. Cândido Padim no departamento de Educação, além do próprio D. Avelar Brandão Vilela que presidia o CELAM. Isso possibilitava a eles direcionar os debates e estimular o contato com novas ideias.

D. Cândido Padim, por exemplo, que presidia o Departamento de Educação (DEC), organizou um seminário com peritos educacionais, entre 22 e 27 de julho de 1968, com o intuito de antecipar os debates que seriam travados na Conferência. Para o seminário ele convidou o já mundialmente conhecido educador brasileiro, Paulo Freire, que estava exilado no Chile, naquele momento. Desse encontro foi preparado um

³⁶ Temos que pensar esta relação em um processo dialético. A Igreja do Brasil apoiou o processo de mudança em Medellín que assim que foi concluído, serviu de apoio às mudanças mais intensas na Igreja no país durante a década de 1970.

³⁷ Pelas normas do CELAM para Medellín, cada Conferência Nacional tinha o direito a mandar 1 bispo representante a cada 25 pertencentes à Conferência no país de origem. Como o Brasil é o país com o maior número de bispos da América Latina, por isso tinha a maior delegação episcopal em Medellín. Sem contar os peritos e representantes do Papa.

³⁸ “Obispo del Brasil ataca a la delegación a Bogotá”. *Jornal La república*, 22-08*-1968; “Evolución y no revolución pide arzobispo del Brasil”. *Jornal El tiempo*, 25-08-1968 e “Me atacan porque no me pueden refutar: M proença”. *Jornal El tiempo*, 6-09-1968.

documento que explicava a ideia de “educação libertadora” que influenciaria o documento oficial da Conferência de Medellín. (PADIM, 1998, p.227-235).³⁹

Bispos opositores às inovações que estavam sendo germinadas em Medellín poderiam ser encontradas em todas as Conferências episcopais. Mas, algumas se mostraram mais críticas como a da Argentina. Importantes membros do episcopado desaprovavam a Conferência e deixaram transparecer isso a imprensa. O CELAM reagiu a essas críticas, e talvez por pressão do Núncio no país, o episcopado argentino veio a público com um documento afirmando que aceitava os documentos do Conselho Latino-Americano.⁴⁰

Entretanto, a delegação episcopal que mais combateu a Conferência de Medellín foi justamente a do país anfitrião do evento: a Colômbia. A maioria do episcopado colombiano, desde o primeiro instante que soube das mudanças propostas, tomou uma posição de resistência tenaz a Medellín. Eles se preocupavam com o estímulo que a conferência dava à participação do clero e dos leigos na política, com as críticas às estruturas econômicas e aos Governos instituídos. Também achavam que a Igreja estava incitando o apoio ao conflito armado. O jornalista colombiano Hernando Giraldo queixava-se da “atitude francamente hostil que tem assumido a maioria dos prelados colombianos” ao documento base feito pelo CELAM.⁴¹

O administrador Apostólico de Bogotá e presidente da Conferência Episcopal Colombiana, o Monsenhor Aníbal Muñoz Duque, fez severas críticas ao Documento Base. Falando dentre outras coisas que o documento era “pessimista” e que não retratava a realidade da Colômbia. Afirmou que as “classes cristãs” não eram culpadas pela injustiça no continente e que a Colômbia não precisava de mudanças estruturais. Dom Avelar foi a imprensa responder as críticas do arcebispo informando que não dava para

³⁹ Durante a Conferência de Medellín o uso do termo “educação libertadora” causou muita resistência como demonstrou o Reitor da Universidade Católica de Buenos Aires, o Monsenhor Octavio Densi. “Protestas en Argentina por conclusiones del Celam”, Jornal *La República*, 8-9-1968, p. 17.

⁴⁰ “El episcopado de Argentina afirma adhesión al “Celam”. Jornal *El colombiano*. 10-08-68.

⁴¹ Hernando Giraldo, “Columna libre”, jornal *El espectador*, 30-07-68, p.2. Em outras colunas, o jornalista voltou a criticar o episcopado colombiano por esta oposição à Medellín: “Este documento cuenta com la oposición casi absoluta del episcopado colombiano, que continúa siendo el mais reaccionario del mundo entero”. “Columna libre”, jornal *El espectador*, 25-07-68, p.2.

ocultar a realidade com um documento “otimista” para descrever a América Latina: “A Igreja deve chamar as coisas pelo seu nome”.⁴²

Durante a Conferência de Medellín, o episcopado colombiano chegou a lançar um documento alternativo ao da Conferência, que foi apresentado à imprensa, sem passar pelos debates do CELAM. O documento ficou conhecido como o “antidocumento” ou “antiMedellín” e que devido ao impacto extremamente negativo que gerou entre o episcopado latino-americano, foi renegado depois pela própria Delegação Episcopal Colombiana que o tinha feito.⁴³

Entretanto era da Colômbia um dos maiores defensores da Conferência: O Monsenhor Tulio Botero Salazar, arcebispo de Medellín (1958-1979) (não é por mera coincidência que a Conferência ocorreu em sua arquidiocese). Botero Salazar foi um bispo modernizador colombiano que teve uma importância muito grande para a Igreja na América Latina. Ele participou como padre conciliar no Vaticano II, foi um dos quarenta bispos que firmaram o “Pacto das catacumbas” em Roma. Teve uma participação decisiva no processo de mudança do CELAM. Quando do lançamento do documento “antiMedellín” teve uma posição de censura muito forte ao episcopado colombiano.⁴⁴

“Um Novo Pentecoste”⁴⁵ - A II Conferência Episcopal Latino-Americana

A II Conferência Episcopal Latino-Americana ocorreria na cidade da eterna Primavera, como é conhecida Medellín, a capital do Departamento da Antioquia. Ela não seria formada apenas por bispos. Padres, freiras, religiosos, leigos, e representantes de Igrejas evangélicas e ortodoxas participariam como ouvintes, assistentes, delegados e observadores. No geral totalizava 249 pessoas, das quais 130 tinham direito a voto. Destes, a delegação brasileira era formada por 30 pessoas entre bispos, padres e leigos (apenas uma mulher fazia parte, a leiga Marina Bandeira). Dos que tinham direito a voz

⁴² “Muñoz Duque critica documento del Celam”. *Jornal El Tiempo*, 5-8-1968, p. 1A; “El obispado colombiano consciente de los problemas”. *Jornal El Espectador*, 6-09-1968 e “La Iglesia debe llamar las cosas por su nombre. Presidente de Celam responde a mons. Muñoz”. *Jornal El Vespertino*, 4-08-1968.

⁴³ A reação ao documento foi extremamente negativa inclusive porque foi visto pela imprensa como cismático, o que fez o episcopado colombiano recuar. “Documento mayoritario del obispado colombiano”. *Jornal el espectador*. 5-9-1968. “Documento pregonando la paz presentó episcopado colombiano”. *Jornal El Siglo*. 5-09-1968

⁴⁴ “Arzobispo de Medellín critica el documento del episcopado colombiano”. *Jornal El espectador*, 7-9-1968, p. 5A.

⁴⁵ Alguns bispos, entre eles, D. Avelar e D. Pironio definiram Medellín como um “Novo Pentecostes”.

e voto, eram 25, ou seja, representava quase 20% da conferência. Entre os peritos a delegação brasileira representava um pouco mais de 25% do total.⁴⁶

A presidência do evento era composta pelo arcebispo D. Avelar Brandão Vilela (CELAM), os Cardeais Antonio Samoré (CAL) e Juan Landázuri Ricketts (representante dos bispos latino-americanos em Roma). O tema da Conferência era “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”. O evento ocorreu no período de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968. O Papa Paulo VI foi a Bogotá para abrir a Conferência Episcopal. Em seu discurso de abertura, ele destacou o momento histórico que era a ida pela primeira vez de um Pontífice ao continente e recordava que o episcopado latino-americano “prestará seu serviço de verdade e amor com vistas à construção de uma nova civilização, moderna e cristã” (PAULO VI, 1998, p.10-25). O arcebispo Dom Avelar dava boas-vindas a todos: “Chegamos finalmente a Medellín, depois de uma longa jornada, cheia de trabalhos e orações, de sofrimentos e de equívocos, de expectativas e esperanças”⁴⁷



Dom Avelar Brandão Vilela com o Papa Paulo VI na Conferência de Abertura da II CELAM em Bogotá, em 1968. (Arquivo do CELAM)

⁴⁶ Para o número e o nome dos integrantes da delegação brasileira (BEOZZO, 1993, p. 157) Para o número total da Conferência utilizo a informação em RESTREPO, p.155. Entretanto, existem números diferentes dos integrantes da conferência como vemos em: (BEOZZO, 1993, p. 152)

⁴⁷ “Llegamos finalmente a Medellín, después de una larga jornada, llena de trabajos y oraciones, de sufrimientos y de equívocos, de expectativas y esperanzas”. Discurso de Apertura de la Segunda Conferencia General del episcopado latinoamericano. Excmo. Mons. Avelar Brandão Vilela. (Arquivo do CELAM)

O Cardeal peruano Juan Landazúri na conferência de abertura do evento já dava uma medida do tom que seria Medellín. Sua fala sintetizava o que viria a ocorrer.

Nós nos reunimos para encarar, como o Concílio Vaticano II, o novo mundo latino-americano, para enfrentar um novo período da história ... Estamos diante de uma grande opção. O futuro da América Latina está nas mãos daqueles que saibam dar às gerações futuras do país grandes razões para viver e razões para esperar ... Este é o ponto de partida de nossa atitude pastoral: o homem, o homem em sua realidade total. O nome que nos planos do Senhor não é uma realidade fechada. E o homem pobre, a quem Paulo VI aplica a expressiva palavra de sacramento. São os pobres o sinal de que a economia salvadora não está ausente da nossa história: o Senhor continua sendo fiel. Isso implica que a esperança cristã não é a evasão deste mundo, nem tampouco uma atitude sem fundamentos intramundanos. Venerar, celebrar, compartilhar o sacramento do homem significa fazer de nossa mensagem, não o ópio, mas fermento.⁴⁸

Medellín, como já foi dito, foi influenciada pelos textos do Vaticano II, principalmente pelas constituições *Gaudium et Spes* e *Lumen Gentium*. Mas o episcopado fez uma releitura dos documentos do Concílio por uma ótica da América Latina. Na conferência de Medellín “o conceito de evangelização se enriquece, ao inserir dentro dele a promoção humana” (DUQUE, 2007, P.149). O Concílio Vaticano II trabalhou com o conceito de “povo de Deus”, deixando pouco espaço para refletir sobre a questão da pobreza e dos pobres. O que fez o teólogo Gustavo Gutiérrez afirmar com fina ironia que: “Os pobres bateram à porta do Concílio, mas não foram atendidos”.⁴⁹ Seguindo esta metáfora, em Medellín, os pobres sentariam na sala principal junto com os donos da casa.

Na Conferência ocorreu uma mudança de paradigma na relação de como trabalhar com as classes populares. Elas não são vistas por uma ótica paternalista e sim como sujeitos históricos de sua libertação. Durante os debates, a questão central foi deixando de ser o “desenvolvimento” para ser a questão da “libertação”⁵⁰: “Estamos no limiar de

⁴⁸“Nos hemos reunido para encarar, como el Concilio Vaticano II, el nuevo mundo latinoamericano, para enfrentar un nuevo período de la historia... Estamos ante una gran opción. El porvenir de América Latina está en manos de quienes sepan dar a las generaciones venideras de la patria grandes razones para vivir y razones para esperar... Este es el punto de arranque de nuestra actitud pastoral: el hombre, el hombre en su realidad total. El nombre que en los planes del Señor no es una realidad cerrada. Y el hombre pobre, a quien Paulo VI aplica la expresiva palabra de sacramento. Son los pobres el signo de que la economía salvadora no está ausente de nuestra historia: el Señor continúa siendo fiel. Esto implica que la esperanza cristiana no es evasión de este mundo, ni tampoco una actitud sin fundamento intramundano. Venerar, celebrar, compartir el sacramento del hombre significa hacer de nuestra mensaje, no opio, sino levadura” (RESTREPO, 1982, p.156)

⁴⁹Apud, BOFF, Clodovis. “A originalidade histórica de Medellín”. In: <http://www.servicioskoinonia.org/relat/203p.htm>. Acesso em 4/12/2017

⁵⁰ Apesar de KLINGE (2006, p.48) lembrar que a palavra mais usada nos documentos finais em Medellín foi “desenvolvimento” e não “libertação”, e ela está mais presentes em 3 documentos, foi este último termo que mais marcaria a Conferência.

uma nova época da história de nosso continente. Época cheia de anelo de emancipação total, de libertação de qualquer servidão (...) percebemos aqui os prenúncios do parto doloroso de uma nova civilização..." E o episcopado em Medellín tinha urgência em participar da mudança do continente: "Não basta, certamente, refletir, conseguir mais clarividência e falar. É necessário agir. A hora atual não deixou de ser a hora da palavra, mas já se tornou, com dramática urgência, a hora da ação".⁵¹

A Conferência teve três grandes áreas de trabalho: Promoção humana, evangelização e crescimento na fé, e Igreja visível e suas estruturas. Para o desenvolvimento dos trabalhos foram divididos em 9 comissões e em 7 subcomissões. Nelas os anseios e medos do episcopado mostravam-se. Os embates entre os bispos eram comuns. As conclusões de duas comissões se tornariam as mais fecundas: as do setor da "Paz" e "Justiça" presidida por D. Eugênio de Araújo Sales e a da "educação" presidida por Agnelo Rossi, presidente da CNBB, e arcebispo de São Paulo.

A palestra de D. Eugênio Sales, um dos bispos mais entusiastas das mudanças propostas pela Igreja na América Latina em Medellín, foi uma das mais impactantes da Conferência e uma das mais comentadas na imprensa e entre o episcopado. O arcebispo advogava mudança urgentes no continente.⁵² Como ele defendia: "É indispensável uma mudança de estruturas" da América Latina, por isso era fundamental a ação da Igreja: "A força moral da Igreja, na América Latina, representa uma das últimas avalanches capazes de contribuir eficazmente para a abertura de caminhos positivos (...) para lograr as urgentes reformas reclamadas por nossa situação."⁵³

Um dos principais conflitos nas reuniões da Conferência era com relação a possibilidade do uso da violência pelo cristão. A questão era a seguinte: É justificado em algum momento o uso da violência pelo Cristão frente às injustiças? Nesse ponto residia uma das principais oposições aos documentos por muitos bispos como lembra o jesuíta Pierre Bigo: "Esta parte sobre a violência foi discutida e corrigida quatro vezes na Assembleia. Tocava o ponto sem dúvida mais conflituoso do debate na época". Segundo

⁵¹ CELAM. "Presença da Igreja no desenvolvimento da América Latina, a luz do Concílio Vaticano II". Doravante utilizarei esta versão do texto final de Medellín, quando isso não ocorrer, citarei em nota de rodapé a fonte utilizada.

⁵² "Hechos, no palabras, pide prelado". Jornal *El Espectador*. 29-08-1968

⁵³ "La fuerza moral de la Iglesia, en América Latina, representa una de las últimas avalanchas capaces de contribuir eficazmente para la apertura de caminos positivos (...) para lograr las urgentes reformas reclamadas por nuestra situación." "Es indispensable un cambio de estructuras – por Monseñor Eugenio de Araújo Sales". Jornal *El colombiano* 30-08-1968.

ele: “vários dos bispos não queriam que se tratasse do tema da violência. A Comissão pensava, o contrário, que devia entregar critérios neste campo”⁵⁴ (RESTREPO, 1995, p.38). No documento final da Conferência apesar de várias ressalvas quanto ao não uso da violência pelo cristão faz a seguinte referência: “É verdade que a insurreição revolucionária pode ser legítima no caso ‘de tirania evidente e prolongada que ofendesse gravemente os direitos fundamentais da pessoa e danificasse perigosamente o bem comum do país’”.

A comissão da educação também foi uma das mais comentadas e inovadoras. A educação era vista pelos bispos de Medellín como um fator decisivo do desenvolvimento do continente. Pedia-se a incorporação de todos ao sistema educativo, principalmente os marginalizados. A proposta educativa de Medellín é baseada em um desenvolvimento integral do homem denominado “educação libertadora”.

Nossa reflexão sobre este panorama conduz-nos a propor uma visão da educação mais conforme com o desenvolvimento integral que propugnamos para o nosso continente; chamá-la-íamos ‘educação libertadora’, isto é, que transforma o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento. A educação é efetivamente o meio-chave para libertar os povos de toda escravidão e fazê-los subir ‘de condições de vida menos humanas a condições mais humanas’

A conferência defendeu a opção pelos pobres: “Queremos que a Igreja da América Latina seja evangelizadora e solidária com os pobres, testemunha do valor dos bens do Reino e humilde servidora de todos os homens de nossos povos”. Também apoiou a promoção das comunidades eclesiais de base como uma nova forma de ser Igreja: “Procurar a formação do maior número de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente nas zonas rurais ou entre os marginalizados urbanos”. E defendeu uma ação de libertação integral e de promoção da pessoa humana em todas suas dimensões: “deve ser fiel à transmissão, não somente da mensagem bíblica em seu conteúdo intelectual, mas também à sua realidade vital encarnada nos fatos da vida do homem de hoje”.

Apesar da variedade de temas abordados em Medellín, alguns muito importantes ficaram fora do documento final como o do ecumenismo (BEOZZO, 1993, p.189-190). Como destacou Maria do Pilar Aquino (1997, p 67), a mulher também estava ausente de

⁵⁴ Esta parte sobre la violencia fue discutida y corregida cuatro veces en la Asamblea. Tocaba el punto sin duda más conflictivo del debate en la época, entre cristianos y entre Obispos. Fue lo más novedoso e inesperado de Medellín” “Varios de los obispos no querían que se tratase el tema de la violencia. La Comisión pensaba, al contrario, que debía entregar criterios en este campo” (RESTREPO, 1995, p.38)

uma análise mais detida do documento final da Conferência. Só é citada duas vezes. O documento final neste quesito não reflete aquele momento, já que a participação da mulher na Igreja era um tema que já estava presente no CELAM antes mesmo da Conferência começar. Apesar de um número pequeno de mulheres na Conferência, elas foram muito atuantes inclusive nos debates.

Em março de 1968, o *boletim do Celam* avisava “as religiosas também estão chamadas a fazer ouvir sua voz, com a competência que lhes dá toda uma vida dedicada ao serviço da Igreja”.⁵⁵ Isso era consequência da interferência de mais de 40 religiosas que em, 10 de março de 1968, tinham finalizado o primeiro curso de liturgia para religiosas e pediam para colaborar com Medellín.⁵⁶ A religiosa María Agudelo, em junho deste ano, avisava: “como religiosas, ante a Segunda Conferência Geral do Episcopado latino-americano, nos sentimos comprometidas”.⁵⁷

A mulher, apesar de minoritária, não estava ausente da Conferência e seu problema foi debatido pelo clero e pela imprensa por óticas diferentes. A jornalista Ofelia de Wills foi extremamente crítica com o pequeno espaço destinado as mulheres em Medellín: “Parece que nas conversas que os hierarcas avançaram na busca da transformação da sociedade latino-americana, a contribuição intelectual das mulheres que, como os homens, fazem parte da Igreja, não foi levada em consideração”.⁵⁸

Se, de fato, a participação feminina era bem menor que a dos homens, para as mulheres católicas que participaram de Medellín, o significado foi diferente. A leiga argentina Margarita Moyano Llerena (1988, p.909), foi convidada pelo CELAM, na qualidade de perita em juventude. Ela recorda deste momento o papel dela como mulher: “Desta vez não limitada apenas a escutar. Participávamos com voz e voto nas comissões. Ombro a ombro, fomos elaborando os documentos: leigos, bispos, sacerdotes, algumas

⁵⁵ “as religiosa también están llamadas a hacer oír su voz, con la competencia que les da toda una vida entregada al servicio de la Iglesia”. In: BRAVO, Mário Revollo. “Tambien las religiosas” In: Boletim do CELAM. Marzo de 1968. Año 2. Número 7, p.3 e 14

⁵⁶ “Las religiosas y su integración en la pastoral” In: : Boletim do CELAM. Marzo de 1968. Año 2. Número 7, p.15

⁵⁷ “como religiosas, ante la Segunda Conferencia General del Episcopado latinoamericano, nos sentimos comprometidas” In: AGUDELO, María. “Las religiosas y la conferencia”. In: Boletim do CELAM. junio de 1968. Año 2. Número 10, p.3 e 14

⁵⁸ “parece que em las conversaciones que adelantaron los jerarcas dentro de buscar la transformación de la sociedad latinoamericana, no se tuvo en cuenta el aporte intelectual de las mujeres que, como los varones, son parte de la Iglesia”. In: WILLS, Ofelia de. “Participación femenina en el Celam”. Jornal *El Espectador*, 11-09-1968

religiosas.” Essa fala dela coaduna com as declarações que ela deu na imprensa na época da Conferência que foi muito elogiada.

Um testemunho do momento que deixou uma roda de imprensa surpreendida foi dado pela irmã Maria Rosa Castro, do Peru, que sentiu necessidade de falar. Durante a coletiva dos bispos, ela tomou a palavra e comentou a posição subalterna da mulher na Igreja, mas demonstrava a esperança de mudança que Medellín indicava:

A realização desta conferência tem sido muito satisfatória, devido à atmosfera de sinceridade, de fraternidade que sempre reinou entre os prelados, os leigos e os religiosos. (...) A partir daqui a América Latina começou a adquirir sua nova presença, sua nova imagem própria. Pela primeira vez em uma conferência episcopal, nós, irmãs religiosas, pudemos participar ativamente, quase com voto, embora não pudéssemos finalmente decidir em plenário. Por duas razões considero transcendente o fato de termos sido aceitas nesta conferência.

Primeiro: pelo que isso supõe como nossa integração na pastoral da igreja. Nós sempre fomos tratadas como menores de idade e agora acredito que estamos a ser tratadas como adultas. Deve-se considerar que somos 140 mil religiosas na América Latina, o que significa que, na evangelização, esse é o poder mais forte. Em segundo lugar, porque fomos admitidas como mulheres e como religiosas. Este é um sinal de que se começa a entender qual é a missão da mulher no mundo⁵⁹

Durante toda a conferencia os embates entre os grupos religiosos a favor e contra as mudanças preconizadas por Medellín foram constantes. Mas, os setores modernizadores dominavam a Conferência como bem relatou a imprensa.⁶⁰ Medellín era o momento da mudança. Os bispos tinham noção que estavam diante de algo histórico. Como afirmaria o Cardeal peruano Juan Landázuri Ricketts: “Em poucas palavras, somos

⁵⁹ “Há sido muy satisfactoria la realización de esta conferencia, por el ambiente de sinceridad, de fraternidad que reinó siempre entre los prelados, los laicos y los religiosos. (...) Desde aquí la América latina ha empezado a adquirir su nueva presencia, su nueva imagen propia. Por primera vez en una conferencia episcopal nosotras las religiosas hemos podido participar activamente, casi con voto, aunque no pudimos decidir finalmente en la plenaria. Por dos motivos considero transcendente el hecho de que se nos haya aceptado en esta conferencia. Primero: Por lo que supone como integración nuestra en la pastoral de la iglesia. Se nos trató siempre como menores de edad y ahora creo que estamos llegando a ser tratadas como adultas. Debe considerarse que somos 140 mil religiosas en Latinoamérica, lo que supone que en la evangelización esta es la potencia más fuerte. En segundo lugar, porque se nos ha admitido como mujeres y como religiosas. Este es un signo de que se empieza a comprender lo que es la misión de la mujer en el mundo”. In: “Se nos ha empezado a considerar como mayores de edad”, sor María. Jornal *El espectador*. 7 de setembro de 1968.

⁶⁰ “Los ‘progressistas’ monopolizan el CELAM”. Jornal *El tiempo*, 31-08-1968; “Nova derrota al ‘triumfalismo’”. Jornal *El tiempo*, 31-08-1968; “Reacciona sector ‘tradicionalista’”. Jornal *El tiempo*, 05-09-1968 e “La Iglesia adopta línea progressista”. Jornal *La República*, p. 1-11^a.

os homens de um povo, a América Latina, que começa a descobrir sua própria consciência, seu próprio dever”.⁶¹

Como sinal de apoio do Papa ao CELAM foi autorizada a publicação das conclusões do evento antes de passar pelo crivo do Vaticano. O arcebispo D. Avelar no seu encerramento da Conferência concluía com um pedido: “Levemos as partes da América Latina a alma e coração, o brilho e o peso, as sombras e as luzes, o amor e o sacrifício que se escondem no âmago mais profundo das conclusões desta histórica Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.”⁶²

Os setores mais ligados a Medellín saíram esperançosos do evento. A Imprensa também refletia este entusiasmo em suas matérias. O arcebispo D. Helder Câmara, que apesar de não ter tido uma participação grande no evento, era o bispo mais procurado pela imprensa pela sua história à Igreja latino-americana, saía animado. O secretário geral do CELAM, Eduardo Pirônio, avisava: “O Reino de Deus se encontra próximo da América Latina para sua salvação”⁶³ O arcebispo Túlio Botero Salazar lembrava de uma profecia que dizia “que chegaria o dia em que em Medellín se iniciaria um movimento de transformação espiritual e social com projeções a toda a América Latina. Este é o dia”⁶⁴. Estas frases refletem as esperanças, os ânimos de Medellín, mas também um romantismo que não coadunava com a realidade como se veria logo.

Últimas palavras

A Conferência de Medellín foi um evento único, de impacto indescritível na América Latina. A partir dela ocorreu um crescimento das Comunidades Eclesiais de Base, de Pastorais populares e foi o batismo da Teologia da Libertação. Não se entende a chamada Igreja Popular e seu contraponto a Igreja conservadora se não passarmos por

⁶¹ “Em pocas palabras, somos los hombres de un pueblo, la América Latina, que empieza a descubrir su propia conciencia, su propio deber”. “La salación de Latinoamérica viene de Medellín”. *Jornal El Colombiano*, 27 de septiembre de 1968.

⁶² Discurso de encerramento Dom Avelar Brandão Vilela. Arcebispo de Teresina. Presidente do CELAM. (Arquivo do CELAM)

⁶³ “El Reino de Dios esta cercano en Latinoamérica”. *El Siglo*. 29-08-1968

⁶⁴ “que llegaría el día en que en Medellín se iniciaría un movimiento de transformación espiritual y social con proyecciones a toda la América Latina. Este es el día “ In: “Medellín, sede de la transformación integral de la América Latina” *El Colombiano*. 6-9-1968

Medellín. Entretanto, a II Conferência despertou mais esperança do que poderia realizar na transformação do continente e da própria Igreja latino-americana, por alguns motivos.

- 1) A Igreja Católica é uma das principais forças políticas no continente, mas não é a única para poder mudar a sociedade latino-americana porque ela assim a quer. Outras Forças políticas importantes atuaram também e fizeram frente a estas mudanças (como as Forças Armadas, os empresários, políticos, fazendeiros etc...).
- 2) O CELAM é uma instituição que tem um poder forte de influência na Igreja no continente, mas não podemos superestimá-lo. O CELAM não pode impor sua vontade às Conferências Episcopais nacionais ou dioceses. A entidade não pode punir diretamente ou obrigar que as mudanças sejam adotadas. A Conferência de Medellín não significava a visão hegemônica do episcopado latino-americano. Ela era formada por delegações nacionais que representava os bispos de uma Nação, mas não eram os bispos daquela nação. Medellín refletia uma amostra do pensamento dos bispos do Continente mais afinados com as mudanças do Vaticano II e não a opinião da maioria dos bispos.
- 3) Após Medellín, os setores conservadores começaram a reorganizar-se para voltar a tomar a direção da organização. O que começaria a ocorrer, a partir de 1972, com a eleição do colombiano Alfonso Lopez Trujillo como Secretário-Geral do CELAM e depois presidente do organismo católico em 1979. Se, em Medellín, os setores conservadores estavam desarticulados e não conseguiram fazer frente às mudanças propostas, apesar de conseguirem importantes ressalvas no texto, isso não voltaria a ocorrer nas próximas Conferências.

Quando Dom Avelar assumiu a presidência do CELAM, ele era um bispo desconhecido pela maior parte do episcopado do Continente. Assumiu o cargo devido a uma tragédia com D. Larraín. Teve o desafio de organizar a II Conferência Episcopal de Medellín. Assumiu a missão de defender as mudanças que achava necessárias para a Igreja da América latina junto com vários outros bispos. Seu ápice na direção do Conselho Episcopal foi a preparação e condução da Conferência de Medellín: “o próprio presidente do CELAM, que dirigiu os trabalhos com sabedoria, contornando conflitos e evitando que pudesse distanciar a Conferência do seu objetivo” (REICHERT, 2011, p. 26).

Depois de Medellín, D. Avelar já era um dos principais líderes da Igreja da América Latina como mostra o seu prestígio perante ao Vaticano. Ele foi o único bispo latino-americano a ser membro da Comissão preparatória do Sínodo de Bispos que se reuniria no final do ano. Para o Sínodo, ele e o Bispo Pironio foram as vozes da América Latina. Em 1969, ele foi mais uma vez reeleito presidente do CELAM sendo até hoje a presidência mais longa da história do Conselho Episcopal.

Em 1972, quando deixava a presidência do CELAM explicara aos outros bispos da sua preocupação quando presidente com o equilíbrio das posições e com a defesa da unidade da instituição. É de se destacar como ele conseguiu exercer esta condução com maestria. Apesar de assumir a instituição em um momento delicado e coordenar uma Conferência de grande impacto no continente e de conflitos internos dentro da Igreja, ele deixará o comando da instituição com um prestígio muito alto.

O arcebispo Eduardo Pironio que substituiu D. Avelar na presidência do organismo católico fez algo incomum que foi publicar no *boletim do CELAM* uma carta pública a D. Avelar para agradecer ao arcebispo: “Difícil resumir o que significou para o CELAM o trabalho e a presença de Dom Avelar, durante estes anos.”⁶⁵ Compartilhava do mesmo respeito, o secretário-geral Alfonso Lopez Trujillo, que tinha uma admiração especial pelo arcebispo como demonstrava nas cartas que enviava para D. Avelar: “Seu desejo de não perder o contato com o CELAM tem que ser uma realidade. Sua valiosa experiência, seu conhecimento da Igreja na América Latina e essa ‘paternidade’ que dão os anos de serviço a uma causa tão nobre e bela são tesouros muito valiosos que devem ser aproveitados na tarefa comum da construção do Reino”.⁶⁶

Para encerrar este capítulo é necessário dizer que a memória hegemônica sobre Medellín é a produzida pelos setores “progressistas” ou ligados à Teologia da Libertação. O CEHILA (Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina) e os teólogos

⁶⁵ “Difícil resumir lo que significó para el CELAM la labor y la presencia de Don Avelar, durante estos años.” PIRÓNIO, Eduardo. “Carta a Don Avelar”. In: Año 6 – Noviembre-diciembre de 1972 – Nos 63-64, p. 2.

⁶⁶ “Su deseo de no perder el contacto con el CELAM tiene que ser una realidad. Su valiosa experiencia, su conocimiento de la Iglesia em América Latina y esa “paternidad” que dan los años de servicio a una causa tan noble y hermosa son tesoros muy valiosos que deben aprovecharse en la tarea común de la construcción del Reino”. *Carta de Alfonso Lopez Trujillo ao Emmo. Sr. Card. Avelar Brandão Vilela. 9-9-1974* (Arquivo do Cebitepal). As cartas de Alfonso Trujillo à D. Avelar são muito respeitadas, demonstrando aquele ter uma grande admiração por este. D. Avelar Brandão era um bispo de confiança para quem Trujillo pedia opiniões. Isto fica mais evidente no final da década de 70 e começo da década de 80 com a perseguição aos setores da Teologia da Libertação, mas isso faz parte de uma outra história.

da Libertação foram muito importantes para a construção desta memória sobre a II Conferência. Isso se reflete dentro das Universidades também. É uma memória seletiva que associam, muitas vezes, Medellín a bispos que tiveram pouca importância ou nenhuma na Conferência, mas que segundo eles representam a Conferência. E se omite a participação daqueles que de fato enfrentaram os problemas e fizeram da Conferência algo novo, que construíram as mudanças que significaram um sinal de maturidade da Igreja Católica no continente.

Para exemplificar o que está sendo dito aqui, o texto *Los obispos de Medellín: los santos padres de América Latina* do padre e teólogo José Comblin (2003, p.47-58), fala da importância de Medellín e elenca alguns bispos que, segundo ele, personificariam o “espírito” da Conferência mesmo que não tivesse participado do evento. Entre eles cita D. Helder Câmara, D. Óscar Romero, D. Paulo Evaristo Arns, D. Sergio Mendes Arceo, D. Antonio Fragoso entre outros. Pode-se concordar ou não com isso, entretanto o fato foi que *através de outros bispos que o verbo se fez carne*.

A Conferência de Medellín foi a conferência de D. Eugênio Sales, D. Tulio Botero Salazar, D. Leonidas Praño, D. Antonio Samoré, D. Marcos Mcgrath, D. Eduardo Pironio, D. Cândido Padim, D. Avelar Brandão Vilela entre outros. Foi através deles que Medellín se tornou histórica e pode regar a Igreja na América Latina. Medellín foi um sonho que se tornou real através da experiência desses bispos modernizadores. Foram eles que plantaram as sementes que foram colhidas por vários setores da Igreja Católica a partir da década de 1970.

À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA VIDA NÃO CABE EM UMA TESE

No dia 29 de setembro de 1986, a arquidiocese de Salvador confirmava o que os católicos da Bahia, Piauí, Petrolina e Aracajú tanto temiam. A biópsia feita no Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela comprovava que “o processo inflamatório infiltrativo (sic), com ulceração na pequena curvatura do estômago” não era de natureza benigna. Trocando em miúdos a linguagem médica, constatava-se que Dom Avelar tinha um câncer no estômago. Ao saber da notícia, o arcebispo dividia com os seus fiéis e clero a informação. Sem lamentações ou mentiras sobre o seu estado de saúde: “Quanto mais grave a situação, mais deve crescer a confiança na Providência Divina”.¹ O resultado da biópsia o inspirou a fazer o poema *Meu Irmão Estômago* onde falava da doença que o acometia, que foi reproduzido em vários jornais:

Meu Irmão estômago
Pobre Irmão estômago!
Estava doentes e eu não sabia
Há quanto tempo se instalara
O mal no teu regaço?
- seis meses, doze meses?
Ah! Eu não sabia!

Por isso, meu irmão estômago
Nenhuma assistência te podia dar
São revezes da vida! Quem diria?
(...)
Foi quando o corpo todo, lentamente,
Começou a dar provas de cansaço
E também de magrês, solidário
Com o teu sofrer silente.

Um dia, chegou inesperada revelação:
O estômago traz consigo forte ulceração.

E a biópsia, mais tarde, com lisura
Descobriria que o câncer lá estava
Encravado na pequena encurvatura.

Perdão, meu velho amigo de 74 anos!
Perdão!²

Dom Avelar fazia algo incomum para uma autoridade eclesiástica e tratava de forma pública a sua doença. Dividia com todos o seu infortúnio, a sua humanidade. Como

¹ Comunicado Oficial da Arquidiocese. 29/9/1986. Pasta Dom Avelar Cardeal Brandão Vilela. Caixa 3 (LEV/UCSAL).

² “Meu Irmão Estômago” – Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela. Instituto do Coração, 8/10/86. Pasta Dom Avelar Cardeal Brandão Vilela. Caixa 3 (LEV/UCSAL).

era de costume, chamava as coisas pelo nome e no caso dele era “Câncer”, a palavra maldita para muitos³. Enfrentaria sua sorte resignado. A forma como encarou a doença, fez com que o jornalista Carlos Heitor Cony escrevesse uma coluna elogiando “não, o Cardeal, o padre, o crente, mas o homem Avelar Brandão”. D. Avelar ficou comovido e enviou uma carta para o cronista informando que estava neste momento meditando muito sobre a vida, sobre Deus, sobre ele mesmo e sobre “a morte que considero irmã da vida”⁴.

Dom Avelar Brandão demorou mais ou menos um ano para procurar o diagnóstico médico mesmo com a magreza evidente que seu corpo aparentava, o que fez com que o tumor se espalhasse rapidamente. Sabia que tinha culpa por ter demorado a procurar diagnóstico médico, por isso não tinha o que lamentar. Naquele momento ele já antevia sua sorte, de quanto próximo estava o “irmão da vida”. Como era de se esperar, recebeu várias cartas de apoio dos seus amigos, autoridades, admiradores, clero e fiéis. O intelectual católico baiano Joviniano Neto tinha certeza que ele saberia enfrentar o futuro que lhe aguardava: “caso não lhe caiba o mar tranquilo, mas a tempestade, o sr. a enfrentará com a fibra alagoana que existe sob a tranquilidade e a baianidade de nosso arcebispo e com a ajuda daquele que afirma a VIDA”⁵.

Nesse momento difícil, ele começou a meditar mais sobre o mistério da vida, sobre ele, sobre Deus. A proximidade da morte fez com que ele avaliasse a sua vida. Escreveu bastante nesse período. Recorreu também a poesia para materializar seus pensamentos.⁶ Relembrava fatos do seu passado. Nos momentos em que estava no quarto de hospital revia sua própria história. Este era o seu maior legado que deixaria na terra.

³ O Câncer era (e ainda é) uma doença estigmatizada e muitas vezes negadas pelos familiares e pelo próprio doente, utilizando geralmente outros nomes para designar a doença. Por essa razão marcou tanto quando D. Avelar assumiu sem meias-palavras a doença de forma pública. O site *cancerefamilia.com.br* luta pela prevenção e o fim da estigmatização da doença. Por isso, em um artigo eles lembraram o poema “Meu Irmão Estômago” de D. Avelar para mostrar a coragem com que ele lidou com a doença, sem procurar omitir o que sofria. Também pegam o exemplo do arcebispo para servir de alerta, pois devido a se dedicar ao trabalho exaustivamente, acabou não procurando atendimento médico imediato quando seu corpo deu sinais da doença, como o emagrecimento rápido, o que dificultou qualquer tratamento do Câncer devido ao estágio avançado da doença. <http://cancerefamilia.com.br/sinais-e-sintomas-a-questao-das-prioridades/> Acesso em 27/12/2017.

⁴ Carlos Heitor Cony, “O Homem”, 2-11-1986.

⁵ Carta manuscrita de Joviniano Neto a Dom Avelar Brandão Vilela. 30/09/1986. Pasta Dom Avelar Cardeal Brandão Vilela. Caixa 3 (LEV/UCSAL).

⁶ Poesias manuscritas: “40 anos”, feito em 12-11-1986, em que ele versa sobre os 40 anos de sua consagração episcopal e “Homenagem”, de 15-10-1986, era uma poesia em que homenageava o clero da sua arquidiocese. Pasta Dom Avelar Cardeal Brandão Vilela. Caixa 3 (LEV/UCSAL). Para mais poesias escritas, neste momento, pelo arcebispo, ver (LIMA, 1989, p. 279-287).

Muitos anos antes, ele tinha escrito um texto falando de si que bem que poderia servir como uma espécie de autobiografia do velho Cardeal:

Sou pela renovação da Igreja sem prejuízo dos valores essenciais de sua verdadeira tradição. Entendo que renovar não é destruir, mas adaptar. Cada momento histórico tem a sua contribuição a oferecer à Igreja. E a Igreja ao momento histórico.

No plano Social defendo o direito de todos os homens a uma vida digna e compatível do bem-estar social. Não sou político de aldeia. Não pertencço a partidos políticos nem a sub-partidos. Entendo que o Pastor deve colocar-se acima dessas confusões e permanecer sempre disponível para todos. (...)

Sou Bispo Católico e muito me honro em ser agora inclusive revestido do título de Cardeal da Igreja Católica. Mas não me preocupa o proselitismo estreito à colheita na seara alheia. Adoto os princípios verdadeiramente ecumênicos.

E o primeiro deles é o respeito mútuo acompanhado do espírito de compreensão e de fraternidade. Entendo que se deve fazer a pregação de caráter positivo sem a polêmica e muito menos o insulto. Mas se for preciso esclarecer posições também sei fazê-lo sem azedumes nem ofensas. (...)

Preocupa-me a marginalização das massas sob qualquer de seus aspectos: cultural, econômico, religiosos, político, social. (...)

Ultimamente as referências a minha pessoa me apresentam como um diplomata. Jamais li um livro sobre diplomacia. Se diplomacia consiste em esconder a verdade não sou e não posso ser diplomata. Se diplomata consiste em encontrar meios de resolver problemas difíceis sem prejuízos da dignidade e da nobreza de sentimentos pode ser que eu tenha algo de diplomata. (...)

Não me agrada ser instrumentalizado nem pela direita, nem pela esquerda. Sinto-me um homem independente, livre para tomar as posições que julgar mais oportunas.

Dom Avelar – Cardeal Brandão Vilela⁷

Esse é um relato bem preciso do arcebispo. Mais do que tudo ele era um bispo católico. Mais do que tudo ele prezava sua independência. Mais do que tudo ele estava aberto para todos. Era interessante a relação que ele manteve com os segmentos sociais de suas dioceses. Em Salvador, ocorreu o mesmo o que tinha acontecido em Teresina, em Petrolina e em menor grau em Aracajú. D. Avelar conseguiu cultivar uma relação com os leigos e o clero de tal forma intensa que era como se ele fizesse parte da família. Não à toa, os entrevistados para esta tese faziam questão de destacar a relação de paternidade que ele mantinha com eles. A figura de “pai” é sempre associada a D. Avelar. É interessante esta descrição dos depoentes, pois, esta metáfora mostra uma relação de poder, mas também de proximidade. D. Avelar era visto como uma autoridade, mas uma

⁷ Confissões ao DN. Sem Data. (LEV/UCSAL)

em que poderia se confiar, em que poderia se socorrer. A questão não era se D. Avelar exercia poder, mas como ele o exercia.

O ex-vice-Governador de Sergipe, Manoel Cabral Machado, que conheceu o padre Avelar e acompanhou, mesmo à distância, sua trajetória até se tornar Cardeal de Salvador fez uma analogia interessante, afirmando que o arcebispo “sempre foi mais Pedro pela humanidade, do que Paulo pela combatividade” (MACHADO, 1999, p.85-88). Os entrevistados que conviveram próximo ao arcebispo gostam de enfatizar esta característica em D. Avelar: A preocupação que ele tinha com o outro.

Essa característica era perceptível na forma com que ele comandava sua arquidiocese. Dom Avelar Brandão como bispo, pela sua função, era obrigado a seguir e a cobrar que se seguissem as leis da Igreja Católica em sua arquidiocese. E isso ele sempre fez, mas do jeito dele. O arcebispo sabia como interpretar as leis da Igreja de forma ampla quando necessário. Entre a lei e o ser humano, ele não tinha dúvida com quem ficaria. Dois momentos distintos marcaram o seu clero e definia a pastoral exercida pelo Cardeal.

No final de junho de 1981, a arquidiocese de Salvador foi abalada com a notícia do suicídio do vigário da Penha, Jerônimo Moreira, que tinha se enforcado. O caso foi divulgado pela imprensa com certo sensacionalismo e causou muitos comentários na cidade. O suicídio é ainda hoje um tema tabu para a Igreja Católica o que dizer na década de 1980. No catecismo católico está bem claro que só Deus pode tirar a vida, por isso, é proibido de se celebrar as exéquias de um suicida. O comentário dos fiéis era que a alma do padre iria direto para o inferno. Isso fez com que o Cardeal soltasse uma nota pública comentando o caso. Informava que o sacerdote estava muito doente, e se ele cometeu o suicídio demonstrava o “paroxismo da crise” da doença que ele sofria. E para que não restasse nenhuma dúvida sobre a sua posição, ele mesmo tinha celebrado a missa de corpo presente do padre. A dor de um ser humano que recorria ao suicídio era muito grande para não ser amparado pelo seu arcebispo.⁸

⁸ “Cardeal fala sobre suicídio do vigário”. Jornal *A Tarde* 1-07-1981. A relação da Igreja Católica com o suicídio ainda é muito pouco debatida, mas atualmente muitos setores da Igreja são mais complacentes com a dor do suicida e da sua família. Muitos membros do clero hoje utilizam como entendimento para o enterro de um suicida, o mesmo subterfúgio utilizado por D. Avelar naquela ocasião. Em um texto atual que aborda o problema do suicídio e a Igreja afirma: “Apesar da gravidade de tal pecado, a Igreja não condena os suicidas. Eles são vistos com misericórdia. ‘Distúrbios psíquicos graves, angústia ou medo da provação, do sofrimento ou da tortura podem diminuir a responsabilidade do suicida. [...] Não se deve desesperar da salvação das pessoas que se mataram. Deus pode, por caminhos que só Ele conhece, dar-lhes ocasião de um arrependimento salutar. A Igreja ora pelas pessoas que atentaram contra a própria vida’ In:

Em outra ocasião, ficou sabendo que um jovem sacerdote “tinha enveredado pelo caminho do tóxico, e até estava frequentando casa de fautores do vício”. O uso de drogas ilícitas para consumo além de malvisto pela sociedade era crime. Dom Avelar deveria agir, mas como afirmou a um sacerdote “era muito cedo para castigar o padre”. Alentou a possibilidade de que se ele era usuário, ele deveria sofrer de uma doença psíquica então “carecia de tratamento adequado e não de reprimenda”. O padre José Gilberto de Luna afirma “que graças a este gesto seu de prudência pastoral e de amor, o caso em tela chegou a uma felicíssima solução.”⁹

Ele tornou-se o “bispo do diálogo” não só pela sua capacidade de procurar dialogar com vários setores. Mas, principalmente, pela sua disposição de dialogar com as pessoas ou segmentos com os quais discordava. Ele entendia que o arcebispo deve estar próximo de todos, inclusive (ou especialmente) daqueles dos quais diverge. Não era um relativismo moral, nem religioso. Era que para o Cardeal, *Igreja quer dizer comunhão*. E isso significava ficar próximo até daqueles que não se compreendia.

Um bom exemplo desta sua pastoral foi o contato que procurou manter com a maçonaria. A pedido da loja maçônica Grande Loja Unida da Bahia, D. Avelar celebrou uma missa na Catedral Basílica em sua homenagem nas comemorações do Natal de 1975. Os maçons, em retribuição, deram o título de Grande Benfeitor da Maçonaria Universal a D. Avelar, honraria que ele foi receber na loja maçônica em 12 de junho de 1976. Esses atos tiveram um impacto muito negativo nos setores mais conservadores da sociedade. A maçonaria era vista ainda como uma inimiga da Igreja. A “heresia” do arcebispo foi destacada pelo escritor católico integrista, Gustavo Corção, em suas colunas nos jornais. As reclamações chegaram ao Vaticano.

D. Avelar explicou os motivos do seu contato à Cúria Romana, como uma tentativa de diálogo à luz do Vaticano II. O Cardeal Jean Villot, da Secretaria de Estado do Vaticano, respondeu que entendia a intenção de D. Avelar, mas o repreendeu e afirmou que não fizesse mais isso. O próprio Papa Paulo VI enviou uma carta a D. Avelar referendando a proibição.¹⁰ Como Cardeal da Igreja, para D. Avelar, *Roma locuta est*,

<http://www.veritatis.com.br/o-que-diz-a-igreja-catolica-sobre-as-pessoas-que-cometem-suicidio/> Acesso em 29-12-2017.

⁹ “A outra face de Dom Avelar” Pe. José Gilberto de Luna. *Jornal A Tarde*. xx-12-1992

¹⁰ Carta do Cardeal Jean Villot ao Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela. 26-08-1976 e Carta do Papa Paulo VI ao Nosso venerável irmão Avelar Brandão Vilela, Cardeal Arcebispo de São Salvador da Bahia. 30-08-1977. Pasta Vaticano Secretaria de Estado. Caixa 7. LEV/UCSAL

Causa finita est. Aquele tipo de contato com a maçonaria não voltaria a ocorrer, mas em uma carta para o presidente da CAL, D. Sebastião Baggio, D. Avelar se posicionava e mostrava suas discordâncias com esta forma da Igreja lidar com a questão:

Quaisquer que sejam as desconfianças e razões objetivas de desacordo entre ambas as instituições, **penso que a manutenção da pena não mais ajuda a Igreja.** A possível suspensão da pena não significa, porém, aliança, o que seria também desastroso. Teríamos de nos movimentar como fazemos hoje perante tantos movimentos e entidades com os quais convivemos, sempre examinando suas ideias e ações.¹¹

Assim que ficou constatado o Câncer no estômago, Dom Avelar a contragosto seguiu os conselhos e foi fazer a quimioterapia, em São Paulo, como sugerido pelos médicos na Bahia, que diziam que lá as condições seriam melhores para o tratamento. O próprio Cardeal D. Paulo Evaristo Arns entrou em contato com Dom Avelar para convencê-lo da ideia. Ele aceitou viajar para São Paulo para começar o tratamento. As fotos nos jornais já demonstravam o rosto abatido do Cardeal. No dia da viagem para São Paulo, muitos fiéis foram ao aeroporto se despedir. O jornal *Tribuna da Bahia* em uma manchete representava a esperança dos baianos: “Até a volta, D. Avelar”.¹²



¹¹ Carta de Dom Avelar Brandão Vilela ao presidente da CAL, cardeal Sebastião Baggio. 29-06-1977. Destaque meu. Pasta Vaticano Secretaria de Estado. Caixa 7. LEV/UCSAL

¹² “Até a volta, D. Avelar”. *Tribuna da Bahia*, 2-10-1986, p 9.

Dom Avelar ficou 63 dias em São Paulo para o tratamento. Teve muito tempo para pensar na vida e na sua história. Imagino que deve ter ficado contente com que construiu. Deve ter lembrado daquele menino alagoano que influenciado pela mãe abraçou o sacerdócio. Também deve ter recordado momentos tristes como quando seminarista quase foi expulso do Seminário. Não poderia esquecer sua estadia em Aracajú, do seu bispo D. José Thomás e seus arroubos juvenis de um antimodernista, um polemista. Em Petrolina, na dureza do sertão, foi se fazendo bispo, moderado nas palavras, atento às questões sociais, um defensor da tradição da Igreja, mas agora sem negar a modernidade. Quando foi ao Piauí já estava maduro e lá aperfeiçoou seu modelo de bispo. Enquanto foi arcebispo de Teresina é difícil medir a sua importância e o carinho que o povo tinha a ele, algo só comparável na Bahia.

Imagino que ele tenha recordado do período da sua presidência no CELAM e da histórica II Conferência Episcopal Latino-Americana. Se leu o editorial *El presidente del CELAM* do jornal *El Siglo* deveria ter ficado muito contente.

Monsenhor Brandao Vilela é um homem de grande equilíbrio, visão e firmeza, atributos de inteligência e caráter as quais somam intelecto de grande capacidade de exposição e síntese. Goza de uma ampla e total adesão de seus paroquianos, a quem tem servido com tenacidade, perseverança e abnegação. Seu prestígio transcendeu os limites de sua arquidiocese, espalhando-se rapidamente em todo o Brasil e na América Latina. Homem estudioso tem dedicado o melhor de sua vida à observação e análise de problemas econômicos e sociais que afetam especialmente os povos do terceiro mundo e que lhe permitem expressar com toda a ênfase: a América Latina é um continente em transformação: econômico, social, cultural, religioso e artístico; daí a grande mobilização social e religiosa que agora vive, explicada esta última pelo impacto dos documentos conciliares¹³.

Dom Avelar já pressentia o seu fim por isso resolveu, a contragosto dos médicos paulistas, interromper a sessão de quimioterapia e retornar para Salvador. Ele queria aguardar o “irmão da vida” na sua arquidiocese, entre os seus. O estado de saúde dele já

¹³ “Monseñor Brandao Vilela es un hombre de gran equilibrio, visión y firmeza, atributos de inteligencia y de carácter a los cuales suma los intelectuales de gran capacidad de exposición y de síntesis. Goza de una amplia y total adhesión de sus feligreses, a los cuales ha servido con tenacidad, constancia y abnegación. Su prestigio ha traspasado los límites de su arquidiócesis, extendiéndose rápidamente a todo el Brasil y a la América Latina. Hombre estudioso ha dedicado lo mejor de su vida a la observación y análisis de los problemas económicos y sociales que afectan especialmente a los pueblos del tercer mundo, y que le permiten expresar con todo énfasis: América Latina es un continente en transformación: económica, social, cultural, religiosa y artística; de allí la gran movilización social y religiosa que ahora vive, explicada esta última por el impacto de los documentos conciliares “.”El presidente del CELAM”. Jornal *El Siglo*, 23-08-1968

era muito delicado e a sua aparência física piorou bastante. Ele foi trazido de São Paulo para Salvador em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Já não caminhava, foi carregado de maca. A arquidiocese montou um esquema para que ele não fosse fotografado. D. Avelar era muito vaidoso para deixar uma última imagem pública de tal forma debilitado.

Ficou internado no Hospital Português, em Salvador, para em tese continuar o tratamento, mas todos na verdade sabiam que ele estava apenas esperando o “irmão da vida” levá-lo para finalmente conhecer o Senhor de quem ele tanto falava na Terra. Nutria esperança de chegar até o natal e pedia que quando morresse, no velório, tivesse muitas crianças e flores. Na noite do dia 19 de dezembro, o frei Calixto despediu-se do Cardeal dizendo: “até amanhã, D. Avelar”; e o arcebispo respondeu: “Se Deus quiser”.¹⁴ Deus não quis. Às 23: 55h, o arcebispo do diálogo calava-se para sempre. No atestado de óbito a causa da morte foi “insuficiência respiratória aguda, broncopneumonia, metástases carcinoma”.¹⁵

Seu velório foi do tamanho da sua popularidade. A Catedral Basílica foi tomada por uma grande quantidade de fiéis. As pessoas esperavam horas em uma fila para poder se despedir do Cardeal. Uma caravana de Petrolina veio para o adeus ao arcebispo. Como pedido, os fiéis foram acompanhados de crianças e levaram flores.¹⁶ Os principais hierarcas da Igreja brasileira estavam na Catedral Basílica, onde ele seria enterrado, para a missa de corpo presente celebrada por D. Eugênio Sales. O prefeito de Salvador, o Governador da Bahia e o presidente da República, José Sarney, compareceram ao velório junto com dezenas de outras autoridades civis e militares. Os Governos municipal, estadual e Federal decretaram três dias de luto oficial.¹⁷

Mesmo depois de décadas de sua morte, o arcebispo D. Avelar Brandão Vilela é ainda referência nas arquidioceses em que trabalhou. Virou nome de ruas, bairros, colégios, museu e fundações. Teses, dissertações e livros são lançados sobre ele. Seu túmulo em Salvador é ainda visitado pelos fiéis. D. Lucas Moreira Neves que o sucedeu

¹⁴ “Crianças e flores marcam adeus da Bahia a Dom Avelar”. *Jornal do Brasil*. 21-12-1986, p.26.

¹⁵ Certidão de Óbito de Avelar Brandão Vilela. Caixa 8 (LEV/UCSAL)

¹⁶ “Fiéis congestionam toda a área próxima à Basílica”. *Jornal A Tarde* 22-12-1986.

¹⁷ No velório tinha duas ausências importantes: as dos políticos Waldir Pires e Antônio Carlos Magalhães. Os dois estavam fora do país, o primeiro na França e o segundo nos Estados Unidos. Apesar dos esforços não conseguiram chegar a tempo. Eles mandaram representantes. O Governador eleito para o próximo mandato - e ex-exilado político -, Waldir Pires, mandou um assessor ao velório e o ministro das Telecomunicações, ACM, enviou o seu filho Luís Eduardo Magalhães, deputado constituinte.

na arquidiocese, em uma entrevista, afirmou que durante muitos anos foi chamado de D. Avelar nas paróquias populares. O maior ensinamento do Arcebispo para o clero e o laicato era que o cristianismo é acolhimento e que Igreja significa comunhão. Mesmo tendo vivido boa parte da vida em momentos de acirramento político e religioso, resolveu seguir o caminho da mediação, da moderação. Essa, era para ele, a missão do bispo. E sua história ainda inspira muitos pelos locais onde passou. Como disse D. Eugênio Sales, na missa de corpo presente, “sepultou-se apenas o que há de mortal em Dom Avelar”.¹⁸

¹⁸ Sobre a fala de D. Lucas Moreira Neves, ver: (NEVES, 2006, p.57), sobre a de D. Eugênio: “Muita emoção no adeus a D. Avelar”. *A Tarde* 22-12-1986

LISTA DOS ARQUIVOS

Arquivo Clemente Mariani – (CMA / CPDOC-FGV)

Arquivo da Cúria da Diocese de Aracajú

Arquivo da Cúria da Diocese de Petrolina

Arquivo de Dom Avelar Brandão Vilela - Laboratório Reitor Eugênio Veiga /
Universidade Católica do Salvador (LEV/UCSAL)

Arquivo do Centro Bíblico, Teológico y Pastoral para América Latina (Cebitepal)

Arquivo do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)

Arquivo do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM)

Arquivo do General Antonio Carlos Muricy - (ACM / CPDOC-FGV)

Arquivo do Seminário Central São João Maria Vianney

Arquivo Nacional – Fundos dos Órgãos de Informação (SNI, CIEX/MRE, CGI, CISA)

Arquivo Pessoal do Padre Andrés Mato

Arquivo Pessoal do Padre Renzo Rossi

Arquivo Pessoal do professor Cândido da Costa e Silva

Arquivo Pessoal do professor Joviniano Neto

Arquivo Pessoal do professor Moisés Diniz de Almeida

Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Biblioteca Nacional (BN)

LISTA DOS ENTREVISTADOS

- 1 – Padre Cláudio Perani (20-01-06)
- 2 - Padre Carlos Bresciani (15-05-06)
- 3 - José Crisóstomo (23-05-06)
- 4 - César Galvan (03-10-06)
- 5 - Padre Francisco Xavier Barturen (09-10-06)
- 6 - Joviniano Carvalho Neto (24-10-06) e (7-02-07)
- 7 - Gabriel Kraychete (26-10-06)
- 8 - Antônio Ferreira Guerreiro de Freitas (31-10-06)
- 9 - Luis Antonio Amorim de Aguiar (25-11-06)
- 10- Elsa Kraychete (1-12-06)
- 11 - Júlio Brandão (2-12-06)
- 12 - Nelson Oliveira (21-12-06)
- 13 - Ana Cecília Bastos (10-01-07)
- 14 - Monsenhor Gaspar Sadock (10-06-08) e (30-07-09)
- 15 – Irmã Judite (24/26-09-08)
- 16 – Eliana Rolemberg (03-10-08)
- 17 – Yvette Amaral (10-10-08)
- 18 - Monsenhor Ademar Dantas (13-10-08)
- 19 – José Carlos Zanetti (14-10-08)
- 20 – Padre André Seutin (21-10-08)
- 21 –D. Bernardo (29 e 30-10-08)
- 22 – Reverendo Josué de Mello (04-11-08)
- 23 – Reverendo Celso Dourado (05-11-08) e (13-01-10)
- 24 – Monsenhor Walter Magalhães (7-11-08)
- 25 – Pierre Demolierre (17-12-08)
- 26 –Padre Pedro Mathon (26-12-08)
- 27 – Reverendo João Dias de Araújo (28-12-08)
- 28 – Jean Lacrevaux (29-12-08)
- 29 –D. Eugênio Sales (22-06-09)
- 30 – Cândido da Costa e Silva (27-07-09)
- 31 – Anete Bernardes (16-01-10)
- 32 – Manuel Bernardes (16-01-10)
- 33 – Ubiratan Castro de Araújo (27-01-10)
- 34 – Padre Renzo Rossi (06-08-10)
- 35 – Solange Silvany Lima (19-01-11)
- 36 – Leonardo Boff (14-09-11)
- 37 – D. Waldyr Calheiros (03-10-11)
- 38 – Frei Fernando (12-05-12)
- 39 – Waldyr de Araújo Castro (10-08-12)
- 40 – Luiz Alberto Gomes de Souza (07-03-13)
- 41 – D. Tomás Balduino (20-03-13)
- 42 – Theodomiro Romeiro Santana (25-08-15)
- 43 – Wilson Barros de Araújo (28-08-15)
- 44 – Maria da Conceição Gontijo (04-12-15)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O Regime Militar em Festa: O Sesquicentenário da independência do Brasil (1972)**. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- ALMEIDA, Luciene Silva de. **O comunismo é o ópio do povo: Representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia**. Dissertação (Mestrado em História) – UEFS, Feira de Santana - BA, 2011.
- ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. **Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977**. Tese (Doutorado em História) – UFGO, Goiânia, 2010.
- ALMEIDA, Paulo Henrique de. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá. PEREIRA, Gilberto Corso. (orgs). **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. 2ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
- ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do povo**. Rio de Janeiro: ed. Sabiá, 1968.
- , **A Igreja e a política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- , **Teotônio, Guerreiro da Paz**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1983.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil 1964-1984**. Bauru: Edusc, 2005.
- ALVES, Solange de Santana. **A Igreja Católica na Bahia: fé e política**. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2003.
- ANAIS DO SENADO. LIVRO 2. **Transcrição**. Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal. 1973.
- AQUINO, Maria Pilar. **A teologia, a Igreja e a mulher na América Latina**. Trad. de Rodrigo Contrera. São Paulo: Paulus, 1997.
- AQUINO, Thulio Andre Moura de. **CAMINHOS DO PODER: Práticas Políticas da Família Coelho na cidade de Petrolina-PE, (1930-1947)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 2011.
- ARAÚJO, João Dias de. **Inquisição sem fogueiras**. 3. ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.
- ARAÚJO, José Luis Lopes. O rastro da Carnaúba no Piauí. **Revista Mosaico**, v.1, n.2, jul./dez., 2008.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro. 1968 - O Movimento Estudantil na Bahia: Um testemunho. **Revista Perspectiva Histórica**, v.2, n.3, jul./dez., 2012.

ARAÚJO, Warrington Wallace Veras de. **Dom Avelar Brandão Vilela, entre o texto e o contexto:** trajetória e representações do arcebispo do Piauí (1956-1971). Dissertação (Mestrado em História) - UFPI, Teresina, 2008.

ARCHANJO, Georgecohama. **A Massa da Tropa.** Greve na Polícia Militar da Bahia – 1981. Salvador: Solisluna, 2008.

ARQUIDIOCESE DE SÃO SALVADOR. **Dom Avelar Brandão Vilela.** Meio século de pregação. Homenagem da Arquidiocese de São Salvador da Bahia pelo seu jubileu sacerdotal de ouro. Salvador: Arquidiocese de São Salvador, 1985.

ASSIS, Daisy Laraine Moraes de. **A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) e a nova organização escolar: histórias e memórias da educação no município de Ibicarai/BA.** Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSE, Aracaju, 2005.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. In: **Dimensões**, v. 24, 2010.

AZEVEDO, Ferdinand. “A Inesperada Trajetória do Ultramontanismo no Brasil Império”. In: **Perspectiva Teológica**. 20, 1988.

AZZI, Riolando. O episcopado brasileiro frente à Revolução de 1930. **Revista Síntese**. 12, janeiro/março, 1978.

-----, “O fortalecimento da Restauração Católica no Brasil (1930-1940)”. **Revista Síntese**. 17, Setembro/Dezembro, 1979.

-----, “DO BOM JESUS SOFREDOR AO CRISTO LIBERTADOR. Um aspecto da evolução da Teologia e da Espiritualidade católica no Brasil (continuação)”. **Revista Perspectiva Teológica**. 18, janeiro/março, 1986.

-----, **A Sé Primacial de Salvador: Igreja Católica na Bahia (1551-2001).** Período Imperial e Republicano. Vol. II. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BANDEIRA, Marina. **A Igreja Católica na virada da questão social (1930-1964):** Anotações para uma história da Igreja no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **Os padres de Dom José: O seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933).** Maceió: EDUFAL, 2012.

BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar:** o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006.

BENEVIDES, Sílvio C. S. **Proibido proibir:** uma geração na contramão do poder. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFBA, Salvador, 1999.

BEOZZO, José Oscar. **Cristãos na universidade e na política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

-----, **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

-----, **Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II: Participação e Prosopografia 1959-1965**. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2001.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue**. A luta clandestina contra a ditadura militar. Dossiês Carlos Mariguella e Frei Tito. 13ª ed. Revista. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2000.

BEZERRA, Paulo Cesar Gomes. **A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

BOFF, Leonardo (Org.). **A teologia da libertação: balanços e perspectivas**. São Paulo: Ática, 1996.

BORGES, Lindsay. **Uma trajetória emblemática: Centenário de nascimento de Dom Fernando Gomes dos Santos**. Goiânia: Editora PUC-Goiás, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. “A regionalização da grande indústria do Brasil: Recife e Salvador na década de 70”. In: **Revista de Economia Política**, vol 5, nº4, outubro-dezembro 1985.

BRITO, Charlene José de. **Da assistência à resistência: ecumenismo presbiteriano, mendicância, migração e luta pela terra na Bahia (1968-1990)**. Salvador: Sagga, 2016

BRUNEAU, Thomas. **O Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Editora Loyola, 1974.

BUSETTO, Áureo. **A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro. 1964-1985**. Tese (doutorado em História) – UFF, Niterói, 2012.

CÂMARA, Helder. **Circulares Interconciliares: de 11/12 de abril a 9/10 de setembro de 1964**. Zildo Rocha (org). Coleção Obras completas de Dom Helder Câmara, v.2, t.1. Recife: CEPE, 2009a.

- . **Circulares Interconciliares**: de 23/24 de novembro de 1964 a 17/18 de abril de 1965. Zildo Rocha (org). Coleção Obras completas de Dom Helder Câmara, v.2, t.2. Recife: CEPE, 2009b.
- CARRIQUIRY, Guzmán. “Recapitulando los 50 años del CELAM, em camino hacia la V Conferencia. In: **CELAM, 50 años de Servicio a la Comunión**. Bogotá: Celam, 2007.
- CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPI, Teresina, 2007.
- CARVALHO, Ricardo. **O Cardeal da Resistência**: As muitas vidas de Dom Paulo Evaristo Arns. São Paulo: Editora Instituto Vladimir Herzog, 2013.
- CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. **Dom Avelar Brandão Vilela: uma biografia histórica**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPI, Teresina, 2011.
- CARVALHO NETO, Joviniano (org). **D. Timóteo presença histórica**. Salvador, 1996.
- . **A polêmica que a (pena de) morte perdeu**. Salvador: Edufba, 2014.
- . O II Congresso da Anistia: Momento de resistência e definições. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org). **Ditadura Militar na Bahia**: Novos Olhares, novos objetos, Novos horizontes, Volume 1. Salvador: EDUFBA, 2009.
- . Bahia – As eleições na Ditadura Militar. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org). **Ditadura Militar na Bahia**: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência, Volume 2. Salvador: EDUFBA, 2014.
- CASTRO, Marcos de. **Dom Hélder**. Rio de Janeiro: Edições Graal 1978.
- CAVALCANTE, Francisco José Pereira. **Diocese de Petrolina**. 80 anos de Evangelização. Petrolina, PE: Gráfica Franciscana, 2004.
- CEAS. “O médio São Francisco”. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 26, ago. 1973.
- CELAM. **Declaración de los Cardenales, Obispos y demás prelados representantes de la jerarquía de América Latina reunidos en la Conferencia Episcopal de Rio de Janeiro**. 1955.
- . Presença da Igreja no desenvolvimento da América Latina, a luz do Concílio Vaticano II. In: **Conclusões da Conferência de Medellín**: 30 anos depois, Medellín é ainda atual?. São Paulo: Editora Paulinas, 1998.
- . **Bodas de Plata 1955-1980**. Bogotá – Colômbia, 1980.
- CESE. **Ecumenismo e Cidadania**. Uma Trajetória de luta por direitos humanos, desenvolvimento e Justiça. São Leopoldo, RS: CEBI, 2013.

CIRANO, Marcos. **Os Caminhos de Dom Hélder**: Perseguições e Censura. Recife: Editora Guararapes, 1983.

CNBB. Declaração da comissão central da CNBB. **Vozes** - Revista Católica de Cultura, Petrópolis-RJ, ano 58, n. 7, jul. 1964.

COITINHO, Angélica do Carmo. **Sob a Toga e a Farda**: O Ministro General de Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos no Superior Tribunal Militar (1973-1979). Dissertação (Mestrado em História) – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2012.

COLECTIVO FRENTE UNIDO (CFU) (org). **Unidad en la diversidad y el Frente Unido del Pueblo**. Periferia Fondo Editorial. Bogotá: Colômbia, 2014.

COMBLIN, José. “Los obispos de Medellín: los Santos Padres de América Latina”. In: RICHARD, Pablo (director). **10 Palabras clave sobre La Iglesia en América Latina**. Estella (España): Editorial Verbo Divino, 2003.

Comissão Estadual da Verdade. **Resgatando a nossa história**. Relatório de atividades. Volume 1. Salvador, EGBA, agosto 2013/ABRIL 2016, 2016.

Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos** / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em Movimento**. A Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

-----, **Lembrar do Passado, festejar o presente**: as comemorações do Sesquicentenário da independência entre consenso e consentimento (1972). Tese (Doutorado em História) - UFF. Niterói, 2012.

COSTA, Célia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Keneth (orgs.). **O Bispo de Volta Redonda**: memórias de Dom Waldyr Calheiros. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CRUCHAGA, Carlos González. **Manuel Larraín**. Un obispo sorprendente. Universidad Católica del Maule. Talca- Chile, 2004.

DAMMERT, José. “Don Manuel Larraín y América Latina en el Concilio Vaticano II”. In: **Centro de Estudios y Publicaciones**, Lima, volumen 11, número 80, dezembro de 1986.

DANTAS, Deoclécio. **Marcas da ditadura no Piauí**. Teresina: Gráfica do Povo, 2008.

-----, **Dom Avelar Brandão Vilela**: uma vida a serviço da paz. Teresina, 2006.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, Autocracia e Carisma**. A política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Minas Gerais: Editora UFMG, 2006.

D'ARAÚJO, Maria Celina; e CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.

----- (Org.). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

DE KADT, Emanuel. **Católicos radicais no Brasil**. João Pessoa: UFPB, 2003.

DELLA CAVA, Ralph. “Igreja e Estado no Brasil do século XX”. **Estudos CEBRAP**, n. 12, p. 7-52, abr./jun. 1975.

DEMOULIÈRE, Pierre. **O submisso liberta-se**. Salvador, Ed. do autor, 2007.

DREHER, Martin Norberto. **A Igreja Latino-Americana no contexto mundial**. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado** - Ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1981.

DUARTE, Teresinha. **Se as Paredes da Catedral Falassem**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2003.

DUCCINI, Felipe Moreira Barboza. **A luta pela anistia na Bahia**: do movimento feminino pela anistia ao Comitê Brasileiro Pela Anistia (1975 a 1979). Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2017.

DUQUE, Alvaro Cadavid. “Um Camino Pastoral de la Iglesia em América Latina y el Caribe” – Las Conferencias Generales del Episcopado”. In: **CELAM, 50 años de Servicio a la Comunión**. Bogotá: Celam, 2017.

EU OUVI os clamores do meu povo. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 27, out. 1973.

FARRETE, Rafael Leporace e PINTO, Simone Rodrigues. “América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia”. In: **Topoi**, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011.

FERREIRA, Edemir Brasil. **A multidão rouba a cena**: O quebra-quebra em Salvador (1981). Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2008.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

-----, **O grande irmão**. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

-----, **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

FONTES, Francisco Robério Saraiva. **Império dos Rifles**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015.

FORCANO, Benjamín et al. **Pedro Casaldáliga**: as causas que imprimem sentido à sua vida – retrato de uma personalidade. São Paulo: Ave Maria, 2008.

FONSECA NETO, Antônio (Org.). **Dom Avelar Brandão Vilela**. Teresina: Nova Aliança, 2014.

FRANCO, José Uriel Patiño. **La Iglesia en América Latina**. Una mirada histórica al proceso evangelizador eclesial en el continente de la esperanza. Siglos XV-XX. San Pablo: Bogotá, 2002.

-----, **La Iglesia en América Latina**. Una mirada histórica al proceso evangelizador eclesial en el continente de la esperanza. XV-XXI. 2ª ed. San Pablo: Bogotá, 2012.

FREIRE, Américo e SYDOW, Evanize. **Frei Betto biografia**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada** - As ilusões Armadas. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

-----, **A Ditadura Escancarada** - As ilusões Armadas. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

-----, **A Ditadura Derrotada** - O Sacerdote e o feiticeiro. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

-----, **A Ditadura Encurralada** - O Sacerdote e o feiticeiro. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

GOMES, João C. Teixeira. **Memória das Trevas**. Uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (Org.). **Concílio Vaticano II**: análise e perspectivas. São Paulo: Paulinas, 2004.

GROPPO, Bruno. Amnésias, repressões, mitos: como se conta o passado após uma Ditadura. In: **1964: 50 anos depois** – A Ditadura em debate. Aracaju: EDISE, 2015.

GUEDES, Ana e MENDONÇA, Lucimar Silva Cunha. **Construindo a memória**: a luta pela anistia na Bahia. Salvador, 2006.

GULLAR, Ferreira. **Melhores Poemas**. (Seleção Alfredo Bosi). 7ª ed. São Paulo: Editora Global, 2010.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação**: perspectivas. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

HOONAERT, Eduardo. Para uma história da Igreja no Brasil. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. Volume 33, fascículo 129. Março 1973.

IGREJA CATÓLICA. **Compêndio do Vaticano II**. Constituições, decretos e declarações. 29ª edição. Editora Vozes. Petrópolis, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Na luta pela Reforma Agrária** – INCRA 45 anos. 1ª ed. Brasília, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL. **Pastoral da Igreja no Brasil nos anos 70**: caminhos, experiências e dimensões. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (org). **Presença pública da Igreja no Brasil**. Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003.

JOÃO XXIII, Papa. **Mater et magistra**. São Paulo: Paulinas, 1961.

----- . **Pacem in terris**. São Paulo: Paulinas, 1963.

JOSÉ, Emiliano. **As asas invisíveis do Padre Renzo**. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2002.

----- . Apresentação. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org). **Ditadura Militar na Bahia: Novos olhares, Novos objetos, Novos Horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

KASPER, Rafael. **Movendo as peças do tabuleiro**: a atuação de Dom Vicente Scherer à frente da Arquidiocese de Porto Alegre (1961-1981). Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2012.

KARLIC, Estanislao Esteban. “Perspectiva Teológica en las Conferencias Generales del Episcopado Latinoamericano – en el marco de los 50 años del Celam. In: **CELAM, 50 años de Servicio a la Comunión**. Bogotá: Celam, 2017.

KLINGE, Germán Doig. **De Río a Santo Domingo**. CELAM: Bogotá, 2006.

KRUEL, Kenard. **Djalma Veloso**: o político e sua época. Teresina: Halley Gráfica e Editora, 2006.

LIBÂNIO, João Batista. Crenças Religiosas, Fanatismo e Secularidade na América Latina. In: **Revista Perspectiva Teológica**. Volume 40, número 110, 2008.

LIMA, Alceu Amoroso. Diálogo da Igreja com o mundo moderno. **Revista Paz e Terra**, Rio de Janeiro, v. 1, jul. 1966.

LIMA, Aristides Fraga. **Vida e Obra de D. Avelar Cardeal Brandão Vilela**. Arcebispo de S. Salvador da Bahia e primaz do Brasil, Salvador, 1989.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**: hipóteses para uma interpretação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

LIMA, Marconis Fernandes. **CIDADE DA BOA ESPERANÇA: Memórias da construção da usina hidrelétrica em Guadalupe-Piauí.** Dissertação (Mestrado em História) – UFPI, Teresina, 2007.

LLERENA, Margarita Moyano. Medellín: vinte anos depois – O testemunho de uma mulher que o viveu por dentro. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, Fascículo 192, nº 48, Dezembro 1988.

LOSADA, Leonidas Ortiz. El Consejo Episcopal Latinoamericano – CELAM: 60 años al servicio de la colegialidad episcopal y de la integración latinoamericana. In: **Promoviendo La colegialidad episcopal y la integración latinomaericana.** CELAM: Bogotá, 2016.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LÜNING, Hildegard. **Camilo Torres Restrepo.** Sacerdocio y política. Bogotá – E. Universidad Nacional de Colombia, 2016.

MACHADO, Manoel Cabral. **Brava Gente Sergipana e Outros Bravos.** Aracaju: Editora Já Andrade, 1998.

MACIEL, Marco. **Luiz Gonzaga.** Nordeste e Alma Brasileira, 2000.

MAGALHÃES, Antonio Carlos. **Política é paixão.** Quem é Antonio Carlos Magalhães? Rio de Janeiro: Editora Revan, 1995. (participam: Ancelmo Góis *et al.*).

MAGALHÃES, Walter. **Pastores da Bahia.** 450 anos. Salvador, 2001.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-85).** São Paulo: editora Brasiliense, 1989.

MARCHI, Carlos. **Senhor República.** A vida aventureira de Teotônio Vilela, um político honesto. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira 1968-78.** 2. ed. São Paulo: Global, 1980.

MARTINS FILHO, José Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969).** Tese (Doutorado em Ciência Política) – UNICAMP, Campinas, 1993.

MAURO, Diego. “El mutualismo católico en Argentina: el Círculo de Obreros de Rosario en la primera mitad del siglo XX”. **Historia Crítica**, núm. 55, enero-marzo, 2015, p. 181-205.

MELO, Antonio Maurení Vaz Verçosa de. **Os alicerces da Educação Superior no Piauí**: Uma avaliação das experiências das faculdades de Direito e Católica de Filosofia (1930 – 1970). Dissertação de Mestrado em Educação – UFPI. Teresina, 2006.

MENDES, Felipe. **Economia e Desenvolvimento do Piauí**: Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

MICELI, Sérgio. **A Elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. In: **Sociologias** [online]. n.17, 2007, p.240-264.

MONTE, Regianny Lima. De Marginal a Problema Social: O papel intervencionista de entidades públicas e Instituições Sociais junto aos pobres urbanos de Teresina. In: **VI Simpósio Nacional de História Cultural**. Escritas da história: Ver- sentir – narrar. UFPI. 24 a 28-06-2012.

MORÁS, Francisco. Evangelização das classes médias e solidariedade com os pobres: o legado de Medellín. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, Fascículo 232, Dezembro 1998, p.787-821

MORAIS, Irmã Maria Eleonôra de Jesus. **Província Eclesiástica de Aracajú**. Evangelizando para a vida. 100 anos de diocese e 50 de arquidiocese. Aracajú: Edise, 2014.

MORAIS, J. F. Regis de. **Os bispos e a política no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

MOTA, Cristiane Lopes da. O Golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Ditadura Militar na Bahia**: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência. Salvador: EDUFBA, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MUÑOZ, Ronaldo. El camino de la Iglesia en América Latina, a través de sus conferencias de Medellín, Puebla y Santo Domingo. In: RICHARD, Pablo (director). **10 Palabras clave sobre La Iglesia en América Latina**. Estella (España) : Editorial Verbo Divino, 2003.

MURARO, Valmir Francisco. **Juventude operária católica**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NÃO OPRIMAS teu irmão. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 41, jan./fev. 1976.

NERY, Sebastião. **Folclore Político**. 1950 histórias. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

NEVES, Dom Lucas Moreira. **Cardeal Lucas Moreira Neves**. Entrevista com François Vayne. Coleção Austregésilo de Atayde. Biblioteca da Academia Brasileira de Letras, 2006.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Eleições no Brasil**: do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NOVARRO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983**. Do Golpe de Estado à Restauração Democrática. São Paulo: EDUSP, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. Salvador: os exilados da opulência (expansão capitalista numa metrópole pobre). In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves e FARIA, Vilmar (org.). **Bahia de todos os pobres**. Cadernos Cebrap, 34. Petrópolis, Vozes; São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1980.

OLIVEIRA, Maria Alexsandra Prado de Oliveira. **“Eu ouvi os clamores do meu povo”**: Análise de um documento eclesial e suas repercussões. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – UNICAP, Recife, 2015.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao Céu**: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo Cristão no Piauí (1945-1964). Tese (Doutorado em História) – UFCE, Fortaleza, 2016.

PADIM, Dom Cândido. Educação libertadora proclamada em Medellín. In: **Conclusões da Conferência de Medellín: 30 anos depois, Medellín é ainda atual?**. São Paulo: Editora Paulinas, 1998.

PAGANELLI, Pía. “Desarrollo, dependencia y liberación: de la Populorum progressio al documento de Medellín. El camino hacia la teología de la liberación”. In: **revista Pensar. Epistemología y Ciencias Sociales**, N° 7, Editorial Acceso Libre, Rosario, 2012.

PAULA, Christiane Jalles de. **O bom Combate**: Gustavo Corção na imprensa brasileira (1953-1976). RJ: FGV editora, 2015.

PAULO VI, Papa. **Populorum progressio**. São Paulo: Paulinas, 1967.

-----, “Discurso de SS. Paulo VI na Abertura da II Conferencia”. In: **Conclusões da Conferência de Medellín: 30 anos depois, Medellín é ainda atual?** São Paulo: Editora Paulinas, 1998.

PEREIRA, Luciana de Lima. **A Igreja Católica e os tempos modernos**: A luta pela construção de uma neocristandade em Teresina (1948-1960). Dissertação (Mestrado em História) – UFPI, Teresina, 2008.

PESSOTI, Gustavo Casseb. “As Políticas de atração de Investimentos Industriais e o Desenvolvimento Industrial da Bahia no Período do Regime Militar Brasileiro”. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org). **Ditadura Militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência**. Volume 2. Salvador: EDUFBA, 2014.

PETERSEN, Diogo Seixas. “**Uma Igreja de luta, resistência e fé!**”: A Igreja Batista Nazareth (Salvador - Ba, 1974-1990). Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2016.

PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara**. Entre o poder e a profecia. São Paulo: Editora Ática, 1997.

PINTO, Danilo. De Viçosa a Teresina (1912-1971). In: PORTELA, Adriano e SANTOS, Danilo Pinto. **Dom Avelar Brandão Vilela**. Um bispo do Brasil-Nordeste. Edições CNBB, 2012.

PORTELA, Adriano e SANTOS, Danilo Pinto. **Dom Avelar Brandão Vilela**. Um bispo do Brasil-Nordeste. Edições CNBB, 2012.

PORTELA, Adriano. A Sé Primacial (1971-1986). In: PORTELA, Adriano e SANTOS, Danilo Pinto. **Dom Avelar Brandão Vilela**. Um bispo do Brasil-Nordeste. Edições CNBB, 2012.

POSADA, Isabel Corpas de (coord). **Pueblo de Dios: Miradas y caminos**. Vaticano II y Teología de la Liberación. PPC Colombia: Bogotá, 2014.

REICHERT, Leonardo. **A influência da Conferência de Medellín na vida eclesial da Arquidiocese de Porto Alegre no período de 1968 a 1979**. Dissertação (Mestrado em Teologia) – PUC-RS, Porto Alegre, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão. CEAS: Uma bela história de resistência democrática. In: **Revista Perspectiva Histórica**. Salvador, 2011.

RESTREPO, Javier Dario. **CELAM 40 años sirviendo e integrando** – datos para una historia. Celam: Bogotá, 1995.

RESTREPO, Juan Botero. **El Celam** – apuntes para una crónica de sus 25 años. Celam. Medellin - Colombia. 1982.

ROCHA, Damião Cosme de Carvalho. **Nas franjas da História: Singularidade e distinção da Liga Camponesa de Matinhos na terra dos Carnaubais** – Piauí. Tese (Doutorado em História) - PUC-SP, São Paulo, 2017.

ROCHA, Honório de Queiroz. **Estou presente, PETROLINA!** Recife: Edições Bagaço, 2006.

SANTOS, Ruyter Antonio Bezerra dos. **NEOCORONELISMO, ASPERSOR E VOTO:** Estudo de caso sobre a herança do coronelismo e o poder local da família Coelho em Petrolina – PE (1990-2000). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFPE, Recife, 2002.

SCATENA, Silvia. El CELAM em la Época del obispo Manuel Larraín. Hombres e instrumentos del ‘Aggiornamento’ latinoamericano. In: **CELAM, 50 años de Servicio a la Comuni3n.** Bogotá: Celam, 2017.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Revista de Estudos Hist3ricos**, Rio de Janeiro, v.10, n.19, 1997.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra:** bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

----- **Padres, celibato e conflito social:** uma história da Igreja católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Ângela Moreira Domingues da. **Ditadura Militar e Repressão Legal:** a Pena de Morte Rediviva e o Caso Theodomiro Romeiro dos Santos (1969-1971). Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Elizete da. Protestantes e o Governo Militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo C. (org.). **Ditadura Militar na Bahia:** novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Elizete da. **Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira:** evangélicos progressistas em Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do Golpe Militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda. **História geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILVA, Margarete Pereira da. **Não tenho paciência histórica:** a igreja popular em Juazeiro (1962-82). Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2002.

SIMÕES, Solange. **Deus, Pátria e Família – As Mulheres no Golpe de 64.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco.** 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2007.

SOARES, Ede Assis e MORAIS, Moisés Leal. O Golpe Civil-Militar de 1964 em Alagoinhas: adesão à ordem ditatorial e repressão política. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Ditadura Militar na Bahia**: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência. Salvador: EDUFBA, 2014.

SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864 – 2003)**: Reconstruindo uma memória da formação de professores. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPI, Teresina, 2004.

SOUSA, Francisca Mendes de; BOMFIM, Maria do C. Alves do; PEREIRA, Maria das Graças Moita R. **Presente do Passado**: A Faculdade Católica de Filosofia na História da Educação do Piauí. Teresina: Edufpi, 2002.

SOUZA, João Morais de. **As práticas do coronelismo**: estudo de caso sobre o domínio político dos Coelho em Petrolina-PE. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFPE, Recife, 2001.

SOUZA JÚNIOR, Edvaldo Vieira de. **Dom Avelar Brandão versus Dom Helder Câmara**: Apontamentos sobre eclesialidade e política no discurso e prática das CEBs em Salvador e Recife (1964 a 1985). Tese (Doutorado em História) – UFBA, Salvador, 2016.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)**. Dissertação (Mestrado em História) - UFBA, Salvador, 2003.

-----, “Bandeira Vermelha: aspectos da resistência armada na Bahia”. In: Zachariadhes, Grimaldo Carneiro (org). **Ditadura Militar na Bahia**: Novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009.

SYDOW, Evanize e FERRI, Marilda . **Dom Paulo Evaristo Arns**: Um homem amado e perseguido. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

TAVARES, Diogo. **O Milagre de Dom Amoroso** – Ou como D. Timóteo, abade do Mosteiro de S. Bento venceu as legiões hereges. Salvador, 1995

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. ed. - 11.rev. e amp. - São Paulo: EUNESP; Salvador : EDUFBA, 2008.

TAVARES, Zózimo. **O Piauí no século XX**. 100 Fatos que marcaram o estado de 1900 a 2000. Teresina: Alínea, 2003.

TORRES, Camilo. **Cristianismo e revolução**. São Paulo: Global, 1981

TRABUCO, Zózimo. **À Direita de Deus, à esquerda do povo**: Protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994). Salvador: Sagga editora, 2016.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VALERIO, Mairon Escorsi. **Entre a cruz e a foice: Dom Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia**. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas/SP, 2007.

VARÓN, Paloma e CLAÚDIO, Francisco. **Rumo a terra prometida - A trajetória do grupo Moisés**. Trabalho de final de curso (Graduação em Comunicação) Salvador, UFBA, 2001.

VASCONCELOS FILHO, Marcos. **Dom Avelar Brandão Vilela**. Cardeal primaz do Brasil. Maceió: Viva editora, 2012.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **História do Catolicismo no Brasil (1889-1945)**. Volume 2. Aparecida/SP. Editora Santuário, 2016.

VILELA, Avelar Brandão. violencia y guerrillas em America latina. Declaraciones de Mons. Avelar Brandao Vilela Presidente del Celam. In: **Nuevo Mundo**, n.3, Mai-Jun, 1968.

VILELA, Dom Avelar Brandão. “El CELAM y la Iglesia de America Latina”. In: CELAM. **Bodas de Plata 1955-1980**. Bogotá – Colômbia, 1980.

VILELA, Dom Avelar Brandão. **A prece que brota da vida**. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1983.

VILELA, Avelar Brandão. Carta à Redação. **Cadernos do CEAS**, 87, Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, set.-out., 1983.

VILELA, Dom Avelar Brandão. “Carta dirigida à Ação Católica de Aracajú, logo após a sua nomeação para Bispo de Petrolina a 18 de junho de 1946”. In: ARQUIDIOCESE DE SÃO SALVADOR. **Dom Avelar Brandão Vilela**. Meio século de pregação. Homenagem da Arquidiocese de São Salvador da Bahia pelo seu jubileu sacerdotal de ouro. Salvador: Arquidiocese de São Salvador, 1985.

VILELA, Dom Avelar Brandão. “Da primeira carta Pastoral de Saudação aos diocesanos de Petrolina” 25 de julho de 1946. In: ARQUIDIOCESE DE SÃO SALVADOR. **Dom Avelar Brandão Vilela**. Meio século de pregação. Homenagem da Arquidiocese de São Salvador da Bahia pelo seu jubileu sacerdotal de ouro. Salvador: Arquidiocese de São Salvador, 1985.

VILELA, Teotônio. **Fazedor de Histórias**. Um depoimento de Teotônio Vilela. São Paulo: Editora Três. S/d.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org). **Ditadura Militar na Bahia**. Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009.

----- . **Os Jesuítas e o Apostolado Social durante a Ditadura Militar: A atuação do CEAS**. Salvador, EDUFBA: 2010.

----- . (org). **Ditadura Militar na Bahia**: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência, Volume 2. Salvador: EDUFBA, 2014.

----- . (org) **1964: 50 anos depois** – A Ditadura em debate. Aracaju: EDISE, 2015.

ZANOTTO, Gizele. **Tradição, família e propriedade (TFP)**: As idiossincrasias de um movimento católico. Tese de Doutorado em História Cultural –UFSC. Florianópolis, 2007.

ZILLES, Urbano. “O Concílio Vaticano I: A Igreja e o Primado do Papa”. (Tentativa de uma interpretação histórico-teológica). **Revista Perspectiva Teológica**. V. 2, N. 3 (1970)